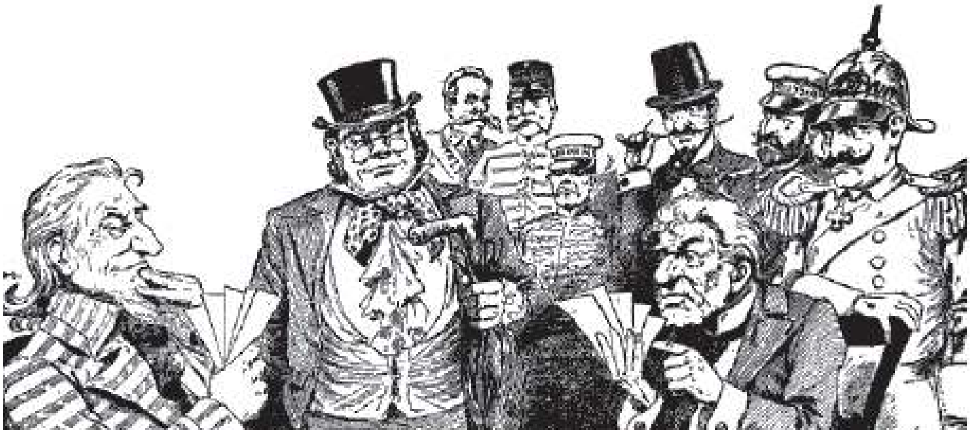
O Brasil e o capital-imperialismo

Teoria e história

Virgínia Fontes



Fiocruz
Fundação Oswaldo Cruz
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO
UFRJ EDITORA

pensamento*Crítico*
15

Virgínia Fontes

O BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO

TEORIA E HISTÓRIA

2ª edição
Ministério da Saúde / Fundação Oswaldo Cruz
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Editora UFRJ
Rio de Janeiro
2010

Catalogação na fonte
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Biblioteca Emília Bustamente

F683b Fontes, Virgínia

O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

388 p. : il. ; - (Pensamento Crítico, 15)

1. Imperialismo. 2. Ciências Políticas. 3. Sociedade Civil. 4. Movimentos Sociais. 5. Conflito de Classes. 6. Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 325.32

ISBN 978-85-98768-52-6 (EPSJV)
978-85-7108-354-7 (Editora UFRJ)

Revisão
Luciana Duarte

Capa, Projeto Gráfico
Ana Carreiro

Editoração Eletrônica
Marcelo Paixão

Editora UFRJ
Av. Pasteur, 250 / salas 100 e 107
22290-902 – Praia Vermelha
Rio de Janeiro, RJ
Tel./Fax: (21) 2542-7646 e 2295-0346
(21) 2295-1595 r. 210, 224 e 226
http://www.editora.ufrj.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz
Av. Brasil, 4365
21040-360 – Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3865-9797
http://www.epsjv.fiocruz.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Este livro resulta de vários anos de pesquisa e docência profissional, sempre atuando numa dupla interface: Teoria e Filosofia da História e História do Brasil contemporâneo. Sou grata às instituições que favoreceram este trabalho, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz, primeira instituição pública (e já trabalhei em diversas delas) onde me sinto à vontade e como um peixe n'água, na luta comum em defesa de princípios universais e públicos. Isabel Brasil Pereira, Cátia Guimarães, Marcela Pronko e, desde há muito, Lucia Neves foram interlocutoras imprescindíveis, assim como contei com a enorme paciência e amizade do Grupo de Pesquisa em Epistemologia. Sou também grata à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), principalmente através das turmas nas quais se iniciaram os debates fundamentais para este trabalho, que contaram com a participação de vários colegas que, como eu, perseveram na militância acadêmica e intelectual. Reunimo-nos no Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-MARX) da UFF, espaço privilegiado de interlocução rigorosa e amistosa. Aos pedacinhos, este livro foi debatido no Grupo de Pesquisa e Orientação (GTO), e nele recolhi preciosas contribuições. Os amigos Sara Graneman, Ana Garcia e Pedro Campos, do Grupo de Pesquisas sobre o Imperialismo, fornecem o alento e a seriedade intelectual da qual espero estar à altura.

Não poderia faltar menção especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que há vários anos apoia os desdobramentos complexos desta pesquisa.

Tenho, entretanto, uma dívida e gratidão fundamentais com os movimentos sociais, a começar pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Via Campesina, além de inúmeros movimentos populares urbanos e rurais, assim como alguns partidos que, teimosamente, resistem de maneira anticapitalista. Com eles e

por seu impulso, ousei ir além dos limites nos quais tendem a se encerrar as carreiras universitárias, experimentando não apenas fermentar uma área de estudos com a outra, mas uni-las de forma decidida com minha própria existência. A aproximação com a militância de movimentos sociais, de sindicatos combativos, de partidos de esquerda anticapitalistas e de inúmeros amigos e amigas (inclusive os da família) que continuam vivendo de maneira coerente é um alento raro, gerador de sentidos múltiplos e densos, ao lado de uma permanente e vivificante tensão entre o pensar, o agir e o ser, além de fonte de amizades eternas.

As ideias aqui expressas são de minha responsabilidade. As hipóteses adotadas não contam com o beneplácito ou a concordância de tais instituições, movimentos, partidos e amigos imprescindíveis. Com eles, vivi o debate franco entre companheiros; a capacidade de discordar frontalmente, mas esgrimindo argumentos sérios e não apenas citações de autoridade ou soluções rebaixadas em função de alguma premência institucional ou de preguiça intelectual. Em suma, reencontrei com eles a militância intelectual e prática como uma enorme exigência de rigor, de dever, de seriedade e de prazer. Meu compromisso, neste trabalho, é cooperar para a luta mais ampla – que resulta muitas vezes de um grande conjunto de reivindicações, de acões parciais e por vezes fragmentadas –, mas que, mesmo ocasionalmente confusa, se volta para a emancipação da humanidade, aberta para sua plena historicidade. Tenho a plena convicção de que o capital-imperialismo é uma tragédia para a humanidade e, em especial, para esse cantinho da humanidade que é a América Latina e, nela, para o povo brasileiro. Procurar desvendar suas origens e modos de funcionamento é o objetivo deste livro.

Grande parte do material que constitui a base deste livro já foi publicada , porém de forma bastante diferente da que aqui figura. Esta pesquisa, árdua e inquietante, teve vários de seus momentos publicados; entretanto, não ficava necessariamente claro para os leitores o quanto cada um desses artigos ou capítulos levados a público conservava estreita relação com o conjunto de minhas averiguações. Agora, todos os artigos foram retomados e profundamente modificados, em alguns casos totalmente reconstituídos, de maneira que

o fio que conduzia a pesquisa original se tornasse explícito e traduzisse não apenas o extenso percurso das inquietações, mas sua interconexão. Os materiais de pesquisa previamente publicados, que em razão de sua divulgação parcial deixavam à sombra o tema fundamental que me animava, constituem a base, mas se encontram agora dissolvidos no interior de uma pesquisa maior que une todos os capítulos do livro. Essa é a aposta desta pesquisa e do trabalho que venho empreendendo há vários anos. Espero que este livro seja capaz de explicitá-lo.

Finalmente, agradeço aos que editaram os materiais prévios, agora modificados, e que gentilmente autorizaram sua republicação, sabedores das profundas alterações a que foram submetidos: os amigos e editores da revista *Crítica Marxista* (n. 26, 2008) e da revista *Outubro* (nº 17, 2008). Agradeço, também à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e à Editora Fiocruz, que permitiram a retomada dos capítulos que integravam os livros resultantes de dois formidáveis seminários promovidos pela EPSJV, o primeiro organizado por Júlio Lima e Lúcia Neves, *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*, em 2006, e o segundo organizado por Gustavo Matta e Júlio Lima, *Estado, Sociedade e formação Profissional em Saúde*, em 2008. À Fundação Rosa Luxemburgo, que aceitou de bom grado as modificações e republicação do capítulo que integrou o livro *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*, editado em 2009. À Isabel Monal, de quem tenho o enorme orgulho de me considerar amiga, que não opôs obstáculos à publicação das transformações realizadas em artigo encaminhado para a revista *Marx Ahora*, La Habana, em 2009.

INTRODUÇÃO

Um dos motes provocadores da pesquisa que gerou este livro se traduzia em dramática disjuntiva: a crise social, que se prolonga e intensifica há três décadas no Brasil, expressa a crise *do* capitalismo ou pode ser um ponto a partir do qual, aprofundando ainda mais as desigualdades e iniquidades, se *expandem* relações capitalistas? Em que medida a expansão do capitalismo na atualidade pode ocorrer sem estar impregnado de capital-imperialismo? A análise dos processos econômicos articulados a seus efeitos sociais e às lutas de classes no Brasil contemporâneo indica que não pode haver uma escolha abstrata ou uma hipótese elaborada a frio. A crise social aguça e exacerba contradições que podem impulsionar a luta contra o capitalismo; porém, também suscita contratendências procurando ofuscar e impedir tais lutas. Para tanto, as burguesias – ainda que subalternas – precisam continuamente expandir suas formas de encapsulamento dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que expandem suas fontes de extração de mais-valor.

Convocados para fundamentar o desafio de compreender a forma específica do capitalismo e do imperialismo contemporâneos e, neles, o papel desempenhado pelo Brasil, este livro está entremeado de um retorno aos grandes clássicos do pensamento crítico, em especial Marx, Lenin e Gramsci. Procurei realizar, sobretudo nos dois primeiros capítulos, uma operação complexa: compreender o contexto histórico no qual conceitos fundamentais do marxismo foram elaborados, mostrar a vivacidade de tais conceitos centrais e evitar, cuidadosamente, aplicá-los de maneira mecânica aos processos históricos atuais. Isso porque a tarefa que esses autores nos legam é a de capturar o movimento histórico do capital, que sem cessar altera as condições da vida social, exacerba contradições e promove novas tragédias socioambientais ao procurar expandir-se ilógica e absurdamente.

As últimas décadas do século XX e o início deste novo milênio evidenciaram a urgência da retomada destes clássicos, de maneira a permitir o deciframento das novas conexões entre a gigantesca

expansão do capitalismo e o imperialismo. Mais de 90 anos nos separam da redação do formidável opúsculo de Lenin. Para evitar a redução política do conceito de imperialismo, o que Lenin combateu vivamente, tornou-se fundamental averiguar a íntima ligação entre as características socioeconômicas próprias dos momentos de máxima concentração do capital e a capilarização de suas bases sociais (expropriações e mercantilizações), tema que atravessa boa parte da obra de Marx. Esse é o tema do primeiro capítulo deste livro, que apresenta detidamente a importância de se compreender a dinâmica capitalista da concentração de capitais, através do movimento ambivalente do capital portador de juros que, contraditoriamente, afasta-se da produção de mais-valor e a impulsiona, assim como promove novos e profundos processos de expropriação. Em seguida, o capítulo debate com alguns autores sobre o teor contemporâneo dessas expropriações e seu papel na dinâmica capitalista.

Com esta primeira aquisição, enveredo o segundo capítulo na identificação das determinações fundamentais trazidas por Lenin e Gramsci para a análise do imperialismo. O contexto histórico dessas análises teóricas é fundamental, pois expressa momentos e situações bastante diversas – Lenin escreve no decorrer da Primeira Guerra Mundial, antes, portanto, da eclosão da Revolução Russa; Gramsci produziu grande parte de sua obra num cárcere, sob a ditadura fascista, antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial e de seu desfecho atômico. Os momentos históricos imediatamente posteriores ao trabalho de ambos tiveram enorme impacto, modificando a própria sociabilidade sob o capital.

Se o imperialismo não se resume a um tipo de política, ao se disseminar ele promove – e resulta em – formatos políticos que complexificaram posteriormente as lutas de classes. O aporte de Gramsci revelou-se precioso para apreender o engendramento dessas novas formas políticas, incorporando à nossa análise sua contribuição sobre as peculiaridades da organização da dominação burguesa sob as condições do Estado ampliado: com ele aprendemos que a luta de classes penetra e fustiga novos âmbitos da vida social, como os aparelhos privados de hegemonia e o Estado.

No terceiro capítulo abordamos o fulcro conceitual que estrutura esta obra: o capital-imperialismo. Seguem breves argumentos

para a adoção desse conceito, que está apresentado no livro histórica e teoricamente. Em primeiro lugar, adjetivos acrescentados ao termo imperialismo revelam-se frágeis ou incompletos, pois se limitam a retomar o conceito leniniano sem integrar as demais determinações teóricas possibilitadas pela análise gramsciana da luta de classes em diferentes níveis e instâncias, fruto da generalização de aparelhos privados de hegemonia, estreitamente imbricados no Estado. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

Este conceito procura não esquecer que abordamos uma realidade histórica, expansiva e totalizante e, por essa razão, precisamos abarcar as modificações ocorridas no imperialismo no curso dos 90 anos que nos separam de Lenin. Brilhantemente, este autor mostrou que a escala de acumulação atingida na virada do século XIX para o XX *alterou o teor do capitalismo*, que passou a realizar-se sob a forma do imperialismo. Como pensar, de maneira fiel à sua exigência, os saltos gigantescos de escala na acumulação capitalista iniciados após a Segunda Guerra Mundial? Novas determinações resultaram da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. Essa é uma diferença expressiva com relação ao início do século XX, quando a grande maioria da população do planeta vivia no mundo rural e controlava em grande parte seus recursos diretos de existência.

O capital-imperialismo não nega sua origem conceitual e alerta para o fato de que a já secular duração temporal do imperialismo não implicou seu congelamento; ao contrário, envolveu modificações profundas na sua forma de organização e de atuação econômica, social e política. As lutas de classes, ora mais evidentes, ora mais subreptícias, também sofreram importantes inflexões, permanecendo, porém, o fulcro da contradição essencial da dinâmica capitalista, a

que opõe a concentração da propriedade à socialização expandida e internacionalizada da produção.

A expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo tal como formulado por Lenin. Novas características resultariam exatamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*think tanks*). Nunca foi dispensável, entretanto, a violência clássica do imperialismo, com repetidas e devastadoras agressões militares e imposição de ditaduras contra inúmeras revoltas populares em diferentes países.

Imperialismo e capital-imperialismo, ainda que fortemente dominados por alguns países – no primeiro momento, pela Grã-Bretanha e em seguida pelos Estados Unidos –, não podem ser compreendidos se limitamos a análise à atuação voluntarista de algum país e de suas escolhas políticas e militares, mesmo quando países dominantes formulam explicitamente políticas de predomínio. Ainda que seja fundamental considerar as expressões conscientes do predomínio capital-imperialista, é preciso também levar em conta que uma expansão mundial da concentração de capitais, em sua desesperada corrida pela acumulação cega, gera uma complexa teia de embates e lutas da qual o processo histórico é a resultante.

Nas contradições de sua expansão, o capital-imperialismo adentra o século XXI sob formidável crise, exasperando o sofrimento social e agravando as expropriações que constituem sua condição de existência. É nesse contexto que assistimos a um processo peculiar de luta pelo acesso de países retardatários (e de suas burguesias) à condição de países capital-imperialistas. Neste livro, proponho a tese de que esse caminho capital-imperialista subalterno vem sendo trilhado pelo Brasil contemporâneo.

Para percorrer e fundamentar essa ideia, os dois capítulos seguintes dedicam-se a analisar as condições das lutas de classes na

sociedade civil no Brasil contemporâneo, começando pela forma do Estado brasileiro e de sua repressão seletiva sobre as organizações de luta popular, ao mesmo tempo em que se nutriu das entidades empresariais, fomentando-as. Apresentamos o crescimento de um exército de aparelhos privados de hegemonia que intentam um verdadeiro apagamento retórico das classes sociais, permitindo identificar a absorção – desigual e assimétrica – das condições sociopolíticas do capital-imperialismo, reproduzidas internamente. É ainda intuito desses capítulos quatro e cinco mostrar como se disseminaram internamente as múltiplas formas de expropriação, acopladas a um intenso apassivamento da classe trabalhadora.

O capítulo seis retoma os elementos apontados nos anteriores, para analisar como o aprofundamento das relações capitalistas no Brasil ocorreu sobre um pano de fundo de expropriações intensificadas, de concentração exacerbada de capitais, de ampliação do Estado com fortíssimo peso de aparelhos privados de hegemonia de tipo empresarial, em intensa atuação que objetivava reduzir a enorme riqueza dos movimentos populares a formas de consciência social de tipo corporativa e limitada. Averiguamos, nesse capítulo, o processo de conjunto das lutas de classes e alguns de seus mais importantes efeitos. Intensas lutas populares impuseram a alteração das formas políticas baseadas meramente na truculência, mas se defrontam doravante com a mudança de escala da concentração de capitais sediados no Brasil e com a incorporação interna dos atributos do capital-imperialismo. Quero com isso mostrar que este capital-imperialismo brasileiro, que, como já dito, emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanharam a história da dominação burguesa no Brasil.

Finalmente, no último capítulo, este livro presta um tributo – ainda que através de uma polêmica – a Ruy Mauro Marini, pensador brasileiro da Teoria da Dependência, que afirmou a emergência de uma modalidade – subalterna – de imperialismo brasileiro. As divergências explicitadas nesse capítulo com relação à tese de Marini são o fruto do debate de aprendiz com o mestre, do qual ousa discordar, porém sem perder a ternura.

Este exercício de reflexão crítica parte do reconhecimento de que não há um ponto acima ou ideal a partir do qual podemos descortinar o processo sócio-histórico ou produzir conhecimento. Ao contrário, é mergulhando nele que o conhecimento se enriquece das inúmeras determinações que compõem o real, evidenciando as asperezas e contradições, e não as ocultando. Baseia-se, portanto, na compreensão de que a vida social é composta por bilhões de seres que, no agir, produzem sua existência. Somos seres -concretos, de carne e osso. Precisamos continuar concretos, para produzirmos alimentos, casas, roupas, bens variados, festas, cultura, amizade, múltiplas linguagens. Somos seres anônimos, que encontramos um mundo organizado de uma dada maneira, que nos parece natural. Nele, nos tornamos o que somos, ora satisfeitos, ora enraivecidos com nossa sorte. Sabemos que a vida social é histórica e pode se modificar, mas nem sempre sabemos como fazer para que isso ocorra. Este livro pretende socializar um conhecimento que, adquirido em instituições públicas, refinado e polido nas lutas sociais, procura partir do mundo real, de seres sociais concretos e manter-se nele. Se puder contribuir para que as lutas emancipatórias tornem-se mais aguçadas, terá atingido seu objetivo.

Uma querida amiga, leitora de parte dos originais deste livro, alertou-me de que, por momentos, a história contemporânea parecia desprovida de vontades e de sujeitos, como um mecanismo cego. Na política, por exemplo, onde estariam estes seres sociais concretos? Minha resposta será talvez insuficiente: ao procurar identificar os elementos principais que explicam processos complexos, a atenção precisa, muitas vezes, enfatizar mais a resultante do que as razões específicas, singulares, daqueles que engajaram os múltiplos embates que conduziram a tais resultados. Sabemos que processos históricos derivam de ações sociais efetivas, impulsionadas por consciências singulares e consciências coletivas, forjadas no interior de entidades com objetivos claros, mas também abarcam embates e resistências difusas; envolvem uma normalidade para a qual a própria consciência é escassamente convocada, não porque seja inexistente, mas porque essa normalidade se apresenta como natureza das coisas ou natureza humana, mesmo quando é dramática.

Estudos sobre processos sociais exigem dois movimentos simultâneos e que tensionam em direções opostas. Em um movimento, é preciso explicitar o fio de conjunto que une o processo, para cuja resultante não é possível identificar um sujeito específico, mas lutas e conflitos movidos por sujeitos concretos, em imensa variedade. Mas se é necessário evitar a tentação de estabelecer um sujeito oculto, que a tudo definiria, tal temor não deve impedir a compreensão das determinantes centrais. O capital em muito se assemelha a um *deus ex machina*, pois se converteu, por obra social, em uma entidade exteriorizada à existência humana. A organização da existência de bilhões de seres concretos, de tal forma que se viabilize para alguns uma acumulação supostamente infinita, expele um comportamento de tipo automático, mercantil, cegando os seres sociais de seu próprio protagonismo. A "mão invisível" do mercado é sua expressão corriqueira, banalizada e sacralizada. O conjunto da existência social é impelido a crer, como nos fetiches, que aquilo que a própria humanidade construiu a ela se impõe, de maneira inumana, como leis eternas. A esse mecanicismo dramático, sob o qual seguimos vivendo, se acrescentou, com o capital-imperialismo, a exigência de que toda a consciência se resuma a expandi-lo, de forma cooperativa, ou "proativamente". Explicando melhor, a extensa rede de produção de conhecimento e de entidades de sustentação do capital-imperialismo, voltada – consciente ou inconscientemente – para assegurar a permanência dessa forma social, agora solicita nossa atenção integral, *full time*, sem limites de tempo, envolvendo todas as nossas fibras e energias para a sua manutenção. Procura convencer-nos de que não há escolhas históricas, não há alternativas sociais e todas as opções se reduzem a formas distintas de colaboração com o capital. Tanto mais importante, para o conhecimento crítico, é não perder de vista esse "sujeito" oculto, estabelecendo a relação fundamental que liga essa impessoalização e cegueira da vida social às massivas expropriações que se abatem, como se fossem naturais, sobre a grande maioria da população do planeta. Nelas, reside nossa concretude fundamental.

Em outro movimento, porém, é preciso trazer à tona uma infinidade de sujeitos, coletivos e singulares, protagonistas efetivos

desses processos – e sabemos que não é desprezível o papel do indivíduo na História. As consciências singulares não são formatadas como se fossem módulos isolados; são tão sociais quanto os seres que as sustentam. Para nosso objetivo, são fundamentais desde o protagonismo dos sujeitos coletivos, como Estados e Sociedade Civil, até o protagonismo cotidiano de massas anônimas, que em sua existência concreta, ultrapassam os estreitos e enquadrados limites das formas caricaturais, nas quais inúmeros aparelhos privados de hegemonia pretendem conservá-las. Caricaturas, pois o mosaico do senso comum difundido pela grande mídia mescla enviesadamente uma irredutível e isolada singularidade a uma cultura congelada e a-histórica, agregando retalhos de solidariedade impotente, em uma costura na qual se destaca um fio grosseiro de competição exacerbada.

Na falsa subjetividade das imagens capturadas por milhares em "entrevistas" feitas por empresas de marketing e televisões, não há classes sociais ou uma forma organizada sob a qual existimos. Há apenas somatórios de indivíduos, isoladamente apresentados como se fossem a realidade. Agregam-se a isso classificações numericamente empoleiradas, como classes A, B, C, ou de renda, que, sendo números que expressam uma certa realidade, ocultam a mais importante delas: a forma como se dá a relação entre esses grupos e o fato de a desigualdade e a concentração de riquezas do mundo continuarem crescendo mesmo quando, em alguns contextos específicos, cresce, ao mesmo tempo, um consumismo exacerbado. Em sondagens mais detalhadas, pedem-nos que sejamos a expressão típica da mediocridade que consideram que somos. Mas desconsideram a concretude de nossa existência, a funda angústia de termos a cada dia de vender o invendável, de vermos convertidos em mercadorias os mais profundos valores éticos e as mais elementares das necessidades. Desconsideram a enorme cisão entre nossas vidas efetivas e a maneira como se apresenta o mundo no qual existimos.

Essas são nossas exigências e provavelmente não estarei à altura delas. Respondo à minha querida amiga com franqueza: este livro procura alcançar esse duplo movimento. Porém, a capacidade de fazê-lo não será obra singular, mas coletiva, em trabalho paciente e nervoso,

ao qual minha grande amiga também se dedica. Impus-me, como condição, pesar e repesar nossos próprios conceitos, aguçados não apenas pelo fio de sua repetida aplicação e uso, mas também pelas derrotas e frestas crescentes expressas por contradições fermentadas pela expansão do capital-imperialismo. É nessas contradições que se concentra minha pesquisa, pois é da tensão entre a vida efetiva e o modo que ela nos é apresentada, que podemos afiar o gume para a superação dessa forma iníqua de existência social.

CAPÍTULO I
PARA PENSAR O CAPITAL-IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO: CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS SOCIAIS DE PRODUÇÃO E EXPROPRIAÇÕES

Este capítulo apresenta as duas faces da tendência à expansão do capital, tendência que lhe é inerente e revela-se incontrolável: a concentração de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações sociais. Retomamos a reflexão marxiana para integrá-la à análise do capital-imperialismo contemporâneo, procurando escapar do equívoco da dissociação entre o econômico e o social. É preciso sempre atentar que a autonomização de uma esfera econômica é a forma pela qual se obnubilam as relações sociais capitalistas. A extração de mais-valor[1], através do trabalho livre, é a própria forma social concreta da existência do capital; nela reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração capitalista – a permanente produção de valor pelo trabalho, e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho, o que obscurece o sobretrabalho acaparado pelo capital sob a forma do mais-valor. Esta relação se oculta sob uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade. Essa forma socialmente dominante, de fato, traduz a *atividade* do capital (ou a extração de mais-valor). Supõe a existência abstrata, de um lado, de trabalhadores e, de outro, de recursos sociais concentrados. No entanto, muitas vezes se deixa de lado o fato de que a existência de trabalhadores livres constitui a base social primordial para que seja possível instaurar-se a relação social que imbrica capital e trabalho. Com isso, corremos o risco de deslizarmos *da evidenciação da condição social* na qual se baseia o capital *para a atividade* predominante da qual depende sua própria reprodução enquanto forma de vida social, a acumulação ampliada, ou o mais-valor, que somente podem existir conjuntamente, ainda que não sejam idênticos. Arriscamos deixar na sombra o fato de que o capital baseia-se na permanente ampliação e exasperação de

uma *certa base social* – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade, em disposição única para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado "econômico" supostamente livre possa se generalizar. *A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista* (FONTES, 2009, p.217).

Este é um capítulo que, partindo de um viés mais teórico, voltado para a apresentação de alguns pontos centrais para a nossa reflexão, já presentes na obra de Marx, incorpora contrapontos, debatendo argumentos e textos contemporâneos. Pretende sublinhar os elementos conceituais, para, nos próximos capítulos, conectá-los com alguns elementos do processo histórico que desemboca no capital-imperialismo contemporâneo.

Marx – concentração de capitais e expansão das relações sociais capitalistas: as bases do capital-imperialismo

Marx não formulou diretamente o conceito de imperialismo, embora tenha apontado, com nitidez, ao menos desde 1848, que "a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares" (MARX, 1998, p. 11). Ao longo d'*O Capital,* Marx demonstra à exaustão a dinâmica permanentemente ampliada do capital, condição socialmente trágica da sua reprodução (MARX, 1985). Especialmente no Livro III de *O Capital*[2], desenvolve uma sofisticada argumentação sobre o processo de concentração de capitais já então em curso, e esmiuça como atua a tendência capitalista à concentração da *pura propriedade.* Desafiando o senso comum, aponta as enormes contradições desse processo: o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital *funcionante* (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão. Como veremos a seguir, diferencia, neste capítulo, a propriedade dos *recursos sociais de produção* da propriedade dos meios diretos de produção, identificando precisamente como o processo de

concentração tende a adquirir uma nova forma, sob a qual *a propriedade da capacidade potencial da produção* se torna central no capitalismo monopolista. De forma alguma isso significa uma redução da importância da propriedade dos meios de produção, mas demonstra o quanto, na expansão monopólica do capital, o fundamental é a propriedade sobre o trabalho morto[3], sob forma monetária, capaz de permitir a propriedade direta ou indireta sobre os meios de produção.

Paremos um pouco no capítulo 21 - O capital portador de juros – do livro III d'*O Capital,* no qual é apresentada a dinâmica da *expansão* das relações sociais capitalistas no momento de maior concentração de recursos sociais de produção. Marx já abordara o tema nas Teorias da Mais Valia (MARX, 1978) e nos *Grundrisse* (MARX, 1968), mas retoma o conjunto das análises anteriores, direcionado para o fenômeno em seu mais pleno desenvolvimento, em finais do século XIX, observando as profundas transformações já então perceptíveis (ROSDOLSKY, 2001, Cap. 27). Vale lembrar a interrogação central do capítulo de Marx: "que implicações decorrem do momento histórico a partir do qual o capital se converte, ele próprio, numa mercadoria?"

Marx relembra, previamente, que toda a riqueza social provém do trabalho. Os juros, ou a remuneração do capital que se converte em mercadoria, correspondem a uma parcela do mais-valor extraído por outros capitalistas, cuja atividade destina-se a extrair sobretrabalho. Os juros são uma parte do lucro produzido:

> a parte do lucro que lhe paga chama-se juro, o que, portanto, nada mais é que um nome particular, uma rubrica particular para uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital. (MARX, 1985, p.256)

Ele não denomina a concentração de recursos sob forma monetária de capital bancário, utilizando os termos capital portador de juros, prestamista ou capital monetário[4] para designar os proprietários de capital cuja valorização aparece como se se resumisse a D-D'[5]; marcando que se trata de capital que resulta da expansão do capital industrial ou funcionante e que, por seu turno, a impulsiona.

O papel das instituições concentradoras dessas enormes massas monetárias se altera – quer sejam elas bancos ou outras instituições – para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, isto é, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor.

O valor de uso do capital portador de juros (ou capital que imagina se manter permanentemente sob forma monetária) é o de ser utilizado como capital, impulsionando a produção de valor através do *capitalista funcionante*, termo empregado por Marx para designar a personificação do capital que produz o mais-valor, ao realizar o percurso d-m-d': *fungierenden Kapitalisten*. O proprietário de capital monetário exige do capitalista funcionante crescente eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como o capital monetário, ou, ainda, o capital tornado mercadoria. Nessas condições,

> B [o capital funcionante, o mutuário] tem de entregar a A [o capital portador de juros, o prestamista] parte do lucro obtido com essa soma de capital sob o nome de juro, pois A só lhe deu o dinheiro como capital, isto é, como valor que não apenas se conserva no movimento, mas cria mais-valor para seu proprietário. Permanece nas mãos de B apenas enquanto é capital funcionante. (*Id.*, p. 257)

O movimento de separação entre a propriedade e a gestão (processo que assegura a extração de mais-valor) se evidencia através da imposição, pela magnitude da propriedade do capital monetário, da extrema intensificação dessa extração. O capital monetário converte seus mutuários em agentes funcionantes para a extração de mais-valor: mesmo quando se concede crédito a um homem sem fortuna – industrial ou comerciante – isso ocorre confiando que ele agirá como capitalista: com o capital emprestado, se apropriará de trabalho não pago. Ele recebe crédito na condição de capitalista em potencial. (ROSDOLSKY, 2001, p. 324)

Podemos visualizar o processo explicitado por Marx através da fórmula **D-d-M-d'-D'**, apresentada abaixo de maneira detalhada:

D (capital-portador-de-juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros) é convertido em capital através de empréstimo (ou outras formas de aplicação) para –>

d (dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho, capitalista funcionante, quer seja ou não proprietário dos meios de produção) –>

M- processo de produção, realizado através da compra de força de trabalho e de meios de produção, quando o dinheiro d se imobiliza durante o processo de produção –>

d' – após o processo produtivo, ocorre a venda das novas mercadorias produzidas e reconversão em dinheiro, com um lucro (') –>

D' - pagamento de juros ou remuneração ao capital-portador-de-juros ou capital monetário ('), como parcela do lucro gerado no processo produtivo.

Do ponto de vista do detentor de dinheiro D, que o converte em mercadoria-capital, esta deve ser valorizada, isto é, vendida a quem precisará investi-la em força de trabalho e meios de produção, no circuito d-M-d', no qual ocorre a extração do sobretrabalho. Para D, isso representa apenas tempo que medeia entre o empréstimo e o retorno. De seu ponto de vista, o movimento se limita a D-D', que corresponde aos seus interesses diretos e que lhe aparece como sendo sua única relação real – a venda mercadoria-capital inicia-se e se conclui como troca de dinheiro, apenas tendo como intermediação, sempre de seu ponto de vista, um certo tempo, maior ou menor, e uma certa taxa.

Na perspectiva da reprodução do capital portador de juros, como detentor de *recursos sociais de produção sob forma monetária*, todo o processo subsequente não lhe interessa e, portanto, a atividade *específica* da extração de sobretrabalho não lhe diz respeito. Seu problema é assegurar a venda do capital monetário, tendo como contrapartida sua reprodução ampliada. O capital funcionante permanente é, pois, fundamental, uma vez que a especulação, a fraude ou o saque, outras tantas atividades a que se dirige o capital monetário, se limitam a puncionar, sem produzir ampliada e regularmente mais-valor.

Essa representação, referenciada no ponto de vista do capital monetário, implica um fetiche potencializado, ao espelhar a experiência imediata dos proprietários de capital monetário para o conjunto da vida social. Se a existência de grandes proprietários de massas monetárias é real, se a imagem que constroem lhes corresponde, sua generalização é unilateral, descolada do substrato efetivo do conjunto da vida social que lhes dá existência. Em outros termos, dissemina a suposição de que haja atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos, como um puro produto da multiplicação do capital.

O predomínio atual do capital monetário em escala internacional se acompanha, pois, da generalização de dois mitos, ambos resultantes de sua percepção unilateral: o de que é na atividade da gestão intelectual (sobretudo na complexa gerência de riscos e de taxas, na gestão internacionalizada de capital monetário) que se produz o lucro e o segundo mito, seu complemento, o de que o trabalho vivo não mais teria qualquer função na vida social.

Em capítulos precedentes, Marx apresentara como o processo de crescimento do capital bancário – o capital de comércio de dinheiro – na sua configuração de emprestadores de capital, derivou da própria expansão capitalista[6]. Os bancos existiam antes da generalização do capitalismo, porém com uma função, sobretudo usurária, baseada no empréstimo a juros. A reprodução do capital usurário e a do capital monetário parecem similares. As duas fórmulas são idênticas, mas a relação social de que fazem parte e que fomentam é *totalmente distinta*. Ambas existem como **D-D'**, como dinheiro que se multiplicaria em mais dinheiro.

Para o capital usurário anteriormente dominante, D' resultava de uma punção exercida por um determinado setor sobre outros grupos sociais. Ele poderia – e o fazia – alterar as relações de força entre grupos sociais, mas raramente se imiscuía diretamente no processo produtivo. Assim como o agiota, a função usurária realiza uma punção no valor já criado e, em geral, depende do uso direto da coerção para assegurar sua remuneração. O lucro auferido convertia-se em entesouramento ou em consumo suntuário, e a punção usurária incidia principalmente sobre "nobres esbanjadores" ou sobre

produtores que controlavam suas próprias condições de trabalho (ROSDOLSKY, 2001, p. 323).

Na medida em que a acumulação ampliada do capital produtivo (de mais-valor) favoreceu a generalização dos bancos, estes, sem jamais eliminar totalmente esse viés usurário, passaram a cumprir uma nova função, a de crédito para o processo produtivo, ou de "capital de comércio de dinheiro". Os bancos, pontos de reunião de capitais dos demais capitalistas, passavam a depender, de maneira estreitamente associada, da expansão da extração de mais-valor e de sua realização (comércio). Esse novo papel, em médio prazo, alterou completamente o sentido e a abrangência anteriores dos bancos e constituiu um sistema bancário propriamente capitalista, um dos pilares da acumulação. Isso não significou a eliminação de práticas usurárias, mas as reduziu a um papel subordinado em face da potência multiplicadora da extração permanente de valor.

Cada capitalista singular, originalmente proprietário dos meios de produção, precisava extrair, cada vez mais, mais-valor, empurrado pela concorrência. E o faz seja ampliando/diversificando o processo produtivo, seja aumentando o tempo de trabalho, seja intensificando a produtividade do trabalho, seja ainda com uma combinação entre elas. Para ampliar a escala de sua produção, precisava aguardar um ciclo (ou vários ciclos de venda de suas mercadorias e, portanto, de realização de seu lucro), reunindo recursos até conseguir expandir o processo produtivo ou diversificar sua base produtiva. Precisava, pois, reservar parcela de seus lucros e aguardar que atingissem uma proporção suficiente para a nova inversão. A transformação do papel usurário, puncionador, dos bancos em crédito, caracteristicamente capitalista, cujo papel social torna-se assegurar adiantamento de dinheiro que deverá converter-se em capital, decorreu também dos crescentes depósitos dos próprios lucros capitalistas. Mas não apenas porque os bancos tenderam a reunir crescentemente todos os recursos monetários existentes na sociedade. De entesouradores usurários, os bancos converteram-se em coadjuvantes da exploração capitalista. Tornaram-se simultaneamente intermediários (ou depositários) para os grandes proprietários capitalistas e proprietários de capital monetário. Igualmente dependem, pois, de uma parte do mais-valor (o lucro) produzido.

O crescimento exponencial da acumulação que essa nova característica bancária favoreceu estará na base de outra transformação, ainda mais significativa: a conversão dos grandes proprietários capitalistas (qualquer que tenha sido a origem de sua fortuna, se comercial, bancária, industrial ou fraudulenta) em *proprietários de capital sob forma monetária*, cuja valorização parece decorrer do próprio capital, de um acréscimo de mais dinheiro ao dinheiro, de juros. Historicamente, isso impulsionou expansão ainda mais acirrada e acelerada da forma valor e da dinâmica propriamente capitalista, que é a extração de mais-valor do trabalho livre. Essa conversão não é , como imaginam alguns, atributo apenas do capital bancário, mas torna-se uma tendência permanente para todos os grandes proprietários[7], cuja extensão e alcance das atividades produtivas (de mais-valor) ultrapassa – e muito – a capacidade individual ou familiar de controle do processo de extração de mais-valor. Retomemos algumas características de tal conversão: em primeiro lugar, a expansão bancária deriva da expansão da acumulação capitalista; em segundo lugar, a assegura; finalmente, a autonomização do capital monetário, originário de diferentes atividades de produção de valor, dirige e impulsiona o conjunto da atividade de extração de mais-valor, o que pode ocorrer através dos bancos (como locais de reunião dessas massas de capitais, cujos proprietários podem ou não ser banqueiros) ou de outras formas de reunião e controle de tais massas de capitais.

Para Marx, a existência de grandes proprietários de capital monetário, ou portador de juros, com ou sem a orquestração de seus administradores (quer sejam bancos ou outras formas jurídicas) converte o capital numa força social anônima, ao mesmo tempo concentrada e extremamente difusa. O capital monetário *não se limita a puncionar: precisa expandir relações sociais capitalistas*. O capital assume uma configuração diretamente social, por várias razões: não é mais um proprietário controlando a "sua" produção, mas proprietários unidos apenas pela própria propriedade, e que precisam converter seu dinheiro, através de quaisquer mãos, em mais-valor. Essa reunião difusa de proprietários, pois não precisam sequer estar próximos, realizada sob auspícios de profissionais de intermediação, condensa

volumes faraônicos de recursos com o fito de valorizá-lo e, portanto, dissemina dinheiro a quem o valorize, o converta em capital, em função de diferenciais de taxas de retorno e de sua velocidade de valorização. O controlador primeiro, o dono do capital, não consegue mais tomá-lo de maneira unívoca e direta, supervisionando, ele próprio, a extração de mais-valor, pois o montante de seus capitais extrapola sua própria capacidade de fazê-lo. O capital, a massa de trabalho morto acumulado sob a forma dinheiro, controla seus controladores. A propriedade hiperconcentrada do capital produz tanto a concentração da produção (em grandes conglomerados) quanto sua difusão e dispersão em miríades de empreendimentos. Aprofundam-se as formas sociais aberrantes, como o capital fictício. Esse processo torna a exploração da força de trabalho totalmente social ou, para ser mais precisa, torna a integralidade da sociedade totalmente dependente de sua "irrigação" de capitais para que ela toda – e cada um – possa subsistir.

Marx insiste, como se adivinhasse que exatamente isso seria esquecido: o juro é uma cota-parte do mais-valor, é uma parcela do mais-valor! Resulta dela, depende dela e, portanto, está a cada dia mais estreitamente ligado à extração de mais-valor. Procura impedir que esqueçamos o chão social, a relação social na qual segue enraizado o capital monetário. Enfatiza o quanto os bancos, apesar de terem se constituído historicamente antes do capital industrial, dele derivam em sua configuração moderna. Mas Marx não está mais tratando, no capítulo 21, apenas do setor bancário, mas de uma *forma do capital, de sua forma mais desenvolvida*. Essa ênfase marxiana mostra o quanto é preciso lutar contra a suposição ingênua de que o juro derivaria de um acordo entre os capitalistas, através do qual decidiriam "quanto custa o dinheiro". Ou, ainda, que o juro derivaria de uma imposição do Estado, definindo abstratamente quanto deveria "custar o dinheiro". Os governos intervêm no processo? Certamente, uma vez que se constituem sempre procurando assegurar um equilíbrio, ainda que instável, entre os diferentes setores capitalistas. No entanto, o *excedente* numa sociedade capitalista é fruto do trabalho humano, trabalho vivo que fertiliza as imensas massas de capital monetário, que é trabalho morto. A extração desse excedente torna-se distante dos olhos dos

grandes proprietários, e sua partilha entre eles depende sobremaneira da escala da concentração do capital monetário e de seu grau de autonomização. Em todos os casos, resulta da mesma base social e, para ambos, quanto maior a extração de mais-valor, melhor o resultado final. Que seja mais ou menos complicado esse processo de divisão, que gere tensões e conflitos – como em alguns momentos – ou, ao contrário, que as reclamações contra as taxas de juros se tornem uma ladainha coletiva quase unânime da qual os próprios bancos participam, é outro desafio a compreender. O que não se pode é esquecer a base social desse processo.

Algumas mediações importantes merecem destaque. O mais-valor gerado no processo produtivo[8] deverá ser dividido entre o capital que o extrai, d-M-d', e o capital que não só o permitiu, mas o estimulou (D-D'). A intensificação da extração de mais-valor através do capital funcionante, com o consequente aumento do excedente, impulsiona a concentração e a centralização monetária (o capital monetário) e este, por seu turno, difunde, impõe e generaliza a extração de mais-valor, ou seja, expande as diferentes formas de capital funcionante, numa espiral tensa e socialmente avassaladora.

É evidente que tanto D-D' quanto d-d' são investidores de dinheiro almejando mais dinheiro ao final de um certo tempo. O capitalista monetário vive o sonho dourado da pura reprodução do dinheiro, D-D'; o outro vive o mesmo sonho, porém intermediado pelo processo de transformação do dinheiro em capital, que precisa agenciar, agregando trabalho vivo ao trabalho morto, d-m-d'. O sonho dourado D-D' depende da transfusão permanente que resulta da atividade da força de trabalho, concatenada por d-m-d'.

Estamos acostumados a pensar nos bancos como o local por excelência do capital monetário. De fato, foram seus principais intermediadores e, em alguns casos, também grandes proprietários de capital monetário. Nunca foram os únicos proprietários do capital monetário e não são necessariamente os mais importantes. Ao longo do século XX, importantes modificações ocorreram, desde a união entre capitais bancários e industriais, apontada por Lenin – que veremos no próximo capítulo –, até uma intensa especialização de inúmeras funções do capital monetário, sobretudo a partir da segunda

metade do século, envolvendo e mesclando atividades como crédito, seguros, corretagem, câmbio, investimentos, dívidas públicas, etc. A escala da concentração contemporânea impulsionou a ascensão de formas não bancárias (fundos de pensão ou fundos mútuos, Bolsas de Valores, etc.). Já no século XIX, Marx assinalava como a expansão do capital de comércio de dinheiro (propriamente definido como capital bancário) implicara uma extensa divisão técnica do trabalho para a gerência do capital:

> há uma divisão do trabalho em duplo sentido. Torna-se [o capital de comércio de dinheiro, ou bancário] um negócio específico e, porque é executado como negócio específico para o mecanismo monetário da classe toda, passa a ser concentrado, exercido em larga escala; e então ocorre novamente uma divisão do trabalho dentro desse negócio específico, tanto por divisão em diferentes ramos, independentes entre si, quanto pelo aperfeiçoamento da oficina dentro desses ramos (grandes escritórios, cobrança, acerto dos balanços, operação de contas correntes, guarda do dinheiro, etc.), separados dos atos pelos quais essas operações técnicas se tornam necessárias, convertem o capital adiantado nessas funções em capital de comércio de dinheiro. (MARX, 1985, L. III, v. IV, p. 238)

Ao agigantar-se a massa de capitais sob forma monetária em busca de valorização, os bancos tornavam-se os intermediários entre os diferentes grandes proprietários de capital monetário e as diversas maneiras possíveis de fazê-lo valorizar-se através de seu direcionamento aos capitalistas funcionantes. Marx sublinha, então, o papel que os bancos exerceram como os administradores do capital monetário, mas o fizeram enquanto *mediadores-partícipes* da concentração:

> Em correspondência com esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função particular dos comerciantes de dinheiro. Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse

> aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. *Tornam-se os administradores gerais do capital monetário.* (*Id.*, p. 303, grifos meus).

A especificidade fundamental do capital portador de juros (ou monetário) é a conversão do próprio capital em mercadoria (e não simplesmente em capital de crédito) e seu papel social de impor a conversão de massas crescentes de dinheiro em capital:

> Qual é então o valor de uso que o capitalista monetário aliena durante o prazo do empréstimo e cede ao capitalista produtivo, o mutuário? *É o valor de uso que o dinheiro adquire pelo fato de poder ser transformado em capital, de poder funcionar como capital e assim produzir em seu movimento determinado mais-valor, o lucro médio* (o que está acima ou abaixo deste aparece aqui como fortuito), além de conservar sua grandeza original de valor. No caso das demais mercadorias, consome-se, em última instância, o valor de uso e com isso desaparece a substância da mercadoria, e com ela seu valor. A mercadoria capital, ao contrário, tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso, seu valor e seu valor de uso não só são conservados, mas multiplicados. *É esse valor de uso como capital – a capacidade de produzir o lucro médio – que o capitalista monetário aliena ao capitalista industrial pelo período em que cede a este a disposição sobre o capital emprestado.* (*Id. ibid.*, p. 266, grifos meus)

Essa configuração permite aos detentores dessas crescentes massas de dinheiro encarnar de maneira abstrata a própria figura do capital, como se toda a vida social se encontrasse descarnada. A propriedade dos recursos sociais de produção afasta-se do processo de produção imediato. Esse distanciamento, entretanto, não significa que este capital torne-se ausente ou que tenha sua eficácia reduzida *enquanto capital* (enquanto dinheiro a valorizar-se através da extração de mais-valor). *Ao contrário, é também o momento de sua maior expansão e maior controle sobre a extração de mais-valor.* O capital-

monetário (ou capital-mercadoria) torna-se não apenas aquele que possibilita o processo, mas o que *exige e impõe que outros, os capitalistas funcionantes, extraiam mais-valor em ritmo sempre acelerado* (no *nível médio*, no nível que eles próprios, os grandes proprietários, contribuem para determinar) para reembolsá-lo e assegurar sua própria reprodução enquanto extração de mais-valor.

O capitalista funcionante não precisa mais ser um grande proprietário e nem mesmo ser o proprietário efetivo dos recursos sociais de produção, detendo, porém, o controle dos meios de produção, *cumprindo o papel social do capitalista*. Aprofunda-se a separação entre a propriedade e a gestão dos empreendimentos. O capitalista funcionante tem o papel social de extrair mais-valor, o que lhe permite realizar um excedente com o qual aspira a converter-se em capital monetário. A função de extrator direto de mais-valor permanece ao mesmo tempo central e subalternizada: "*O dinheiro assim emprestado tem nessa medida certa analogia com a força de trabalho em sua posição em face do capitalista industrial.*" (*Id., ibid.*, p. 264, grifos meus). A analogia traduz uma tensão no interior de uma unidade. Expressa os conflitos existentes entre dois setores, ou frações de proprietários, contrapondo funcionantes a proprietários de dinheiro que pretendem convertê-lo em capital. No entanto, tal tensão somente existe no interior de uma unidade complexa, pois:

a) ambos aspiram ao mesmo resultado, o lucro, expresso em d'. Observe-se que, nos dois movimentos, o resultado é similar: d-m-d' ou D-D'. Vistos na fórmula completa D-d-m-d'-D', pode-se observar que constituem de fato uma unidade, a do dinheiro que se converte em capital;

b) para ambos, o tempo despendido no processo de produção aparece como um desperdício (desqualificação do trabalho vivo e do processo produtivo) ainda que, para ambos, esse processo seja ineliminável. A rigor, o objetivo comum é reduzir o tempo de valorização do valor, de modo a aproximar-se de um impossível D-D' sem a intermediação do trabalho vivo;

c) o crescimento do capital funcionante – a acumulação ampliada de mais-valor – tende a converter o proprietário exitoso de meios de produção em proprietário de capital monetário, assim que sua escala de acumulação o permita. Em outros termos, o capital in-

dustrial (ou funcionante) transforma-se em capital monetário quando a acumulação atinge determinados patamares;

d) a transformação do capital em mercadoria (a expansão do capital monetário) impulsiona a atividade de inúmeros capitalistas funcionantes, *quer sejam ou não proprietários dos meios de produção*.

O capital monetário se fantasia da aparência da pura potência do dinheiro em si, que se valorizaria a si mesmo apenas através do tempo.

> Como mercadoria de natureza peculiar, o capital possui também um modo peculiar de alienação. O retorno [o lucro, repartido na forma do juro] não se expressa aqui portanto como conseqüência e resultado de determinada série de atos econômicos, mas como conseqüência de um acordo jurídico especial entre comprador e vendedor. O prazo do refluxo depende do decurso do processo de reprodução; no caso do capital portador de juros, seu retorno como capital **parece** depender do simples acordo entre prestamista e mutuário. *De modo que o refluxo do capital, com respeito a essa transação, já não aparece como resultado determinado pelo processo de produção, mas como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma de dinheiro.* (*Id., ibid.*, 262, negritos do autor, Marx; itálicos meus)

Vale relembrar que o capital monetário já não pode ser apresentado como realizando uma mera punção, tal como ocorre com a função usurária, que ele também pode, aliás, paralelamente, seguir realizando. *O capital monetário expressa e resulta da expansão do capital industrial ou funcionante e a impulsiona numa escala muito superior*. Se pode afastar-se da propriedade direta dos meios de produção e das atividades que envolvem a extração da maisvalor, é exatamente porque concentra a pura propriedade das condições e recursos sociais da produção.

> *A determinação social antagônica da riqueza material* – seu antagonismo ao trabalho enquanto trabalho assalariado – já está, independentemente do processo de produção, *expressa na propriedade de capital enquanto tal.* (*Id., ibid.*, p. 267, grifos meus).

No momento em que o capital monetário se autonomiza perante o trabalho, se distancia dos trabalhadores concretos – aos quais

segue impondo a exploração e se beneficiando da valorização que acrescentam ao trabalho morto. No momento, portanto, em que a pura propriedade do capital se evidencia, a determinação social antagônica, do comando sobre trabalho alheio, está colocada de forma generalizada. Ademais, a propriedade doravante incide não apenas sobre os "meios específicos de produção", de forma imediata, mas converte-se em potência social acumulada (capital), como capacidade de transferir de uma a outra massa de meios de produção a capacidade social de fazê-los existir enquanto tais, isto é, de fazê-los atuar para a extração de mais-valor. Longe de se reduzir, a contradição central entre trabalho e capital torna-se mais aguda, generalizando massas indistintas de diferentes tipos de trabalhadores em meros produtores de valor e de mais-valor, contrapostos a todos os tipos de capital. Retornaremos a esse aspecto um pouco adiante, ao tratarmos das expropriações.

A lógica absolutamente irracional da reprodução do capital tende a apresentar o capital monetário como a principal mercadoria do capitalismo. Expande as relações sociais que permitem a extração de mais-valor ao passo que se descola ficticiamente das condições reais da própria vida social. Podemos atribuir ao termo fictício um duplo sentido: expressa a existência de enormes massas de capital especulativo ou fraudulento, como veremos mais à frente (quando trataremos do capital fictício); e exerce a mais exacerbada pressão sobre o trabalho, embora aparentemente totalmente apartado dele (ou seja, ficticiamente distanciado do trabalho). O capital monetário só pode se realizar expandindo a atuação funcionante, a extração do mais-valor que o nutre. *O aparente descolamento entre os dois momentos do capital – funcionante e monetário - expressa sua mais estreita e íntima imbricação.* A aparente dissociação existente entre eles é, de fato, uma interpenetração crescente resultante da concentração da propriedade de recursos sociais de produção e exige expandir formas brutais de extração de mais-valor. Essa fusão real entre capitalistas monetários e funcionantes, entretanto, tende a ser secundarizada pelos grandes proprietários de capital monetário e de seus prepostos, que se imaginam existir isoladamente da totalidade do processo produtivo.

Não se trata simplesmente da subordinação de capitalistas industriais a capitalistas bancários ou agiotas. Trata-se do ponto

máximo da concentração da propriedade capitalista, isto é, quando o capital monetário, resultante do retorno, sob formas diversas de massas enormes de mais-valor, extrapola o capital bancário, enquanto capital de crédito a serviço dos grandes proprietários diretos de meios de produção, e se converte na ponta mais concentrada da propriedade capitalista, *propriedade das condições sociais de produção a cada dia envolvendo dimensões mais extensas – dispondo de maiores volumes de inversões para extrair o mais-valor*. O capital monetário subordina o conjunto do processo de extração do mais-valor, ao mesmo tempo impulsionando e exigindo não apenas a extração de mais-valor, mas que seja realizada mais intensa e mais rapidamente e, simultaneamente, distanciando-se aparentemente do processo efetivo de produção do valor.

A concentração do capital monetário, ou portador de juros, favorece ainda o crescimento exponencial do que Marx denomina *capital fictício*[9], forma extremamente complexa e que deriva exatamente da condensação dessas enormes massas de recursos monetários em poucas mãos de proprietários ou de seus administradores. Há algumas ressalvas a fazer quando abordamos o capital fictício: 1. a existência de capital fictício integra a normalidade aberrante da reprodução capitalista; 2. o fato de se denominar fictício, e de constituir de fato um capital fictício (especulativo, promotor de "bolhas"), não significa que não tenha implicações reais e dramáticas na vida social; 3. ambos, capital portador de juros e capital fictício, se apresentam como se derivassem unicamente da fórmula D-D'; ambos partem e resultam de enorme concentração da propriedade sob forma monetária; e, finalmente; 4. embora analiticamente cumpram papéis diferenciados, o capital sob a forma dinheiro que precisa valorizar-se (dinheiro a converter-se em capital, extraindo mais-valor direta ou indiretamente, ou assegurando ganhos através de formas fraudulentas) é o mesmo nas mãos concentradas de alguns poucos proprietários podendo, portanto, deslocar-se de uma situação para outra[10].

A expansão do crédito e das trocas comerciais através de papéis (e das posteriores compensações entre papéis) difundiu a possibilidade da utilização de recursos para os quais inexiste lastro, ou equivalente geral correspondente a trabalho morto passado, cristalizado sob

a forma de metal precioso ou sob a forma da moeda papel. Em outros termos, com a mesma soma de recursos realmente existente, um banqueiro ou outro centralizador qualquer de capitais pode disponibilizar mais empréstimos do que o montante de que formalmente dispõe. Isso equivale ao privilégio de fazer dinheiro, como lembra Marx (1985, L. III, v. IV, p. 304). É sabido que, se todos os depositantes tentassem retirar simultaneamente seus recursos dos bancos ou dos fundos de investimento nos quais aplicaram seu dinheiro, essas instituições se volatilizariam. Isso porque elas não conservam esses recursos; apenas os empregam, procurando valorização, contando, nominalmente, com muito mais do que os depósitos efetivamente realizados. O crédito é uma das formas corriqueiras da formação de capital fictício, à qual vale incorporar as demais formas, como a circulação de letras de câmbio como meio de pagamento (uma vez que não se sabe se a produção que lastreiam ou a venda que afirmam efetivamente se realizou); e a dívida pública, a qual designa originalmente um comprometimento futuro do Estado com a produção de recursos inexistentes no presente e que lastreiam a emissão dos títulos da dívida. Para além disso, tais títulos passam também a ser negociados diretamente, com razoável independência do teor e das condições que lhes deram origem, de maneira similar às ações de empresas que, de garantia da propriedade de uma parcela do capital ativo, que explora mais-valor, ao se converterem em títulos negociáveis sem relação com a efetiva situação da exploração do trabalho, expressam também capital fictício. Evidentemente, tal processo enseja e estimula todo tipo de fraudes e especulações, como, por exemplo, tomar empréstimos sob cobertura inexistente ou futura ou, ainda, comprometer recursos do próprio negócio para maior ganho em empréstimo a terceiros, ensejando a necessidade de novos empréstimos (*Id., ibid.*, p. 309-311). Quanto mais se centraliza e concentra o capital, mais se abrem oportunidades para o uso fraudulento e especulativo que, relembramos, integra a dinâmica corriqueira do capital, a partir do momento em que o crédito se expande e que a concentração enseja a formação em larga escala do capital portador de juros.

A monopolização do capital enquanto pura propriedade, ou propriedade dos recursos sociais de produção, expressando o

predomínio social do capital-portador-de-juros ou capital-monetário é também o momento em que mais se impulsiona o capital fictício (GRANEMAN, 2006; SABADINI, 2009; NAKATANI e MARQUES, 2009). Interessa-nos, sobretudo, o significado social dessa *expansão conjunta do capital-monetário e fictício*. Qualquer que seja a origem dos recursos, *ao conseguir convertê-los socialmente em capital, quem deles se apossa existe socialmente enquanto capitalista* e, portanto, precisa atuar de maneira a valorizá-lo.

Massas crescentes e concentradas de capitais de qualquer origem, capital sob forma monetária que se converte em capital portador de juros ou em capital fictício, apesar de parecerem totalmente distanciadas do mundo da produção, precisam contribuir direta e, sobretudo, indiretamente, para a exploração da força de trabalho que, por seu turno, gerarão o mais-valor que sustenta a base de todo o processo. Decerto, a distinção entre capital monetário e capital fictício por vezes parece esfumaçar-se ou, ao contrário, uma ênfase excessiva colocada no capital fictício parece diluir a base social da extração de mais-valor que a própria existência do capital fictício precisa expandir. É preciso, portanto, lembrar que o volume de criação arbitrária de capital (especulações, fraudes, sob variadas modalidades, além de inúmeras operações financistas contemporâneas) pode descolar-se do terreno imediato da produção de valores, gerando as famosas "bolhas".

A existência do capital fictício, de maneira similar à do capital-monetário ao qual está acoplado, impõe um resultado social dramático: não apenas aprofunda as expropriações e intensifica as maneiras de subalternização dos trabalhadores, como também impele a comprometer o futuro da integralidade da vida social, transformando-a em mera condição para a reprodução do capital. Se é importante ressaltar as especificidades do capital fictício, supor tanto uma imbricação quanto uma separação absoluta entre ele e os demais capitais segue problemática, uma vez que, resultante da extrema concentração e derivado do capital portador de juros, juntamente com ele impulsiona a produção da base social necessária para a exploração do mais-valor, de maneira a abrir espaços para a valorização de volumes de capitais muito além das condições das quais partiram. Vale

dizer que o conjunto do processo segue tendo como solo a expansão da extração de valor, ou, melhor dizendo, de sobretrabalho sob a forma do mais-valor, mesmo se uma parte da remuneração do capital fictício está descolada de maneira imediata dessa produção.[11]

O capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício, impõem um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras. Se a forma da remuneração do capital portador de juros e do capital fictício é diferenciada – e não entraremos nesse debate, por mais relevante que seja –, seu efeito social é similar: impor a ferro e fogo a subordinação geral do conjunto da população, reduzindo e aplastrando todas as resistências à pura mercantilização de todas as relações sociais. Entretanto, quanto mais tais capitais expandem, de maneira descontrolada, a possibilidade de explorar a força de trabalho, mais abrem espaços para crises econômicas, crises do próprio capital, pois ao acelerarem as condições da concentração e da acumulação, colocam-se na posição de acirradores de todas as contradições do capital, de maneira simultânea, tornando-se potencializadores de crises crescentemente incontroláveis. Fomentam simultaneamente mais produção e mais massa monetária procurando aplicação rentável: abrem-se crises exatamente pelo excesso de concentração, seja pela superprodução de bens que não mais são realizáveis no mercado, seja pela própria superacumulação de capitais, que não encontram mais como rentabilizar-se na mesma proporção anterior. Pela destruição de parcela dos capitais, podem reconstituir-se novos equilíbrios intercapitalistas, embora à custa de enormes e crescentes sofrimentos sociais e ambientais.

O lado oculto da concentração – as expropriações

Uma tal concentração de capitais sob a forma monetária impulsiona as mais variadas e perversas expropriações. Marx jamais perde de vista os múltiplos níveis da realidade social, associando-os e expondo os nervos centrais, determinantes, do processo histórico sob

o capitalismo. Apresenta simultaneamente o eixo estrutural das condições da reprodução do capital – as imposições lógicas da acumulação de capital, às quais está submetido o conjunto do sistema capitalista – e seu sentido histórico, dinâmico, uma vez que essa estrutura existe e se organiza através da luta de classes e da concorrência (conflito intercapitalista). O capitalismo – e a dinâmica da reprodução do capital – envolve uma aparente autonomização da economia, que passa a se apresentar como dotada de uma lógica própria. Sobre ela incide a crítica central de Marx, ao enfatizar não apenas a dimensão fetichista que substitui as relações humanas por relações entre coisas (a começar pela coisificação do próprio capital ou de sua acumulação), mas, ao longo de todos os seus trabalhos – sem exceção –, ao evidenciar que as relações capitalistas dependem de condições sociais que, cunhadas de certa maneira, permitem que tais fetiches sigam obliterando suas reais razões. Assim, se é importantíssimo demonstrar o fetiche, é porque ao fazê-lo devem emergir as relações humanas, sempre sociais, que sustentam todo o processo. É preciso incorporar tanto os elementos objetivos do processo quanto seus aspectos subjetivos, aqueles que nos conformam como se fôssemos moldados pela matéria contraditória da lógica dominante e destinados a viver em função dela quando, ao contrário, somos seres sociais, históricos e podemos assenhorear-nos do que produzimos.

Nos dois primeiros livros de *O Capital* são exaustivamente trabalhadas, e de maneira simultânea, a dimensão histórica e a dimensão lógica da expansão do capitalismo. O livro I enfatiza o processo de produção do capital. Nele, Marx reitera inúmeras vezes o eixo de sua análise: compreender histórica e logicamente o capitalismo exige não perder jamais de vista a base da vida real, o conjunto das atividades que asseguram a reprodução da existência, objetiva e subjetivamente. A produção material da vida social – o solo concreto no qual se enraízam as mais diversificadas práticas – remete, nos termos de Marx, a um conjunto de *relações sociais* dominantes, nas quais se embebem todas as cores e que marcam, objetiva e subjetivamente, o conjunto dos seres sociais para os quais tais práticas, muitas vezes, *aparecem* como se fossem naturais ou como se derivassem das coisas.

O conceito de modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, mas remete à produção da totalidade da vida social, ou ao modo de existência. Longe de ser um tratado de economia, como imaginam alguns, *O Capital* desmonta a suposição burguesa de uma natureza humana mercantil e apresenta de maneira minuciosa o conjunto das relações sociais que sustentam o capitalismo. A materialidade crucial que está em questão não é a das coisas, mas a dos seres sociais concretos, imersos na historicidade que os constitui.

Nos dias atuais, o termo capital parece óbvio ao senso comum, como sinônimo imediato de dinheiro. Refere-se, entretanto, a um dinheiro especial, que se transforma em algo que produz mais dinheiro, ou seja, capital. A definição, de evidente, revela-se circular e tortuosa. Dinheiro, de maneira imediata, não é capital. Ora, que processo permite tal metamorfose? É possível isolar uma situação específica e analisar singularmente um ciclo da produção de lucro, ou ciclo de atividade do capital, ou ainda, de extração de mais-valor. Este ciclo depende da utilização (por contrato, gerando relações formais ou não, por salário mensal, por peças, tarefa ou ainda por outros tipos de ajuste) da força de trabalho por um proprietário ou controlador de meios de produção, que produz mercadorias e, ao vendê-las no mercado, realiza um lucro.

A Economia Política Clássica isolava o processo imediatamente produtivo de valor e, em seguida, dele derivava leis gerais da produção, convertidas em leis econômicas, naturais[12]. De fato, o momento produtivo constitui o *processo imediato* de transformação do dinheiro, que consiste em massas concentradas de equivalente geral, resultante de processos de trabalho anteriores ou trabalho morto, em capital. Nesse processo, ao produzir mercadorias, ocorre a exploração do trabalho vivo, colocado em contato com as demais mercadorias (trabalho morto) que constituem os meios de produção sob controle do capitalista. Isso significa que o processo de produção capitalista supõe um mercado e, nele, mercadorias. Dentre estas, uma é incontornável – a força de trabalho como mercadoria, força viva de todo o processo, e que precisa disseminar-se.

A conversão de dinheiro em capital se torna incompreensível se sua análise for limitada apenas à atividade de exploração imediata

dos trabalhadores, ou a um momento econômico direto. Embora o lucro de cada movimento singular do capital decorra da exploração do trabalhador livre pelo proprietário (de meios de produção e/ou de recursos sociais de produção), a conversão de dinheiro em capital envolve *toda a vida social* numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais "livres", expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil. Somente em presença dessas condições sociais o processo produtor de mercadorias, no qual reside a extração do mais-valor, pode se realizar. É por obscurecer, por velar tal base social, que a produção capitalista, ou o momento da atividade produtiva de valorização do capital se apresenta como meramente "econômico", apesar de envolver toda a existência social. A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital.

Por que a insistência e em que consiste a *expansão da base social do capital?* A razão da insistência sobre o tema é simples: o fato de a lógica capitalista lançar a humanidade em crises sucessivas e cada vez mais profundas não significa que o capitalismo esteja em processo de recuo ou de estreitamento de suas bases sociais; nem mesmo a recorrências de crises propriamente capitalistas o indica. Se o predomínio mundial do capital conduz a crises cada vez mais incontroláveis do capital e arrasta a humanidade para a catástrofe (MÉSZÁROS, 2001), tal predomínio somente pode ocorrer expandindo exatamente sua contradição central, com a própria humanidade crescentemente convertida em mera força de trabalho. O crescimento da concentração do capital corresponde a um incremento desigual e difuso, porém avassalador das massas de trabalhadores, que constituem sua base social contraditória e tensa.

Para explicar em que consiste tal base social, comecemos por explorar alguns termos que, usados corriqueiramente, não dimensio-

nam plenamente o conjunto da sociabilidade (objetiva e subjetiva) que implicam. Por exemplo, a subsunção real do trabalho no capital. A palavra subsunção significa que um indivíduo, ou uma espécie, se define por um gênero ou família mais extenso. A subsunção real ocorre quando as múltiplas atividades de trabalho, em toda a sua extrema variedade concreta, passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista: em primeiro lugar, pela aparente naturalidade que reveste a necessidade dos trabalhadores (os agentes reais e concretos de qualquer processo produtivo) de venderem sua força de trabalho ou sua atividade produtiva no mercado, sob variadas condições, uma vez que dependem integralmente do acesso ao mercado para sua existência. Em segundo lugar, pelo fato de que passa a ser o capital, ou a lógica capitalista socialmente dominante, que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais (escapando, assim, da imediaticidade da percepção prática e do senso comum) e sim de uma “economia” (e o próprio termo “economia” tende a apagar a vida social que a constitui) cujo fito é a própria produção de valor, sob qualquer forma.

A subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir, circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital.

A produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer. Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraído”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital. A intensificação da produtividade tecnológica em determinados ramos de produção ocorreu historicamente, e segue ocorrendo, em paralelo ao reforço e recriação

de formas aparentemente paradoxais, arcaicas, em outros planos e espaços sociais, que se conectam estreita e desigualmente com as primeiras.

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A *expropriação primária*, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo, que trataremos mais adiante.

Esse solo social – a expropriação – pode parecer a muitos como excessivamente simples, até mesmo simplório, para compreender o capitalismo. De fato, mesmo insuficiente para explicar a totalidade das relações capitalistas, é, entretanto, sua condição necessária.

O capitalismo não pode ser reduzido ao movimento de expropriação: estas podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito diretamente às relações capitalistas (por exemplo, tribais). Em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrados dos acaparadores), limitando-se a rapinas variadas. Não obstante, o predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como as aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece.

Esquecer que das expropriações emanam as condições de possibilidade do capital embute riscos severos. O primeiro deles é olvidar que populações expropriadas em meio a uma situação social mercantil precisam objetivamente subsistir sob o mercado e, portanto, objetiva e subjetivamente, demandam mercado e "empregabilidade" (isto é, acesso à venda da força de trabalho). Essas populações, qualquer que seja a extensão de seu consumo, de luxo ou de necessidades elementares, constituem a base de um mercado de força de trabalho ou de qualquer mercado interno, ou do mercado *tout court*.

Desiguais segundo os países e regiões nos quais nasceram, forjadas segundo direitos e costumes tradicionais diversos, constituem extensa massa de força de trabalho desigualmente liberada para o capital internacional, diferenciadamente formada, mas igualmente disponível (e necessitada) para as variadas formas de exploração de mais-valor e para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores.

Em razão desse esquecimento, frequentemente o tema das expropriações é relegado à condição de "acumulação primitiva"[13], como episódico, tendo ocorrido previamente na Inglaterra e se reproduzido como complemento da "modernização" nos demais países, espécie de seu corolário, na maioria das vezes indesejável. Essa interpretação nutriu inúmeras perorações contra o "êxodo" rural, em prol de "fixar" as populações no campo para impedir a pobreza urbana, mas que não passam de declarações de intenções, totalmente inócuas por desejarem um capitalismo despido de sua forma social própria[14]. A suposição de que a "acumulação primitiva" tenha sido algo de "prévio", "anterior" ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações "bárbaras" de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e "civilizada". Se Marx criticava a origem idílica do capital, aqui se trata de uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital.

Ora, a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista. Vejamos como Marx recoloca o tema, no Livro III de *O Capital*, quando trata do papel do crédito e do capital portador de juros na produção capitalista, em seu ponto de concentração máxima:

> O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos pro-

> dutores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. *Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo;* trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. *Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos;* e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. (MARX, 1985, L. III, v. IV, Tomo 1, p. 334, grifos meus)

A concentração do capital sob a forma monetária, configurando a generalização do capital portador de juros, e a intensificação das expropriações impulsionadas pelo capital não são as únicas manifestações relevantes para identificar a expansão contemporânea brutal do capitalismo. Como se trata de uma totalidade social em constante ampliação, é fundamental compreender as formas específicas de extração de mais-valor diretamente ligadas ao predomínio de determinadas frações do capital sobre as demais, as modalidades políticas que possibilitam maneiras de extração de sobretrabalho diversificadas, ainda que acopladas ao predomínio do capital, formas culturais e ideológicas das quais esse tipo de dominação se recobre, resultante de lutas sociais específicas, os combates intestinos entre frações do capital e, sobretudo, as desesperadas lutas de classes que se travam nesse terreno.

Verificar as condições atuais do processo de expropriação, como base da relação-capital, constitui, a meu juízo, o passo preliminar a partir do qual pode-se compreender a contradição fundamental e insolúvel, nos quadros da apropriação privada dos recursos sociais de produção que caracteriza o capital: a socialização crescente nos âmbitos nacionais e internacionais da produção e das formas de existência, contraposta à maior agudização da concentração da propriedade que já ocorreu na história da humanidade.

A relação social fundamental, a relação-capital por excelência, repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores, porém

não se limita a ela. Exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente do mercado, disponível para a venda da força de trabalho de forma integral ou necessitando integrar-se ao mercado, total ou parcialmente, para subsistir. Não se trata apenas de uma extensão linear do mercado, mas de um processo variado que redunda na transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a subsistência) e que reatualiza e converte permanentemente essa necessidade em disponibilidade voluntariamente assumida para o mercado. Vejamos como o coloca Marx:

> Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. (...). *A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés,* ***não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente.*** *Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho.* (MARX, 1985: L. I, T.2, p. 262, negritos no original, itálico meu)

Menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. Em que pesem as intervenções de neoconservadores ou de pós-modernos, que consideraram terminada a época do "trabalho", a velocidade e extensão das expropriações dizem o contrário. Essa nova escala de disponibilização de trabalhadores, entretanto, modificou o conjunto do processo de trabalho no mundo, e o fez de maneira profundamente desigual, porém sob a égide concertada e combinada da grande propriedade concentrada.

Comecemos por observar tanto a permanência quanto o aprofundamento contemporâneo das expropriações que incidem sobre os trabalhadores da terra, com a continuidade do êxodo rural em direção às cidades. Os dados da urbanização da população mundial

não expressam se ocorreu acesso ou não ao mercado regular de trabalho, ou alteração (melhoria ou piora) de condições de vida; indicam apenas que massas crescentes da população mundial encontram-se a cada dia mais direta e quase completamente subordinadas à dinâmica mercantil, precisando, pois, vender, em parte ou totalmente, sua força de trabalho e, em muitos casos, sob quaisquer condições. Em 1950, a população urbana do mundo representava menos de 30% do total, chegando, em 2007, a 50% da população mundial. Vale acrescentar que, ainda segundo o cálculo de probabilidades desenvolvido por Verón (2007), em 2030 (dentro de pouco mais de 20 anos) a população urbana estaria na ordem de 61% perante a população rural.

População total e taxa de urbanização
nos diferentes continentes do mundo

Continente	**População total em milhões de habitantes e taxa de urbanização 1950**	**População total em milhões de habitantes e taxa de urbanização 2007**
América do Norte	172 - 64%	339 - 81%
América Latina e Caribe	167 - 42%	572 - 78%
Europa	547 - 51%	731 - 74%
Oceania	13 - 61%	34 - 73%
África	221 - 15%	965 - 41%
Ásia	1.398 - 15%	4.030 - 41%
Mundo - Total	2.535 - 29%	6.671 - 50%

Fonte: J. Véron, *Population & Sociétés*, n. 435, Ined, juin 2007, a partir de dados da ONU.

O quadro não descreve, sequer numericamente, as expropriações dos trabalhadores rurais dos recursos sociais de produção, item que não figura nas estatísticas mundiais. Não obstante, o processo de urbanização reflete – ainda que com limitações – esse processo. O

processo concreto de expropriação ocorre por inúmeras razões imediatas, que abrangem infindável leque de situações específicas, questões econômicas, culturais, religiosas, regionais e locais, já analisadas em infinidade de estudos sobre urbanização, êxodo rural, migrações e imigrações, nos mais diferentes países.

Interessa-nos destacar alguns pontos:

a) a expropriação primária histórica ocorrida nos países centrais, ou a disponibilização de extensas parcelas da população para o mercado de trabalho, foi um fenômeno ao mesmo tempo intenso e de longa duração. Com exceção da Inglaterra, cujo perfil social se modificou precocemente, com uma população urbana mais do que duplicada entre 1500 e 1700, o mundo europeu era, ainda em meados do século XIX, majoritariamente agrário. Na Inglaterra e País de Gales, em 1850, a população urbana perfazia em torno de 40,8% do total, na França atingia apenas 14,4% e na Alemanha, 10,8% (WOOD, 2001, p. 105). Em 1848, afora a Inglaterra,

> em nenhum outro lugar, exceto França, Bélgica, Saxônia, Prússia e Estados Unidos, mais de 1% da população vivia em cidades de 10 mil ou mais habitantes. Por meados e pelo final da década de 1870, a situação havia substancialmente se modificado, mas com algumas poucas exceções a população rural ainda prevalecia em grande número sobre a urbana. (HOBSBAWM, 1977, p. 189)

b) para além da expropriação primária que ocorreu nos países centrais, nos quais se expandiam, em paralelo, a industrialização e o mercado, a segunda metade do século XIX assistiu a intensas expropriações primárias, sob formatos variados, de trabalhadores nos demais países periféricos o que, por vias indiretas, acrescentou novas levas de trabalhadores disponíveis ao capital e necessitados de mercados;

c) esses processos violentos de expropriação causaram instabilidades e revoltas, o que permite compreender as formidáveis emigrações que partiram do mundo europeu, tanto para atuar na administração e ocupação coloniais (capital-imperialista), como para escapar de variadas formas de perseguição ou, simplesmente, fugir da pobreza expropriada. Essas emigrações persistiram até as vésperas da Segunda Guerra Mundial;

d) a população mundial, bastante diversificada em sua composição, atingia em 1950 a cifra de 29% de urbanização. O salto entre 1950 e 2007 é extremamente elevado e, mantidas as condições atuais, há escassa condição de retorno a situações rurais caso persista o predomínio do capital. A generalização de uma massa de trabalhadores disponíveis para o mercado ocorreu, apesar da dramaticidade de que se revestiu no mundo europeu, com um ritmo bem menos intenso do que vem ocorrendo na atualidade, sobretudo nos últimos 50 anos. É necessária e urgente a luta contra tais expropriações, embora exija uma verdadeira revolução na produção agrária, que precisaria estar voltada para as populações e não para o lucro. No que concerne às migrações, o

> World Economic and Social Survey 2004 assinalava 175 milhões de pessoas vivendo fora do país em que nasceram, o que significa um migrante em cada 35 pessoas, atingindo 2,9% da população mundial [e a duração e] a intensidade do fenômeno pode ser elucidada levando em conta que, em 1910 [período de intensa migração europeia], o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária. (MARINUCCI e MILESI, 2005)

e) Em todo o mundo, um contingente ligeiramente superior a 50% da população mundial depende na atualidade integral ou parcialmente do mercado para subsistir. Isso se traduz em profundas transformações no entorno físico – nas cidades, no meio ambiente – e nas relações sociais. Extensas faixas populares disponíveis para o mercado – com maior ou menor possibilidade de encontrar alguma forma de ocupação regular – constituem uma população livre (sem os laços do patronato rural tradicional), despossuída dos meios para assegurar sua sobrevida e em competição acirrada para garantir sua subsistência, em condições fortemente desiguais entre os países e entre os diferentes segmentos dos trabalhadores, internamente a cada país;

f) sabemos, finalmente, que nem toda a população rural é composta de camponeses ou de trabalhadores com acesso aos recursos sociais de produção necessários para sua própria reprodução, assim como de suas famílias. Assim, verifica-se que o dado bruto da urbanização não dá conta da situação efetiva da produção social de

expropriados – ou de trabalhadores disponibilizados para o mercado – que deve ser quantitativamente muito mais expressiva.

Infelizmente, não podemos nos dedicar a uma pesquisa demográfica, aliás, necessária. Menos do que explorar os deslocamentos populacionais – cuja compreensão, pela enorme variedade que envolve, permanece importantíssima –, queremos ressaltar estarmos diante de uma formidável expansão das bases primárias sobre as quais assenta a relação social capittalista, ainda que essa população disponibilizada seja extremamente desigual e não encontre imediatamente colocação em mercados formais de força de trabalho. A proporção entre populações urbanas e rurais nos indica quantidades, mas nem de longe expressam as modificações qualitativas que essa expansão da população disponibilizada pode provocar. A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas. A começar pelo fato de que essa população – e parcela daquela que persiste no campo – depende crescentemente do mercado para subsistir e, quer se configure em disciplinada massa trabalhadora, (ou seja apresentada) quer como população "sobrante" ("pobretariado", como chegaram a dizer alguns), depende, para sua existência, de relações mercantis. Como já ressaltado por inúmeros autores, não há lado de fora do mundo mercantil, ou "exclusão do mercado", como foi repetidamente empregado o termo (FONTES, 2005, p. 19-50). Uma vez incorporado ao mercado – expropriado, disponibilizado ao mercado – a reprodução da própria vida passa a dele depender, ainda que em graus diferenciados, desiguais. Empurrada ainda mais pela dinâmica capitalista ao puro mercado, esses expropriados precisam, rapidamente, a ele se adequar e sobreviver sob suas imposições.

As contribuições são múltiplas, pois a suposta homogeneização do mercado é sempre produtora de profundas desigualdades. Tais massas humanas disponíveis para o mercado, mesmo quando se mantêm em seus territórios nacionais de origem, mesclam-se com

população já urbana, competem com ela de maneira mais ou menos indistinguível dos demais, e deverão defrontar-se com a instauração de novas barreiras físicas, sociais e culturais. São segregados atrás dos muros, destacados em guetos, favelas ou bairros distantes. Erguem-se "novas" barreiras sociais, que reatualizam antigas discriminações e inventam novas opressões – étnicas, linguísticas, sexuais, culturais, bairristas, geográficas, religiosas, etc. Apesar de serem os mais fragilizados, sua existência contribui para o reforço da subordinação do conjunto, pela pressão que exercem sobre os demais trabalhadores. Encontram-se movidos por sua própria vontade de integrar-se, de incorporar-se à nova vida (seja ela nova por ser urbana, por estar em outra cidade ou em outro país), de ter "direito à cidade" e, na contraface, são empurrados às atividades ilegais, a suprir de mão de obra as variadas máfias. Vivem sob violência aberta, de inúmeras procedências – vizinhos, concorrentes, policiais e justiça, empregadores informais e/ou ilegais, milícias variadas (DAVIS, 2006).

Em princípio contidas no âmbito nacional, circunscritas pelas legislações de cada país, essas populações disponíveis procurarão escapar, através de imigração, desenraizadas à força ou desenraizando-se em busca de melhores condições de existência e formarão à base dos novos "imigrantes econômicos", reencontrando segregações similares acrescidas das dificuldades de acesso à língua, aos costumes e, pela distância, aos contatos de proximidade nos países de origem.

Novas e poderosas contradições residem nesse processo de expropriação intensa e acelerada. Segmentá-las, tratando-as como se fossem fenômenos isolados ou casuais, ou reduzi-las a um resíduo arcaico pode bloquear nossa compreensão, diluindo a amplidão do conjunto do processo. A segmentação – isto é, o tratamento de cada tipo ou grupo de (i)migrantes em separado, por país, por região, etc. – pode ser importante para o estudo das condições efetivas, sempre peculiares, nas quais se realiza cada processo. O mergulho na especificidade de cada caso – em geral, extremamente doloroso – e a percepção de sua complexidade não devem obscurecer o fato de que inúmeras especificidades similares vêm ocorrendo em todo o mundo e precisamos alcançar ambas as dimensões – a compreensão de cada singularidade e a sua conexão com a totalidade do processo.

Uma extrema redução (ou simplificação) de tais contradições ocorreu a partir dos anos 1960, ao se difundirem procedimentos de quantificação da pobreza enquanto se naturalizavam suas precondições. A explicitação do número de pobres no planeta agiu para ocultar que não se tratava mais de uma pobreza de tipo tradicional, mas tipicamente *resultante da expansão capitalista* (PEREIRA, 2009, p.136). Durante a gestão de McNamara no Banco Mundial (1968-1981), foi constituída uma política de base estadunidense, rapidamente convertida em política internacional voltada para a pobreza, em especial a partir dos anos 1970. Tal política, aliás, direcionou-se em primeiro lugar à pobreza rural e impulsionou projetos de aumento do crescimento da produtividade rural, através de financiamentos destinados à camada superior dos pequenos agricultores. Como se pode imaginar, derivou da afinidade íntima do Banco Mundial com a Revolução Verde, cujo nome demonstra o intuito de barrar qualquer revolução vermelha, e que impulsionou a extensão em diversos pontos do planeta de uma agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias. A atuação internacional "contra a pobreza" destinava-se a, em curto prazo, incentivar as expropriações agrárias de posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários. (*Id.*, p. 137 et seq.)

Qualquer análise que desconsidere a magnitude das expropriações e sua correlação direta com a concentração de capitais tende a velar enorme ampliação de relações sociais capitalistas através do mundo, um dos elementos mais fundamentais da atualidade, e tornar-se impotente diante das gigantescas e complexas contradições que elas envolvem. O fato de tais disponibilizações de trabalhadores (expropriações) significarem imediatamente um aprofundamento das desigualdades entre os próprios trabalhadores expressa não apenas a insensibilidade diante da existência humana do processo de concentração da propriedade *tout court,* como ainda desvenda a intencionalidade de muitas dessas expropriações. A massa profundamente desigual de *trabalhadores disponíveis urbanos* assim constituída, por um lado, abriu formidável manancial de exploração da força de trabalho para capitais e capitalistas de porte variado, ao mesmo tempo

em que grande parte dessa população anseia – compreensivelmente – pela integração ao mundo do trabalho regular. Entretanto, sua magnitude agudiza as tensões intercapital imperialistas e certamente impulsionará lutas sociais com escopos variadíssimos.

Há outros processos que precisam ser levados em consideração, ainda no terreno das expropriações no mundo contemporâneo. Se a proposição de Marx estava correta, precisamos observar de que maneira a relação capital "*não apenas conserva aquela separação [entre o trabalhador e os recursos sociais de produção], mas a reproduz em escala sempre crescente*" (MARX, 1985, p. L. I, T.2, p. 262). O contexto de expropriações primárias – da terra – massivas e de concentração internacionalizada do capital em gigantescas proporções, ao alterar sua escala atua da mesma maneira que a concentração de capitais, alterando a própria qualidade do capital-imperialismo: as expropriações passaram a ter uma qualidade diversa e incidem também sobre trabalhadores já de longa data urbanizados, revelando-se incontroláveis e perigosamente ameaçadoras da humanidade tal como a conhecemos.

Estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações ou expropriações secundárias,* não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo.

Os novos processos em parte se assemelham ao que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, com a "extinção de direitos comunais e consuetudinários" que, na época, envolveu uma completa redefinição do próprio significado da propriedade, que passaria doravante a ser exclusiva, consolidando o predomínio da propriedade caracteristicamente capitalista. Num primeiro momento (séc. XVI) o processo ocorreu através do cercamento violento, já no século XVIII, interviriam os "cercamentos parlamentares", com a extinção da propriedade camponesa sendo realizada através de decretos (WOOD, 2001, p. 91-92).

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu um extenso desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas que contou com forte apoio parlamentar. De maneira surpreendente, uma verdadeira expropriação de direitos se realizou, mantidas as instituições democráticas, conservados os processos eleitorais e com a sustentação de uma intensa atuação midiática e parlamentar. Num duplo movimento de coerção pela ameaça – de demissões, de deslocamentos de empresas, de eliminação de postos de trabalho em geral – e de coerção concretizada, pela efetivação parcelar de tais ameaças ou pelo enfrentamento de resistências sindicais, intensificaram-se as formas de convencimento, em geral lastreadas em táticas comuns empregadas em diferentes países, evidenciando não apenas a imposição de políticas formuladas em polos comuns de dominação – como o famoso Consenso de Washington – mas também como um aprendizado comum, uma vez que tais táticas foram também utilizadas no interior dos países predominantes, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus.

Tratou-se de introduzir uma nova "normalidade": segmentar cada situação ou direito tornado alvo imediato (como aposentadoria, serviços públicos como saúde e educação, direitos ligados ao trabalho, ambiente, mulheres, racismo) e deter-se nela exaustivamente, por todos os meios midiáticos, sempre de forma singularizada. Com isso, abriam-se formalmente enormes debates "públicos" ao mesmo tempo em que se encapsulava cada questão, isolando-a das demais e do contexto geral, sobretudo da dinâmica processual no plano internacional. O plano internacional, aliás, era somente apresentado como "modelar", tanto para o melhor (o "bom" exemplo, a "boa" e única política) quanto para o pior (a tragédia, a catástrofe anunciada aos desobedientes ou ignorantes). Sobretudo, silenciavam-se as razões causadoras do conjunto de fenômenos, consideradas como ideológicas, e centravam-se na urgência, ou no "o que podemos fazer imediatamente?". Cada questão isolada era sempre apontada como a mais urgente e rapidamente reconvertida em cálculos e planilhas de custos, desconsiderado o contexto abrangente no qual se tornava compreensível.

Permito-me uma breve digressão, para comentar apenas um exemplo dramático: a elevação das idades mínimas para aposenta-

doria. Vejamos alguns aspectos da questão e como foi apresentada. Com algumas nuances de diferença, o processo foi mistificado de maneira similar em países de capital-imperialismo consolidado, em que a maioria da população tinha tais direitos e em países onde isso não chegara a ocorrer[15].

A aposentadoria, que é um direito e não uma imposição, nada mais é do que o momento em que o trabalhador *pode* cessar a venda de sua força de trabalho. Nada impede, pois, o uso de sua capacidade de trabalho, mas ela significa que o aposentado *não está mais obrigatoriamente* impelido à sua venda. Em outros termos, ele pode se liberar do constrangimento da subordinação imediata e direta ao capital. Se o fizer, deixa de ser um concorrente no mercado de trabalho; passa a fazer jus a uma parcela da renda nacional, para a qual, em geral, contribuiu ao longo da vida, salvo raras exceções.

Ora, como essa questão foi apresentada? Vários elementos de verdade se mesclaram à enorme manipulação nos debates sobre esse tema, e não apenas no Brasil. De fato, houve um aumento da expectativa de vida na maioria dos países; ademais, não há nenhuma razão genérica para que pessoas em plena posse de suas capacidades e com longa experiência e disposição, sejam obrigadas a cessar suas atividades; e, finalmente, ocorreu *simultaneamente* um aumento do número de pessoas atingindo a idade da possibilidade da aposentadoria e uma redução do número de empregos com direitos para os jovens (o que reduzia as contribuições em muitos países). A primeira mescla redutora foi a urgência dessa expropriação, apresentada como o "salvamento" do conjunto das aposentadorias. O financiamento público dos custos das aposentadorias em países com população em processo de envelhecimento foi apresentado como um risco catastrófico *para os próprios trabalhadores*. Decerto, é quase sarcástico que poucos anos depois de haver elevado enormemente as idades de aposentadoria, por não se admitir o dispêndio de alguns milhões de dólares com a população, se tenha volatilizado trilhões de dólares para assegurar os grandes proprietários de capital, com seus recursos depositados em bancos e em financeiras, como no ano de 2008, em todo o mundo. No passo seguinte, a partir de cálculos atuariais, quantificava-se como a redução da base de contribuintes (novos

empregos) levaria ao estrangulamento das aposentadorias (e a falência das entidades) em curto lapso de tempo. Desconsiderava-se por completo o elemento do *ingresso estrangulado de trabalhadores no sistema e naturalizava-se o desemprego e, sobretudo, o crescimento das ocupações sem direitos então em curso.* O desemprego crescente não era sequer mencionado como uma das causas da redução dos recursos previdenciários, mas apresentado como consequência natural dos "novos" tempos. É tristemente evidente que o aumento da concorrência no mercado de trabalho entre jovens e velhos apenas aprofundava ainda mais o desemprego e forçava para baixo o conjunto das remunerações de todos os trabalhadores, em todas as faixas etárias, contribuindo pois para o rebaixamento geral das contribuições.

Retomava-se a questão por outro lado, como se a elevação da idade da aposentadoria correspondesse a um anseio popular por permanecerem jovens e em atividade, mesmo aqueles com direito à aposentadoria. Inventaram-se novos termos, como "terceira idade" ou "melhor idade". Vale relembrar que, em primeiro lugar, não eram obrigados à aposentadoria, exceto em idade bem mais adiantada do que a da aquisição do direito. Ora, a cessação da venda da força de trabalho em nada significa a cessação de seu uso! Pode-se mesmo supor que aqueles que o desejarem poderão permanecer nas mais variadas tarefas ao longo de toda a sua vida. Aqui, porém, a confusão implantada sugeria serem "oportunistas" todos os que, tendo adquirido um direito, o exercessem, pois sua capacidade de trabalho provaria a *necessidade* de sua disponibilidade para o mercado de trabalho! O anseio pela juventude era, assim, convertido em imposição de permanecer disponível para o mercado, aprofundando os estragos objetivos e subjetivos da exacerbação da concorrência intergeracional.

A elevação das idades de aposentadoria tendeu a se centrar, sobretudo, no âmbito parlamentar, evitando-se cuidadosamente consultas eleitorais específicas, doravante apresentadas como "populistas". Nada mais é do que uma das formas atuais de expropriação, incidindo sobre direitos conquistados para eliminar um anteparo historicamente posto à plena disponibilidade de trabalhadores, tanto para os que já estavam próximos de usufruir o direito, quanto para os

demais, cujo direito anteriormente existente desapareceu: todos, mais ou menos jovens, foram convertidos em seres plenamente disponíveis ao capital, em situação de maior competição entre eles. Termino aqui o comentário mais detalhado sobre uma das formas de expropriação de direitos.

O tema das expropriações se liga diretamente, porém, à concentração e à centralização: tratava-se de capturar recursos crescentes, de origem salarial, e de convertê-los em capital. Realizava-se um duplo movimento, de ameaça diante das aposentadorias e do estímulo às agências privadas de previdência (fundos de pensão e similares), entidades convertidas em gestoras não bancárias de capital portador de juros e de seu complemento, o capital fictício.

As expropriações contemporâneas mantêm uma forte homologia com a permanência e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, violenta e/ou por via parlamentar, mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova, apresentam também aspectos originais. Já assinalei as características dessas novas expropriações em outros trabalhos, enfatizando como a própria generalização do comando do capital sobre o conjunto da vida social (a subsunção real do trabalho sob o capital) o impelia a destruir toda e qualquer barreira interposta à sua urgência de reprodução ampliada. Assinalei, então, a importância da expropriação contratual, ou a tendência à exploração da força de trabalho desprovida de vínculos geradores de direitos, como o trabalho por venda de projetos, a constituição de empregadores de si mesmo, como as "pessoas jurídicas" singulares; a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores decorrente de sua unificação em grandes espaços pelas desterritorializações; as flexibilizações de contrato, precarizações e assemelhados, todas elas agindo no sentido da expropriação da nova capacidade cooperativa dos trabalhadores através de segmentações implementadas por novas tecnologias de controle hierárquico distanciado, etc (FONTES, 2005, p. 96-106).

Tais expropriações incidem também sobre o controle direto dos Estados capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas. Anteriormente, ocorriam sob a forma da colonização ou do controle político e militar direto; na atualidade, ocorrem sob múltiplas formas,

a começar pela recorrência do controle militar, desvinculado, entretanto, dos elos políticos que configuravam a colonização, tal como vem ocorrendo com o Iraque, com a expropriação das fontes de petróleo realizada sobre uma nação inteira, assegurada pelas forças militares estadunidenses.

As expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana. Evidenciam que a própria dinâmica capitalista impõe converter características humanas, sociais ou elementos diversos da natureza em formas *externalizadas* à existência humana, erigindo-as em barreira ao capital de maneira a elaborar um discurso da urgência, moldar argumentos de persuasão e, finalmente, consolidar apetrechos coercitivos para destruir/expropriar tais características, apropriando-se de novos elementos, seja para monopolizá-los, ou para produzir novas atividades capazes de produzir valor, resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana. O fato, porém, de cindir, de externalizar tais características, não significa de forma alguma que tais elementos expropriados não sejam plenamente integrantes das condições sócio-humanas da existência (internos, pois) e, sobretudo, de que respondam a uma necessidade interna da lógica capitalista.

Expropriações primárias seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incidindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra. Processo em curso há mais de quatro séculos, experimenta nos últimos anos uma aceleração impactante e vem reduzindo a margem de sobrevivência de semiproletarizados em praticamente todas as regiões do planeta. Mas expropriações *secundárias* se abatem também sobre conhecimentos (como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, com o fordismo), sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais. Somente de maneira muito cautelosa poderíamos supor que tais populações mantêm-se externas ao capitalismo, quando boa parte delas já depende – parcialmente, ao menos – de relações mercantis plenamente dominadas pelo grande capital-imperialismo. Não obstante,

populações organizadas em escala internacional, por exemplo, na Via Campesina, lutam para conservar as condições sociais rurais de sobrevida (ainda que parciais), e opõem barreiras à plena relação social do capital, à produção massiva de seres sociais disponibilizados.

Boa parte dos procedimentos de privatização de empresas públicas experimentados nas últimas décadas assemelha-se às expropriações primárias, pois incidiram sobre bens coletivos, similares às terras comunais; porém, ocorriam também em âmbitos *internos*, em sociedades nas quais já vigoravam plenamente relações capitalistas, diferindo das primeiras que até então avançavam sobre populações e sociedades não integralmente capitalistas. As expropriações sobre bens coletivos ocorreram como violência e como *extinção de direitos*, até então consolidados através de privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte, etc. As expropriações contemporâneas não pararam por aí e devoraram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedade exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertido em mercadoria através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar. Um dos elementos a considerar é a sistemática retirada do direito ao contrato de trabalho, ou a expropriação de direitos associados à atividade de produção de valor. Novas modalidades contratuais escassamente portadoras de direitos se generalizam, como subcontratações, terceirizações e, o mais impactante, trabalhadores vendendo força de trabalho desprovidos de qualquer contrato ou direito como, por exemplo, através de bolsas de variados tipos ou de voluntariados organizados por grandes empresas.

Talvez a forma mais impactante das expropriações internas seja o amplo terreno científico tomado genericamente como o setor da saúde, que constitui na atualidade um dos mais importantes setores de investimentos mundiais. A área da saúde envolve, em muitas de suas práticas, a invenção de novos procedimentos de expropriação capazes de, eventualmente, permitir a expansão da extração de mais-valor ainda que pela destruição de relações humanas e de modificações na relação entre humanidade e a natureza biológica que podem levar à devastação da própria humanidade, como sustenta Mészáros.

No terreno da saúde, é certamente difícil e doloroso imaginar tais expropriações, uma vez que procuramos pensar a vida humana na sua totalidade complexa, envolvendo suas mediações com a natureza e com os demais seres humanos na produção social de sua existência e de vidas dignas. No entanto, essas expropriações vêm ocorrendo de forma massiva, apresentando-se como pura "natureza", através, por exemplo, da expropriação do próprio corpo como fenômeno de novo tipo.

Estou assinalando algo diferente das formas de sua mercantilização que já conhecemos, como a prostituição, a venda de pessoas ou a venda de órgãos, as quais lastreiam-se na suposição de cunho liberal, de uma "propriedade do corpo", argumento forjado na aurora do capitalismo. Edgardo Lander (2006) designou o fenômeno como "ciência neoliberal", outros o denominam "biocapitalismo" (GARCIA, 2006); porém, ambos os termo são insuficientes para dar conta do fenômeno, no qual a própria vida biológica humana é expropriada, passando a constituir propriedade privada. Apresentá-lo como mera "mercantilização" oculta o processo social de expropriação que o constitui. Como se pode ver a seguir, trata-se de uma transformação veloz e que envolve retirar da humanidade o domínio de sua própria natureza:

> O primeiro animal patenteado foi a ostra Allen, cuja alteração cromossómica lhe conferia uma maior dimensão e um sabor mais intenso. No âmbito dos seres vivos, em 1988, o US Patent and Trademarrk Office (USPTO) admitiu o primeiro registro da patente de um mamífero, um rato transgênico – o chamado rato Harvard – dotado de um gene humano passível de desenvolver um câncer. Este caso, que foi precedido de quatro anos de polêmica muito alargada, acabou por ser também aceite pela Agência Européia de Patentes. Trilhado o caminho da *apropriação privada da vida biológica, esta estendeu-se em pouco tempo à biologia humana*. Em 1998, cerca de 8000 *patentes sobre genes humanos*, técnicas e métodos relativos ao seu isolamento e manipulação tinham sido concedidas pelo USPTO. Em outubro de 2000, tinham sido entregues 160.000 pedidos de patentes relativos a sequências de ADN por firmas sediadas nos EUA, na Europa ocidental e no Japão, sendo que 70% partiram de um grupo de apenas 10 empresas e só a francesa

> Genset concorria a 36.000 patentes. Em 2001, tornou-se possível a concessão de patentes relativas a células estaminais humanas e a embriões de mamíferos desenvolvidos em laboratórios, sem recurso a esperma, que poderiam ser utilizados, por exemplo, para a clonagem de animais. (GARCIA, 2006, p. 985, grifos meus)

Menos do que enfrentar os grandes problemas de saúde coletiva e pública, derivados estreitamente da lógica social imposta pelo capital, tais expropriações seguem a linha já predominante da produção de "remédios-mercadorias" para doenças e/ou sofrimentos forjados também pela dinâmica da vida social imposta pelo capital, enveredando ainda mais decididamente na hierarquização do acesso a produtos e técnicas destinados aos segmentos sociais potencialmente capazes de consumi-los, como cosméticos, medicamentos para deter o envelhecimento ou para doenças que acometem mais frequentemente setores mais abastados da população. Porém, o precedente envolve elementos muitos mais dramáticos do que simplesmente o lucro e a desigualdade: o controle privado das condições da existência biológica, expropriadas da população, pode reverter na própria produção de novas e trágicas enfermidades ou necessidades de "saúde", derivadas do imperativo do lucro ao qual estão submetidos tais controladores de patentes.

Debates teóricos

1 – David Harvey: espoliação ou expropriação? Há "lado de fora" do capital?

O geógrafo marxista David Harvey formulou tese aparentemente idêntica à que estamos defendendo neste livro (HARVEY, 2004). No entanto, há algumas diferenças importantes, que merecem ser ressaltadas, em especial a contraposição entre expropriação e espoliação por ele realizada e, em seguida, o tema da produção de externalidades. Harvey forjou o termo "acumulação por espoliação" (*dispossession*, em inglês[16]), contraposta por ele à acumulação por reprodução expandida[17].

Para Harvey, a acumulação por despossessão indica o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica

(acumulação primitiva), que volta a se expandir, incidindo, inclusive, nos países já plenamente capitalistas, e que implica a eliminação (espoliação) de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, águas, conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação. Ressalta como essa expansão atual reatualizou o roubo, "pecado original" da acumulação primitiva, para que a acumulação atual, sobreacumulada, não cesse (*Id. ibid.*, p. 119). Mantém-se a expropriação de trabalhadores do campo, mas volta-se agora para espoliar bens e direitos em situações plenamente urbanas e já capitalistas.

Vejamos de perto alguns pressupostos de seu argumento que me parecem problemáticos. Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original ("primitivo"), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria *qualitativamente* diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital: "a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto" (*Id. ibid.*, p. 135). Disso decorre que o capitalismo normalizado abrandaria as características especulativas e fraudulentas dos momentos "primitivos" (*Id. ibid.*, p. 123).

Ora, Marx de fato considera que, uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica "normalizada" sobre os trabalhadores agora "livres" substitui a violência aberta. No entanto, em inúmeras passagens d'*O Capital*, como já mostrado anteriormente, reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe *sempre sucessivas expropriações*, para além daqueles trabalhadores já "liberados" (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores).

Além disso, a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente "normalizada", pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados. A maior produtividade, ou a intensificação de uma exploração judicializada (contratual e com direitos) de força de trabalho nos países centrais, foi

acompanhada de permanente expropriação a par da recriação de formas mais ou menos compulsórias de trabalho nas periferias que, não obstante, não podia mais ser considerada como externa ao capital. A passagem para a grande indústria, no século XIX, impôs a colonização brutal da Ásia; a intensa tecnologização da produção, já em plena etapa monopolista caracterizada pelo fordismo, exigiu violentas lutas de partilha do mundo, com o recrudescimento da colonização, e foi atravessado por duas guerras mundiais. Finalmente, os chamados "anos gloriosos" do Welfare State em alguns países conviveram com a imposição de ditaduras ferozes nos mais distantes pontos do planeta: Oriente Médio, América Latina (com especial truculência na América Central), na própria Europa – Grécia, Portugal e Espanha – e na Ásia, sendo o mais dramático o caso da Indonésia. Em muitos países, a subalternização de trabalhadores foi realizada sob condições extremas, com o decidido apoio militar dos países centrais e, em especial, dos Estados Unidos Assim, a dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar, e sim formas de conexão peculiares a cada momento histórico, no qual as forças capitalistas dominantes (quer tenham origem em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão. A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou "normalizou" em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas ("normalizados") e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrário, das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países. Todos, porém, respondem crescentemente a uma mesma dinâmica social. Em outros termos, a normalização das relações capitalistas corresponde à expansão sempre mais truculenta de expropriações, tornando normalizada a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capa-

cidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora.

Harvey distingue ainda uma "acumulação produtiva" de uma "acumulação predatória", embora assinale sua imbricação: "*A acumulação do capital tem de fato caráter dual.* Mas os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente" (*Id. ibid.*, p. 144, grifos meus). Esta última predominaria sobre a primeira no período atual, estando no cerne das práticas imperialistas neoliberais e neoconservadoras. Essa dualização conduz Harvey a enfatizar a separação entre as lutas de classes (que perderiam relevância na atualidade) e as múltiplas e dispersas identificações, que decorreriam "das formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume" (*Id. ibid.*, p. 142), propondo, entretanto, sua aproximação. A concepção de classe social subjacente ao texto desliza de uma forma de organização fulcral do conjunto da vida social, a qual somente pode se expressar conscientemente a partir da elaboração de experiências comuns, para uma modalidade identitária ou cultural. A contraposição entre as formas de acumulação leva Harvey a não correlacionar as múltiplas expropriações ao gigantesco crescimento da disponibilização de trabalhadores para o capital ("livres como pássaros" como expressou Marx) expandindo-se a classe trabalhadora, cuja unificação atual, ao ocorrer sob o jugo do capital, se dá sob a forma da fragmentação e da competição, na disputa por melhores condições, em situação social dramática.

Esse fenômeno contemporâneo, ao converter massivamente a população em meros indivíduos ofertadores de sua capacidade de trabalho, de maneira mundial, permite supor, ao contrário, o acirramento da luta social atualmente dispersa. A contraposição está a cada dia mais evidente entre a concentração do capital, de forma direta e brutal, e a dispersão que impõe a seus oponentes. É possível compreender o espanto, para Harvey, entre capitalismo normalizado e espoliativo. A grande diferença atual é que fraudes e roubos cometidos pelos países imperialistas, sobretudo, fora de seu território passaram agora a fazer parte do seu próprio cotidiano. Por essa razão,

muitos consideravam que os países centrais tinham alguma virtude específica, enquanto os demais sofreriam de algum déficit: de capitalismo, de capacidade organizativa popular, de democracia. Raros os que derivavam a virtude dos primeiros à existência dos segundos. Não é este o caso de Harvey, crítico feroz do imperialismo.

Para ele também, entretanto, essa nova característica internamente predatória parece pesar. Na atualidade, a distância se reduz velozmente e as mesmas práticas tornam-se corriqueiras em todos os países, com fraudes eleitorais, manipulações grosseiras das "opinião pública", sindicatos pelegos, máfias diversificadas e escândalos de corrupção não mais limitados ao que se convencionou chamar de "periferias". A ameaça recorrente do desemprego aprofunda-se nos países centrais por meio da expropriação de direitos que limitavam a disponibilização da força de trabalho; modificações perversas nas modalidades de contratação de força de trabalho intensificam-se indiscriminadamente. Aprofunda-se a disponibilidade permanente, "livre", de enorme parcela da força de trabalho, e o fenômeno vem ocorrendo também entre estratos de trabalhadores que se acreditavam protegidos de tal eventualidade. Recompõem-se duras hierarquias no processo de trabalho, de maneira a sobrepor à já acirrada concorrência imposta pelo capital de forma difusa e esparsa, como "necessidade natural", uma concorrência interna, entre trabalhadores com direitos contratuais profundamente diversos e, mesmo, desprovidos de direitos associados ao trabalho.

O segundo ponto que destacaremos da hipótese de Harvey refere-se às dimensões *interna* e *externa* dos movimentos do capital. Sendo um processo histórico, a criação de um mercado mundial – assinalado por Marx – ocorria alterando desigualmente a maneira de viver de boa parcela da população mundial, o que não queria dizer que a socialização da produção atingisse homogeneamente a maioria da população mundial. Havia – e segue havendo, embora em muito menor escala – situações sociais nas quais preservam-se modalidades de existência distintas daquelas promovidas pelo capital. Ao lado da predominância capitalista plena no interior de alguns países, seguia existindo uma extensa maioria não capitalista. A expropriação da terra, expropriação primária e fundamental para a exploração do

mais-valor, seguiria ocorrendo mesmo nos países capitalistas ao passo que se dilatava com intensidade variável para os demais países, subordinados aos primeiros, resultando em modalidades e ritmos de expropriação diversos, pelo entrelaçamento de formas variadas de extração de sobretrabalho com a modalidade propriamente capitalista, a do mais-valor. Como vimos anteriormente, há ainda enorme parcela da população em atividades agrárias e pode-se supor que, em muitos casos, sua existência constitua uma espécie de fronteira externa ao capital, mesmo se, em outros tantos casos, já estejam inseridos em relações mercantis e integrando cadeias internacionais de socialização da produção, como os produtores indianos de algodão, por exemplo que, proprietários ainda de seus meios diretos de produção, experimentam sucessivas crises – que resultam em expropriações – ligadas ao uso de sementes transgênicas (CARTA CAPITAL, 2008). De qualquer forma, a fronteira externa se reduziu significativamente ao longo do século XX.

Rosa Luxemburgo, em tese polêmica, considerava a existência de fronteiras de expansão para o domínio do capital, compostas por relações não plenamente capitalistas como elemento essencial para a expansão do capital e do capitalismo, por impossibilidade da realização mercantil no contexto estrito das sociedades capitalistas (LUXEMBURGO, 1985, p. 227-252). Baseando-se nesse pressuposto, David Harvey (2004) sugere a existência da produção de novas externalizações (ou fontes de espoliação, segundo seus termos) *pelo próprio capital*. Harvey mantém, como Rosa, a pressuposição da necessidade de uma "exterioridade" para o capital, porém modifica a formulação original. Harvey considera que, se para Rosa Luxemburgo, "o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos *fora de si mesmo* para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação", na atualidade se evidencia que, caso esses "ativos não estejam à mão, *o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira*" (HARVEY, 2004, p. 119, grifos meus), segunda e crucial característica apontada por ele para definir a forma atual como acumulação por espoliação.

A investida dos países capitalistas nos primórdios do século XX, como apontou Rosa Luxemburgo (e que envolviam expropriações das populações do campo) ocorria de forma *externa*, abrangendo

regiões não capitalistas, enquanto a principal tendência contemporânea seria exatamente essa dimensão *interna*, através da qual todas as atividades humanas tendem a ser submetidas à valorização do capital. Harvey considera que o próprio capital passou a produzir externalidades, assegurando terreno para sua expansão, sendo este um dos elementos distintivos da acumulação "primitiva" (que considera como sendo para fora de relações capitalistas) da acumulação por espoliação. Sua tese é fundamental e contribui para evidenciar a permanência do processo de expropriação, porém também incorpora dificuldades, em especial sobre a existência de um "lado de fora" (uma externalidade) e sobre uma "qualidade" diferente entre as formas de acumulação.

Para dimensionar a amplitude do tema, e compreender o teor da polêmica, precisamos recuar no tempo, identificando algumas polêmicas teóricas sobre a existência de âmbitos ou setores sociais externos ao capital. Para tanto, anteciparemos rapidamente o debate que veremos no capítulo seguinte, opondo Lenin a Kautsky sobre o teor do imperialismo, quando reaparece em Kautsky a suposição da existência de setores econômicos mais ou menos refratários, por sua natureza, ao capital. Este não se limitaria a um fenômeno histórico de transformação, ou transfiguração, de formas "pré-capitalistas" de produção da existência – o termo fazia, então, mais sentido do que hoje, pois se tratava das formas históricas pré-existentes e que estavam sendo intensamente modificadas por variadas modalidades de subordinação ao capitalismo. O tema é complexo e apenas afloraremos aqui um de seus aspectos. Kautsky foi um dos mais importantes pensadores marxistas sobre a correlação entre a produção agrária e a industrial, sendo a *Questão Agrária* o título de uma de suas mais relevantes contribuições (KAUTSKY, 1986). No bojo de exacerbados debates no interior da social-democracia no século XIX, Kautsky redige formidável estudo procurando identificar as características próprias da transformação histórica concreta no mundo agrário, em especial na Alemanha. Incluía a suposição de que "a agricultura não se desenvolve, em absoluto, como cópia fiel da indústria, mas de acordo com suas próprias leis" (*Id.*, p.15), levando-o a estabelecer uma diferença qualitativa entre a produção de base urbana e a produção agrária, de tal forma que

> todo o trabalho aparece pleno e dominado pela sensação de que o mundo camponês é algo peculiar e irredutível aos esquemas da clássica descrição socialista da economia moderna. (PROCACCI, 1988, p. 112)

Ressalte-se que esta descrição, em muitos casos, por enfatizar os traços legalizantes da produção capitalista, descurava dos processos históricos, dos "matizes e contaminações" contidos nos processos históricos concretos, permitindo assim compreender o passo kautskyano. Em 1914, em *O Imperialismo e a guerra,* Kautsky (2008) retomaria o tema, sublinhando a distinção entre a atividade agrícola e a atividade industrial. Aqui, distante do longo trabalho anterior de pesquisa, o tema é ressaltado de maneira bem mais unilateral. A agricultura (mesmo capitalista) sofreria pela limitação das terras, pela limitação de seus produtos (menor variedade), pela tendência permanente a esvaziar-se de mão de obra, por maiores dificuldades técnicas em aumentar a produtividade. Não obstante, apesar de oferecer menos atrativos para o capital do que a indústria, seguiria sendo fundamental para esta última, ao fornecer-lhe os insumos necessários. A análise de Kautsky não se aprofunda nas relações sociais predominantes em cada ramo de atividade, ou nas conexões entre elas, e enfatiza a singularidade de cada atividade, insistindo na *diferença qualitativa* entre o trabalho na terra e o trabalho industrial. Nessa linha de raciocínio, ao menos uma parcela da agricultura seria um "peso" para o capitalismo (que, para ele, é fundamentalmente sinônimo de indústria urbana), seria algo de quase permanentemente *externo* ao capitalismo. A oposição cidade-campo, característica dos primórdios do capitalismo, longe de diluir-se no predomínio geral do capital, se aprofundaria e uma das razões residiria na *natureza do agrário*, independentemente das relações sociais de trabalho que nele se instaurassem.

Kautsky realiza uma generalização problemática, embora derivada de atenta observação empírica. De fato, o ritmo de transformação do conjunto das relações sociais no campo não é o mesmo do vigente nas regiões urbanas. Relações de trabalho de formatos variados seguiram – e continuam – existindo na agricultura, seja como persistência de formas anteriores, seja como modalidades híbridas, resultantes de modulações variadas de dominação direta do

capital na produção. Kautsky ressalta que a expansão industrial (no sentido da atividade urbana e fabril) resultou em pressões para a ampliação da produção agrária (mineração e agricultura) para assegurar a dinâmica industrial e, nesse sentido, sua sugestão é pertinente, quando sublinha a importância da incorporação de terras (colonização) para a expansão industrial, quaisquer que fossem as relações sociais ali dominantes, contanto que se assegurasse o aprovisionamento de bens para as indústrias dos países capitalistas. Admitia assim uma necessidade de expansão do capital para fora dos seus próprios limites, para um âmbito geograficamente externo. A coexistência ainda hoje persistente entre diversas formas sociais de produção agrária o reafirma. No entanto, supor que o imperialismo derivava centralmente de uma contradição entre indústria desenvolvida e produção agrária – especificamente a agricultura – refratária (ou incapaz de capitalizar-se na velocidade necessária) desconsiderava as profundas transformações (inclusive de produtividade) que a própria produção agrícola poderia experimentar, ainda que nela subsistindo uma pluralidade de formas sociais de trabalho e produção. Entretanto, essa pluralidade jamais foi prerrogativa unicamente agrária, uma vez que, também nas regiões diretamente urbanas, plêiades de atividades se desenvolveram, crescentemente submetidas ao predomínio mercantil (artesanatos e pequenos empreendimentos), regularmente subsumidas ao capital, de maneira formal ou direta. Processos similares atingiram populações rurais e urbanas. Muitos trabalhadores, em diferentes atividades, tentaram (e seguem tentando, como os camponeses) preservar suas formas históricas de existência. Submetidos à intensa mercantilização e a sucessivas expropriações, muitas dessas atividades tradicionais foram contraditória e simultaneamente preservadas, modificadas e mutiladas. Embora Kaustsky admita, em *A Questão Agrária*, que se trata de um processo histórico que imbrica formas produtivas diversas, o texto posterior deixa em aberto a suposição de uma externalidade permanente constituída pela agricultura.

Rosa Luxemburgo preocupou-se com fenômeno similar, porém com outro registro. Enquanto para Kautsky a relação entre indústria (urbana) e campo (sobretudo a agricultura, a mineração

tendo outra configuração) resultava numa questão agrária *exteriorizada por sua natureza*, para Rosa o mesmo problema apresentava-se sob a forma da relação entre sociedades capitalistas e não capitalistas e, portanto, no avanço das relações sociais capitalistas para um espaço social que lhe seria *exterior, porém condição para seu desenvolvimento.* Para ela, a realização da mais-valor "se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não capitalistas." (LUXEMBURGO, 1985, p. 251), o que impulsionava necessariamente a expansão do capital para além dos limites nos quais a existência social já estava plenamente dominada por relações capitalistas.

Apesar da enorme diferença entre os dois casos, o que se instaura como problema é a necessidade de um *lado de fora* do capitalismo, seja pela natureza da atividade agrária, em Kautsky, ou pelas relações sociais não capitalistas, em Rosa Luxemburgo. Em inícios do século XX, este aspecto era impactante, dado o predomínio em todo o planeta de formas de vida e de relações sociais de tipo não capitalista, isto é, populações fortemente rurais, fracamente expropriadas e em países não industrializados.

Tal argumento dificulta, porém, compreender como a dinâmica *interna* da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural.

A proposição de Lenin, ao supor uma transformação qualitativa da totalidade do processo, derivada do próprio crescimento e concentração do capital, admite a *tendência à eliminação de tal "exterioridade"*, vigente vigorosamente em inícios do século XX (como

resquícios feudais em quase toda a Europa e, sobretudo, na Rússia) incorporada desigual e subalternamente a uma dinâmica de cunho totalizante e planetária, sob modalidades diversas, mas que envolvem, regularmente, o uso do controle militar. O que até outrora fora exterior tornava-se, doravante, incorporado, internalizado, ainda que de maneira profundamente desigual.

A enorme expansão capitalista no século XX não reduziu a complexidade do tema: de fato, é impossível desconsiderar a persistência de setores cujas relações internas não espelham mecanicamente um conjunto das relações capitalistas tomado como "modelar", em especial setores camponeses que resistiram, sob formas variadas, à expropriação e às formas políticas, sociais e culturais que a acompanham. Pode-se admitir que ainda constituam uma fronteira externa para o capital, na medida em que detêm ainda a propriedade da terra (no todo ou em parte) e a de seus meios diretos de produção, conservando-se num modo de produção de mercadorias não plenamente capitalista. Não obstante, torna-se cada dia mais difícil considerá-los como alheios à dinâmica capitalista e, portanto, como *externalidade*s, inclusive porque, em muitos casos, tornaram-se alvo das *novas* expropriações, como das águas. Parece-nos haver um estreitamento avassalador de fronteiras externas ao capital, ao passo que os procedimentos fundamentais, que constituem a relação social fundante do capital – as expropriações – se intensificam de maneira apavorante.

Vale lembrar que mesmo no terreno mais obviamente capitalista, como a própria generalização de monopólios, não ocorreu a supressão integral da existência de setores menores e concorrenciais que, eventualmente, foram até estimulados, como as subcontratações entre empresas. Fenômenos como a divisão de enormes conglomerados em miríades de empresas concorrentes entre si, as quais podem continuar a pertencer aos mesmos proprietários, demonstram a imposição de formas diversificadas, porém acopladas de extração de mais-valor. A permanência de campesinato ou de semicamponeses em muitos países; a recriação de miríades de empresas menores e altamente competitivas, embora sob o controle eventual de proprietários de capital monetário; a sofrida e legítima conquista de grupos

indígenas de suas terras ancestrais e sua conversão em guardiões de extensas áreas naturais (biodiversidade) podem resultar em combinações contraditórias. A tendência permanente a tudo englobar pelo capital *modifica formas históricas diversas* e, mesmo quando permite a manutenção ou incita sua reprodução, as converte em modalidades alteradas de subordinação ao capital, obstaculizando a possibilidade de sua reprodução plena nos formatos pré, não ou anticapitalistas. A imposição de traços sempre mais desigualitários favorece, contraditoriamente, que se reconstituam, ou mesmo se reconstruam, os elementos mais fortemente contrastantes das tradições anteriores, em especial os elementos igualitários, em sua oposição à dissolução mutilada dos vínculos comunitários imposta pela constante expansão expropriadora do capitalismo. Constituem, a meu juízo, não externalidades ou resquícios, mas lutas plenamente internas, que incluem a capacidade renovada de contrapor tradições diversas à forma aniquiladora da imposição generalizada do capital. Reagem abertamente às características fortemente desiguais da subordinação expropriadora capitalista, que não se amainaram e, ao contrário, se aprofundaram. Movimentos populares de base camponesa vêm atuando com caráter fortemente anticapitalista, luta caracteristicamente *interna*, e não apenas com viés romântico, de retorno a um tempo anterior mitificado, desde uma posição externalizada. Tais movimentos sociais podem aportar uma característica essencial, ao recriar e reconstruir dinâmicas sociais em parte preservadas, em parte modificadas e ampliadas em seu alcance, que reconfiguram, no próprio cotidiano, a oposição à lógica do capital. Suscitam, como lembrou Edward P. Thompson, no memorável artigo *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial* (THOMPSON, 1995, p. 395-452) uma memória fundamental – a da historicidade que nos recobre – que não atua apenas em vagas lembranças, mas em práticas e formas sociais que, estas, podem se disseminar e, sobretudo, potencializar a luta contra uma suposição de que "não há alternativas".

O argumento de Harvey, de uma nova produção de *externalidades* qualitativamente distinta das expropriações, não parece convincente, exatamente num período em que a tendência mais dramática é a subordinação de todas as formas de existência ao capital. O conceito

de expropriação, como base fundante da relação social que sustenta a dinâmica capitalista, permite melhor apreender a dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais.

A aparência de uma agregação ou produção de "externalidades", ou ainda de uma atuação unilateral, como a "apropriação" ou "mercantilização", não deve encobrir o fato de que, em todos os casos, trata-se de uma intensificação das características mais fundamentais da reprodução do capital (que não se reduz a uma forma econômica aparentemente "normalizada" em alguns períodos) e que envolve o conjunto das relações sociais. Por exemplo, a investida sobre áreas ou setores até então escassamente controlados pelo capital – como, por exemplo, os mares e oceanos – somente pode ser compreendida enquanto relação social se lembrarmos que corresponde a uma brutal expropriação do conjunto da humanidade de um bem natural até então socialmente disponível.

Isso torna possível compreender as novas características das expropriações no período do capital-imperialismo multinacionalizado, pois recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente. A extração de mais-valor, voltada para valorizar tais massas crescentes de recursos concentrados, sob uma propriedade "abstrata", associa trabalhadores em condições as mais diversas, desde a mais alta ciência até o trabalho infantil e/ou compulsório em condições degradantes, dos megaconglomerados a máfias diversas, ocorrendo em pontos diversos do planeta ou na mesma cidade, elos da mesma produção de mais-valor para o capital, mas totalmente segmentados. Não se trata de um desvio, ou de uma situação inusitada, mas da própria dinâmica perversa e socialmente dramática do capital.

2 – Qual o papel histórico da expropriação?

Ellen Wood, em seu livro *A origem do capitalismo*, apresenta várias hipóteses polêmicas. A primeira, de fundo propriamente histórico, defende que o capitalismo originou-se apenas na Inglaterra

(e não na figura do "burguês"), tendo como fulcro as características específicas do campo inglês, lastreadas na tríade assinalada por Marx, composta por "latifundiários que viviam da renda capitalista da terra, arrendatários capitalistas que viviam do lucro e trabalhadores que viviam do salário" (WOOD, 2001, p. 102), o que corresponde especialmente ao leste e sudeste das Inglaterra. A segunda, a de que a origem do capitalismo é rural e não urbana, e resulta da imposição de uma compulsoriedade ao aumento da produtividade (*compulsion*[18]), principalmente sobre os arrendatários – grandes ou pequenos – que gerou profunda transformação das relações sociais de trabalho e de propriedade. Em que pese a relevância do tema, não me estenderei sobre essas duas hipóteses, que envolvem debate com a historiografia contemporânea sobre as origens do capitalismo.

Sua terceira hipótese interessa diretamente ao tema que estou tratando: Wood sugere que a expropriação *decorre* das relações sociais capitalistas, *não sendo sua condição* prévia, enquanto estamos considerando neste livro que as expropriações são simultaneamente condição e decorrência. Eis a hipótese de Ellen Wood:

> Mas é importante ter em mente que as pressões competitivas, assim como as novas "leis de movimento" que as acompanharam, dependiam, em primeiro lugar, *não da existência de um proletariado de massa, mas da existência de arrendatários-produtores dependentes do mercado.* Os trabalhadores assalariados, especialmente os que dependiam inteiramente do salário para sobreviver, e não apenas como um suplemento sazonal (...) *continuaram a ser minoria na Inglaterra do século XVII.* (WOOD, 2001, p. 102-103, grifos meus)

Acompanhemos seu argumento. As pressões competitivas – exigências mercantis de aumento da produtividade para assegurar a manutenção dos arrendamentos, ou seja, "produzirem por um custo mais eficiente, em concorrência direta com outras pessoas no mesmo mercado" (WOO, 2001, p.79) – afetaram tanto arrendatários que assalariavam quanto fazendeiros produtores diretos, com suas famílias, mesmo sem contratar mão de obra.

> As pessoas podiam ser dependentes do mercado – depender dele para as condições básicas de sua auto-reprodução –

> sem serem completamente desprovidas de propriedades. (...) Em outras palavras, *a dinâmica específica do capitalismo já estava instaurada na agricultura inglesa antes da proletarização da força de trabalho*. (WOOD, 2001, p.103, grifos meus)

Wood introduz duas variáveis significativas para nossa reflexão: na primeira, a de que não foi a contraposição entre cidade e campo o que originou as relações sociais capitalistas, mas uma total subordinação do capital e do trabalho, no próprio âmbito rural, aos imperativos da *concorrência mercantil* entre produtores:

> Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. (...) [O mercado torna-se] o determinante e regulador principal da reprodução social. A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupôs sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento. (WOOD, 2001, p.78)

A segunda variável: sua hipótese parece contestar o que expus anteriormente sobre a importância da expropriação como base social da relação capitalista. De fato, para perscrutar as origens, ou o nascimento da relação social tipicamente capitalista, Wood enfatiza que a compulsividade produtivista para o mercado, iniciada no século XVI na Inglaterra, embora já incorporasse assalariados, não tinha neles o lastro fundamental, que incidia, principalmente, sobre os proprietários arrendatários e suas famílias. A preocupação de Wood não é diminuir o fato de que as expropriações se tornarão a forma central – e dramática – da produção de trabalhadores, assegurando a expansão da relação social capital, mas a de enfatizar que nessa relação há um elemento original – a exigência do crescimento de produtividade sob condições mercantis, alterando a própria forma da propriedade. Essa ênfase se esclarece quando compreendemos o objetivo central de sua polêmica: de um lado, opor-se àqueles que apresentam o mero crescimento do mercado como resultando, por acréscimo, em capitalismo, desconsiderando as especificidades desse modo de produção e, portanto, reduzindo o papel da profunda ruptura que o capitalismo significou diante das formas sociais precedentes. Wood

prioriza o aspecto das relações sociais de produção e, por isso, em segundo lugar, opõe-se resolutamente ao determinismo tecnológico, o qual pretende explicar as transformações sociais com base na introdução de novas técnicas ou tecnologias, que figuram como externalidades, como *deus ex machina*, e não como resultado de exigências sociais e históricas para sua elaboração e implementação.

Porém, se seu objetivo não é contraditório com as teses que estamos trabalhando, Wood introduz um elemento apenas aparentemente perturbador, pois, segundo ela, a proletarização massiva da força de trabalho teria ocorrido *posteriormente* à implementação de uma dinâmica *produtiva* e *proprietária* especificamente capitalista, ainda que circunscrita, num primeiro momento, a certas localidades inglesas.

Wood afirma que uma vez posta em marcha tal dinâmica relacional impulsionadora do aumento da produtividade, ela rapidamente foi capaz de absorver e de transformar o conjunto da vida social, em sua totalidade, *ainda que não transformasse o processo de trabalho em assalariamento de maneira homogênea*. Esse é o primeiro ponto a ressaltar: a dinâmica capitalista, ao transformar o âmago das relações na produção, incorporando o que Wood chama de *compulsion* (compulsoriedade), abre as comportas para que um polo no qual predominam relações de produção altamente produtivas/competitivas domine e transforme todo o conjunto da vida social.

Ademais, a hipótese de Wood sugere que o cercamento dos campos, ou a expulsão dos camponeses – direta ou parlamentar – não visava apenas à remoção de trabalhadores por parte dos arrendatários ou empresários, mas tornou-se uma necessidade crescente para todos os que precisavam *atualizar suas propriedades* sob o novo formato, o da exclusividade capitalista. Aqui há um segundo ponto a ressaltar: uma vez implantado o regime de propriedade e de produção competitiva/produtivista capitalista, os demais setores e frações de classes dominantes anteriormente predominantes precisaram, mais ou menos rapidamente, a ele adequar-se, não necessariamente integrando o conjunto das relações de exploração do trabalho de tipo capitalista, mas assegurando que suas propriedades originadas em outras bases sociais se tornassem plenamente conversíveis à propriedade

capitalista[19]. Em outros termos, isso significa a incorporação dos demais setores dominantes à lógica do capital.

A saída das terras mostrou-se imperiosa também para os camponeses. Estes, embora lutassem para nelas permanecer e garantir a perpetuação de suas tradições, tornavam-se cada vez menos capazes de *competir* com o avanço da propriedade e com a produtividade dos arrendatários. A compulsoriedade produtiva favorecia a rápida conversão dos arrendatários bem-sucedidos em grandes proprietários e permitia a permanência dos grandes proprietários anteriores. Esse é um terceiro elemento a ressaltar, pois o processo de expropriação, embora tenha um pano de fundo violento, se apresenta também como resultado da necessidade de subsistência dos próprios camponeses.

Na Inglaterra dos primórdios do capitalismo, ao lado do assalariamento, teria coexistido uma parcela de trabalhadores não integralmente expropriada da propriedade – agora exclusiva – sobre um pedaço de terra, porém não mais capaz de prover integralmente o sustento familiar. Assim, o assalariamento, como prática social *originária*, apoiava-se tanto na expropriação *tout court*, mais visível como seu resultado nas áreas urbanas, quanto, sobretudo na expropriação da propriedade *comunal* agrária, impondo aos camponeses um complemento salarial para sua subsistência.

Essa característica originária reduziria a importância das expropriações no mundo contemporâneo? O assalariamento complementar de pequenos proprietários ou de camponeses não invalidaria a hipótese com a qual trabalhamos, de que a expropriação é condição central para a implantação e expansão da relação-capital? Seria a relação social especificamente capitalista a compulsoriedade da competição e não a correlação entre expropriação e concentração da propriedade?

Para Wood, a questão se coloca de maneira bastante clara – a origem da relação social capitalista é uma profunda ruptura com as formas da relação mercantil simples, e não sua continuidade. É essa origem, ou essa relação de transformação das relações sociais de propriedade e essa nova forma de sujeição do processo de trabalho ao mercado (*compulsion*) que impulsionarão e exigirão a expropriação massiva da população. Nesse sentido – e apenas nele – a expropriação

deriva dessa transformação, não sendo sua causa original. Não obstante, uma vez iniciado, impõe a expropriação como condição para sua expansão.

Wood frisa ainda que não é possível identificar essas origens às demais formas de transformação ao capitalismo de outros países, pois, uma vez deslanchado o processo, este passaria a integrar-se a lógicas distintas e a formas históricas com outras peculiaridades. Depois que o capital impôs-se – pela competitividade, pelo baixo preço de suas mercadorias cotidianas (e não por produtos de luxo) – "nenhuma entrada na economia capitalista pôde ser igual às anteriores, já que todas ficaram sujeitas a um sistema capitalista maior e cada vez mais internacional" (WOOD, p. 75). Para Ellen Wood, pois:

> As forças competitivas do mercado [*compulsion*], portanto, foram um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas essas forças econômicas foram auxiliadas, sem dúvida, pela intervenção coercitiva direta para expulsar os ocupantes da terra ou extinguir seus direitos consuetudinários. (WOOD, 2001, p. 86)

Na peculiaridade rural inglesa diante do mundo europeu, os mercados aceleraram a polarização entre proprietários de terra cada vez maiores e multidões de não proprietários. "O resultado foi a famosa tríade composta por latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados", com uma "agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar um grande população não dedicada à produção agrícola." (WOOD, 2001, p. 86).

A proletarização, que representou a transformação completa da força de trabalho em mercadoria, viria a conferir poderes coercitivos novos e mais extensos ao mercado, criando uma classe trabalhadora completamente dependente dele e completamente vulnerável à disciplina do mercado, sem nenhuma mediação e sem recursos alternativos. (WOOD, 2001, p. 101-102)

Parece-me, pois, que, longe de contrapor-se à centralidade das expropriações, Wood procura interrogar-se sobre um momento inaugural, que permitiria explicar a mercantilização da força de trabalho como correspondendo plenamente à emergência de novas relações sociais de propriedade e de subalternização do processo de trabalho

aos imperativos de competitividade, eficiência, lucratividade; numa palavra, melhoramento, ou *improvement,* base da dinâmica capitalista. Deste impulso resultaria a conversão massiva da força de trabalho em mercadoria, através das expropriações. Mas Wood não oculta a importância da existência prévia de uma grande cidade, como Londres, a maior da Europa, já composta por trabalhadores urbanos, dependentes da produção agrária que, se não resultavam de uma expropriação clássica, já demonstravam modificações significativas na composição demográfica inglesa.

3 – Expropriação como anseio proletário?

Se Wood faz decorrer as expropriações das relações sociais de propriedade e de uma nova imposição compulsória – a produtividade e a competitividade – Wallerstein (1987)[20], em texto publicado originalmente em 1983, ao contrário, considera que a proletarização resulta da pressão dos trabalhadores, mais do que da imposição dos empresários capitalistas. Estes últimos seriam favorecidos pela permanência das *households*, ou das unidades domésticas e sua economia complementar, que rebaixavam o valor da força de trabalho masculina pelo trabalho não pago do restante da família, em especial das mulheres. Wallerstein admite, como Wood, que a proletarização europeia não significou, de maneira imediata, a total expropriação dos trabalhadores, tendo ocorrido também de maneira parcial e parcelar. Diferentemente de Wood, entretanto, Wallerstein deixará de lado o processo de expropriação, para enfatizar a semiproletarização.

Segundo Wallerstein, o pleno assalariamento seria mais caro para os capitalistas, pois deveria assegurar a manutenção integral da família operária (*Id. ibid.*, p. 28). Ora, se foi a luta dos trabalhadores quem impôs o assalariamento, reduzindo os lucros, como explicar que tenha ocorrido proletarização contra o capital e que este, ainda assim, tenha se expandido? A esse paradoxo, nosso autor responde sugerindo que se estabeleceram "mecanismos de compensação" para a proletarização que ocorria nos países centrais. Em primeiro lugar, através de uma ampliação geográfica permanente do capitalismo. Para explicá-la, critica a tese de que o expansionismo capitalista decorre da procura de novos mercados, uma vez que as periferias constituiriam maus clientes (tanto por não necessitarem de tais produtos, como por

não disporem dos meios de pagamento). A razão central do expansionismo seria a procura de força de trabalho barata:

> A expansão geográfica do sistema-mundo capitalista tinha como função contrabalançar os efeitos sobre o lucro do processo de intensificação da proletarização, integrando ao sistema novas forças de trabalho, limitadas à semi-proletarização. (*Id. ibid.*, p. 40)

Observe-se, previamente, que Wallerstein está considerando o assalariamento como uma relação contratual e não resultante de uma expropriação, de um processo social de largo espectro (e que ocorre de maneira aparentemente natural, através de fenômenos diversos e díspares entre si, atingindo enormes massas populares) do qual resulta uma disponibilização de trabalhadores para o mercado, quer encontrem ou não contratos regulares de trabalho[21].

Seu livro procura a espessura histórica da formação do capitalismo. Porém há uma dissociação entre os dois processos: a produção social de trabalhadores disponíveis, parcelar ou integralmente subordinados ao mercado e, de outro lado, as modalidades diferenciadas de contratação desses trabalhadores. Wallerstein centra-se apenas no aspecto das relações contratuais entre os trabalhadores e os empregadores, deixando de lado o outro fenômeno, quando estão intimamente imbricados. Esse recorte o leva a considerar que a reivindicação dos trabalhadores europeus de pleno assalariamento (ou seja, de remuneração equivalente ao valor de sua força de trabalho, o que significa a subordinação voluntária à extração de mais-valor) encontrava eco apenas nos grandes empresários, capazes de assegurar tais salários e de expandir-se para fora das fronteiras europeias.

Assim, desconsidera que, nos próprios países centrais, a pressão por melhores salários (e a redução da importância da *household*) não se deu apenas porque os trabalhadores procuravam converter "em trabalho assalariado as frações de processo de produção doméstica que lhes traziam escassas rendas reais..." (*Id. ibid.*, p. 37), mas porque a isso se viam impelidos pela pressão crescente de novas levas migrantes nacionais, nos próprios países centrais, que transbordariam mundo afora, através de imigrações significativas nos séculos XIX e XX. Foram impelidos também pela crescente mercantilização do conjunto

dos bens necessários à existência, como frisa Wood, o que inclusive impulsionará mulheres e crianças à venda da força de trabalho (assalariamento).

Wallerstein retoma, por conta própria e de maneira peculiar, a tese de Lenin sobre a formação de uma aristocracia operária nos países dominantes do capitalismo, recuando-a para a própria formação do proletariado na Europa. O equívoco é que, agora, toda a classe operária europeia torna-se, desde seus primórdios, e como resultado de suas próprias lutas, uma aristocracia – branca, europeia, plenamente assalariada – em contraposição às demais classes trabalhadoras no mundo, apenas semiproletarizadas. A questão das classes sociais nos países centrais se desvanece, substituída pelo eurocentrismo levado a efeito, de maneira conjunta, pelo operariado "pleno" europeu e "seus" capitalistas. A própria – e crescente – miscigenação[22] da classe trabalhadora europeia se dilui, numa suposição homogeneizadora.

Sem dúvida, Wallerstein toca num fenômeno importante: a diáspora europeia de trabalhadores imigrantes através do mundo reforçou preconceitos de toda a ordem nos países periféricos, em que empregadores capitalistas davam preferência aos trabalhadores brancos, de origem europeia, contrapostos aos trabalhadores nacionais locais, frequentemente desqualificados e, muitas vezes, integrados ao mercado oficial de trabalho de forma precária ou sazonal. Além disso, como Wood, mostra que a semiproletarização – isto é, a expropriação parcelar – constituiu-se em forma histórica efetiva de subordinação de trabalhadores, integrados (e não externalizados) ao capitalismo.

Aponta, ainda, para a origem eurocêntrica de racismos e sexismos que se generalizaram no mundo. Sua contribuição, porém, traz problemas graves. Dissocia o processo geral de expropriação das formas de remuneração e contratação da força de trabalho e desconsidera a intensidade crescente e internacional da urbanização, resultante de expropriações brutais e sistemáticas de massas de trabalhadores em todo o mundo (inclusive nos países centrais). Ao analisar de maneira unilateral as lutas dos trabalhadores europeus, homogeneiza abstratamente uma classe trabalhadora que, em alguns momentos, foi extremamente combativa. Com isso, desloca para a

classe trabalhadora o peso da *produção* dos preconceitos – das quais, decerto, foi (e é ainda) também portadora –, peso que, de fato, incumbe a uma dinâmica social altamente competitiva sob a qual devem sobreviver tais trabalhadores. Confunde assalariamento com uma relação contratual (jurídica), desconsiderando que as extensas massas expropriadas integram o enorme contingente assalariado, independentemente das formas contratuais (jurídicas) sob as quais exercem suas atividades. Reduz, pois, o conjunto das contradições existentes nos diferentes países e no cenário internacional a uma contradição em bloco, que opõe países centrais a periféricos e, sobretudo, trabalhadores machos brancos aos demais. Finalmente, embora assinale – corretamente, a meu juízo – a importância da semiproletarização (sobre a qual voltaremos adiante), não enfatiza o fato de que, a rigor, uma "semiproletarização" implica expressiva expropriação dos recursos sociais de produção, uma vez que significa que os trabalhadores – ainda que proprietários de formas tradicionais (terra, outros recursos, conhecimento, etc.) – não mais possam garantir sua plena subsistência a partir desses recursos. A expropriação capitalista não é uma relação entre "coisas", ainda que incida sobre "coisas" (como a terra), nem entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas uma relação social, entre classes, através da qual grupos crescentes de trabalhadores são incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos de recuar para as antigas formas, mesmo quando não se lhes oferece condições para assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais.

O livro de Wallerstein integra extensa produção na qual parece emergir uma espécie de "culpa" nos países centrais, a ser purgada por seus intelectuais no combate, legítimo e necessário, ao eurocentrismo. Em muitos casos, uma espécie de remorso expressou-se através de formulações pós-modernas (Cf. AHMAD, 2002), das quais desaparecia a própria existência de uma classe trabalhadora europeia ou dos países centrais, substituída pela dominação entre países centrais e demais países, capitalistas ou não. Sob o peso de uma dominação entificada de tais países, desapareciam os variados processos de extração de mais-valor e, sobretudo, desapareciam os elos que persistem e se aprofundam – desfigurados ou não – entre trabalhadores dos

mais diferentes países. Assim, esse peculiar remorso ressaltava as raízes da desigualdade, mas extinguia toda possibilidade de sua superação. Expiação peculiar, que eternizava as consequências da colonização, contribuindo para obstaculizar toda ação comum.

Expropriações, proletarização e semiproletarização na América Latina

Alguns anos depois, o argumento de Wallerstein reaparece, agora em outro contexto, latino-americano:

> Mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena *era obrigada a reproduzir sua força de trabalho por sua própria conta.* (...) A inferioridade racial dos colonizados implicava que sequer eram dignos do pagamento do salário (QUIJANO, 2005, p. 234, grifos meus).

Anibal Quijano não pode – a não ser de maneira leviana – ser incluído no rol de pós-modernos ou dos que quererem ocultar contradições. Ao contrário, é um dos autores que mais suscita os elementos contraditórios com os quais se depara em suas análises, demonstrando ser seguidor da via aberta por José Carlos Mariátegui. Quijano busca as especificidades da situação dos países latino-americanos, em especial do Peru, identificando uma peculiaridade: aqui, a reprodução dos trabalhadores nacionais seria impositivamente realizada através das formas tradicionais, sendo reservados aos brancos (criollos ou imigrantes) os postos assalariados.

Essa tese retoma claramente a temática de Wallerstein, agora por outro ângulo. A hipótese de que os trabalhadores teriam imposto sua proletarização nos países europeus tinha como contrapartida a extensão colonizadora europeia e a reprodução internacional de padrões racistas e sexistas. Assim, para Quijano, o ponto de vista da América Latina exige localizar a contraface desse fenômeno, na qual identifica um tipo de controle constitutivamente colonial, baseado em primeiro lugar "na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às *raças* colonizadas" (índios, negros, mestiços, depois oliváceos e amarelos) e, "segundo, na adscrição do trabalho pago,

assalariado, à raça colonizadora, os *brancos*." (*Id. ibid.*, p. 235).

A primeira discriminação seria exatamente a de estar ou não diretamente sob o controle do capital, isto é, ser ou não assalariado por um empregador, estar numa atividade socialmente reconhecida e remunerada. Para Quijano,

> o controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, *articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado* e, desse modo, sob o domínio desta. (*Id. ibid.*, p. 235, grifos meus)

Observe-se agora que não é mais o capital o polo central da relação, contra o qual se dispõem os diferentes – e segmentados – tipos de trabalhadores, mas a relação entre capital e trabalho assalariado, a própria relação trabalho-capital constituindo o cerne da dominação sobre os demais. Não há, pois, brecha ou movimento histórico contido nos trabalhadores regularmente contratados nos países periféricos, pois da mesma forma como o proletariado branco e eurocêntrico apresentado por Wallerstein, estão soldados ao capital. De maneira similar, exercem um colonialismo interno, senão branco, ao menos mais branco e menos oliváceo ou amarelo, para conservar a expressão de Quijano. Não há espaço comum de luta entre trabalhadores sob o capital, pois o assalariamento contratual converteu estes trabalhadores em garantidores da ordem vigente e ponta de lança das discriminações e opressões.

A expropriação, parcelar ou total, como condição comum, ao mesmo tempo prévia e expandida, de subordinação ao capital, desaparece. Ela é mencionada, mas incidindo principalmente sobre os saberes originários, desqualificados e espezinhados. Assim, o sentido único da expropriação é a perda de dimensões sociais e culturais relevantes, mas não o da subordinação ao capital.

Retomemos a questão da semiproletarização. Será que, na América Latina teriam se expandido majoritariamente expropriações parciais (semiproletarizações), não apenas forçando os trabalhadores nativos a uma remuneração mais baixa, mas impondo uma dupla jornada – a tradicional, não mercantil e outra, capaz de assegurar algum rendimento em dinheiro, totalmente sub-remunerada? Nesse

sentido, esses trabalhadores nativos não integrariam o mundo do valor capitalista, mas um mundo misto, no qual o valor da força de trabalho de alguns seria permanentemente rebaixado exatamente em função de sua não expropriação integral. Essa hipótese sustenta a tese de uma superexploração, e merece ser investigada mais a fundo em outra ocasião.

Ora, parece-nos que as sugestões de Quijano envolvem as mesmas dificuldades que apontamos na análise de Wallerstein, apresentadas agora sob outro prisma. De fato, tanto um autor como o outro deixam na penumbra o tema das expropriações/disponibilizações, assim como as condições sócio-históricas concretas do valor da força de trabalho. Wallerstein, pois, enfatiza a *household* e supõe que a luta operária pelo assalariamento integral (pelo pagamento do valor da força de trabalho) a teria levado a um compromisso com o capital expansionista, enquanto Quijano, de maneira própria, considera que na América Latina, ou ao menos em alguns de seus países, teria ocorrido o movimento contrário, em que o capital teria imposto uma fixação dos trabalhadores locais (indígenas ou oliváceos) às condições sociais previamente encontradas pelo capital e pelo capitalismo (ainda que por eles modificadas), de forma a poupar o custo do assalariamento ao capital e a produzir novas formas de subalternização das populações originárias. Nos dois casos, a expropriação dos trabalhadores dos recursos sociais de produção seria irrelevante e, mesmo, contraprodutiva para o capital. Ou, ainda, a expansão do capitalismo, ao deparar-se com inúmeras formas originárias distintas e tendo de enfrentar diversas contradições, produziu formas híbridas de exploração da força de trabalho, tornando a expropriação um momento secundário. Correlatamente à tese de Wallerstein, os assalariados teriam sido privilegiados com relação aos demais, privilégio demarcado fisicamente pela cor da pele e origem.

Minha principal objeção à tese de Quijano lastreia-se no fato de que considera que o processo histórico teria sido idêntico (o assalariamento contratual homogêneo da força de trabalho) ou, então, constituiu-se em algo totalmente distinto, ainda que a existência do capital permeie as duas formações – a dos países centrais e a dos periféricos. Do ponto de vista da América Latina, essa disjunção

idêntico *vs* outro é impossível, pois a colonização produziu formas originais, embora com a substância comum da subalternização ao capital.

Ora, a totalidade da forma capital – em sua potência expropriadora, base da subordinação das forças de trabalho – não é homogênea e move-se através de procedimentos históricos variados, híbridos, desiguais. Promove fraturas profundas no interior das classes subalternas e, se tais fraturas forem recobertas de preconceitos e segregações diversas, ainda permitem que apenas o próprio capital se apresente como "universal" (e, neste caso, com forte cunho eurocêntrico), enquanto todas as demais relações seriam apenas formas específicas e insuperáveis, marcas culturais sempiternas, culpa inexpiável dos segmentos mais frágeis. A forma desigual, combinada e potencializada pelas discriminações que a expansão do capital envolve, torna-se menos importante para Quijano, diante da necessidade de as populações originárias se defrontarem *tanto* contra o capital, que as estigmatizou por sua cor de pele ou origem étnica (branca), histórica, regional ou cultural, *quanto* contra os demais trabalhadores, que endossariam tais estigmas. Ora, o tema dos preconceitos intraclasse trabalhadora não é irrelevante e, se como o mostra Quijano, fermentou a segregação entre trabalhadores machos brancos e trabalhadores oliváceos, pode assumir inúmeras outras facetas racistas ou sexistas. Mas não pode e não deve apagar o fato de que tais preconceitos eclodem reforçando uma cisão entre trabalhadores igualmente subordinados ao capital, ainda que desigualmente aquinhoados. Manter ou aprofundar esta cisão entre trabalhadores permanece um objetivo – a cada dia mais consciente – do capital para garantir sua dominação.

O que é similar na expansão do capital não é a maneira pela qual o assalariamento contratual se realiza, sempre extremamente variado, mas a produção expropriatória da base social criada para assegurar sua expansão, qualquer que seja a condição prévia na qual se encontra tal população. Semiexpropriações (ou a semiproletarização) indicam que parcela maior ou menor da força de trabalho conservou, preservou (provavelmente, de forma contraditória, como uma imposição e, em parte, devido à sua própria capacidade de

resistência) o controle sobre uma parte da reprodução de sua existência, sendo, pois, hibridamente submetida ao capital. A desqualificação que incide sobre derrotados ou resistentes resulta em formas de subalternização, pelas discriminações sucessivas das quais foram vítimas. Decerto, há ainda aqui outro fator: nos países colonizados, a imbricação entre classes dominantes locais e internacionais foi bastante variada, sendo o caso apresentado por Quijano o da perpetuação intergeracional de colonizadores brancos como classe dominante, transmutando-se apenas a forma de sua dominação.

A expropriação não pode ser considerada como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho. Essa venda – o assalariamento – não está previamente regulada ou regulamentada por algum tipo específico de contrato jurídico, cujas cláusulas dependem de relações de força bastante complexas, embora condições coloniais e imperialistas, decerto, promovam uma desigualdade suplementar ao favorecer trabalhadores estrangeiros ou brancos nativos, desqualificando os demais nacionais. Neste último caso, estamos lidando com as formas contratuais específicas e múltiplas, nas quais uma certa relação social – o trabalho livre – é subordinada simultaneamente ao capital e ao direito (ou à sua ausência, que é também uma forma de direito). No caso que nos interessa, o âmbito das expropriações, é da constituição de uma nova forma de ser social que se espraia, atingindo, ainda que desigualmente, todas as populações.

Se procuramos compreender como se expande a produção de valor tipicamente capitalista, o texto de Quijano permite inferir um elemento essencial – a expropriação limitada resulta numa sobrevida híbrida entre formas tradicionais e formas mercantis, ao mesmo tempo em que reforça as discriminações sobre os que conservam suas características originais, apontadas como “atraso” ou arcaísmos não

mais condizentes com o mundo moderno, no qual os segmentos totalmente expropriados se encontram, regidos ou não por contratos regulares ou regulamentados de trabalho. Assim, para além da contraposição entre criollos, brancos ou embranquecidos e nativos, realizada certamente com apoio ou a omissão de assalariados mais bem aquinhoados no processo, novas contraposições se implantam na atualidade, segmentando os que detêm contratos regulares com mais direitos, enquanto os demais, qualquer que seja a cor da pele ou a origem, serão identificados aos tradicionais, aos derrotados, aos precarizados, aos portadores de contratos com menos (ou sem) direitos.

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão. Como já lembramos anteriormente, nem sempre a expropriação resulta imediatamente na relação capital-trabalho, podendo também descambar para modalidades híbridas ou mesmo meramente de rapina. Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretrabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade. Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados.

A possibilidade de extrair sobretrabalho sob outras formas jamais desaparece totalmente em nenhuma sociedade capitalista, central ou não. Quijano sugere que, na América Latina,

> o capital existe *apenas* como o eixo dominante da articulação conjunta de todas as formas historicamente conhecidas de controle e exploração do trabalho, configurando assim um único padrão de poder, histórico-estruturalmente heterogêneo, com relações descontínuas e conflitivas. (QUIJANO, 2005, p. 271, grifo meu)[23]

Considero a formulação instigante, embora sua generalização para o conjunto da América Latina possa ser algo apressado. Em muitos países latino-americanos, o capital não existe *apenas* como eixo dominante, como forme de poder, o que sugere uma certa distância de seu predomínio imediato, mas existe, *sobretudo,* como conexão de todas as formas de exploração do trabalho historicamente conhecidas. A formulação de Quijano admite que a dominação do capital no plano internacional não significa converter todo o conjunto das relações sociais em cada país em relações tipicamente capitalistas, inclusive pela conexão imperialista, que limita ou bloqueia determinados desenvolvimentos em extensas regiões, sem, entretanto, reduzir seu predomínio.

A questão dramática se coloca exatamente nos períodos em que se intensificam processos de expropriação, que podem configurar-se como portas de expansão – mesmo se socialmente trágicas – para o conjunto da reprodução do capital. Apesar de parecer antiquada, a discussão retorna a um ponto que apenas aparentemente foi superado: em que consistem as sociedades capitalistas? Se, como estou sugerindo neste trabalho, a expropriação originária é um dos – não o único, mas um dos mais significativos – indicadores da expansão do conjunto das relações sociais capitalistas, a permanência de semiexpropriados pode indicar diferentes fenômenos.

Em primeiro lugar, sugere, como lembrou Wood, que polos produtivos (agrários ou urbanos) puderam se desenvolver de forma capitalista *antes dos processos massivos de proletarização, que resultam de sua generalização*. Assim, é – e foi – possível a coexistência entre formas produtivas diversas, ainda que sob o predomínio do capital. Nesse contexto, as formulações de Wallerstein e de Quijano adquirem um novo sentido, na medida em que trabalhadores submetidos à dupla situação de trabalho incorporaram necessidades e valores da

forma mercantil predominante e, portanto, tendem a reivindicar atividades com remuneração monetária, ao mesmo tempo em que passam a ter dúplice relação com suas próprias atividades anteriores, ora idealizadas como formas livres de toda a contaminação derivada do capital, ora desqualificadas como arcaicas, tendo em vista que sua existência depende crescentemente do mercado e do acesso a bens decorrentes de uma socialização mais extensa da força de trabalho.

Em segundo lugar, indica que na maioria dos países, com exceção dos primeiros países industrializados, o processo duplo, de formação de uma classe capitalista (que não se resume à concentração de recursos, mas dela depende) e de uma extensa massa de disponibilizados para o mercado foi extremamente *desigual*. Mesmo nos casos em que ambas as condições foram cumpridas, isso não significou historicamente a garantia da generalização da produção de tipo industrial, com intensificação da produtividade, generalização massiva da produção de mercadorias, seja por lutas intestinas entre diferentes segmentos das classes dominantes (oligarquias terratenientes, burguesias compradoras, etc.), seja porque países imperialistas interferem direta ou indiretamente na consolidação de formas puramente capitalistas de produção nos demais países, bloqueando-as em certos setores ou acelerando-as em outros, segundo suas próprias necessidades e interesses, que nada têm a ver com necessidades ou interesses das populações locais.

Em terceiro lugar, aponta para uma enorme *resistência* de formas tradicionais ou originárias, mesmo submetidas aos mais diversos e brutais constrangimentos cujas populações, incorporadas subalternamente ao mercado, mantêm, reproduzem ou reconstroem formas de propriedade e de sociabilidade diversas da capitalista, ainda que plenamente submersas pela dominação do capital. A defesa e preservação de processos comunitários (que inclui a conservação de línguas, costumes e tradições), a luta pela preservação de outras formas de propriedade, defrontam-se com a permanente tendência a reduzi-las a um tipo de propriedade uniforme e única, característica do capital, expropriando não apenas a terra, mas todo um conjunto de práticas e conhecimentos, assim como sua própria existência social. Muitas sociedades tradicionais ou originárias, por terem preservado

formas de trabalho cooperativo e uma base igualitária, podem propulsar lutas para além da mera demanda de incorporação do trabalho ao capital, lutas que têm como base de sustentação sua própria semiproletarização, uma vez que mantêm a garantia da subsistência para além da subalternização direta ao capital[24]. Nas condições contemporâneas, nas quais ondas ainda mais intensas, violentas e rápidas de expropriação se descortinam, essas lutas podem se traduzir em enfrentamento direto ao capital, se abalarem as formas generalizadas da sujeição do trabalho e de sua subordinação e não apenas reivindicarem sua incorporação plena enquanto assalariados para o capital, ou ainda se limitarem a demandar uma preservação pontual, distanciada das vicissitudes dos demais trabalhadores[25].

Em quarto lugar, a persistência de semiexpropriações permite supor sua *replicação em outros terrenos da vida social*. Peguemos dois exemplos opostos. As grandes favelas que se expandem no mundo exibem relações de propriedade irredutíveis de maneira imediata à propriedade capitalista, embora resultem da expansão do capital. Ocupações de terra urbana, construção por acréscimos e superposição da propriedade (em muitos casos, familiar) são formas de uso do território distinta da propriedade capitalista. Isso aliás, gera regularmente tentativas de "regularização" da propriedade favelada, visando "acalmar" tais populações e impedir novas ocupações. Sem dúvida, esse pode ser mais um mecanismo de expropriação mercantil, com os títulos de propriedade tornando vendáveis parcelas de terra urbana, levando os próprios ocupantes a vendê-las... Para além desse exemplo, outras formas de freio historicamente interpostos à integral disponibilidade das pessoas ao capital vêm sendo celeremente suprimidas, demonstrando que, mesmo sob o predomínio amplo da relação capital-trabalho, inúmeras modalidades – jurídicas, familiares, de vizinhança, etc. – de relações sociais produziram formas de autodefesa que, do ponto de vista do capital, reconstituem situações de semiproletarização e, portanto, fronteiras a avançar para a mercantilização de novas atividades sociais, no mesmo passo em que se aprofunda a redisponibilização plena dessas populações ao mercado. No outro extremo, a permanência de direitos para determinados segmentos de trabalhadores, contrapostos à generalização de ofertantes de trabalho desprovidos de direitos, parece replicar a

semiproletarização em novas condições, totalmente submetidas à relação-capital. O fenômeno atinge mais brutalmente os grupos com menores rendimentos que são, portanto, obrigados a ampliar ou dobrar suas jornadas de trabalho para diversos empregadores; mas atinge também certos setores de trabalhadores de remuneração elevada, autoconvertidos em "pessoas jurídicas" e, portanto, desprovidos de direitos de trabalho; assim como uma faixa de trabalhadores sob contratos de tipo "bolsas" ou atuando "por projeto". Se, no primeiro exemplo, trata-se de redisponibilizar populações renitentes para o mercado, no segundo exemplo trata-se de apresentar a condição de desprovidos de direitos como modelo de liberdade do trabalhador (para o capital), contribuindo para a expropriação dos direitos ainda persistentes.

A extrema variedade do emprego das populações expropriadas e *disponibilizadas* – ou mesmo o seu desemprego – não deve desvanecer ou eliminar de nossas mentes o fato de que essa expansão, em sua profunda desigualdade, constitui o solo social sobre o qual se implanta a necessidade do mercado e, por extensão, a "necessidade" forjada do mercado capitalista e, sobretudo, da venda da força de trabalho sob qualquer modalidade ou formato.

◆◆◆

Procurei mostrar, neste capítulo, que as expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e que, menos do que a produção de externalidades, são a forma mais selvagem da expansão (e não do recuo) do capitalismo. Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um *desenvolvimento do capital* que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social. Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social. A socialização dos processos produtivos se aprofunda e expande sob o comando do capital, mas não promove por si mesma nem homogeneização, nem identidade imediata dos trabalhadores, que precisa ser por eles construída. Em si, ela encerra, sobretudo, gigantescas contradições.

As expropriações não ocorrem de maneira homogênea e, ao contrário, ainda que incidindo sobre elementos similares (como a terra, as águas, direitos, etc.) em diferentes países, ocorrem de maneira extremamente desigual e contribuem para aprofundar desigualdades, também no interior das classes trabalhadoras. Mesmo na atualidade, quando algumas dessas expropriações são quase idênticas, e poderão vir a ter consequências igualmente desastrosas para todos, em especial as que vêm incidindo sobre as condições biológicas da reprodução, ou sobre bens coletivos (como as águas), atuam sobre situações concretas muito variadas e podem resultar em segregações e conflitos internos entre trabalhadores.

Notas

1 Em criterioso trabalho de tradução de obra de Marx, Mario Duayer assinala que a tradução apropriada para *mehrwert* seria mais-valor, e não a difundida expressão mais-valia, provavelmente derivada da primeira tradução francesa d'*O Capital*, feita por J. Roy.

2 Doravante, estarei me referindo ao Livro III, volume IV, Seção V, Divisão do Lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros, em especial ao capítulo XXI – O capital portador de juros (MARX, 1985).

3 Toda a riqueza é fruto do trabalho vivo, da atividade humana criadora. Assim, aquela riqueza cristalizada em produtos ou coagulada na forma do dinheiro resulta de trabalho pretérito ou trabalho morto.

4 Klagsbrunn lembra que o termo adequado para identificar tais capitais é "portador de juros", embora o original alemão, Geldkapital, ora seja traduzido por capital-dinheiro, ora por capital monetário. Relembra ainda que o termo capital-dinheiro remete a "uma das formas em que o capital, inclusive o industrial, em sua circulação, deve se transformar necessariamente, para abandoná-la em sua reprodução, mas nunca como forma autônoma de capital." (KLAGSBRUNN, 2008, p. 30). Entretanto, podemos ponderar que o capital portador de juros representa exatamente esse momento da concentração na qual o capital sob forma monetária (ou portador de juros) parece autonomizar-se, impondo a expansão das relações de extração de mais-valor (funcionantes), das quais se distancia de maneira imediata, embora as fomente. Por essa razão, reservaremos o termo capital-dinheiro para o momento dinheiro das metamorfoses do capital, empregando o termo capital monetário como equivalente ao capital portador de juros.

5 Para melhor compreensão, ver a reprodução do esquema de Marx nas páginas 26 e 27 deste livro.

[6] Ver especialmente os capítulos XIX (*O capital de comércio de dinheiro*), p. 237-242 e o XX (*Considerações históricas sobre o capital comercial*), p. 243-252 (MARX, 1985).

[7] "A função de capital portador de juros não é exclusiva do capital bancário nem mesmo dos capitais na esfera financeira. Ao contrário. Toda e qualquer empresa, ao acumular capital na forma de dinheiro que, por algum tempo, não é necessário em seu campo específico de valorização, busca aplicá-lo mesmo que por curto espaço de tempo. O mesmo fazem indivíduos com sua poupança..." (KLAGSBRUNN, 2008, p. 32)

[8] Vale sempre relembrar que é produtivo para o capital apenas o que permite a extração de mais-valor, como esmiuça, comenta e debate, em cuidadosa análise, DIAS (2006, p. passim).

[9] Ver especialmente o capítulo XXV - Crédito e capital fictício. Livro III, Tomo I, vol IV (MARX, 1985, p. 301-313).

[10] Há diversas polêmicas a respeito do conceito de capital fictício, escassamente tratado por Marx, e de suas formas de imbricação – ou não – com o capital portador de juros ou com setores diretamente produtores de mais-valor. Em trabalho recente, Maurício Sabadini, apoiado em estudos de Paulo Nakatani e Reinaldo Carcanholo, sustenta que "enquanto o capital portador de juros executa uma função útil e indispensável à circulação do capital industrial, não pode ser considerado parasitário. Em contrapartida, o capital fictício é totalmente parasitário" (SABADINI, 2009, p. 88); dele resultariam "lucros fictícios", que não podem ser identificados apenas a um jogo de soma zero (*Id.*, p. 92). Carcanholo e Sabadini sugerem, ainda, uma "dialética real-fictícia" para dar conta do fenômeno (*Id.*, p.85). Sobre lucros fictícios, ver também Carcanholo (2003, p.93). O raciocínio que esses autores desenvolvem de fato permite compreender melhor a formação de enormes bolhas financeiras. No entanto, parece-me que a separação analítica que realizam – necessária para a compreensão do fenômeno – corre o risco de não perceber a imbricação social complexa e o trânsito entre as diversas formas do capital e, com isso, de deixar à sombra seus efeitos sociais, em especial a virulência das expropriações sociais reais que essa massa conjunta de capitais promove.

[11] Ver, no citado L. III, os capítulos 25. Crédito e capital fictício e, especialmente, 27, O papel do crédito na produção capitalista (MARX, 1985).

[12] A tendência da assim chamada ciência econômica posterior, com raríssimas e honrosas exceções, foi abandonar a origem e a razão da produção do valor, consagrando-se à tarefa de contribuir para a multiplicação da lucratividade.

[13] Vale lembrar que Marx, aliás, critica diversas vezes a noção idílica de que ocorrera uma acumulação "primitiva", que legitimaria a concentração da riqueza social em algumas mãos. Ele demonstra, ao contrário, que o processo expropriador é condição de existência do capital (MARX, 1985: L. I, capítulo XXIV). O tema das expropriações e da base social do capital (a

produção do trabalhador livre) atravessa todo *O Capital* e justifica a consigna "expropriar os expropriadores".

[14] Este ponto é um dos mais dramáticos da atualidade, dada a intensificação, nas últimas décadas, das expropriações de enormes contingentes populacionais, em especial na Ásia, na América Latina e na África, que foram analisadas como produção de populações "excedentes"ou "sobrantes" e sem sentido, gerando um reforço de argumentos de cunho humanitário e filantrópico. Ainda mais inquietante é o fato de que o ritmo de expropriações não parece amainar, mas, ao contrário, intensificar-se.

[15] Não deixa de ser estarrecedor o quão recorrente vem sendo tal imposição: a recentíssima crise europeia de maio de 2010, ocorrida quando já estava redigido este livro, tem como alvo a intensificação das expropriações nos países europeus, a começar por mais um aumento das idades mínimas para aposentadoria.

[16] O termo *dispossession* não figura na tradução inglesa de O Capital, v. 1, disponível em www.marxists.org. Na mesma edição, em contrapartida, há 41 menções a expropriation. Consulta em 30/06/2009.

[17] Na edição brasileira, o termo foi traduzido literalmente do inglês, quando o uso generalizado é "reprodução ampliada".

[18] A tradutora brasileira optou por "compulsão", mas creio que o termo compulsoriedade torna mais claro o sentido impresso por E. Wood, de imposição que é introjetada, e não de uma origem psíquica ou psicológica, ainda que contenha também este sentido.

[19] Sobre o tema, ver também Hirschmann, 1979.

[20] Todas as citações foram retiradas da tradução francesa. O livro foi publicado no Brasil com o título *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

[21] Podemos encontrar, sob outro formato, esse tipo de abordagem também na obra de Castel (1995).

[22] A miscigenação aqui é tomada como o ingresso crescente de populações não europeias na socialização do processo de trabalho, o que de fato parece estar ausente de muitas reflexões. A imigração é tratada como um fato à parte; da mesma forma que a integração crescente de processos de trabalho entre países europeus e os demais.

[23] Quijano combate duas teses políticas, nessa passagem: a que se limita a defender uma revolução democrática, uma vez que qualquer democratização na América Latina, para ele, exige descolonização interna e redistribuição radical do poder, pois as classes sociais aqui têm cor. Primorosamente, relembra que "a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito de poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um desses âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o

classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista." Em segundo lugar, combate a "miragem eurocêntrica" das revoluções sociais, consideradas como "controle do Estado e como estatização do controle do trabalho/recursos/produtos, da subjetividade/recursos/produtos, do sexo/ recursos/produtos, [pois] essa perspectiva funda-se em duas suposições teóricas radicalmente falsas. Primeiro, a idéia de uma sociedade capitalista homogênea, no sentido de que só o capital como relação social existe e portanto a classe operária industrial assalariada é a parte majoritária da população(...)". Aqui, a meu juízo, Quijano *confunde classe social, ou a forma da distribuição social dos recursos sociais de produção, com a forma específica da exploração industrial.* Assim, ao sugerir uma luta prévia de solução dos racismos impregnados na vida social, precisará apartar-se da luta anticapitalista. Segue sua argumentação enumerando a outra suposição problemática: "Segundo, a idéia de que o socialismo consiste na estatização de todos e cada um dos âmbitos do poder e da existência social." (QUIJANO, 2005, p. 271-273). Esta segunda tese enuncia algo importante, que poderia recolocar a luta contra o capital e contra o Estado que o sustenta em posição central. A conexão entre ambas, entretanto, a meu juízo, supõe a capacidade de aglutinar a massa de trabalhadores contra todas as segregações historicamente produzidas, socializando o conjunto da existência e enfrentando a própria forma-Estado. Embora relevante, não poderemos desenvolver aqui este debate.

[24] O tema é clássico e foi tratado por Marx, em resposta a Vera Zassoulitch, que o interrogava sobre a possibilidade de uma revolução permitir a passagem do enorme campesinato russo diretamente a formas de produção socializada. O tema permanece de extrema atualidade. (Cf. Marx, K. Projet de réponse à la lettre à Véra Zassoulitch, de 1881. *In*: Marx, K . e Engels, 1970, p. 159.)

[25] Como já mencionado, Thompson assinalava quão importante é para os trabalhadores conhecer as formas históricas que precederam sua subalternização ao capital (ou que a ele resistem, acrescento), de maneira a compreenderem as enormes possibilidades abertas para o futuro, sem reduzi-las aos estreitos limites impostos pela dinâmica da vida social sob o capitalismo, lembrando que "trata-se de combinar em uma nova síntese elementos do antigo e do novo, encontrando imagens que não surgem nem nas estações nem no mercado, e sim dos acontecimentos humanos." (Thompson, 1995, p. 450.)

CAPÍTULO II
O IMPERIALISMO, DE LENIN A GRAMSCI

Este capítulo aprofunda leituras e debates teóricos e políticos de dois autores cujas obras agregam enorme contribuição para que possamos estabelecer condições básicas para iniciar uma exploração sobre as características do capital-imperialismo contemporâneo. O intuito é trazer algumas reflexões de Lenin e de Gramsci, sublinhando o contexto histórico no qual as elaboraram, que nos parecem fundamentais para qualquer análise das condições contemporâneas. Não há nenhuma pretensão de exaurir o tema ou a bibliografia desses autores. Procuro entender o problema que se colocaram, no contexto de época no qual produziram suas obras. Ao elencar as determinações fundamentais que agregaram ao imperialismo, precisamos não perder de vista que suas conclusões necessitam ser interrogadas quanto à sua plena validade no capital-imperialismo contemporâneo. Ainda que se constituam em pontos de partida necessários, isso não significa que possamos simplesmente nos limitar a aplicar de maneira imediata suas contribuições, o que nos faria trair o âmago de seu pensamento e de sua prática. Ambos os autores, cuja filiação ao marxismo é indiscutível, têm clareza da historicidade de suas análises e do caráter desigualmente transformador do capitalismo, pois em sua expansão imperiosa e avassaladora, ele precisa revolucionar-se para manter-se o mesmo, como já havia apontado Marx na célebre passagem do Manifesto.

A conturbada aurora do século XX – monopólios, crise social e imperialismo

Se a análise de Marx que vimos anteriormente incidia principalmente sobre as características *sociais* da concentração do capital e sobre as contradições que portava, com Lenin ela se enriquecerá com as novas determinações históricas que os quase 50 anos decorridos entre as duas obras trouxeram, período no qual

ocorreu a monopolização capitalista e uma brutal guerra inter-imperialista, a Primeira Guerra Mundial. Vale relembrar que a população mundial era então massivamente agrária e que a expansão da industrialização através do mundo assumia seus primeiros – e importantes – contornos, capitaneada pela emergência da produção de massa, do taylorismo e do fordismo a partir da década de 1920.

Antes de abordarmos a contribuição de Lenin, porém, é conveniente compartilhar da sensibilidade socioliterária de Jack London, militante socialista estadunidense, que interpretou a virada do século XIX para o XX nos Estados Unidos como uma hecatombe social, no livro *O Tacão de Ferro* (LONDON, 2003), escrito em 1907, antes portanto da publicação do livro de Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro* (1973), e de *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de Lenin (1975). *O Tacão de Ferro* foi traduzido em diversas línguas e teve entusiástico prefácio de Anatole France na edição francesa de 1923, recebendo, posteriormente, elogios de Trotsky.[1] Tocou fundo na sensibilidade da época. Por que trazer tal obra literária aqui? Por várias razões: em primeiro lugar, por expressar uma percepção aguda de uma situação social catastrófica, muito similar à que vem imperando há algumas décadas; em segundo lugar, por apresentar de maneira forte como os dois movimentos, a expansão e a concentração monopólica de capitais e a tragédia social que promovem, estão entrelaçados; em terceiro, dada a distância de um século que nos separa, para nos ajudar a dimensionar que as crises sociais não são necessariamente um obstáculo ao capital, podendo ser dramáticos trampolins para sua expansão e concentração; e, em quarto lugar, por sabermos que, apesar do aparentemente esmagamento imposto aos trabalhadores, poucos anos depois ocorreram formidáveis sublevações, culminando na Revolução Russa e no impacto que teve para importantes conquistas dos trabalhadores em muitos países.

O Tacão de Ferro descreve processos de cores fortíssimas: o esmagamento da concorrência pelos monopólios, a formação de uma oligarquia plutocrática todo-poderosa, a destruição da democracia, substituída por uma fachada representativa, a corrupção sindical pelo grande patronato, a existência de massas crescentes de trabalhadores sem direitos, a generalização da barbárie, a configuração paramilitar

da vida social. A sensibilidade de Jack London produz uma ficção científica trágica, expondo os horrores contidos nas entranhas da monopolização plutocrática.

As grandes greves e lutas dos trabalhadores eram segmentadas e fragmentadas pelo capital monopolista, o qual oferecia melhorias a setores dos trabalhadores, para amortecer os sindicatos e torná-los cúmplices do grande capital. London antevê a construção de bairros medianos e isolados para conter os trabalhadores medianos, estritamente apartados da grande maioria, frequentando escolas e lojas separadas dos demais. A associação entre essa *aristocracia operária* (o termo é de London) e a plutocracia monopolista apontava para a emergência do pior dos mundos. Quanto mais excedente a valorizar, mais tal aristocracia operária teria a ganhar e mais colaboraria para reduzir a maioria dos trabalhadores a uma massa informe, desprovida de sentido social. Os sindicatos e grupos mais fortes passavam a explorar os sindicatos mais fracos e os trabalhadores sem sindicatos, a cada dia mais numerosos. Sua ficção apresenta uma luta cerrada dos trabalhadores, atacados também pela traição de seus companheiros e pela violência paramilitar de milícias a soldo da oligarquia. A liberdade e a política tornavam-se uma ficção retórica. Um Congresso e um Parlamento expurgados reuniam os oligarcas ou seus prepostos, capazes de tudo comprar e dispostos a todos os golpes, elaborando listas nacionais sujas, armando milícias assassinas e garantindo salvo conduto e liberdade para os "traidores". Um "passaporte nacional" (as carteiras de identidade) foi implantado, impedindo o livre trânsito dos demais trabalhadores.

O que nos importa aqui destacar é sua descrição da grande massa da população, que perdia o sentido do trabalho e da humanidade, convertia-se em enorme submundo, subnutrido e subumano, massa de manobra disponível para qualquer iniciativa, ora rastejante e submissa, ora raivosa e devastadora, incapaz, entretanto, de produzir um outro projeto de mundo. Tornavam-se as "feras do abismo":

> a grande massa desesperada da população, o povo do abismo, estava afundando em uma apatia brutal, satisfeita com a miséria. Sempre que surgiam operários de valor em

> meio às massas, os oligarcas os transformavam em membros das castas operárias ou em Mercenários. Assim, os descontentes se acalmavam e o proletariado era despojado de suas lideranças naturais. (...) Viviam como animais em grandes e esquálidos guetos operários, exasperados em meio à miséria e à degradação. Todas as suas antigas liberdades haviam desaparecido. Eram escravos do trabalho. Não havia, para eles, escolha de serviço. Da mesma forma, era-lhes negado o direito de se mudarem de um local para o outro, ou de portarem ou possuírem armas. Não eram servos da gleba como os agricultores, eram servos das máquinas e servos do trabalho. Quando surgiam necessidades esporádicas, como a construção de estradas e linhas aéreas, de canais, túneis, passagens subterrâneas e fortificações, trabalhadores eram recrutados nos guetos operários e vários milhares deles, por bem ou por mal, eram transportados para o canteiro de obras. Um verdadeiro exército deles trabalha agora na construção de Ardis, alojado em barracas miseráveis onde a vida familiar não pode existir, e onde a decência é substituída por uma degradante bestialidade. Na verdade, é nos guetos operários que vivem as feras do abismo, feras que o próprios oligarcas criaram, mas cujo rugido eles tanto temem. (LONDON, 2003, p. 226-227)

Não se trata de um livro de história e o que nos interessa é recuperar a sensibilidade e a existência de um sentimento que, difusamente, existia há exato um século. Esse mundo estadunidense retratado por London – que havia viajado bastante – seria, como sabemos, a ponta da renovação do capitalismo. London assinalava como a acumulação de excedentes a cada dia mais gigantescos os tornava devoradores dos capitalistas que, em tese, os controlavam. A fome de remuneração que tais excedentes impunham aos seus proprietários não tinha mais limites humanos. Citando David Graham Phillips, escritor radical do período, London transcreve o *Saturday Evening Post* de 04/10/1902:

> Ele [Rockfeller] havia atingido o limite de investimentos lucrativos com os lucros da indústria petrolífera. Essas somas enormes em dinheiro proporcionavam mais de dois milhões por mês apenas para John Davison Rockefeller. *O problema de reinvestir tornou-se sério. Virou um pesadelo.* Os rendimentos do petróleo estavam aumentando cada vez mais e o número

> de grandes investimentos tornou-se limitado, ainda mais limitado do que hoje. *Não foi a avidez por maiores lucros que fez com que os Rockefellers começassem a diversificar a sua indústria petrolífera para outros ramos de atividade. Eles foram obrigados, tragado por essa onda envolvente de riqueza o seu monopólio atraía irresistivelmente como um ímã.* Eles desenvolveram um grupo de investidores e investigadores. (...) A primeira incursão e excursão digna de nota dos Rockefellers foi no negócio ferroviário. Por volta de 1895, eles controlavam um quinto da malha ferroviária do país. (...) Mas apenas as ferrovias não podem absorver com rapidez suficiente essas grandes torrentes de ouro. (...) Os Rockefellers entraram no negócio de gás e eletricidade quando essas indústrias atingiram uma etapa segura de desenvolvimento. (...) Os agricultores passaram a hipotecar suas terras. *Diz-se que, há alguns anos, quando uma certa prosperidade permitiu aos agricultores livrarem-se de suas hipotecas, John D. Rockefeller quase chegou às lágrimas: oito milhões, que ele pensava que durante anos renderiam uma boa soma em juros, foram de repente lançados na soleira da sua porta e ali gritavam por um novo destino.*Esse inesperado acréscimo às suas preocupações em encontrar um lugar onde investir o dinheiro do seu petróleo para que esse negócio proliferasse cada vez mais, era demais para a equanimidade de um homem que não conseguia digerir... Os Rockefellers entraram para as minas: ferro, carvão, cobre e chumbo; para outras companhias industriais; para o transporte urbano, nacional, estadual: bonde e trens; para o transporte marítimo de carga e passageiros; para o telégrafo; para o ramo imobiliário: arranha-céus, residências, hotéis e conjuntos comerciais; no ramo de seguros de vida e bancário. Logo, não havia ramos da indústria onde seus milhões não estivessem em ação.O banco dos Rockefellers, o National City Bank, é, de longe, o maior banco dos Estados Unidos. No mundo inteiro perde apenas para o Banco da Inglaterra e o Banco de França. (*Id. ibid.*, p. 123-124, grifos meus)

A contribuição de Jack London permite sublinhar ao mesmo tempo a impulsão cega à acumulação e a catástrofe social sobre a qual se construía o capital-imperialismo estadunidense em ascensão. A catástrofe, a tragédia social e a hecatombe foram além de suas previsões, e as duas guerras mundiais nas quais se enfrentaram soldados

e populações civis em prol dos monopolistas de diferentes países na partilha do mundo o comprovou. London não antecipou, entretanto, nem a guerra mundial, nem o advento da Revolução Russa: em seu romance as lutas eram intestinas, e a revolução deveria aguardar centenas de anos. Não quero avaliar erros e acertos de Jack London, o que não faz o menor sentido diante de uma obra literária, mas sublinhar o quanto uma situação socialmente catastrófica pôde ser, ao mesmo tempo, um momento de extensão planetária da dominação capitalista e de expansão de relações sociais capitalistas muito além das fronteiras nas quais até então se restringia. A pena de Jack London parece relatar a miséria do mundo na década neoliberal de 1990 que, como há cem anos, suscitou relatos desesperados. Não podemos saber se e quanto ainda poderá se expandir o capital-imperialismo contemporâneo sem comprometer a própria existência de toda a humanidade. Mas sabemos que essa expansão se acompanha de contradições a cada dia mais profundas, e que longos e árduos anos de derrotas e de resistência podem trazer também mais clareza para os processos de luta contra o predomínio do capital.

Difícil apresentar com mais nitidez o quadro social com que se defrontava Lenin em 1916. Para redigir seu opúsculo, que difundiu internacionalmente uma reflexão consistente sobre as características do imperialismo, contou com a elaboração anterior de Hilferding e de Bukharin, que havia redigido o livro *A Economia Mundial e o Imperialismo* em 1915, que seria publicado somente em finais de 1917 (BUKHARIN, 1986). Tratava-se para Lenin de correlacionar a avassaladora avalanche dos monopólios que se expandiam pelo mundo a tudo subordinando com o impacto que exercia sobre o movimento operário, convertendo seus intelectuais mais próximos. A II Internacional havia sido derrotada, a Guerra Mundial repartia o mundo, consolidava monopólios, dizimava massas populares num confronto sanguinário. Seu livro sobre o imperialismo foi redigido durante a guerra, período em que Lenin, no exílio, estudaria Hegel, releria Marx, mantendo o acompanhamento dos processos históricos em curso sem distanciar-se da militância. A catástrofe parecia duradoura, mas o polo central de suas investigações residia na explicitação das contradições que tal processo continha.

Para Lenin, a nova configuração do capitalismo aprofundava inúmeras contradições, a começar por procurar fracionar os que nutrem de seiva o capital, os trabalhadores, mas atravessavam fortemente os diferentes setores do capital. Seu desafio, identificar as principais modificações resultantes da própria expansão capitalista, que aprofundavam a exploração internacional dos trabalhadores e intensificava a extração do mais-valor, ao lado das novas modalidades de apassivamento dos trabalhadores. Seu intuito, auxiliar para que os próprios trabalhadores e seus partidos compreendessem as novas condições sob as quais deveriam enfrentar o domínio do capital. A democracia representativa, recém-conquistada pelos próprios trabalhadores em alguns países (que não eliminava nem a violência nem a corrupção, como vimos com Jack London), sofria seus primeiros reveses, com a substituição dos debates parlamentares explícitos por apelos eleitorais fortemente hipócritas, conduzindo à sua domesticação (MARCPHERSON, 1978, p.70). As possibilidades eleitorais exerciam forte sedução, sobretudo para partidos com fortes bases sindicais, como a social-democracia, que, rompendo com os setores revolucionários, passava a confiar na própria expansão do capital-imperialismo para melhorar as condições da classe trabalhadora. A atuação desses partidos contribuíra para soldar as organizações da classe trabalhadora às burguesias nacionais dos países imperialistas, isolando-as dos demais trabalhadores e das demais nações, de cuja exploração se tornariam cúmplices. As reivindicações democratizantes e igualitárias esbarravam agora na própria barreira de institucionalização representativa.

Vale destacar que a situação apontada por Lenin enfatiza duas situações então em curso: de um lado, o crescimento dos monopólios e sua expansão, com um cortejo de transformações na vida social e, de outro, as guerras entre países imperialistas para o controle direto ou semidireto de territórios dos demais países. A luta de classes se multiplicava com o enfrentamento entre trabalho e capital, a luta entre países centrais e entre eles e os demais países; estes últimos reduzidos a colônias ou semicolônias. O cerne coerente e central de seu argumento procurava o fio da luta de classes que permitia explicar a guerra entre países.

Sem meias palavras, Lenin apontou que a escala da expansão de capitais, em inícios do século XX, transformara *qualitativamente* o capitalismo, sendo o imperialismo monopolista o seu resultado e aprofundamento, introduzindo novos traços e nova complexidade à luta de classes.

Retomemos algumas das mais importantes características assinaladas por Lenin (1975), começando pelas transformações internas da própria dinâmica da reprodução capitalista.

• em primeiro lugar, destacou o fim do capitalismo concorrencial, com a transformação da luta concorrencial e anárquica que opunha os capitalistas numa organização de enormes empresas "combinadas", que centralizavam e controlavam diversos ramos técnicos da produção, impulsionavam a ciência e intensificavam a socialização do processo produtivo. A constituição dos monopólios é o primeiro traço distintivo do imperialismo;

• a fusão entre capitais industriais e capitais bancários dava origem ao capital financeiro e a uma oligarquia financeira, sob predomínio do capital bancário, estreitamente ligados aos Estados. Inaugurava-se uma nova função dos bancos, a de centralizar num único organismo os recursos de miríades de capitalistas dispersos, convertendo-os em "capitalistas coletivos", cujo controle e manipulação do crédito permitia expandir ou estrangular determinados setores da produção:

> *união pessoal* dos bancos das grandes empresas industriais e comerciais, a fusão de umas e de outras pela aquisição de ações, pela entrada dos diretores de banco nos conselhos de controle (ou de administração) das empresas industriais e comerciais e vice-versa. [Essa "união pessoal" se completava pela] (...) "união pessoal" de ambas com o governo. (...) Disso resulta, de um lado, uma *fusão cada vez mais completa*, ou segundo a feliz fórmula de Boukharine, uma *interpenetração* do capital bancário e do capital industrial e, de outro lado, a transformação dos bancos em estabelecimentos apresentando no sentido mais exato do termo um caráter universal. (LENIN, 1975, p. 58-62, grifos meus)

• o processo de concentração monopólica agudizava a separação entre a propriedade do capital e suas formas de gerência:

> O próprio do capitalismo é, em regra geral, *separar a propriedade do capital de sua aplicação à produção*; separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo; separar o rentista, que só vive da renda que retira do capital-dinheiro, do industrial, assim que de todos os que participam diretamente à gestão dos capitais. O imperialismo, ou a dominação do capital financeiro, é esta etapa suprema do capitalismo onde esta separação atinge vastas proporções. A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital significa a hegemonia do rentista e da oligarquia financeira; ela significa uma situação privilegiada para um pequeno número de Estados financeiramente "poderosos", com relação a todos os demais. (*Id. ibid.*, p. 87, grifos meus)

• o predomínio da exportação de capitais sobre a exportação de bens aprofundava o desenvolvimento desigual em prol de um punhado de países;

• assinalava a tendência a uma unificação nacional (com fortes tinturas nacionalistas) dos países dominantes, facilitada pelos sobrelucros advindos da expansão colonial e visando a assegurá-la; essa unificação se traduzia em corrupção de estratos superiores operários (aristocracia operária);

• insistia nas contradições do processo de monopolização: utilização crescente de relações pessoais (associação entre industriais, banqueiros e Estados) em lugar da concorrência ou da luta política; intensificação da concorrência entre países; expansão de trabalhadores técnicos e da produção científica mas bloqueio a certos avanços tecnológicos que poderiam melhorar as condições reais de existência; excedentes de capitais não se destinavam a melhoria real (como o desenvolvimento da então atrasadíssima agricultura), mas ao enriquecimento de um punhado de oligarcas e de países.

Todos esses processos culminavam na modificação das relações entre os países, nas quais alguns Estados financeiros (nos quais a associação entre capital industrial e bancário se impunha) dominavam todos os demais. Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha detinham, então, 80% do capital financeiro mundial, verdadeiros "banqueiros do mundo", transformando os demais países em seus devedores e tributários. Concluía-se a partilha do mundo entre os

países exportadores de capitais, tanto através do controle do mercado (e da produção) mundial, quanto como da partilha direta do mundo (LENIN, 1975, p. 89), o que não eliminava a tendência à exacerbação das lutas interimperialistas por novas partilhas.

> A época do capitalismo moderno nos mostra que se estabelecem entre os grupos capitalistas certas relações *baseadas* na partilha econômica do mundo e que, paralela e consequentemente, se estabelece entre os grupos políticos, entre os Estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na 'luta pelos territórios econômicos'. (LENIN, 1975, p. 111, grifos do autor)

Lenin identifica claramente o crescimento das investidas militares expansionistas, diretamente coloniais, dos países imperialistas, o que não somente levava à guerra entre os países imperialistas, como conduzia à eliminação da condição efetiva de independência política mesmo entre países formalmente independentes, e a uma escala de subordinação variada, desde a posição de colônias, à de subcolônias e a de países dependentes, embora não controlados politicamente de maneira direta.

> Quanto aos Estados "semi-coloniais", oferecem um exemplo de formas transitórias que se encontra em todos os domínios da natureza e da sociedade. O capital financeiro é um fator tão poderoso, tão decisivo, podemos dizer, em todas as relações econômicas e internacionais, que ele é capaz de subordinar e subordina efetivamente até mesmo Estados que detêm uma completa independência política. O que dá ao capital financeiro as maiores "comodidades" e as maiores vantagens é uma submissão tal que implica, para os países e os povos em causa, a perda de sua independência política. Os países semi-coloniais são típicos, a esse respeito, enquanto solução média [ou mediana]. (*Id. ibid.*, p. 120)[2]

Para além da identificação dos traços fundamentais do imperialismo, um embate duríssimo atravessa boa parte do livro: a crítica a Kautsky. O fio central da crítica de Lenin reside no abandono por Kautsky de uma perspectiva revolucionária, admitindo alianças e coligações com o setor mais avançado do capitalismo, objetivando avanços nas forças produtivas que, num futuro distante, levassem a

transformações no interior do capitalismo. Esta divergência crucial não o eximiu de uma crítica bastante detalhada de diversos argumentos de Kautsky, para quem o

> imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído [e] consiste na tendência de cada nação capitalista industrial a anexar ou a subordinar regiões *agrárias* cada vez maiores, quaisquer que sejam as nações que as povoam. (KAUTSKY, 1914, p. 909, *apud* LENIN, 1975, p. 133, grifos do autor)

Para Lenin, essa definição reduz o imperialismo: pela suposição de que a anexação se limitaria a regiões agrárias; por considerá-lo como uma política, não percebendo que não se trata de uma política entre outras (a "preferida"), mas que a violência anexionista é necessária para esse capital; por não perceber que a característica central é o capital financeiro e, portanto, uma modificação *qualitativa* do capitalismo.

Segundo Kautsky, "é pela democracia pacífica, e não pelos métodos violentos do imperialismo, que as tendências do capital para a expansão podem ser mais bem favorecidas" (KAUTSKY, 1915, p. 70, *apud* LENIN, 1975, p.167), o que confortava a possibilidade de um superimperialismo, um ultraimperialismo, no qual predominaria a união e não a luta dos imperialismos do mundo inteiro, uma fase de cessação das guerras em regime capitalista, uma fase de "exploração em comum do universo pelo capital financeiro unido em escala internacional" (KAUTSKY, 1914, p. 921, *apud* LENIN, 1975, p.138).

Sobre esse ponto, e apenas para efeito de raciocínio, Lenin admitia que a livre concorrência pudesse desenvolver melhor o capitalismo.

> Porém quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio e do capitalismo, mais forte é a concentração da produção e do capital, a qual *engendra* o monopólio. E os monopólios *já* nasceram – *saídos*, precisamente, da livre concorrência! (LENIN, 1975, p. 169)

Quanto ao ultra ou superimperialismo ou alianças interimperialistas, Lenin considerava possível que alguns países centrais se unissem ou que, mesmo, todos se unissem durante algum período,

em especial para a partilha de grandes nações, como a China. No entanto, afirmava ser inconcebível que tais alianças fossem duradouras:

> Ora, as forças respectivas desses participantes na partilha variam de maneira desigual, pois não pode haver, sob regime capitalista, desenvolvimento *uniforme* das empresas, dos trustes, das indústrias, dos países. (...) Assim, as alianças "interimperialistas" ou "ultra-imperialistas", na realidade capitalista, e não na mesquinha fantasia pequeno burguesa de padres ingleses ou do "marxista" alemão Kautsky, são inevitavelmente, quaisquer que sejam as formas dessas alianças, quer se trate de uma coalizão imperialista armada contra uma outra, ou de uma união geral abarcando *todas* as potências imperialistas, apenas tréguas entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e, por seu turno, nascem da guerra. Elas se condicionam umas às outras, engendram alternativas de luta pacífica e de luta não pacífica sobre uma única e mesma base, a dos laços e das relações imperialistas da economia mundial e da política mundial. Kautsky *separa* os dois anéis de uma única e mesma cadeia; ele separa a união pacífica (e ultra-imperialista, até mesmo ultra-ultra-imperialista) atual de *todas* as potências para "pacificar" a China do conflito não pacífico de amanhã, o qual preparará para depois de amanhã uma nova aliança universal "pacífica" com vista à partilha, por exemplo, da Turquia. (*Id. ibid.*, p. 178-179)

Kautsky foi retomado em tempos recentes por alguns autores que recuperavam sua hipótese de um ultraimperialismo pacífico e a aplicaram às condições do predomínio estadunidense após a Guerra Fria e, em especial, ao período imediatamente posterior à derrocada da União Soviética, no que chamaram de unipolaridade. Ressaltavam duas proposições de Kautsky: a) as guerras seriam excessivamente onerosas para o capital, que precisaria conter as despesas militares e b) a expansão anexionista era apenas uma das políticas possíveis para o capital, sendo a democracia sua forma política mais conveniente.

Essas leituras atuais de Kautsky limitaram-se a selecionar recortes pontuais sem analisar a integralidade do argumento do próprio autor. Parecia que a década de 1990 e os primeiros anos do

século XXI apagavam, juntamente com o predomínio inconteste dos EUA, boa parte da experiência histórica do século XX, olvidando o astronômico crescimento permanente de gastos militares, inclusive após a derrocada da União Soviética. Depois das duas guerras mundiais devastadoras, se não se seguiram conflitos bélicos entre as principais potências imperialistas, as razões são diferentes do que supôs Kautsky em 1914. O papel que deveria cumprir o ultraimperialismo para a redução das despesas militares jamais ocorreu.

A possibilidade tragicamente real de aniquilação total inaugurada na Segunda Guerra Mundial limitou a eclosão de guerras mundializadas. Não obstante, os países imperialistas, isolados ou coligados (com maior ou menor unidade) envolveram-se em guerras praticamente permanentes. Nos últimos anos, as mais violentas foram a partilha da Iugoslávia, a invasão do Iraque, do Afeganistão e, em seguida, nova invasão, com a devastação e ocupação do Iraque.

A democracia, ao lado das formas sociopolíticas de dominação voltadas para esterilizá-la, cada vez mais difundidas, também não eliminou as políticas de controle territorial. Os formatos do controle imperialista sobre territórios foram modificados e, em muitos casos, atuam a partir de sanções econômicas (e não diretamente pela ocupação política), persistindo, porém, a clássica ocupação territorial (Palestina, Iraque e Haiti são exemplos significativos). Retomaremos o tema das condições do período posterior à Segunda Guerra Mundial no próximo capítulo. Por ora, nos limitamos a apresentar com alguns detalhes o argumento de Kautsky, lembrando apenas que seu argumento o impediu de sequer imaginar a Segunda Guerra Mundial.

Menos do que uma leitura consistente de Kautsky, muitos ideólogos atuais fizeram uma repescagem de algumas citações, sobretudo com o intuito de opô-lo a Lenin, considerado "ultrapassado". O rigor e a clareza de Lenin dispensam defesas apologéticas. Retomemos pois o argumento de Kautsky expresso em *O Imperialismo* (KAUTSKY, 2002) e *O imperialismo e a guerra,* ambos de 1914 (KAUTSKY, 2008). Kautsky analisa a expansão capitalista de um ponto de vista estritamente econômico, considerando existir uma permanente escassez de terras e de bens agrários para o capital industrial. O imperialismo, para ele, resultaria do impulso industrial a

ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital através da indústria) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que a política imperialista, com seus custos, prejudicaria, em curto e médio prazos, a acumulação de capital.

A concepção de Lenin é distinta. Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento da exportações de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e "suas" burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lenin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes.

Lastimando dedicar-se prioritariamente aos aspectos econômicos, Lenin sublinha a alteração qualitativa resultante da expansão e concentração dos capitais. Para permanecer o mesmo (assegurando a extração ampliada de mais-valor), o capitalismo fora obrigado a revolucionar-se e abria uma nova era, na qual o controle do mundo passava a ser elemento fundamental. Uma vez que estava realizada a partilha do mundo, este se tornava agora inteiramente subordinado à expansão capitalista. Assinalava ainda elementos de apodrecimento das relações sociais, sem que isso entretanto, significasse um enfraquecimento do capital e do capitalismo.

Kautsky considerava o imperialismo como a necessidade permanente da indústria para apoderar-se de terras, necessidade

resultante de um desequilíbrio constitutivo entre produção agrária e industrial. Em outros termos, analisava o fenômeno como mantendo relações idênticas, territorialmente mais extensas, mesmo incorporando um processo complexo de industrialização. Admitia que o processo poderia dar lugar à implantação do capitalismo em países até então agrários, mas para ele isso expandiria, por seu turno, ainda mais a tensão entre agricultura e indústria.

Para Lenin, diferentemente, a concentração ampliada de capitais alterava qualitativamente as relações sociais, impondo novas – e mais perversas – formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de caráter mundial. A monopolização expressava que, para manter-se o mesmo, isto é, como forma de acumulação ampliada, o capital precisara efetuar uma efetiva transformação qualitativa.

Para Kautsky o mesmo processo se refaz sem cessar, ampliando-se geograficamente e agudizando os mesmos problemas. Para Lenin, o mesmo processo ao ampliar-se sofre e impõe profundas modificações, desiguais segundo o posicionamento dos diferentes países (e das diferentes classes sociais) diante do capital financeiro. Novas contradições emergiam e impunham novas formas de luta. Com relação portanto às características do imperialismo, a abordagem de Lenin implica a admissão de uma historicidade capitalista muito mais complexa do que a apresentada por Kautsky. Assim como na leitura de Jack London, nos invade uma sensação de extrema atualidade nas observações de Lenin[3]. Isso pode nos conduzir à enganosa suposição de que o imperialismo, a "última" etapa em 1916, seja ainda exatamente o mesmo, em todas as suas determinações. Entre o momento da redação de seu opúsculo e a época atual transcorreram pouco mais de 90 anos, ao longo dos quais ocorreram significativas lutas de classes e aprofundou-se ainda mais o extremado impulso concentrador de capitais. A humanidade vivenciou enormes transformações históricas, a começar pela Revolução de 1917 e, na virada da década de 1980 para 1990, sua derrocada. Tal como na passagem do século XIX para o XX, é preciso averiguar de que maneira a dimensão gigantesca da concentração monopólica de capitais gera, na atualidade, modificações qualitativas naquele imperialismo analisado por Lenin.

Lenin apontava as consequências concretas efetivas do aguçamento da concentração de capitais no mundo, partindo da consolidação do capitalismo em países de extensa base agrária, como a própria Rússia. Em seu conjunto, as teses leninianas tiveram praticamente ampla validade até o final da Segunda Guerra Mundial e sua leitura permanece basilar para a reflexão contemporânea. Muitos dos diversos aspectos assinalados por Lenin, todavia, remetem a condições que se modificaram. A "união íntima" entre industriais e banqueiros, sob a égide dos segundos, ainda seguia muito marcada pela presença direta dos grandes proprietários, em especial dos grandes banqueiros. A separação entre a propriedade e a gestão devia-se à incapacidade da gestão direta pelos proprietários de gigantescas empresas monopolistas e prenunciava a chamada era dos managers (ou gerentes), na qual *a empresa, doravante um conglomerado envolvendo múltiplas atividades e incluindo os bancos, predominava sobre a figura singular do proprietário*, embora a ele estreitamente associado. Também a expansão colonial direta se modificaria ao final da Segunda Guerra Mundial, temas que serão abordados no próximo capítulo. As determinações, embora muito resumidas anteriormente, formuladas por Marx e Lenin, impõem a verificação atual de como o aprofundamento da escala da concentração capital-imperialista aporta novas determinações e altera as anteriores.

Antes, porém, vale ressaltar que Lenin, em seu opúsculo, lamentava sua impossibilidade de deter-se com mais calma sobre a totalidade do fenômeno, sendo obrigado a concentrar-se, sobretudo, sobre seu aspecto econômico. Apesar da brevidade da apresentação dos traços principais do panfleto de Lenin, já ali pode-se observar que abrange bem mais do que fenômenos econômicos: pincela em traços rápidos, mas firmes, questões teóricas centrais, como a organização contraditória dos monopólios, o novo papel dos Estados e sua centralidade, aponta temas sociais dramáticos como a formação da aristocracia operária e assinala modificações significativas nas condições de vida e na subjetividade de parcela da classe trabalhadora europeia. Seria outro militante comunista, Antonio Gramsci, quem desenvolveria com extrema argúcia uma enorme e nuançada palheta das características da dominação capitalista.

Gramsci e a organização sociopolítica da dominação capital-imperialista

De maneira similar a Lenin, Gramsci inicia sua militância numa Itália predominantemente rural, porém com uma crescente base industrial. Diferentemente da Rússia, historicamente um enorme império czarista, assentado em tradições feudais, que estendera a agonia da servidão até a segunda metade do século XIX e que representava o atraso e a barbárie, com uma organização social e política autocrática, a Itália recém unificada integrava historicamente o núcleo medular do mundo europeu ocidental, berço de muitas de suas tradições. Ambos os países vinham de experiências expansionistas, com dimensões e características extremamente diversas. O Império Russo ocupava grande parte do continente, sustentado em seus enormes exércitos, e procurava conservar toda a sua extensão, ainda que ao soldo das grandes potências, enquanto a Itália ingressara na fase expansionista colonizadora no Oriente Médio, conquistando a Somália em 1888, a Eritreia em 1890, experimentando fragorosa derrota na Etiópia em 1896 e, finalmente, dominando a Líbia, em 1911. Enquanto a Rússia procurava manter seu império arcaico, a Itália tentava incorporar-se à partilha do mundo capitaneada pelo novo imperialismo, no qual figurava como o país mais frágil. Assim como a Alemanha, também unificada na segunda metade do século XIX, a Itália integrava o grupo das nações europeias de capitalismo retardatário. Não obstante, enquanto a Alemanha demonstrava um pujante avanço econômico ao lado do expansionismo colonial, o processo italiano era mais lento e complexo.

Surpreendentemente, o imperialismo não constitui uma temática central em Gramsci, ao menos de maneira direta: não há entrada para o conceito no índice temático geral da tradução brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, que figura no volume seis. Embora mencionado algumas vezes ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o termo figura em Gramsci mesclado de diversas outras considerações, em especial de cunho cultural. Pontuei, não obstante, algumas características marcantes de seu raciocínio, que nos auxiliam a problematizar nosso objeto. Em primeiro lugar, o alerta de Gramsci

quanto ao risco da perversão teórica que implicava o deslizamento conceitual da luta de classes para uma luta entre nações, já visível na Primeira Guerra Mundial e que se tornaria central no argumento ultranacionalista do nazifascismo, posteriormente. Em 1916, mesmo ano da redação do opúsculo de Lenin, Gramsci apontava a transfiguração então em curso:

> Corradini[4] saqueou Marx, depois de tê-lo vituperado. Transporta da classe para a nação os princípios, as constatações e as críticas feitas pelo estudioso de Trier; fala de nações proletárias em luta contra nações capitalistas, de nações jovens que, pelo desenvolvimento da históia mundial, devem substituir as nações decrépitas. E diz que essa luta se explicita na guerra, afirma-se na conquista dos mercados, na subordinação econômica e militar de todas as nações a uma só (...). Por isso, no plano verbal, Corradini não se opõe à luta de classe. Suprimir a luta de classe, diz ele [Corradini], seria o mesmo que suprimir a guerra. Não é possível. Ambas são vitais, uma no interior das nações, outra fora delas. Servem para movimentar o mundo e fornecer-lhe material humano fresco, classes, nações. (GRAMSCI, EP[5], 2004, v. 1, p. 67-69)

O intuito de Corradini em nada se assemelhava à luta na qual estava engajado Gramsci, cujo objetivo seria o fim das classes sociais e a emancipação humana e social; Corradini propunha subordinar o proletariado à produção, ao capitalismo nacional, com o fito de "socializar a exploração"; enquanto para Gramsci

> os proletários não fazem a luta de classe somente para aumentar os salários (...) mas sobretudo para substituir pela própria classe que trabalha aquela dos capitalistas que a fazem trabalhar. (*Id. ibid.*, p. 69)

Não à toa Gramsci mostrava-se profundamente atento às questões nacionais italianas e à luta política interna, na qual setores dominantes e seus intelectuais procuravam mobilizar populações através da corrosão e adulteração de programas de luta efetivamente populares com um projeto ao mesmo tempo nacionalista, expansionista e colonizador. Contrapondo-se à formulação e divulgação de uma longa história redutora e linearizada de conquistas italianas, que

remontava à antiguidade clássica dos Césares, em que se ressaltava o papel de berço da latinidade e de origem da cultura ocidental, através de obras de uma expressão intensa e transbordante para toda a Europa como as do Humanismo, Gramsci analisa o mesmo período por outro viés, como marcado pelo cosmopolitismo medieval, por não expressar uma unidade nacional-popular (como o caso da Revolução Francesa) e por demonstrar a incapacidade em reduzir a histórica distância entre dirigentes e dirigidos na Itália. Reconstitui os elos da formidável historicidade latina, porém a partir das massas trabalhadoras. Enfatiza o longuíssimo divórcio entre intelectuais e povo-nação na península itálica; entre a massa camponesa, grande maioria da população e as classes dominantes. Esse divórcio se expressara em todos os âmbitos da existência social, tendo sido permanentemente reforçado pelo papel desempenhado pela Igreja, sua abrangência medieval cosmopolita e sua centralidade na vida italiana.

Partindo, pois, de um internacionalismo dos trabalhadores, Gramsci denuncia e se distancia fortemente do cosmopolitismo, que fornecia a base para um peculiar nacionalismo italiano. Para Gramsci, a difusão da cultura italiana na Europa por muitos séculos não passara de

> (...) uma ilusão verbal. Onde estava a base dessa cultura italiana? Não estava na Itália: essa cultura "italiana" é a continuação do cosmopolitismo medieval ligado à tradição do Império e à Igreja, concebidos como universais com sede "geográfica" na Itália. Os intelectuais italianos eram funcionalmente uma concentração cultural cosmopolita; eles acolhiam e elaboravam teoricamente os reflexos da mais consistente e autóctone vida do mundo não italiano. Vê-se essa função também em Maquiavel, embora Maquiavel tente dirigi-la para fins nacionais (sem êxito e sem continuadores em número apreciável): com efeito, o *Principe* é uma elaboração dos eventos espanhóis, franceses, ingleses no empenho pela unificação nacional, unificação que, na Itália, não tem forças suficientes e nem interessa muito. (GRAMSCI, C C, v. 1, 2001, p. 429-430)

O cosmopolitismo, uma forma de expressão característica do mundo medieval (e da Roma enquanto sede do Papado), se esmerava por se apresentar como se não tivesse um ponto de ancoragem histórico e social, o qual residia no poderio papal e no profundo

distanciamento entre as classes dominantes e o povo. A longuíssima dominação antipopular revelava sua perversa face social na persistente inexistência de uma língua comum e se mantinha, pois, mesmo a difusão generalizada do italiano expressava um caráter de casta :

> (...) de 600 d. C., quando se pode presumir que o povo não mais compreenda o latim dos doutos, até 1250, quando começa o florescimento do vulgar, isto é, durante mais de 600 anos; o povo não compreendia os livros e não podia participar no mundo da cultura. O florescimento das Comunas faz com que as línguas vulgares se desenvolvam, e a hegemonia de Florença empresta unidade ao vulgar, isto é, cria um vulgar ilustre. Mas o que é esse vulgar ilustre? É o florentino elaborado pelos intelectuais da velha tradição: é florentino no *vocabulário* e também na *fonética,* mas é um latim na *sintaxe.* De resto, a vitória do vulgar sobre o latim não era fácil: os doutos italianos, com exceção dos poetas e dos artistas em geral, escreviam para a Europa cristã [em latim] e não para a Itália, eram uma concentração de intelectuais cosmopolitas e não nacionais. A queda das Comunas e o advento do principado, a criação de uma casta de governo separada do povo, cristalizam esse vulgar, do mesmo modo que se havia cristalizado o latim literário. O italiano é novamente uma língua escrita e não falada, dos eruditos e não da nação. Existem na Itália duas línguas eruditas, o latim e o italiano, e este último termina por preponderar e por triunfar completamente no século XIX, com a separação entre os intelectuais laicos e os eclesiásticos (...). (GRAMSCI, CC, v. 2, p. 81)

Longe da história unívoca e altissonante de uma grandeza nacional perene, Gramsci destaca a *anacionalidade* dos intelectuais italianos (CC, v. 2, p. 69), o que não os impedia entretanto, que do interior de tal *cosmopolitismo anacional,* alimentassem práticas de xenofobia e de chauvinismo:

> (...) na Itália, ao lado do cosmopolitismo e do apatriotismo mais superficial, sempre existiu um chauvinismo arrebatado, que se relacionava com as glórias romanas e das repúblicas marítimas, bem como com o florescimento individual de artistas, literatos, cientistas de fama mundial. (GRAMSCI, CC, v. 5, p. 174-175).

Contra o cosmopolitismo abstrato e antipopular que estimulava um nacionalismo xenófobo e arriscava desembocar num imperialismo militarista (GRAMSCI, CC, v. 5, p.41), Gramsci contrapunha um "cosmopolitismo de outro tipo", o internacionalismo proletário, que permitiria a realização histórica plena italiana, assegurando um reencontro histórico da nação com os trabalhadores que a forjaram. Gramsci subverte o ponto de vista do cosmopolitismo tradicional, transformado em internacionalismo na medida em que deveria se subordinar à experiência das grandes massas camponesas italianas subsistindo em precárias condições, à experiência operária em expansão no norte da Itália e, ainda, incorporar a diáspora resultante das massivas expropriações que disseminara massas de trabalhadores italianos pelo mundo.

> O cosmopolitismo tradicional italiano deveria se tornar um cosmopolitismo de tipo moderno, ou seja, capaz de assegurar as condições melhores de desenvolvimento ao homem-trabalho italiano, não importa em que parte do mundo ele se encontre. (...) Colaborar para reconstruir o mundo economicamente de modo unitário está na tradição do povo italiano e da história italiana, não para dominá-lo hegemonicamente e apropriar-se do fruto do trabalho alheio, mas para existir e desenvolver-se justamente com o povo italiano: pode-se demonstrar que César está na origem desta tradição. (...) Que seja nação proletária (...); proletária como nação, porque constituiu o exército de reserva dos capitalismos estrangeiros, porque forneceu operários para todo o mundo, ao lado dos povos eslavos. Precisamente por isto deve se inserir na moderna frente de luta para reorganizar até o mundo não-italiano, que contribuiu para criar com seu trabalho, etc. (GRAMSCI, CC, v. 5, p. 41-42)

Pode-se compreender a relutância gramsciana em tratar do imperialismo, quando observamos seu cuidado ao explicitar as condições específicas do capitalismo italiano que, já predominando sobre o conjunto da vida social, econômica e política na Itália, era, entretanto, subalterno perante as demais potências imperialistas, das quais dependia, e prepotente no trato com as massas trabalhadoras. Para Gramsci, o expansionismo colonizador desde finais do século XIX, ainda que de cunho burguês e, portanto, imperialista, revelava

uma Itália subalterna. A expansão para o exterior respondia às dificuldades de política interna, à acomodação entre as exigências camponesas de terra, deslocadas para a conquista de novos territórios, e ao impulso de centralização capitalista. A Itália não lograra, como a França ou a Inglaterra, através de brechas escancaradas tanto pelas lutas entre a nova propriedade capitalista e a herança latifundiária, quanto pelas lutas operárias e camponesas, a plena emergência das massas populares e dos trabalhadores na história nacional. A Europa capitalista, riquíssima, enveredava pela expansão de seus investimentos rentáveis; assim se criaram depois de 1890 os grandes impérios coloniais.

> Mas a Itália, ainda imatura, *não só não tinha capitais para exportar, como devia recorrer ao capital estrangeiro para suas próprias e limitadíssimas necessidades. Faltava, pois, um impulso real ao imperialismo italiano*, que foi substituído pela passionalidade popular dos trabalhadores rurais cegamente voltados para a propriedade da terra: *tratou-se de uma necessidade de política interna a resolver*, cuja solução foi desviada para o infinito. (GRAMSCI, CC, v. 5, p. 62)

Gramsci complementa seu raciocínio ao analisar o gosto popular italiano pela literatura francesa, ao lado do gosto europeu pela música operística italiana. Compreendendo a cultura como elemento fundamental, imersa na situação histórica italiana, Gramsci aponta como as tendências monopolistas e expansionistas podiam expressar formas de subordinação:

> Todo povo tem sua literatura, mas ela pode vir-lhe de um outro povo, isto é, o povo em questão pode ser subordinado à hegemonia intelectual e moral de outros povos. É este, com freqüência, *o mais gritante paradoxo de muitas tendências monopolistas de caráter nacionalista e repressivo: o de que, enquanto se constroem grandiosos planos de hegemonia, não se percebe que se é objeto de hegemonias estrangeiras; do mesmo modo como, enquanto se fazem planos imperialistas, na realidade se é objeto de outros imperialismos*, etc. (GRAMSCI, CC, v. 6, p. 127-128, grifos meus).

Não tendo sido um pensador central do imperialismo, as contribuições de Gramsci revelam-se duplamente importantes, pois

assinalam as diferenças particulares entre a Itália e a Rússia – ambas com grande população camponesa, porém em condições econômicas, culturais e sociais muito diversas – e permitem complementar e trazer novas determinações às características apontadas por Lenin. Ambos observavam, de ângulos e de países diversos, a expansão imperialista que, nos dois casos, procurava ocultar sob o nacionalismo a luta de classes em seu interior. Em Gramsci, porém, outros elementos são relevantes: diferentemente da Rússia "reacionária e bárbara", mencionada por Lenin em *A guerra e a social-democracia da Rússia* (LENIN, 1977, v. 1, p.560), a Itália sob plena expansão capitalista, ainda que subalterna, pretendia ostentar seu viés cultural e "civilizatório". No entanto, sua expansão colonizadora expunha novas contradições do processo de expansão do imperialismo, a começar pelo *impulso imperialista subalterno*, maquiado de cosmopolitismo que, traço marcante de intelectualidades distantes do mundo real do trabalho, se traduzia em trágica e paradoxal *anacionalidade xenofóbica*. Longe de reiterar a contraposição entre "nações proletárias" e "nações oligárquicas", Gramsci se dedicaria a uma série de estudos interligados visando a compreender a forma precisa da dominação capitalista nas primeiras décadas do século XX, tanto na própria Itália, como em seus traços mais gerais. Em seu roteiro de estudos *fur ewig* (para sempre), que pretendia ter teor diferente de seus estudos pré-carcerários, voltados para o dia a dia, Antonio Gramsci trabalhou exaustivamente em 33 cadernos grandes temas, que abrangiam o estudo da filosofia, da política e do Estado, da história italiana, da cultura em seus mais amplos e diversificados aspectos (como os intelectuais e a formação da vontade social, literatura, imprensa, Igreja, fordismo, etc.) e do marxismo (COUTINHO, 2001). As condições históricas para a revolução no contexto da complexificação capitalista constituíam o fio condutor de toda a sua reflexão, que se encontra banhada de história e de historicidade.

Compreendemos assim a importância da atenção gramsciana às formas da transição capitalista dos países "retardatários" na Europa, como a Alemanha da "via prussiana" e, em especial, o caso italiano. Seu empenho se desdobrou na atenção a todas as direções cruciais do fenômeno, a começar pela reconceituação entre Oriente e Ocidente e,

sobretudo, pelo conceito de revolução passiva, dotado de extrema complexidade. De certa forma, portanto, por um viés diverso, e quase 20 anos depois, Gramsci complementaria os aspectos que Lenin deplorava não poder realizar, em 1916, quando analisou o imperialismo. Gramsci abordou as condições sociopolítico-cultural-ideológicas de expansão do capitalismo e concedeu especial atenção para suas condições internas de sustentação, políticas e culturais, num contexto contraditório onde, de um lado, havia crescentes reivindicações populares em prol de uma socialização da política e, de outro, tais reivindicações sofriam processos de modificação, de mutilação e mesmo de manipulação, de maneira a serem convertidas em sustentáculos da própria dominação que procuravam denunciar.

Falecido em 1937, como resultado das dramáticas condições carcerárias, Gramsci não viveu a experiência da Segunda Guerra Mundial e a conversão da Itália em país capital-imperialista, apesar de sua dependência e mesmo de seu aprofundamento. Suas indicações são preciosas exatamente por apontarem as contradições que atravessaram esse processo.

A extensa obra de Antonio Gramsci autoriza que seja considerado como um pensador da política, do poder e do Estado (COUTINHO, 1999; COUTINHO e TEIXEIRA, 2003; BIANCHI, 2008), mas não à maneira do pensamento politicista, com o qual se defrontou permanentemente. Em Gramsci, há um permanente esforço em pensar as condições do exercício do poder político, desde a coerção até as mais variadas modalidades de persuasão, sempre em sua estreita – mas não mecânica – conexão com as relações sociais de produção, jamais delas apartadas ou separadas. Rigoroso crítico do economicismo e de mecanicismos diversos que se disseminavam no marxismo, Gramsci se dedicou a pensar os elementos culturais, políticos, sociais e organizativos da vida social nas condições do mundo europeu e, em especial, da Itália, sem descurar da emergência de novas formas, como o americanismo. Partia da análise ancorada no contexto imperialista e, por considerar a Itália como um Estado "periférico" (GRAMSCI, 1978, p. 121-122, *apud* Bianchi, 2008, p. 211), isso aumentava a complexidade de sua análise, uma vez que se tratava de analisar as condições multifacetadas da dominação

capitalista. Seus escritos carcerários realizam estudo sistematizado das formas da dominação burguesa nos países capitalistas (hegemonia), condição para a compreensão das condições da luta operária e comunista (a contra-hegemonia).

Concentraremo-nos, doravante, na arguta percepção de Gramsci sobre a generalização de aparelhos privados de hegemonia, fundamentais a meu juízo para compreender os desdobramentos posteriores do capital-imperialismo, conceito que somente pode ser plenamente compreendido através da reformulação gramsciana do conceito de sociedade civil. Para nossos propósitos, nos deteremos apenas no conceito de sociedade civil, relembrando porém que foi elaborado não apenas através da observação das novas modalidades de fortificação do Estado capitalista nas condições da expansão do sufrágio universal, mas também da análise das novas formas de convencimento que emergiam nos Estados Unidos no período do fordismo e que abrangiam o conjunto da existência, ou as condições psicofísicas dos trabalhadores.

Antes, porém, de entrarmos na apresentação da reflexão gramsciana, nos deteremos nas origens do conceito no pensamento liberal, juntamente com seu par inseparável, o Estado. O item a seguir retoma os argumentos liberais fundamentais, não apenas para fazer justiça ao enorme trabalho empreendido por Gramsci, mas porque eles permanecem como a base contraditória na qual se procura justificar a dominação capital-imperialista. Por essas razões, retomamos as origens da controvertida categoria de sociedade civil, assim como os desdobramentos que experimentou, para em seguida acompanharmos mais detidamente o novo conceito gramsciano de sociedade civil, estreitamente coligado ao de aparelho privado de hegemonia.

Estado e sociedade civil na tradição liberal

Originalmente, a noção de sociedade civil deriva do pensamento contratualista de base anglo-saxônica, que explicou de maneira inovadora as instituições políticas, o Governo (o Estado), considerando-o como uma convenção humana (MANENT, 1990). Seu maior

expoente foi Hobbes (1588-1679). Abandonando as formas saturadas de pensamento religioso que perduravam na reflexão sobre a origem do poder político (embora já existissem diversas manifestações de pensamento laico sobre o exercício do poder, como Maquiavel), Hobbes a explicaria a partir dos dolorosos atributos – que definiu como *naturais* – da humanidade, e que a impeliriam a conter-se, a dominar-se através de um acordo tão ou mais violento do que a violência que o pacto deveria conter. Tratando-se de um contrato, era, portanto, realizado entre homens e sem interveniência de princípios ou agentes externos à humanidade. Esse acordo, decorrendo de uma natureza humana agressiva e marcada pela escassez (a fome e a insegurança), outorgaria a um dentre os homens (o Soberano) o atributo singular do exercício da violência e deveria assegurar a pacificação entre eles pela demarcação nítida de um único poder que deveria pairar – e exercer-se – sobre todos.

Partindo da suposição de que poderes iguais no reino da natureza sempre conduziriam os homens a uma situação de isolamento, selvageria e barbárie, de guerra de todos contra todos, considerava o Estado como a instauração de um poder desigual, não natural, humano, que deveria assegurar a pacificação, pela entrega das armas ao Soberano e pela obediência total que a ele teriam de prestar, por serem os responsáveis pelo pacto.

Alguns pontos a comentar. Em primeiro lugar, esse pacto, derivado do sofrimento da natureza humana, é não natural ou, mais propriamente, antinatural. Ele é um acordo entre os homens contra a natureza humana. A impossibilidade de viver de acordo com sua natureza os levaria a concluir um contrato que a limita, a reduz, a controla. A vida social seria, portanto, algo de antinatural. Introduz-se uma cesura entre o indivíduo, que permanece considerado como "pura natureza" e o mundo da política, como o "local de contenção" dessa mesma natureza.

Em segundo lugar, este contrato antinatural derivaria diretamente de uma natureza humana má (genericamente faminta e cruel). Nesse sentido, ele reuniria em si próprio o pior da natureza humana, sendo, por isso mesmo, um permanente monstro a espreitar cada um, mas um monstro necessário, capaz de conter, pela própria exacerbação de sua monstruosidade, as pequenas monstruosidades

que habitariam cada um. O terceiro ponto a considerar é que os indivíduos resultantes desse pacto seriam, ao mesmo tempo, seres naturais, no sentido forte do termo (e, enquanto natureza, inalteráveis), e seres de natureza contida, controlada, domesticada. A pacificação exigiria o emprego das armas, ou da violência (antes comum a todos) tornada privilégio apenas do Soberano ou daqueles investidos de tal poder.

O Estado – o contrato, o pacto, o Soberano – erguia-se, pois, como a antinatureza que, de fato, deveria regular, dirigir, controlar a natureza humana. E, ainda que paradoxalmente, competiria a esse Estado exatamente assegurar direitos cuja origem derivaria da natureza (vida, liberdade, propriedade). Do pacto decorreria a sociedade civil, como uma entidade antitética ao estado de natureza. Os termos sociedade civil, Governo e Estado seriam quase equivalentes (BOBBIO, 1992, p. 38).

Por ser resolutamente um acordo entre homens, poderia também ser uma instância de pura racionalidade, uma vez que os elementos irracionais presentes na natureza estariam agora retirados de seu interior. Como o pacto se expressaria por leis escritas, suas regras, conhecidas, poderiam pautar-se pela racionalidade (sendo esta reduzida a uma relação entre meios e fins). Assim, uma espécie de pirueta converteria o Estado de pura violência em expressão da Razão: a pior expressão da natureza humana teria produzido sua melhor forma[6].

Obedecendo à lógica desse argumento, alguns momentos de vida humana teriam caráter político ou civil, isto é, recobertos pelo direito, que se diferenciavam daquela outra contenção da natureza humana assegurada por regras religiosas (o direito civil se sobrepunha ao direito canônico). Estes momentos socialmente contidos coexistiriam com espaços "naturais", como a família, as relações afetivas e, finalmente, com o momento econômico ou privado, onde prevaleceriam os apetites "naturais". Nestes, permaneceria reinando a natureza, na qual incluíam a propriedade, a família e todas as relações não mencionadas pelo pacto.

Esta reflexão contém momentos extremamente tensos e coloca questões inquietantes. Em primeiro lugar, para consolidar a potência humana (o acordo político) reduz a natureza humana a elementos e

sentimentos isolados, como se em algum período fosse possível conceber tais sentimentos de maneira exterior às formas de sociabilidade que constituem, necessariamente, os seres singulares. Em segundo lugar, contrapõe de forma rígida um mundo natural, terrível de sofrimento e de medo, a um outro mundo de medo (o pacto e a violência instituída), que seria sua contraparte inescapável. Em outros termos, o Estado era apresentado como ineliminável, caso contrário se expandiria a barbárie e a selvageria. O Estado figurava como uma necessidade terrível, mas derivada da própria natureza humana. Finalmente, considera haver uma permanente tensão entre os apetites "naturais" e, portanto, intransformáveis, não modificáveis e os códigos (leis, direito, em suma, a coerção do Estado) que devem, simultaneamente, mantê-los e contê-los. Se o Estado era apresentado como resultado histórico, a historicidade não abarcava a própria humanidade, que somente conheceria dois estágios c o da barbárie e o da barbárie contida.

Essa concepção de Estado desconsidera a existência tanto da capacidade formativa da sociedade, que instaura e produz indivíduos singulares com paixões e escalas de valores diferentes segundo os períodos históricos e as suas formas sociais de ser, quanto secundariza a capacidade transformadora da própria humanidade. Nesse sentido, cristaliza tanto um ser humano perverso quanto sua contraparte violenta e racional, o Estado. Num passo contraditório, um argumento brilhante naturaliza e deshistoriciza as próprias relações sociais que permite entrever.

Essas contradições internas ao raciocínio, grávidas de inquietações, foram secundarizadas, uma vez que a concepção contratualista do Estado permitia enveredar pelo caminho dúplice então aberto – o da contraposição entre uma natureza humana estática e necessária (constituída de paixões vis, como a do interesse e a da salvaguarda da propriedade) (HIRSCHMANN, 1979, *passim*) e uma institucionalidade encarada como necessária, incontornável e, portanto, obrigatória.

Desse conceito de pacto decorria logicamente algo para além do Estado, mas que dele difere – uma sociedade composta de homens "naturais" que, entretanto, não mais se encontra em estado de natu-

reza. Em outros termos, a existência do pacto supõe uma modificação desse conjunto de homens agora sob o domínio político (ou civil), que passariam do isolamento "original", de uma situação selvagem ou bárbara para uma situação contida, legal, com regras conhecidas. Aqui, a noção de sociedade civil desliza para o seu segundo sentido, tornando-se o par dicotômico do Estado, o que a ele se contrapõe.

Locke (1632-1704) parte da reflexão hobbesiana, mas sua ênfase na propriedade o leva a ampliar (de forma ambivalente) o conceito de sociedade civil. De um lado, todos os homens integram essa associação (sociedade civil); de outro somente os detentores de propriedade são dela integralmente membros.

> Ora, essa ambiguidade permite a Locke afirmar que todos os homens são membros da sociedade, quando se trata de serem governados, e que somente a integram os proprietários, quando se trata de governar. (MACPHERSON, 2004, p. 406)[7]

Uma tendência forte do pensamento liberal seria alternar-se entre o ponto de vista da sociedade civil (os interesses privados, "naturais") e o da sociedade política, ou o Estado. A rigor, a maioria da reflexão de cunho liberal toma a primeira questão como axioma (a natureza humana seria o local da sociedade civil) e se dedica a organizar o Estado, as formas do governo, a modelar as instituições, para que exerçam a função proposta – garantia da vida e da propriedade. Assim, os pensadores liberais devotam-se cada vez mais a instaurar razões técnicas para o funcionamento do Estado, instaurando o que Nicos Poulantzas viria a denominar, de maneira arguta, como Estado Sujeito, portador de uma razão própria (POULANTZAS, 1980).

Com amplo uso na tradição anglo-saxônica, com Ferguson e os escoceses, o termo sociedade civil passaria a ser empregado como expressão similar à de progresso, ganhando mais um significado: *civilis* não é mais adjetivo de *civitas,* no sentido de pertencente ao coletivo, ao equivalente latino do grego polis, mas de *civilitas*. Sociedade civil significaria também sociedade civilizada (Adam Smith de fato emprega o adjetivo *civilized*), que encontra um quase sinônimo em *polished* (BOBBIO, 1992, p. 47).

Críticas ao par ambivalente Estado e sociedade civil

Conservando as marcas anteriores, o conceito de sociedade civil adquiriria ainda outros atributos, de procedência francesa e alemã. Na vertente francesa, a crítica vigorosa de Rousseau, admitindo a lógica do contrato, contestava seus fundamentos. Mantendo-se no terreno da suposição de uma natureza humana pétrea, reveste-a, porém, de uma valoração positiva. Para ele, o advento da propriedade privada perverteu e deseducou os homens, ressaltando seus piores instintos, os egoístas. O termo sociedade civil adquiria com ele uma conotação negativa, ao expressar a propriedade privada como elemento de corrupção da natureza humana.

Na linhagem alemã – em Hegel e, posteriormente, em Marx – o termo incorpora outras conotações, uma vez que a mesma expressão *bürguerliche Gesellschaft* pode assumir tanto o significado de sociedade civil (como uma base genérica da vida material e privada), quanto um significado mais preciso, da forma social, característica da existência burguesa. Esse duplo sentido já limita a forma genérica ou abstrata do conceito, introduzindo uma profunda historicidade. A concepção de Estado – e de sociedade civil ou sociedade burguesa – de Hegel é bem mais complexa e sobre suas interpretações há inúmeras controvérsias (LOSURDO, 1998). Assim, nos limitaremos a algumas indicações. Hegel debate com os principais pensadores de seu tempo, com Kant, com os contratualistas, com Rousseau, com os historicistas e suas tendências irracionalistas.

Para Jean Hyppolite (1971), Hegel ataca exatamente essa duplicidade entre o indivíduo (que seria natureza ou, mais propriamente, pura subjetividade) e o Estado, entidade objetiva, racional, que expressaria o momento superior da vida social. Para Hegel, enquanto o Estado não se realizasse como eticidade, momento superior, ele restaria apenas como potencialidade. O Estado, em Hegel, figuraria como um ideal a atingir, como uma possibilidade, como um momento ético que deveria incorporar a liberdade individual, concebida não como um atributo isolado, mas como plena integração no todo social. Uma integração que, para ele, deveria ser ainda mais

profunda do que a que a sugerida no mundo platônico, quando a liberdade era exatamente o pleno pertencimento à coletividade, mas quando a noção de indivíduo ainda era frágil e incipiente. Assim, o mundo moderno descortinaria uma nova possibilidade ética e coletiva, uma vez que, nele, a subjetividade – o indivíduo – já estaria constituída historicamente (fruto do cristianismo).

Ao mesmo tempo, Hegel percebia que no Estado moderno, entre o indivíduo e o Estado se interpõe necessariamente um âmbito que ele denomina a sociedade civil (*Die bürguerliche Gesellschaft*). Nos cursos de 1805-1806, assinalava a existência dessa sociedade civil, constituída pelo conjunto dos homens privados desde que se separam do grupo natural, a família, mas que ainda não têm consciência nítida de querer diretamente a sua unidade social substancial, o Estado enquanto eticidade. Em 1821,

> a sociedade civil será mais nitidamente caracterizada como um dos momentos da ideia do Estado no sentido amplo (o primeiro momento é a família, o segundo a sociedade civil, o terceiro o Estado no sentido restrito do termo, isto é, a vontade geral consciente de si mesma). (HYPPOLITE, 1971, p. 101)

A aspiração à liberdade individual, tal como o liberalismo a expressava, implicaria uma profunda limitação a uma eticidade plena. Se o Estado (a associação) limitar-se a unicamente assegurar a proteção da propriedade; se o Estado se circunscrever à sociedade civil, à sociedade burguesa (*Die bürguerliche Gesellschaft*), se se limitar à segurança e à liberdade pessoal, o interesse individual passa a figurar como o único interesse efetivo, reduzindo e limitando o próprio indivíduo, que não mais reconhece seus laços efetivamente históricos e sociais.

> (...) o indivíduo em si só terá objetividade, verdade e moralidade se for um membro dele [Estado]. A associação, como tal, é ela própria o verdadeiro conteúdo e o verdadeiro fim, e a destinação dos indivíduos é levarem uma vida coletiva; e sua outra satisfação, sua atividade e as modalidades de sua conduta têm esse ato substancial e universal como ponto de partida e como resultado. (HEGEL *apud* HYPPOLITE, p. 102)

Com Hegel, portanto, a sociedade civil torna-se, primeiro, burguesa, com uma localização histórica e social precisa. Em seguida, conserva uma valoração negativa, como expressão dos interesses particulares e, finalmente, mantém uma relação tensa com o Estado. É parte dele, mas o limita, posto que sua universalidade permaneceria inconclusa enquanto a sociedade civil (*Die bürguerliche Gesellschaft)* não fosse por ele absorvida. É a partir dessas alterações introduzidas por Hegel no conceito de sociedade civil que se encontram as referências de Marx a esse conceito.

A crítica de Marx e Engels modifica a definição de Estado hegeliana, que conservava um cunho sobremaneira filosófico. Trazem-na para o âmbito do processo histórico efetivo. O Estado é conceituado como elemento histórico, coligado à existência de classes sociais, não expressando um momento de universalidade efetiva. Embora se apresente como universal, reduz-se de fato a uma parcialidade travestida de universalidade, quando uma generalização do interesse dominante deve assumir a forma de ser de todos. Se, em Hegel havia um horizonte prospectivo, momento da eticidade cujo polo seria o Estado (a associação), em Marx a base ética, histórica (e ontológica) a partir da qual se poderia erigir a universalidade efetiva passa a ser o mundo da produção da existência, o mundo da atividade propriamente coletiva dos homens, o mundo do trabalho. Ambos conservam, todavia, a clareza de que a associação plena – e consciente – de todos os trabalhadores seria a condição (e o objetivo) de uma humanidade não mais cindida em classes. Entretanto, para Marx e Engels, atingir uma plena associatividade humana exigiria superar o Estado.

A sociedade civil (*Die bürguerliche Gesellschaft*) continuava a ser concebida como o terreno dos interesses. Estes, entretanto, ultrapassavam (e explicavam) os apetites individuais, compreendidos como interesses de classes, forjados no terreno da produção da vida material. Longe de ser o momento de universalização efetiva, o Estado para Marx e Engels expressa a generalização dos interesses dominantes. Estado e sociedade civil, separados pelo pensamento liberal, estariam aqui também reunidos, mas de forma distinta da reflexão hegeliana. A sociedade civil burguesa, entendida como o conjunto das

relações econômicas, isto é, relações sociais de exploração, imbrica-se no Estado por ser este indissociável das relações sociais de produção. Seu papel é, exatamente, assegurá-las. Por isso precisa se apresentar sob a forma de "bem comum":

> (...) cada nova classe que passa a ocupar o posto da que dominou antes dela se vê obrigada, para poder levar adiante os fins que persegue, a apresentar seu próprio interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expressando-o em termos ideais, imprimindo a suas idéias uma formulação generalizante, apresentando suas ideias como as únicas racionais e dotadas de vigência absoluta. (MARX e ENGELS, 1974, p. 52)

Chegados a este ponto, Marx e Engels praticamente abandonam o conceito de sociedade civil. Ainda que substantivamente modificado, ele conservava a ideia de contraposição entre sociedade e Estado (ou governo), obstaculizando a expressão do vínculo interno e necessário entre as relações sociais que produziam a vida e as formas de vivenciá-las.

Gramsci e o Estado ampliado – dos interesses imediatos aos aparelhos privados de hegemonia

Antes de Gramsci, o conceito de sociedade civil admitia um sentido mais ou menos comum entre os diversos autores – designava, sobretudo, o âmbito dos apetites incontroláveis, naturais, traduzidos através dos interesses, do mercado, da concorrência, do âmbito privado. Para uns, valorizado como instância central a ser preservada, figurando a propriedade mencionada , inclusive, da vida. Por esse viés, a propriedade e o mercado eram equiparados à própria civilização. Para outros, como a expressão do predomínio, numa sociedade histórica precisa e delimitada, da sociedade burguesa moderna, de um individualismo que limitava e reduzia a própria individualidade, fazendo-a perder a consciência de seu pleno sentido, o do pertencimento a um processo histórico e social.

O conceito de sociedade civil é, portanto, recriado por Gramsci e, se retoma elementos precedentes, o faz de maneira radicalmente

modificada. Como o assinala Carlos Nelson Coutinho, Gramsci empreenderá um desenvolvimento *original* a partir dos conceitos básicos de Marx, Engels e Lenin, pois toda a sua obra se filia a essa tradição revolucionária (COUTINHO, 1999, p. 83). Conhecedor dos diversos usos dessa categoria, utiliza-se deles como uma plataforma para retomar as contribuições filosóficas precedentes, das quais se nutre o marxismo, e para identificar os problemas centrais da situação concreta e histórica, não apenas da Itália, mas das sociedades capitalistas desenvolvidas de seu tempo.

O fato de ter sido – pelas circunstâncias – obrigado a recaracterizar vocábulos para designar categorias já clássicas talvez tenha contribuído, inclusive, para que se libertasse do peso cristalizado (e banalizado) de certos conceitos, auxiliando-o a discernir o nervo central ao qual se referiam. Ao enfrentar abertamente, ademais, as derivações mecanicistas e simplificadores do marxismo, potencializava o alcance de sua inovação.

Gramsci se interroga triplamente sobre a sociedade civil – *como* se *organiza* e se *exerce a dominação de classes* nos países de capitalismo desenvolvido; *sob que condições* os setores subalternos (dominados, explorados) empreendem suas lutas *de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo*; e, finalmente, retomando inquietações a partir de sua peculiar leitura de Hegel, reaproxima a reflexão sobre o Estado das formas da *organização* social, num projeto político que almeja a uma *eticidade* (que não se limita à moral), portanto a uma plena realização dos indivíduos, exatamente porque passariam a perceber e a viver intensamente sua participação na vida social, o que remete ao tema da socialização plena, tão central em Marx.[8]

A sociedade civil, em Gramsci, é inseparável da noção de totalidade, isto é, da luta entre as classes sociais (COUTINHO, 1994, p. 91-101) . O conceito liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado. Liguori justamente insiste que, ainda que muitos autores apontem o conceito de sociedade civil como central na obra de Gramsci, a rigor o momento teórico mais denso e que permite a compreensão sociedade civil é o de *Estado ampliado* (LIGUORI, 2003, p. 173-188).

Parece-me que uma pista para compreender a profundidade da distância do conceito de sociedade civil – e, portanto, também de Estado ampliado – formulado por Gramsci, e suas origens liberais, remete à relação entre Gramsci e Lenin. Este último havia fortemente enfatizado – a partir de Hobson e de Hilferding – o alcance da transformação pela qual passara o capitalismo na virada do século XIX para o século XX. O imperialismo – o predomínio do capital bancário sobre o capital industrial – demonstrava ser, numa de suas facetas, uma nova capacidade de *organização* contraditória da própria burguesia (organização empresarial em larga escala, expansão da ciência possibilitada pela concentração monopólica; esquadrinhamento do mundo e das fontes de matérias-primas, etc.). Gramsci aprofunda o tema das formas de organização, e se sua reflexão incide diretamente sobre a organização da dominação, o faz incorporando o processo da luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista.

Ainda que o uso do mesmo termo possa induzir algumas dificuldades, o conteúdo conceitual da sociedade civil, em Gramsci, se afasta resolutamente de sua origem liberal, quando era contraposto ao Estado ou centrado no terreno do interesse, da propriedade e do mercado. Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da *produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado*.

O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser* adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária ("regulada") na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia)[9].

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros

formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos – patronais ou de trabalhadores – sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais – na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe – tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da "unidade nacional" ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural.

Em suas pesquisas carcerárias, Gramsci comparava as formas de obtenção da adesão ou obediência social entre os diversos períodos históricos europeus, perscrutando as diferenças entre o papel da Igreja Medieval, cuja adesão era solicitada na sua própria institucionalidade paraestatal e o desempenhado posteriormente pela maçonaria, em seu combate contra o clericalismo, mas que teve influência reduzida com a ascensão das forças operárias (GRAMSCI, CC. v. 5, p.126). Ressaltava assim tanto o papel da *organização* quanto daqueles que eram seus esteios, os *intelectuais,* apontando simultaneamente como se estruturava o convencimento para a dominação e onde era necessário agir para a ação contra-hegemônica. Procurava apreender as formas então em expansão nas quais uma extensa e complexa mediação se espraiava, parecendo pairar acima das condições diretas da produção capitalista, do que resultava um Estado ao mesmo tempo mais denso e mais poroso.

> A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". (GRAMSCI, CC, v. 2, p.20)

Na luta de classes, "para que o 'Pensamento' seja uma força (e só assim poderá criar para si uma tradição), deve criar uma organização (...) essa organização deve nascer na sociedade civil" (GRAMSCI, CC, v. 4, p.188).

Em *Americanismo e fordismo*, Gramsci observou a hábil combinação entre força e persuasão, que lograva "centrar toda a vida do país na produção." (GRAMSCI, CC, v. 4, p. 247) Uma abrangente teia associativa envolvia a sociedade estadunidense , com entidades como Lyons Club, Rotary, Associação Cristã de Moços, Maçonaria, ao lado de formas de controle direto, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas. Delineava-se o que nosso autor considerava como um momento inicial de uma elaboração de um *novo tipo humano*, numa "adaptação psicofísica à nova estrutura industrial" de tipo fordista (*id*., p. 248), que atingia o papel da mulher, da família e da própria sexualidade (GRAMSCI, CC, v. 4, p.239-282).

Uma obra de literatura ajuda a compreender o fenômeno: *Babbitt*, de Lewis Sinclair, escritor estadunidense, livro, aliás, lido por Gramsci (cf. CC., v. 4, p.303). O personagem Babbitt é delineado como um americano médio, medíocre e safado corretor imobiliário, presa e joguete de igrejas, de pequenos grupelhos e, sobretudo, do Clube dos Boosters, controlado pelas grandes empresas, que fornecia a

> Babbitt um sentimento de lealdade, de importância. Incorporava-o ao grêmio dos Bons Rapazes, entre homens corretos, de boa companhia, e importantes nas rodas comerciais. (LEWIS, 1982, p.19)

É a esse conformismo de aparência voluntária, pois a associação resulta da iniciativa individual, mas extremamente controlador de todos os passos do personagem e finalmente, um dos mais fortes esteios de sua própria personalidade, a que Gramsci nos convida a perceber, analisar e identificar seu sentido político e cultural.

A luta de classes atravessa, para Gramsci, todo o conjunto da vida social e, difusa pelos aparelhos privados de hegemonia no âmbito da Sociedade Civil, encontra no Estado um ponto de aparente resolução, ainda que gerador de novas tensões. Não há, pois, oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci. Este seria o erro teórico liberal:

> dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o *liberismo*[10] é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. (GRAMSCI, CC, v.3, p. 47-48, grifos meus)

Ao contrário, sociedade civil é duplo espaço de luta de classes, intra e entreclasses, através de organizações nas quais se formulam e moldam as vontades e a partir das quais as formas de dominação se irradiam como práticas e como convencimento. Tal como Lenin, Gramsci procura compreender o duplo movimento característico do capitalismo imperialista: uma expansão concomitante ao aumento da concorrência (e da tensão) interna às classes dominantes, com os seus embates entre diferentes grupos e frações. Nas novas condições derivadas da conquista do sufrágio universal, Gramsci procura explicar a forma encontrada pelas classes dominantes para se assegurar da adesão dos subalternos. O convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornam, doravante, tarefas permanentes e cruciais. Não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, exatamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado.

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas.

Como oportunamente relembra Sonia Regina de Mendonça,

> Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas. (MENDONÇA, 2007, p. 15)

A dominação de classes se robustece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes.

Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.

A sutileza de Gramsci reside em perscrutar as formas pelas quais se constroem, socialmente, essas vontades e como estas se generalizam, através de processos de luta social:

> o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de *elaborar os próprios compo-*

> *nentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como "econômico", até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.* (GRAMSCI, CC, v. 2, 2001, p . 24, grifos meus)

Ainda que muito conhecida, a próxima citação resume de forma clara o conteúdo do conceito gramsciano, apontando para a característica específica da sociedade civil como um dos planos superestruturais, distanciando-se, portanto, das concepções anteriores. A sociedade civil conecta o âmbito da dominação direta (a produção), através de sua organização e de seus intelectuais, ao terreno da direção geral e do comando sobre o conjunto da vida social, através do Estado.

> Por enquanto, podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil"(isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado", planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. (*Id*., p. 20-21)

A sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o "Estado educador" – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa ou a mídia.

Dada a extensão da socialização da existência e a intensificação de lutas sociais nos aparelhos privados de hegemonia, em diferentes níveis de organização e de consciência, Gramsci observou que o Estado podia agregar em sua própria estrutura elementos oriundos

das reivindicações das classes dominadas, ampliando-se também na direção da incorporação de demandas dos grupos subalternos e em peculiar democratização, na qual a incorporação ampliava a política, mas mantinha a subalternização de classes. Sua superação, para Gramsci, demandaria enorme esforço organizativo das classes dominadas para contrapor-se, em todos os âmbitos, às múltiplas e reiteradas modalidades de subalternização promovidas pelas cambiantes formas da hegemonia burguesa.

A democratização alcançada pelas lutas populares ocorreu, entretanto, no contexto de uma dada dominação de classes que, mantida, reconstitui em novos patamares e com novas complexidades, as formas hegemônicas de dominação. Como lembra Poulantzas, a ascensão de setores populares e de suas organizações a determinados postos de poder decerto implica uma possibilidade importantíssima de transformação dos aparelhos de Estado, porém, com frequência, tal acesso induz os setores dominantes a deslocarem o poder real para outros aparelhos, reduzindo o ingresso de organizações populares nas instâncias públicas a mero poder formal. Lembra, ainda, que esse procedimento tende a ocorrer não apenas pelo deslocamento do poder real a um poder apenas formal entre diversos aparelhos, mas no próprio interior de cada aparelho. Por isso, Poulantzas acrescenta que a transformação socialista "supõe sempre a tomada do poder de Estado". (POULANTZAS, 1980, p. 159)

O refinamento da análise gramsciana do Estado, em sua estreita articulação com os aparelhos privados de hegemonia, permite analisar processos distintos e imbricados. O primeiro, a importância da ampliação do Estado e da constituição de uma extensa rede de associatividade para a consolidação do capitalismo no período monopolista. Embora em Gramsci essa reflexão partisse sobremaneira dos embates entre classes, sua argúcia permite analisar também as modalidades interburguesas de associatividade e de organização, através de aparelhos privados de hegemonia que, em geral resultando de conflitos ou divergências no interior da classe dominante, precisam espraiar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores

subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses.

Em segundo lugar, e aqui sugiro algo que não está explicitado no texto gramsciano, a forma da transição retardatária ao capitalismo que Gramsci aborda para o caso italiano, a revolução passiva ou revolução-restauração, realizada no contexto de reconfiguração imperialista, já evidenciava que – malgrado a subordinação econômica italiana às grandes potências – ela se traduzia num *duplo movimento, interno e externo*. *Internamente*, a revolução passiva expressava a necessidade de conter a extensão revolucionária que marcara as transições clássicas, inglesa e, sobretudo, francesa, cuja memória era permanentemente reativada, ora como possibilidade popular, ora como anátema a exorcizar. As lutas intestinas entre setores das classes dominantes, que classicamente opuseram os grandes proprietários fundiários aos industriais, precisavam doravante ser contidas sob o risco de permitirem a eclosão de processos revolucionários mais profundos. Os acordos pelo alto entre frações da classe – típicos de revoluções passivas, como o Risorgimento e a via prussiana própria da trajetória alemã – foram a condição do amadurecimento capitalista de países europeus retardatários no século XIX, ao lado de um aspecto renovador, "na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes" (COUTINHO, 1999, p.198). Tais acordos passariam a ser ainda mais cruciais após a Revolução Russa de 1917. É no bojo e na sequência de tais revoluções passivas que processos transformistas, ou a conversão de grandes camadas de intelectuais ou militantes populares para aderir aos setores dominantes, passaria a constituir um fenômeno regular, apontado por Lenin na grande cisão da social-democracia e sua adesão ao nacionalismo bélico da Primeira Guerra Mundial e em sua formulação mais econômica da aristocracia operária. Gramsci, de maneira detalhada e minuciosa, procurou apreender seus determinantes históricos e culturais, através do transformismo. Os aparelhos privados de hegemonia assumiam uma nova centralidade, de maneira a estabelecer pontos de luta precoces em diferentes áreas da atuação e organização popular, para impedi-la, modificá-la, corrompê-la. Ao mesmo tempo, isso significava que a

luta de classes se expandia para todos os setores da vida social. Certamente, não foi pequena a influência exercida pelos Estados Unidos, pelo americanismo e por seu padrão associativo. Os partidos políticos formais, ainda que conservando papel fundamental, se multiplicavam em diversas outras entidades associativas cumprindo o mesmo papel, informalmente, como a imprensa.

Além desse traço interno, fortemente ressaltado por Gramsci, a transição ao capitalismo nos países retardatários europeus, em primórdios do século XX, ocorreu concomitantemente à simultânea *expansão conflitiva e bélica para o exterior*, através do controle territorial colonizador, condição imperialista que se evidenciou mesmo para países que, como a Itália, permanecia em condição dependente do aporte de capitais externos. Em outros termos, a transição capitalista de primórdios do século XX foi, ao mesmo tempo, uma luta pela extensão imperialista desigual dos países retardatários.

Notas

1 Em 1937, Leon Trotsky fez um longo comentário sobre o livro, em carta enviada a Joan London (filha de Jack), convertido em 1945 em artigo publicado no New Internacional (o artigo figura como posfácio na edição brasileira). Trotsky se espanta com a sagacidade da visão política de London, lembrando que o "romancista de 31 anos de idade enxergou muito mais claro e mais longe do que todos os líderes social-democratas daquela época juntos. Mas não estamos falando apenas dos reformistas: pode-se dizer com segurança que em 1907 nenhum dos marxistas revolucionários, nem mesmo Lenin e Rosa Luxemburgo, imaginaram de maneira tão completa a ameaçadora perspectiva da aliança entre o capital financeiro e a aristocracia trabalhista. Isso basta para determinar o peso específico desse romance." Trotsky, L. Posfácio (LONDON, 2003).

2 Importante relembrar que Lenin rompera com ex-companheiros da II Internacional que votaram os créditos de guerra para a Segunda Guerra Mundial e que, em nome do nacionalismo, engolfavam-se na guerra imperialista, não cansando de enfatizar, em inúmeros escritos, a diferença entre o expansionismo burguês e o orgulho nacional proletário. Assim se expressara ele em 1914, em Acerca do orgulho nacional grão-russo: "Estamos penetrados pelo sentimento de orgulho nacional, e precisamente por isso odiamos particularmente o nosso passado de escravos (quando os latifundiários nobres levavam para a guerra os mujiques para estrangular a liberdade da Hungria, da Polônia, da Pérsia, da Chia) e o nosso presente

de escravos, quando os mesmos latifundiários, apoiados pelos capitalistas, nos levam à guerra para estrangular a Polônia e a Ucrânia, para esmagar o movimento democrático na Pérsia e na China (...)." (Lenin, 1977, vol. 1, p. 566, grifos do autor)

[3] Há uma característica apontada por Lenin que não se verificou, ao menos da forma sugerida. Ele considerava como traço do imperialismo o desenvolvimento de Estados rentistas, ou de um capitalismo parasitário, que repousaria sobre a produção colonial: "Longe de impulsionar a civilização universal, ela [uma federação européia das grandes potências poderia] significar um perigo de parasitismo ocidental chegando a constituir um grupo à parte de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam um tributo da Ásia e da África e manteriam, com a ajuda desse tributo, *grandes massas domesticadas de empregados e de servidores, não mais ocupados em produzir em grandes quantidades produtos agrícolas e industriais, mas prestando serviços privados ou realizando, sob o controle da nova aristocracia financeira, trabalhos industriais de segunda ordem*." (Lenin, 1975, p. 153. grifos meus). Ora, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, houve permanente intensificação da exploração do trabalho nos países imperialistas, através de constantes aumentos da produtividade e de intensa exploração da força de trabalho também nos países centrais.

[4] Corradini foi um dos mais influentes ideólogos do nacionalismo italiano, desde 1910, e formulou a ideia de "nações proletárias" em contraposição a "nações plutocráticas", ulteriormente utilizadas tanto pelo fascismo quanto pelo nazismo (COUTINHO, C.N. Notas. In; GRAMSCI, E P, vol. 1, p. 464).

[5] Os Escritos Políticos de Gramsci serão doravante notados como EP; os Cadernos do Cárcere, como CC.

[6] Essa caracterização permite compreender como, posteriormente, o mesmo argumento reaparecerá na suposição de uma "mão invisível do mercado" capaz de transformar "vícios privados em benefícios públicos".

[7] Ver notadamente o capítulo intitulado "Ambigüidades da sociedade civil", p. 407-412.

[8] Este tema é reiteradas vezes expresso nas cartas escritas por Gramsci a partir da prisão, inclusive expondo um terreno delicado, o da configuração psicológica. (Cf. GRAMSCI, 2005, *passim*).

[9] Pode-se argumentar que em Gramsci a categoria eticopolítico expressa dois momentos com qualidades opostas: o patamar de generalização do interesse de uma fração dirigente das classes dominantes, consolidando um bloco histórico dominante e hegemônico, e seu oposto, a condição de superação do mundo dos interesses através da contra-hegemonia, a qual descortina a plena individualidade exatamente por integrar-se a uma plena socialização da existência. Essa dupla percepção não reduz, a meu juízo, o descortino e a validade dos conceitos gramscianos, uma vez que demonstra a enorme

capacidade de perceber as condições concretas (a hegemonia burguesa e sua sociabilidade restrita) e de apontar para formas contrapostas (a luta de classes) no sentido de sua superação. Ver, a respeito do duplo uso das categorias gramscianas, Perry Anderson (1986).

10 Em italiano, a partir de uma distinção introduzida por B. Croce, liberismo refere-se à defesa da liberdade de mercado, enquanto o termo liberalismo aplica-se à sua conotação mais política.

CAPÍTULO III
A ESPIRAL CAPITAL-IMPERIALISTA

Este capítulo, de perfil ensaístico, pretende submeter ao debate hipóteses sobre o capital-imperialismo contemporâneo, pontuando algumas questões históricas à luz das problematizações que assinalamos precedentemente. Proponho uma interpretação – ainda inicial e, em muitos pontos hesitante – sobre alguns traços fundamentais do capital-imperialismo atual, que, devedora da leitura de muitos autores, discrepa aqui e acolá de muitas interpretações. Carece ainda realizar dois passos necessários e que não puderam ser incluídos neste livro: um amplo comentário bibliográfico, trazendo à tona as contribuições de muitos autores e um detalhamento mais abrangente do longo período abordado, o que será tarefa de trabalhos subsequentes. A proposta deste capítulo é, ao mesmo tempo, modesta e provocativa. Modesta, pois apoiando-se em referências clássicas de grande porte, se limita a recuperar alguns de seus elementos para uma melhor compreensão da configuração atual do capitalismo, esperando contribuir para sua superação, que permanece mais urgente e necessária do que nunca. Provocativa, por procurar sacudir interpretações, evitar sacralizações e socializar esboços de interpretação em construção.

Algumas hipóteses norteiam esta reflexão, mesmo que a argumentação subsequente seja ainda provisória. Compartilho da perspectiva de Lenin, baseada em Hilferding, de que ocorreu, na virada do século XIX para o XX, uma alteração substantiva que converteu o capitalismo concorrencial em imperialismo, ou capitalismo monopolista. Interessa-me sobremaneira o modo pelo qual ocorrem *transformações no mesmo processo histórico*, o de expansão do capital, que, impulsionado por sua própria dinâmica interna e pelas contradições que potencializa, modifica-se ao mesmo tempo em que perpetua suas clivagens fundamentais. O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado de lutas sociais e contradições, também conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de

capital, impulsionado por um salto escalar no processo de expropriações sociais, primárias e secundárias, que altera quantitativa e qualitativamente, mais uma vez, seu teor ao longo dessa expansão. O aumento da concentração e centralização do capital agudizou de maneira extrema e contraditória o papel da *pura propriedade capitalista* diante de qualquer outra injunção social, humana ou ambiental. Estamos diante da mais extrema potencialização da propriedade capitalista *tout court*, que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva. Propriedade abstrata, pois o volume de concentração de capital supera as dimensões das empresas e de qualquer empreendimento singular, configurando-se como o fetiche máximo de uma potência cega da pura forma monetária. Socialização desigualitária, pois grupos interpenetrados de proprietários concorrentes defendem a propriedade do dinheiro de maneira colegiada, promovendo novas hierarquias no interior de uma própria classe dominante que se torna difusa, aprofundando a desigualdade em todas as esferas da vida social. Capturam recursos monetários de todas as instâncias sociais para imperativamente convertê-los em capital, também de maneira difusa. Por mais terrível que seja o adjetivo com que procuremos qualificar o capital-imperialismo atual, parecem todos pálidos atributos perante o processo em curso que, apesar das gigantescas crises sociais que provoca, *segue em expansão*.

As três características do capital-imperialismo que assinalamos anteriormente – o predomínio do capital monetário, expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador – resultaram em modificações profundas do conjunto da vida social, que atravessam o universo das empresas, o mundo do trabalho, a forma da organização política, a dinâmica da produção científica, a cultura; enfim, o conjunto da sociabilidade. No entanto, aprofundam um traço intrínseco, permanente e devastador do capital, desde seus primórdios: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social.

Categorias como capitalismo tardio, especulação, parasitismo, horror econômico, incontrolabilidade ou senilidade expressam

muitas de suas determinações, mas talvez não sejam suficientemente fortes para nos fazer compreender a extensão contemporânea da tragédia social dominada pelo capital-imperialismo que, tendencialmente devastando o conjunto da natureza, segue *reinventando-a para novas devastações*, ainda mais danosas, ao mesmo tempo que *se volta resolutamente para a própria vida humana e social como espaços para sua expansão lucrativa*. Sua destrutividade não apenas não impede o crescimento potencializado de suas exigências de acumulação, como ainda reforça a sua expansão. São transformações escalares da mesma dinâmica social – expansão do capital, extração de valor, socialização do processo de produção contraposta à mais extrema concentração da propriedade dos recursos sociais de produção – que, no próprio curso de seu evolver, introduzem modificações qualitativas.

Capital-imperialismo

A primeira razão para optarmos por conceituá-lo como capital-imperialismo sugere retornar às determinações cruciais desse processo, incorporando as definições clássicas, que enfatizam as características contraditórias exacerbadas pela expansão do capitalismo e de seu desdobramento imperialista. Assim, tentamos evitar truncar conceitos ou sobrecarregá-los de adjetivos.

Ao longo do século XX, o termo imperialismo foi utilizado de maneiras diversas, das quais destacaremos duas, e que alteraram em direções diferentes o conceito proposto por Lenin. Na primeira, o conceito foi expandido e levou à suposição de que o capitalismo sempre fora imperialista (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p. 4, *passim*). Para alguns, os primórdios da colonização mercantil já são considerados como imperialismo e este apenas mudaria de alcance e de formato, não mais se relacionando a um período no qual a ação das forças desatadas pela dinâmica capitalista alterou as condições de existência do próprio capitalismo. O alargamento temporal do conceito admite, ainda, que impérios e imperialismo se confundam, como descritores de um processo expansivo genérico, quer seja comercial, capitalista ou não, quer seja resultante de formas variadas de controle territorial ou militar. A dilatação esvazia de sentido

próprio o conceito de imperialismo. Na segunda direção, o conceito de imperialismo foi muitas vezes empregado de maneira contraída, como quase sinônimo da expansão imperialista de um único país, os Estados Unidos. Esse uso, bastante corrente na América Latina, chegou a ponto de o termo imperialismo identificar unicamente as práticas e as políticas dos Estados Unidos.

Excessivamente dilatado ou restritivamente reduzido, o conceito perde a agudeza de sua definição, como patamar de expansão do capitalismo, do qual foi um desdobramento. O imperialismo, na acepção leniniana, incorporou a anterior dominação econômica capitalista numa nova dinâmica mais concentrada, e abrangendo o mundo, superpondo-se à forma concorrencial do capital. Não eliminava a concorrência, mas a deslocava sob o peso dos monopólios. Seu novo alcance nos âmbitos nacionais e na esfera internacional tenderia a estabelecer formas sociais similares nos demais países imperialistas, porém jamais idênticas, de dominação política, ideológica e até mesmo cultural. A transmutação do conceito de imperialismo – inclusive pela sua enorme popularização, mas também, em muitos casos, por sua deformação – foi paulatinamente deixando na sombra o fato de que a expansão do capitalismo em outras partes do mundo, desde finais do século XIX, passou a ocorrer pela via do imperialismo, no sentido específico de uma extensão de extração de mais-valor interna e externa, estreitando os elos hierárquicos entre diferentes formações sociais, modificando-as e, simultaneamente, alterando-se o próprio teor dos países centrais.

Os países chamados "retardatários", da primeira metade do século XX, como a Alemanha, Itália e o Japão, tornaram-se capitalistas através do predomínio da industrialização sobre as formas produtivas tradicionais, da forte imbricação entre indústrias, bancos e governos para sua realização, de um violento processo de expropriações, e do ingresso – sangrento – na disputa por territórios na expansão colonizadora. No período da vida de Lenin (1870-1924), mas também da vida de Trotsky (1879-1940), os países centrais submeteram o resto do mundo, de base predominantemente agrária, convertido numa extensa periferia, a intenso processo de colonização e de redução à condição semicolonial daqueles formalmente independentes. Os

processos históricos subsequentes, que apresentaremos mais adiante, tornaram esse quadro mais complexo.

O período que medeia do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980 foi marcado por uma situação histórica única, na qual a divisão do mundo entre países pós-revolucionários e países capitalistas impôs modificações substantivas no ritmo, na extensão e na forma da expansão do imperialismo, e trouxe uma sobrecarga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações então em curso.

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. À extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades. Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho.

Capital-imperialismo nos permite recuar e avançar: enfatizar a contribuição marxiana sobre as tendências de expansão do capital, incorporar as modificações que o imperialismo introduziu, tal como Lenin o formulou, e tentar abarcar as características próprias, resul-

tantes da expansão do imperialismo sob determinadas condições históricas. Recuo e avanço adequados ao fenômeno atual, que retoma as formas mais clássicas da concentração do capital, como demonstrou Marx, assim como retoma uma legitimação ultraliberal tardia, mas o faz a partir do patamar de concentração imperialista e, portanto, de um Estado fortemente armado para sua defesa.

O final do século XX e a primeira década do século XXI demonstram a falsidade dos prognósticos dos que imaginaram um mundo pós-industrial, pós-capitalista e pós-moderno, no qual o trabalho perderia tanto seu sentido ontológico de configuração do ser humano, quanto seu sentido de base para a emancipação da humanidade, ou, ainda, o de elemento fundamental para extração do mais-valor e para a reprodução do capital. Ao contrário, a difusão da industrialização, isto é, de formas massivas de extração de mais-valor, sob suas mais variadas modalidades, fabril ou outras, arrisca submergir a humanidade em dejetos; a produção de trabalhadores disponíveis para o mercado acelerou-se com a superposição de inúmeras expropriações, incidindo em todo o mundo, embora de maneira desigual e intensificando crises sociais, porém barateou em nível planetário o valor da força de trabalho. A concentração de capitais atinge patamares inimagináveis e produz uma gigantesca socialização das forças produtivas – muito além do que uma ideia singela de mercado mundial ou de império pode expressar – porém reforçando em proporção equivalente a alienação dos trabalhadores diante das dimensões internacionais ciclópicas de sua cooperação real, aprofundando o estranhamento da grande maioria da população perante o mundo que ajudam a construir, ainda que o façam de maneira crescentemente destrutiva, pois impulsionada pelo capital e encapsulada por sua lógica.

Por diferentes vias, o período pós-Segunda Guerra Mundial resultou numa gigantesca expansão do imperialismo, que, embora não exatamente idêntico à letra de Lenin, cabia plenamente no conceito por ele formulado. É sua própria expansão desordenada e desigual para países até então coloniais ou semicoloniais, assim como as formas específicas que precisou adotar a grande potência domina-

dora, os Estados Unidos, que nos impele a caracterizá-lo na atualidade como capital-imperialismo. Desde o início do século XX, o ingresso de países retardatários na ordem capitalista implicou e impôs uma dupla dominação, interna e externa. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo iniciava sua conversão contraditória para capital-imperialismo, formato doravante obrigatório inclusive para os "novos" retardatários. É sempre bom que se lembre, aliás, que nenhum país jamais repetiu um percurso "original" para o capitalismo, seja o da expansão do capitalismo inglês, ou o processo da revolução francesa ou, ainda, o das revoluções passivas da primeira metade do século XX. A produção de relações sociais capitalistas em novos países, em seu âmbito interno e nas suas relações externas, mesmo quando pretendeu copiar os países anteriores, por três razões óbvias estaria impossibilitada de repetir as formas precedentes. Em primeiro lugar, porque a extensão de relações sociais capitalistas ocorre transmutando configurações de dominação e subordinação históricas em formações sociais específicas e que se reconfiguram ao longo do mesmo período, exatamente em função das transformações que o capitalismo impõe, mas que também experimenta. Como, ademais, não há o desenvolvimento de capitalismos em países isolados, uma vez que desde seus primórdios, capitalismo envolve transações internacionais e assimetrias econômicas, militares, sociais e políticas, a expansão capitalista implica, ao mesmo tempo, uma forma específica de inserção desigual no plano internacional. Como já alertamos, a mera expansão subordinadora atingindo e afetando outras regiões e países não é idêntica a forjar nem imperialismo, nem capital-imperialismo. Em segundo lugar, as experiências pioneiras de fato figuraram ou foram impostas como "modelos" a serem aplicados, muitas vezes mecanicamente, em outros países. Tais iniciativas se defrontavam com situações sociais (formações econômico-sociais) de composições diversas e com resistências variadas tanto entre setores dominantes quanto entre os setores populares. Como a expansão do capital interconecta as diferentes regiões e países, as tensões nos elos mais frágeis passavam a repercutir também nos polos centrais, agudizando suas próprias contradições e impondo ajustes, violentos

ou tortuosos que, por seu turno, impactavam o conjunto da cadeia imperialista. Por esta razão, a adesão incondicional a modelos de conduta, adotados ou impostos, tinha de lidar com as lutas sociais que pontuaram os processos originais nos quais se espelhavam, colocando para as classes dominantes locais o desafio de aprofundar a acumulação de capital e evitar a todo custo a emergência de lutas similares. A contrarrevolução preventiva, como sugeriu Florestan Fernandes (1975, p. 289-366), se torna condição da acumulação burguesa dependente, num primeiro momento, e da ordem burguesa como um todo, no predomínio do capital-imperialismo.

Insisto sobre a importância do capital-imperialismo com a pretensão de sublinhar que não se trata apenas de uma "política", mas de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão, e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais. Inaugura-se um novo espaço para a historicidade, correspondente à socialização efetiva das forças produtivas e à circulação de capitais, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam mecanismos para sua contração, com o enrijecimento da forma Estado e sua contenção das lutas populares. Essa contração estatal foi obrigada a incorporar uma contrapartida, a generalização de regimes políticos formalmente democráticos, o que representa uma conquista. Limitada, porém, ao interior das fronteiras estatais, exasperam-se suas contradições. O capital-imperialismo é devastador, mas envolve na atualidade o conjunto da existência humana. Decerto, políticas diversas – militares, econômicas, sociais – voltadas para as relações internacionais, culturais, etc., são conscientemente formuladas para assegurá-lo, seja nas grandes empresas, seja no país preponderante, os Estados Unidos, seja ainda em outros copartícipes do capital-imperialismo, em seu âmbito interno ou em seu impulso externo. No entanto, não se trata apenas da expressão de uma "vontade", mas de uma "necessidade" imperiosa do capital-imperialismo que, aliás, formula suas justificativas exatamente pela falta ou ausência de alternativas. Cresceu a complexidade das interações econômicas e sociais, ao mesmo tempo que as características políticas

predominantes procuram reduzir e constranger a capacidade consciente de intervenção humana.

A partir da década de 1980 e, sobretudo, de 1990, o mundo assemelhava-se espantosamente às descrições de Jack London, formuladas para uma época que se esperava tivesse ficado para trás. O que se convencionou chamar de globalização, mundialização ou neoliberalismo, ainda que cada uma dessas designações envolva características diversas, parecia abater-se de forma instantânea sobre a humanidade com uma violência impressionante. Em todas as áreas disseminou-se a constatação da desolação, o que, para os epígonos e oportunistas, confortava a conclusão de que o salve-se quem puder seria necessário, inevitável ou mesmo desejável. No cinema, a vida social insustentável dava lugar a elaborações impactantes, como *Blade Runner* (1982) ou *Matrix* (1999), mas também abria espaço para a banalização das séries onde predominavam heróis violentos e sem caráter, soldados e mercenários de guerras sem fim e sem razões, rambos oportunistas de infinitas, sangrentas e monótonas variações servidos à hora do jantar. A cultura tornou-se um meio privilegiado para assegurar a dominação da violência. Uma espécie de esquizofrenia parecia dominar o mundo: a tragédia social era provocada em nome da permanência e da reprodução do capital, legitimada pelo imperativo da acumulação que se concentrava em um número cada vez menor de grandes proprietários de uma riqueza aparentemente descarnada e incapaz de produzir sentido para o conjunto da existência.

Novas categorias procuraram dar conta das transformações ocorridas no último quartel do século XX: globalização, mundialização e neoliberalismo. Em graus diferentes, tendiam a afastar-se dos conceitos clássicos que, menos do que problematizados, foram deixados à sombra. O termo globalização (e, logo depois, "nova ordem mundial", nele acoplado) foi amplamente utilizado para descrever de maneira supostamente neutra a crescente mobilidade e fluidez dos capitais, ainda potencializada após o término da Guerra Fria. Tornou-se um bordão repetido à exaustão, ora como miragem de um mundo de consumo sem conflitos, ora como terrível ameaça da competição

internacional, impondo sucessivos "ajustes" e expropriações. Demonstrava-se, assim, claramente seu teor ideológico e laudatório com relação ao capitalismo, considerado como ápice insuperável, o "fim da História", procurando dissolver o conceito de imperialismo.

A categoria de neoliberalismo também continha um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultraliberalismo, porém com forte viés de denúncia. Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como "áureo" (keynesiano ou Estado de Bem-estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga a discrepância que predominara entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais. Já a categoria de mundialização do capital é mais elaborada. Procura dar conta do duplo fenômeno (globalização e neoliberalismo), com viés fortemente crítico, associando-a à expansão de um certo tipo de capitalismo (financeirizado), a um certo tipo de política e de ideologia (neoliberal) sem eliminar as características do imperialismo. François Chesnais (1996), principal autor crítico a introduzir essa noção, justifica-o pela contraposição ao termo globalização, de origem anglo-saxônica, mantendo, porém, a amplitude mundial do fenômeno[1]. O termo, entretanto, retira a centralidade dos conceitos de capitalismo e de imperialismo, que cumprem ainda um papel central.

O uso do termo capital-imperialismo pretende deixar claro que, tendo se modificado na virada do século XIX para o XX, o capitalismo passou a expandir-se sob a forma do imperialismo e, ao fazê-lo, agregou novas determinações. Seu prolongamento no tempo não significou seu congelamento. Bem ao contrário, sua expansão envolveu modificações substantivas na sua forma de atuação. É, pois, do percurso, expansão e transformações do imperialismo que trataremos a seguir, sendo o capital-imperialismo sua forma atual. Imperialismo e capital-imperialismo não podem ser reduzidos à atuação de algum país – nem mesmo se for o país dominante – nem a uma escolha política. E isso ainda quando países predominantes formulam explicitamente políticas de predomínio. Não se trata de "salvar" os conceitos deste ou daquele autor, no caso, de Lenin, contra

as evidências do mundo contemporâneo, mas de recolocar o percurso do imperialismo no pós-guerra, procurando identificar algumas das modificações cruciais que experimentou nos quase cem anos que nos separam de Lenin.

Da união íntima à condensação da pura propriedade

O que, para Hilferding e Lenin, era uma "união íntima" entre capitais remetia, empiricamente, a uma coligação direta entre grandes proprietários industriais e grandes banqueiros. Se a forma da unificação que sugeriram não ocorreu da mesma maneira para todos os países no século XX, como o alertam Duménil e Lévy, teve não obstante enorme papel. O impulso à acumulação permitido por esta estreita aproximação entre os grandes proprietários, tendo os bancos um papel central na distribuição dos recursos sociais de produção, alteraria seu próprio teor.

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva "união íntima" entre capitais de quaisquer origem, embora de outro tipo, que, progressivamente, perderia o formato de uma união evidente entre "espécies" diversas de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da *pura propriedade de recursos sociais de produção.* Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relação entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos.

O período pós-Segunda Guerra Mundial abriu espaço para uma intensa expansão do imperialismo, nos termos leninianos, realizada porém sob condições diversas do período anterior e cujas

dimensões rapidamente trariam, por sua própria magnitude, modificações significativas que somente seriam mais visíveis a partir da década de 1980, no chamado neoliberalismo[2].

Boa parte das ações empreendidas pelos países imperialistas desigualmente saídos da guerra procurava retornar à situação econômica anterior, porém tendo como nova liderança os Estados Unidos. Este foi um dos fatores a introduzir novos e radicalmente diversos elementos (inclusive pela extensão territorial estadunidense), ao lado do importante papel cumprido pela União Soviética, segunda principal potência militar no pós-guerra.

A expansão do imperialismo no seu formato primitivo precisava responder a novas injunções, de diversas ordens. A nova partilha do mundo – militar, social e econômica – envolvia, de um lado, assegurar a convivência entre os países imperialistas beligerantes e, de outro, afirmar mundialmente o poder militar e econômico da liderança dos Estados Unidos diante da inequívoca importância militar e econômica da União Soviética[3]. O conjunto dos países imperialistas defrontava-se com a disjuntiva entre incorporar a União Soviética e, com isso, aprofundar as contradições internas nos países centrais, ampliando o risco de revoluções sociais ou tratá-la como a uma enorme periferia, isolando-a em todas as esferas, desde a econômica e militar até a cultural.

A opção já resultava de profundas transformações no contexto internacional e não poderia ser sustentada por um único país. A adoção da Guerra Fria traria alguns desdobramentos que se mostrariam posteriormente cruciais. Em primeiro lugar, a consolidação do isolamento soviético exigia firmar política e economicamente *alianças entre competidores no plano internacional*, situação razoavelmente original na história do capitalismo e que enfrentava resistências políticas tanto nos Estados Unidos (posto implicar novos e crescentes gastos, embora posteriormente tenham se convertido em enormes ganhos) quanto na Europa, por razões evidentemente diversas, pois alguns países pretendiam recuperar um protagonismo mais forte no cenário internacional. A aliança forjou-se entre forças heterogêneas, pois o peso do predomínio estadunidense se fez sentir imediatamente, desde as polêmicas entre Keynes e os representantes dos Estados

Unidos nas primeiras formulações para a instauração das novas instituições no pós-guerra que começaram por volta de 1941, em plena guerra. O desequilíbrio em favor dos Estados Unidos seria ainda mais explícito ao final da guerra, com a deflagração do arsenal atômico em Hiroshima e Nagasaki. A liderança estadunidense, francamente consolidada sobre o plano militar, corroboraria uma organização internacional imperialista explicitamente direcionada para conter tanto iniciativas revolucionárias nos planos domésticos, quanto as fortes probabilidades de guerras interimperialistas, deslocando-as para terceiros países. Se tal aliança reduziu de fato os riscos de um enfrentamento militar entre os países centrais, de forma alguma significou a eliminação de fortes fricções interimperialistas. Também não resulta de algum atributo anticolonial dos Estados Unidos, generalizando um imperialismo benevolente, posto que as burguesias estadunidenses já haviam longamente praticado políticas expansionistas e invasões militares na região do Caribe. Perante a União Soviética e, depois, a China, as contradições interimperialistas precisavam expressar-se em canais mais estreitos e mais diretamente econômicos, que tiveram primazia, inclusive através da formação de dirigentes nas instituições internacionais. A contenção anticomunista comum, de cunho político, intelectual e cultural, para além das fronteiras de cada país e em seu interior, tensionava outras áreas de atrito. Em que pese a forte influência estadunidense, ela foi encaminhada menos pela adesão imediata a um ideário explicitamente americanista do que pela implantação paulatina de um formato organizativo assimilado por todos no plano internacional. O que era um anúncio precoce do capital monopolista, em 1914, se concretizaria de fato no imediato pós-Segunda Guerra Mundial através da enorme expansão de empresas multinacionais que, centradas em países específicos, admitiam participação societária de capitais forâneos. Sua característica mais importante para nosso intuito, entretanto, foi sua escala de atuação uma vez que passaram a implantar subsidiárias em outros países e a atuar tanto no mercado quanto na produção em níveis mundiais, impelindo a um salto organizativo, a formas de gerenciamento ampliadas e resultando em enorme lucratividade.

Desde muito cedo havia forte pressão por parte de banqueiros estadunidenses para que o acordo a ser alcançado no pós-guerra promovesse o crescimento do fluxo internacional direto de capital, a que denominavam "produtivo", entre os países imperialistas. Lembremos que é produtivo, do ponto de vista do capital, o que produz o lucro, tendo como base a extração do mais-valor. Não o conseguiram imediatamente, pois, apesar da necessidade dramática de recursos para reconstrução europeia, a Inglaterra ainda pretendia conservar sua condição de potência colonial e de controle sobre a zona da libra esterlina (PEREIRA, 2009, p. 54-56). As tensões da Guerra Fria asseguraram uma brecha permitindo aos países imperialistas menores a sustentação, durante um certo período, de controles mais estritos sobre a própria moeda, sobre a circulação internacional de capitais, que, entretanto, deixava abertas vias suficientemente amplas para a potencialização da acumulação. A aliança entre Estados Unidos e Grã-Bretanha forjada na participação na guerra e prolongada posteriormente incorporava atritos, e sua consolidação em boa parte estava ligada à presença de um inimigo comum, papel atribuído à União Soviética a partir de 1947. Diferentemente dos períodos anteriores, já levando em consideração os dramáticos resultados dos tratados de reparação impostos aos derrotados na primeira guerra, a aliança intercapitalista se estendia em direção aos países derrotados, incluídos nos recursos de reconstrução, sendo o Japão e a Alemanha Ocidental admitidos entre o novo grupo dominante, embora com posição desigual. Esse processo não foi imediato e embora a instauração dos acordos de Bretton Woods tivesse como um dos polos centrais a criação de instituições multilaterais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, do Banco Mundial, ao lado do Fundo Monetário Internacional, seus recursos eram escassos. Isso favoreceu a iniciativa paralela para a reconstrução europeia, efetuada através do Plano Marshall, diretamente financiada e controlada pelos Estados Unidos. Mesmo assim a verba somente foi disponibilizada em 1948, após a ocupação soviética da Tchecoslováquia. A Revolução Chinesa, em 1949, reforçaria essa opção, acelerando novas formas de articulação e conexão intercapitalista. A Organização Europeia de Cooperação Econômica, posteriormente transformada em Orga-

nização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi patrocinada em 1948 pelo governo estadunidense para coordenar a distribuição dos recursos do Plano Marshall, impulsionando a coesão dessa aliança em oposição à União Soviética e estabelecendo uma malha decisiva de instituições no território europeu, para além da promoção de uniões aduaneiras e de zonas de livre comércio. Se tais fundos foram concedidos em condições brandas, Washington impôs que "fossem gastos na compra de bens e serviços de empresas estadunidenses. Ou seja, se os EUA deram muito à Europa, também tomaram muito dela." (*Id. ibid.*, p. 66)

Em segundo lugar, a bipolaridade exacerbada pela imposição da Guerra Fria expressava o *efetivo temor da expansão comunista* no Ocidente. Qualquer que fosse o teor real da existência social no bloco soviético, havia um contexto internacional completamente novo, no qual a possibilidade de processos revolucionários endógenos na própria Europa, especialmente França e Itália, não era a descartar. A preservação da expansão capitalista passava a exigir alguma acomodação entre capitais no plano internacional e *uma certa pacificação com relação às populações dos países centrais*, asseguradas, num primeiro momento, através da crescente aproximação entre as economias europeias e estadunidenses.

A manutenção da institucionalidade eleitoral era a pedra de toque na distinção entre "democracia ocidental" e o mundo soviético. Decorridos 20 anos, já ocorria uma retração significativa da participação popular no processo eleitoral e o esvaziamento do potencial igualitário das democracias, como cínica e precocemente descrito por Schumpeter, em livro de 1942 (1961, p. 327-344), defendido posteriormente por Lipset como redução benéfica das decisões relevantes às elites informadas (LIPSET, 1966), redução fortemente criticada por Macpherson (1978, *passim*). A social-democracia, na Europa, permaneceu como importante força mediadora entre as pressões populares (e a dos partidos radicais e comunistas) e sua contenção institucional pelo liberalismo, posição assegurada por sua dupla inserção, sindical e política. Esse papel mediador seria disputado por outras forças, como a democracia cristã, ou por composições híbridas, que agregavam forte componente de

pragmatismo. Em rápido sobrevoo, pode-se dizer que a resultante em médio prazo das intensas lutas sociais nos países europeus foi um disciplinamento fortemente institucionalizado das grandes massas nativas, amparado por significativa ampliação de direitos, sobretudo sociais.

Em terceiro lugar, a permanência e extensão da exploração imperialista em direção a terceiros países também mudava gradualmente de características. Intensificaram-se as lutas pela descolonização, mas a exportação de capitais através da intensa atividade das multinacionais seguia condição desse peculiar equilíbrio interno, que não impedia a intensificação da exploração dos trabalhadores em seus espaços nacionais através de fortes saltos de produtividade, mas cuja situação social assemelhava-se a uma bolha de bem-estar diante da condição da esmagadora maioria dos trabalhadores dos demais países. Este foi o aspecto mais dramático do acerto intercapitalista então arquitetado.

Mantinha-se o impulso colonizador do imperialismo pretérito, mas ele não era mais realizável nos moldes precedentes: burguesias locais eram ao mesmo tempo incubadas e atrofiadas; eclodiam revoltas populares anticoloniais, que reacendiam nacionalismos e expectativas socialistas, fazendo bascular o pêndulo da Guerra Fria; a relação entre os Estados Unidos e seus aliados não era incondicional e tinha como limites tanto uma eventual autonomização militar e econômica dos demais países imperialistas, quanto as próprias condições da Guerra Fria que desigualmente sustentavam.

Muitas foram as lutas nos demais países, a começar pelas de independência nacional e descolonização, que enfrentaram guerras sangrentas e prolongadas. Em muitos casos, independências formais foram proclamadas para, imediatamente, as forças populares sofrerem intensa repressão, sustentada tanto pelos antigos países colonizadores como pelos Estados Unidos, como o caso do Vietnã, da Indonésia e da Guerra da Coreia, dentre outros.

A tendência a recompor o quadro anterior de subalternização colonial suscitava sucessivas revoltas. Insurgências revolucionárias abriram-se em diversos pontos do planeta, algumas das quais tendo conseguido implantar regimes sociais contrapostos ao vigente nos

países centrais, especialmente China (1949), Coreia do Norte, Vietnã e Cuba, reforçando a bipolarização. Os regimes econômicos, sociais e políticos resultantes de tais processos revolucionários, entretanto, jamais foram homogêneos embora, em praticamente todos os casos, tenha ocorrido uma forte expansão de direitos sociais.

A reconfiguração internacional – para ambos os lados dos blocos dominantes – tornou ainda mais tenso e delicado o equilíbrio de forças. Como resultante, ocorreria peculiar truncamento da internacionalização em curso, através do *encapsulamento das lutas de classes no interior de cada país*. As lutas sociais foram mais ou menos mantidas nos espaços nacionais – mesmo quando ocorriam com bastante vigor – contrastando com o âmbito de reprodução do capital, que tendia a expandir-se em cenário crescentemente internacional, ainda que limitado ao âmbito de cada "esfera de influência" produzida pela Guerra Fria. Evidentemente, não se trata de uma fórmula estreita e rígida e vale lembrar as tentativas de extrapolar tais limites, em especial no caso da América Latina, a partir de Cuba, da ação de Che Guevara e do apoio a diversos movimentos revolucionários.

A condução *política* do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional, atuava no sentido de reproduzir as condições do pré-guerra – unificação nacional interna dos países imperialistas e garantia externa de recursos advindos da manutenção de colônias ou semicolônias. Essa política teria êxito para o plano interno dos países imperialistas, mas no plano externo ocorreria o desmantelamento quase completo da dominação colonial direta. O crescimento da exportação coligada e concorrente de capitais, sobretudo entre os países capital-imperialistas, mas atingindo também os demais países, expandia não apenas os processos de industrialização no interior dos países capital-imperialistas, como também fomentava relações sociais capitalistas para além dos limites originalmente previstos. Não se deve esquecer, entretanto, que esse transbordamento da industrialização para outros países se realizava de maneira seletiva, em função do grau de segurança à propriedade, do controle político ali exercido.

O processo tomado como um todo sugere uma *repetição* política mais cautelosa e controlada, entretanto ocorria sob – e criava –

novas condições, impondo adaptações e ajustes e, finalmente, conduzindo a novos desdobramentos. Diversas instâncias internacionais de gestão intercapitalista (não abordaremos as formas específicas do bloco soviético) foram implementadas para acomodar vencedores e vencidos e estabelecer as linhas de clivagem com a União Soviética. Implantou-se grande variedade de agências políticas, econômicas e militares conjuntas, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de cuja composição original não participavam Alemanha e Japão.

Ao longo do tempo, uma infinidade de entidades foi criada, e as anteriores foram redesenhadas sob crescente influência estadunidense, adensando internacionalmente modalidades originais de *organização intercapitalista* voltadas para a garantia da expansão da extração de mais-valor em escala crescentemente internacional, mas também para assegurar as condições socioeconômicas, políticas e culturais nacionais sob as quais tal extração teria lugar. Tratava-se de conter ativamente conflitos internos e contradições muitas vezes agudas através de procedimentos pragmáticos para a acumulação do capital e hiperideologizados, remetendo ao contexto internacional. Tais instituições, embora sob a égide estadunidense, agregavam um espectro mais amplo de países centrais. O novo *modus operandi* reproduzia no próprio interior das agências internacionais uma dinâmica similar às "democracias de acionistas" ou censitária, com uma organização de tipo bancária ou creditícia, sendo os casos mais emblemáticos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o complexo de entidades do Grupo Banco Mundial (GBM). Em recente e bem fundamentada pesquisa, na qual nos apoiaremos bastante a seguir, Pereira (2009) demonstra o forte predomínio estadunidense no GBM, inclusive apresentando as disputas internas nos Estados Unidos sobre estratégias a adotar. Não obstante, vale observar que a construção de instituições internacionais francamente dominadas pela potência estadunidense não significou uma dominação unilateral imediata, gerando o que para muitos constituiu uma "tríade" composta pelos Estados Unidos, Europa e Japão. Essa consolidação de novas formas econômicas e de políticas organizativas gestadas no bojo do

imperialismo precedente, mas entrelaçando desigualmente países e capitais, integra o que estamos denominando capital-imperialismo.

Para se ter uma ideia da dimensão da complexidade da composição então estabelecida, vale lembrar que a expressão Banco Mundial (BM) remete na atualidade a apenas duas das sete organizações que integram, de fato, o GBM – o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O BIRD nasceu ainda em 1944, voltado para empréstimos a governos e instituições públicas, porém sempre manteve estreita relação com o mundo dos negócios, uma vez que seus financiamentos geram uma enormidade de contratos

> que envolvem um grande volume de compra e venda de bens e serviços de todo tipo, parte dos quais através de licitações internacionais abertas a empresas sediadas nos Estados-membros. (PEREIRA, 2009, p. 14)

As empresas dos países predominantes, fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviços de consultoria, recebiam a maioria dos contratos. Tais empresas contavam, ainda, com o apoio de seus governos no interior do próprio Banco. Com isso, "nos primeiros dezessete anos de operação, mais de 93% do dinheiro emprestado seguiu essa direção [a dos países centrais] todos os anos" (*Id. ibid.*, p. 14). Já a AID, segundo pilar fundamental do Banco, iniciou suas atividades apenas 16 anos depois, em 1960. Tinha como objetivo oferecer créditos a governos e instituições de países pobres, com longo prazo e juros muito baixos. Pereira considera que sua criação, ao modificar a escala e o conteúdo das operações do Banco Mundial, transformou sua própria natureza, uma vez que, a partir de então, não apenas critérios econômicos predominaram para a concessão de empréstimos, mas impunham-se condicionalidades aos devedores, que deveriam se comprometer a implementar "políticas econômicas consideradas 'sólidas' e 'responsáveis'". As disputas interimperialistas muitas vezes se refletiram no interior do BM (no BIRD e, sobretudo, AID), assim como tensões internas dos Estados Unidos diversas vezes alteraram a condução do Banco e até mesmo redundaram na redução de sua contribuição, nas décadas de 1980, 1990 e entre 2006-2008

(*Id.*, p. 20-21), priorizando a "ajuda" bilateral direta. O acordo interimperialista, resultante de condições peculiares, experimentava permanentes tensões entre os seus integrantes.

Duas iniciativas do GBM da década de 1950 são especialmente esclarecedoras do tipo de entidades que o modelo permitiu agenciar e propulsar, assim como um alcance de novo tipo que se abria para o capital-imperialismo. O Grupo Banco Mundial não deve ser reduzido a apenas uma imposição estadunidense, ainda que este país nele predominasse, com base nas cotas de participação. Constituído originalmente como um banco internacional operando com um poder de voto (e de veto) em função de cotas depositadas por cada país (e não pelo número de países, como na Organização das Nações Unidas - ONU, ou pela população envolvida), nele se assegurou em 1947 o predomínio aos Estados Unidos, que detinham um terço do total de votos (34,28%).

> Os EUA e o seu principal aliado, o Reino Unido, controlavam juntos 48,3 por cento dos votos. Somados aos votos dos outros onze países capitalistas mais industrializados, alcançavam 71,4% do total. (PEREIRA, 2009, p. 68)

Para além da dominação estadunidense, consolidava-se uma rede de associações intercapitalistas com interesses similares, o que permitiu o deslocamento dos procedimentos de recolonização direta (que enfrentavam as lutas nacionais populares) para uma atuação fomentadora de uma *nova escala de acumulação e de concentração*, capaz de atuar em diferentes pontos do mundo.

Forjando o capital-imperialismo

A extensão das multinacionais envolveu enorme diversidade de fenômenos que de forma alguma se limitavam ao terreno econômico. A atuação dessas empresas – as grandes sociedades anônimas – não foi apenas uma enorme fonte de lucros e de produção, mas aprofundou a divisão internacional do trabalho, modificou a inserção mundial dos países imperialistas, e seu alcance nos demais alterou profundamente a relação entre o campo e a cidade em todo o mundo sob seu raio de ação, introduziu inovações comportamentais

e culturais. Resultante não apenas das imposições econômicas do imperialismo, mas também das condições políticas da Guerra Fria, como vimos anteriormente, se difundiriam em paralelo à enorme quantidade de agências e entidades internacionais que agiam como suportes diretos ou remotamente indiretos para seus interesses. A sua multinacionalidade dizia respeito sobretudo à escala de operações envolvendo inúmeros países, nos quais as grandes sociedades anônimas implantavam subsidiárias, e não ao controle internacionalizado de tais empresas, o que ocorreu em menor escala e mais lentamente.

Interessa ressaltar, por ora, a mudança de escala: a abrangência das atividades de tais capitais se ramificava, espalhando-se mundialmente; as dimensões da concentração e da centralização (sempre com base no pequeno grupo de países imperialistas que detinham as ações decisivas nas empresas e nas instâncias políticas internacionais) atingiram patamares inusitados. A propriedade de tais conglomerados extrapolava a união íntima entre capitalistas e banqueiros, tornava-se cada vez mais fusional e abstrata, incorporando doravante não apenas bancos e indústrias, mas qualquer forma de capital, como os grandes circuitos de distribuição. Trata-se da formação internacional de massas crescentes de capital portador de juros, ou de capital que, resultando da exploração de mais-valor, a ela precisa retornar, porém sob modalidades que em muito excedem suas bases de exploração prévia, dada a massa impressionante de valor a valorizar. Impulsionava-se uma necessidade sem precedentes de abertura de fronteiras para o capital, de modo a expandir suas condições de reprodução ampliada. Entenda-se aqui, por fronteiras, não apenas as pressões políticas para a abertura de mercados, mas a pressão exercida em diversas direções para apropriar-se de espaços geográficos e formas de existência sociais até então escassamente submetidas à dinâmica da reprodução capitalista. O movimento dessa megaconcentração é triplo: tende a *capturar todos os recursos disponíveis* para convertê-los em capital; precisa promover a *disponibilização de massas crescentes da população mundial*, reduzidas a pura força de trabalho, e, enfim, *transformar todas as atividades humanas em trabalho*, isto é, em formas de produção/extração de valor.

Do ponto de vista do trabalho, as multinacionais forjaram uma cooperação intensificada, mas alienada, entre trabalhadores submetidos a profundas desigualdades, com regimes contratuais e direitos trabalhistas díspares, com bases culturais e estruturas sociais variadas em seus contextos nacionais, em muitos casos desprovidos de direitos políticos. Essa experiência geraria múltiplos efeitos, como segregações no interior da mesma estrutura empresarial, com o privilegiamento dos trabalhadores dos países-sede em detrimento dos demais países, nacionalidades que, por seu turno, também não eram tratadas de maneira equivalente, reproduzindo-se formas desiguais e combinadas de subalternização no interior das estruturas organizativas. Para tais grupos multinacionais, tornava-se uma normalidade a exploração de trabalhadores para as mesmas tarefas, porém desprovidos dos direitos predominantes nos países-sede. A competição entre trabalhadores típica da exploração do capital ganhava novas tonalidades. No sentido contrário, descortinavam-se, para extensos setores de trabalhadores, as profundas desigualdades que separavam as diferentes origens nacionais, conduzindo a reivindicações de direitos até então exclusivamente reservados aos países imperialistas. Mas, sob a intensa propaganda internacional, tais exigências – em função também da teia organizativa das burguesias locais – eram apresentadas sob uma outra configuração, a de que seria necessário romper o "atraso", aprofundar a "modernização", de maneira a poder contar com "benefícios" idênticos. Dessa maneira, deslocava-se o problema real, o da produção crescente de desigualdades no plano internacional, das quais dependiam em parte os próprios direitos conquistados nos países imperialistas, para os trabalhadores dos demais países, definidos como despreparados, deseducados e ineficazes, econômica e politicamente.

De maneira pontual e altamente seletiva, abriam-se possibilidades remotas de carreiras (e remunerações) internacionais para alguns oriundos de países secundários, preparando-se funções dirigentes econômicas e políticas.

Um dos resultados não desprezíveis dessa multinacionalização foi a consolidação de processos industrializantes em outros países, em alguns casos levados a efeito com a participação ativa de burguesias

locais – e de seus governos. Não obstante ocorrerem sob estreita dependência dos países centrais, subalternizando-se (voluntariamente) tais burguesias (e seus governos) a decisões forâneas, resultaram em profundas transformações (a "modernização") e integraram-nos à socialização internacional dos processos de trabalho, ainda que sob sua forma mais perversa: uma divisão internacional do trabalho lastreada em autocracias burguesas calcadas em peso militar e no controle estrito da ciência e da tecnologia de ponta pelos países dominantes, ao lado da exportação de indústrias, dentre as quais eram prioritariamente deslocadas as mais poluentes e/ou em processo de obsolescência. Qualquer que tenha sido seu formato, a dimensão espacial e histórica do processo de reprodução do capital se alargava, com uma socialização profundamente desigual da força de trabalho, efetivamente internacionalizada.

A multinacionalização impulsionada nos anos 1950 teria resultados visíveis ao final da mesma década – intensa industrialização de alguns países ao lado da produção massiva de populações urbanizadas e sob precárias condições de trabalho. As expectativas de social-democratização generalizada – então intensamente difundidas como sendo a contrapartida benéfica da modernização capitalista – eram reiteradamente frustradas, seja pela implantação truncada de políticas públicas, pálidos resultados de intensas lutas populares por políticas universais, seja pela violência aberta e truculenta sobre setores populares que o anticomunismo histérico vigente autorizava. Em casos de fortalecimento das organizações populares, em parte resultante das próprias transformações que a industrialização propiciava – e do papel nela cumprido por uma classe operária fabril crescente – o recurso a ditaduras foi amplo e usado em larga escala. A América Latina foi um dos palcos mais evidentes de tal processo, que ocorreu de maneira heterogênea, uma vez que se mesclavam bases sociais locais variadas e intervenções internas e externas desiguais, desde o empenho da recolonização imperialista e de recondução de vários países aos patamares vigentes antes da guerra (produtores primários), imposta a ferro e fogo sobre alguns países, até a expansão da industrialização através de formas consorciadas (dependentes) de expansão capitalista, implantando as empresas multinacionais e

fomentando uma miríade de empresas autóctones, a elas associadas de maneira direta ou indireta, como foi o caso brasileiro.

A incorporação de uma infinidade de empresas (fusões, aquisições e formas de controle variadas) sob o domínio de grupos proprietários crescentemente também multinacionais, que captavam recursos em bolsas de valores, ampliou exponencialmente o leque de atividades sob o mesmo rótulo empresarial. Mesmo que muitas multinacionais mantivessem uma certa especialização setorial, passavam a atuar numa gama crescente de atividades econômicas, conectadas ou não entre si, abrangendo desde variadas atividades de extração de mais-valor, produção tecnológica e científica, até papel crescente na comercialização, na formulação e implementação de formas adaptadas de gerenciamento da produção, além da formação de quadros e de atuação política.

Implementadas, desde a monopolização da economia, a partir da separação entre gestores (managers) e proprietários, dada a escala de suas operações, a magnitude que alcançariam introduziria novas tensões e modificações. Baran e Sweezy, em análise realizada em 1966, atribuíam às sociedades anônimas gigantes, típicas do capital monopolista e, em grande parte multinacionalizadas, uma profunda separação entre a atuação dos proprietários nominais e a dos responsáveis pela empresas (gestores ou managers), que teriam íntima identificação com a própria entidade e, portanto, com sua perpetuação. Listavam as seguintes características:

> 1) O controle fica nas mãos da administração, ou seja, a junta de diretores e os principais funcionários executivos. (...) O poder real, porém, está nas mãos do pessoal interno, dos que dedicam todo o tempo è empresa e cujos interesses e carreiras estão ligados ao destino dela. 2) A administração se faz por um grupo que se autoperpetua. A responsabilidade para com os acionistas é, em todos os aspectos práticos, letra morta. Cada geração de administradores recruta seus sucessores, treinando-os, encaminhando-os e promovendo-os de acordo com os padrões e valores vigentes. (...) 3) Cada empresa visa atingir, e normalmente atinge, a independência financeira através da criação interna de fundos que permanecem à disposição da

> administração. A empresa pode, também, como uma questão de política, tomar empréstimos de instituições financeiras, mas não é forçada a isso, normalmente, sendo portanto capaz de evitar o tipo de sujeição ao controle financeiro que foi tão comum ao mundo das Grandes Empresas há 60 anos. (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 25-26)

Como se observa, a empresa predominava sobre os principais proprietários, quer fossem grandes famílias, quer o conjunto de acionistas. Ademais, nossos autores sublinham a tendência à independência financeira, em razão do tamanho e lucratividade dessas empresas. O gigantismo atingido foi de tal ordem que acumulavam receitas maiores do que muitos países. Os lucros crescentes auferidos não permaneciam apenas nas mãos dos maiores proprietários e, eram, em parte, distribuídos aos acionistas. Sua concentração alteraria o perfil dos proprietários, cuja distância da extração direta de valor seria de outro teor, distinto dos precedentes grandes industriais que, mesmos distanciados, compunham ainda um grupo claramente identificável socialmente, em famílias mais ou menos tradicionais, localizados em bairros específicos, com hábitos, educação e tipos de atuação mais ou menos definidos em cada país. A dimensão internacional de atuação dessas multinacionais, principalmente estadunidenses, mas também oriundas dos demais países imperialistas, favorecia o entrecruzamento entre capitais de diferentes origens, em função da escala adquirida e do volume de atividades que empreendiam. Para além de participações acionárias, a magnitude das operações dessas multinacionais nos países hospedeiros-dependentes contribuía para atrair outras multinacionais, para incubar miríades de empresas cuja atuação e lucratividade dela dependiam, como fornecedoras de peças, produção agrícola para processamento, produção química ou de outros insumos, cujas dimensões poderiam ser muito variadas. Em alguns casos, o controle da multinacional sobre tais empresas poderia ser direto e açambarcador, em outros, limitava-se a mantê-las em relação de dependência. Fomentavam a difusão econômica e social das relações capitalistas, estimulando a geração controlada de burguesias locais, assim como atuavam expandindo direta ou indiretamente as massas assalariadas, disponíveis e necessitadas de mercado.

A teia capital-imperialista

Ao lado da nova amplitude coligada do imperialismo, gestavam-se também formas organizativas, educativas e pedagógicas para os representantes do grande capital, para os quadros econômicos, políticos e ideológicos dos diferentes países, dominantes ou não. O Grupo Banco Mundial era uma das mais importantes instituições modelares, mas não a única. Por ser uma instituição internacional pública, assumiu a liderança e, sobretudo, contou com máxima visibilidade. Inúmeras outras entidades e associações entre empresários e governos se organizaram, à sombra, permitindo escasso (ou nulo) acesso aos pesquisadores. A criação, em 1955, do Instituto de Desenvolvimento Econômico, rebatizado, em 2000, de Instituto do Banco Mundial (IBM), integrando o GBM, com o apoio das fundações Rockefeller e Ford, tinha como intuito explícito a formação de quadros políticos e técnicos nos países predominantes e nos países alvo das intervenções do Banco, para a elaboração e a execução de políticas (*id.*, 32). Inúmeros cursos foram oferecidos para participantes de governos que recebiam financiamentos do BM e "muitos ex-alunos ocuparam [posteriormente] os cargos de primeiro-ministro, ministro da fazenda e do planejamento" de seus países (MASON e ASHER, 1973, p. 327-329 *apud* PEREIRA, 2009, p. 32).

Ainda nos primeiros anos do GBM, foi criada, em 1956, a Corporação Financeira Internacional (CFI)

> com o objetivo de financiar e apoiar diretamente — *sem o aval governamental — a expansão do setor privado, estrangeiro e nacional, em países pobres e de renda média*. Figura no cenário internacional como a principal fonte multilateral de crédito para essa finalidade. Embora seja legal, técnica e financeiramente independente, sua política de empréstimos se articula de modo coerente e integral à pauta macropolítica do Banco Mundial. (...) A CFI *financia projetos empresariais* específicos, participa como *sócia do capital de empresas*, empresta para bancos intermediários e presta assessoria técnica a corporações interessadas em mobilizar fundos em mercados de capital. Opera em condições comerciais, razão pela qual *investe exclusivamente em projetos com fins lucrativos* e aplica taxas de mercado a todos os seus pro-

> dutos e serviços. Seus empréstimos têm carência variável e prazos de amortização que variam normalmente entre sete e doze anos, podendo chegar a vinte anos. Nas empresas cujo capital integraliza, limita a sua participação em até 35 por cento, figurando sempre como acionista minoritária. (...) Diferentemente do discurso oficial, a CFI não financia apenas empresas médias e pequenas; na verdade, a organização habitualmente financia grandes corporações (...)". (PEREIRA, 2009, p. 29-30, grifos meus) Além disso, ...*a CFI atua fortemente junto aos Estados para catalisar recursos públicos, agilizar o trâmite legal dos negócios e emprestar o seu selo a determinadas iniciativas empresariais. Trata-se, portanto, de uma organização que atua em tempo integral no âmbito da intermediação de interesses públicos e privados.* (PEREIRA, 2009, p. 29-30, grifos meus)

Uma década depois, em 1966, seria criado o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), para atuar

> na conciliação e arbitragem em casos de litígios jurídicos entre investidores estrangeiros e Estados nacionais contratantes, esferas subnacionais de governo ou organismos públicos, desde que acreditados pelo respectivo Estado nacional ante o Centro. Sua ação depende da adesão das partes à sua jurisdição, tomada em caráter voluntário, porém irrenunciável. A sentença proferida pelo Centro é soberana e obrigatória, não-passível de apelação. Figura como instância de arbitragem em quantidade expressiva de acordos bilaterais (mais de novencentos) e tratados internacionais de investimento (ou que contêm capítulos relativos à inversão).[4] (*Id. ibid.*, p. 30)

Não é nosso interesse tratar da atuação específica do Banco Mundial, mas reiterar o importante papel cumprido pelo GBM como modelo de intelectual coletivo de um grupo internacional de países capital-imperialistas que, sob o comando dos Estados Unidos, favoreceu um novo salto de escala na acumulação e concentração de capitais, forjando, ademais, estratégias organizativas que extrapolavam em muito as modalidades de dominação precedentes, uma vez que agora penetravam no interior de novos Estados periféricos, a partir de seus próprios intelectuais, que passavam a atuar internamente de

maneira afinada com a lógica e a dinâmica do grande capital no plano internacional. Isso corrobora uma das principais hipóteses de Pereira, a do papel intelectual central que desempenhou – e segue desempenhando – o GBM.

Este formato associativo desigual, mas formalmente democrático no plano internacional, contribuiu para intenso desenvolvimento das forças produtivas com relativa pacificação entre as potências imperialistas ocidentais. Intensificava-se a produtividade, em parte devedora do crescimento do complexo industrial-militar e da permanência de alta belicidade contra terceiros países e assegurava-se alta lucratividade, aprofundando a concentração de capitais e *agudizando a urgência de novos âmbitos – espaciais e sociais – de reprodução ampliada*. A extensão plena de direitos sociais permaneceu restrita aos grupos nativos (isto é, àqueles com direitos de cidadania) dos países centrais da chamada tríade – a pequena Europa[5], Estados Unidos e Japão – não atingindo os imigrantes. Buscava-se contrapor a *democracia pelos e para os países centrais* ao socialismo, contanto que as opções nela contidas não colocassem em risco o equilíbrio geopolítico.

Para este estudo, queremos ressaltar o quanto instituições deste tipo resultaram em formatos originais de organização econômica, política e ideológica. Não eliminavam conflitos internos, mas sua maior abrangência abriu modalidades de interconexão interimperialista até então desconhecidas e que atuavam de maneira correlata, mas não mecanicamente conectadas a cada empresa.

Para além dessas instituições oficiais e mais visíveis, como o GBM ou o FMI, o procedimento se estendeu à generalização internacionalizada de outras entidades, com múltiplas funções. Algumas delas, mesmo com aparência e formato jurídico privado, respondiam diretamente às agências estratégicas de seus países de origem (militares, policiais, de espionagem, ou econômicas), tendo como papel disseminar modos de agir e assegurar recursos (monetários, políticos e mesmo militares) para seus aliados tanto nos países capital-imperialistas, quanto em outros países. Porém, nem todas as entidades respondiam de maneira imediata às agências estatais de seus países de origem, abrindo uma segunda vertente, que lhes permitia

maior flexibilidade na defesa de certos interesses específicos e uma atuação mais direta para a coordenação de atividades de caráter muito diversificado, cujo padrão internacional seria pautado pela atuação das fundações estadunidenses. (DREIFUSS, 1986)

Como vimos no capítulo anterior, Gramsci já analisara o crescimento de aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil) na Itália e insistira sobre sua estreita imbricação com o Estado. Já mencionara, inclusive, entidades como o Rotary Club ou o Lyons Club, de origem estadunidense, e elaborara brilhante texto sobre o americanismo, que envolvia para ele não apenas a generalização do fordismo no chão de fábrica, mas de um conjunto amplíssimo de práticas de persuasão, de autocontrole e de coerção, atingindo todas as dimensões da sociabilidade. A educação, ou a pedagogia, tanto em sentido escolar quanto, sobretudo, em seu sentido mais amplo – que abrange o Estado educador – assumia papel crucial, voltado a forjar homens adequados às formas de produção, de trabalho e de existência social reconfiguradas pela expansão do capital.

Como também vimos anteriormente, na concepção de Gramsci, sociedade civil é parte do Estado ampliado em que se desenvolvem formas peculiares da luta de classes. Ora, as entidades internacionais que passaram a se disseminar no pós-guerra conservavam suas raízes nos países de origem, porém desenvolveram, inclusive por necessidade da crescente abrangência econômica e da dinâmica que tal amplitude impunha, uma maior mobilidade espacial, implementando técnicas de autonomização local sem perder a unidade de ação no plano internacional para diferentes áreas nas quais tinham interesses. Introduziram uma nova complexidade organizativa e novas tensões intra e entre as classes sociais, mas não podem ser identificadas de maneira imediata a uma pretensa sociedade civil internacional. Se não constituíram uma "internacional capitalista", como provocativamente René Dreifuss designou a atuação das "elites orgânicas" do capitalismo transnacional, ocuparam certamente importantes espaços na luta de classes em âmbito internacional. Tão mais importantes por terem tais entidades sido implantadas após a dissolução da III Internacional (Comintern), ocorrida em 1943 (BROUÉ, 2007, p. 1003 *et seq.*). O empenho de

Trostsky na construção da IV Internacional assegurou a sobrevida e o internacionalismo de uma série de pequenas organizações (BENSAID, 2002), mas não chegou a implantar-se solidamente em escala equivalente à que se estabelecia no âmbito do capital.

Adaptando a conceituação proposta por Dreifuss (1986), considero que tais entidades assumiram o caráter de *frentes móveis de ação internacional*, adquirindo relativa autonomia de atuação, embora ancoradas em seus Estados de origem. Eram abertamente sustentadas por generosas doações empresariais (e, em alguns casos, também governamentais), mas sem vínculos diretos e, portanto, podiam expressar interesses comuns de setores diversificados.

Agir enquanto entidades privadas não diretamente lucrativas, sem carregar o fardo das decisões governamentais de seus próprios países, permitia a *difusão cosmopolita* de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas. Assim, fundações e entidades diversas, precariamente nomeadas de "não governamentais" (ONGs), envolviam *think tanks*, agências internacionais sob patrocínio mas não sob direção direta dos governos dos países capital-imperialistas, como as Fundações estadunidenses, por exemplo, ou associações internacionais recobrindo o interesse específico de setores do grande patronato internacional, tal como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). O americanismo assinalado por Gramsci ganhava uma dimensão muito mais vasta e complexa, de caráter cosmopolita e, embora predominassem entidades de origem estadunidense, não se limitava unicamente a ela. Fomentavam entidades similares em terceiros países, atuavam como formadoras para entidades patronais locais, ainda que algumas vezes também experimentando tensões e contradições com as organizações burguesas locais e com governos de países dependentes.

Essas entidades correspondiam à expansão da socialização da produção, quer se destinassem a outros países capital-imperialistas, quer se dirigissem a terceiros países, não porque fossem imediatamente defensoras de empresas específicas, mas porque forneciam os

elementos pragmáticos, técnicos, gerenciais, culturais e programáticos de mediação para a atuação e expansão do capital-imperialismo, assim como eram mais ágeis e capazes de difundir padrões de atuação burguesa, padrões de consumo, padrões de sociabilidade, além de forjar novas associações interburguesas (incorporando elementos dos países nos quais passavam a agir) correspondentes aos interesses que as empresas mantenedoras demandavam. E o faziam, seja do ponto de vista diretamente interessado, seja de um ponto de vista culturalmente e ideologicamente mais amplo, configurando estratégias associativas compostas formalmente por entidades similares, portadoras, porém, de recursos e de condições profundamente desiguais. Paralelamente às empresas multinacionais e às instituições internacionais oficiais, disseminava-se um padrão organizativo de cunho altamente pragmático e pautado por uma lógica ficticiamente democrática, copiada do padrão acionário, estruturada em torno da participação regulamentada pelos maiores doadores (financiadores da entidade), mas assegurando certa possibilidade de participação e ascensão em seu interior dos "acionistas minoritários". Muito variadas, tais entidades promoviam novas carreiras cosmopolitas, para as quais se exigia uma plena adaptação à sua finalidade: formavam e empregavam militantes-ideólogos. Ademais, atuavam como centros internacionais de formação intelectual para uma crescente variedade de quadros necessários para a atuação econômica que, doravante, abrangia áreas muito mais extensas do que os padrões nacionais, envolvia culturas diferentes, ritmos diferenciados, que deveriam ser modificados ou integrados, configurando um aprendizado *in situ* de novo tipo, moldando comportamentos, ajustando-os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva.

O uso equivocado do conceito de sociedade civil para tais entidades repousa inteiramente em lastro liberal, por enfatizar um suposto isolamento entre tais associações e o Estado[6]. Dreifuss analisou algumas entidades estadunidense desde inícios do século XX, dando especial atenção às pioneiras, como os *Round Table Groups* e o *Council on Foreign Relations*. Demonstra como em entidades deste tipo, que ele apresenta como elos de uma "internacional capitalista",

se organiza uma estreita articulação entre os núcleos formuladores (que denominou "elites orgânicas" ou "córtex político"), as "unidades de ação", com indivíduos contratados, formados e equipados para a intervenção em diferentes países e as "centrais de ideias e de pesquisas", que agregam fundações formadoras, financiadoras para a formação em diversos países e *think tanks*. Apesar de formalmente estruturarem-se fora do aparelho de Estado, "sua atuação 'supera' a dos partidos, tanto na capacidade estratégico-política quanto na profundidade de suas ações. Poderíamos dizer: *os partidos burgueses visam o governo; as elites orgânicas visam o Estado*." (DREIFUSS, 1986, p. 266, grifos do autor). A formulação de Dreifuss é preciosa, e me permito expandi-la: a partir de certa escala de atuação, mais do que um Estado, tais entidades visam à conformação de Estados. Atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os conflitos burgueses interpares; treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações. Esta última característica assumiu maior importância na década de 1960, como veremos adiante.

As encruzilhadas das lutas de classes e dos movimentos sociais

O ano de 1968 expressou, de forma difusa, a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos, e o empenho em manter encapsuladas as lutas sociais em âmbito nacional ou mesmo subnacional. Irrompiam então reivindicações cujo escopo somente faria plenamente sentido num contexto internacional de lutas de classes de teor anticapitalista, pois não eram mais solúveis ou solucionáveis nos âmbitos nacionais. Mais além, o pós 1968 demonstraria que mesmo as lutas mais árduas e mobilizadoras, se isoladas e reduzidas ao nível infranacional ou nacional, se conver-

teriam em processos adaptativos, reforçando o cosmopolitismo[7] já em curso, chegando mesmo a denunciar o internacionalismo como nefasto. O aspecto revolucionário de 1968 reside menos no que efetivou concretamente em cada país e mais na exigência de internacionalização que vislumbrou, mesmo sem conseguir elaborar um novo formato popular, apto a associar diferentes dinâmicas nacionais, em face da internacionalização acelerada do capital. A resultante contrarrevolucionária residiu no reencapsulamento de enorme volume de reivindicações sociais claramente insolúveis – mas inelimináveis – em âmbitos cada vez mais estreitos, ao lado de sua expressão cosmopolita através de agências internacionais garantidoras da ordem.

O que permitiu bloquear esse aspecto revolucionário? Não há muita originalidade nesta resposta: a efetiva internacionalização dessas lutas foi contida pelo contexto da Guerra Fria. Apesar do consenso sobre a dimensão internacional dos movimentos sociais em 1968, poucos são os que tratam o tema a partir do ângulo da internacionalização do capital. É corriqueira a ênfase na internacionalização de novos modos de comportamento, algumas vezes expressando uma certa surpresa[8]. A meu juízo, 1968 expressaria ao mesmo tempo o ápice da disjunção promovida pela Guerra Fria e apontaria para sua caducidade, do ponto de vista do próprio capital.

As vias internacionais por onde impulsionar tais lutas estavam limitadas pelo burocratismo soviético que, embora denunciado por muitas manifestações populares, sobretudo após 1956 e o relatório Krushov, seguia caracterizando a atuação de muitos partidos comunistas e de suas entidades internacionais; pela fragilidade das organizações antiestalinistas, também elas profundamente marcadas pela Guerra Fria; pela presença de instituições internacionais oficiais voltadas explicitamente para a sustentação da dinâmica capitalista e; enfim, por organismos oficiosos que, apesar da proximidade com o capital e de sua estreita defesa da lógica capitalista, podiam se apresentar como não diretamente empresariais e movidos apenas pela boa vontade.

Se o capital unificava crescentemente o mundo ocidental, enorme fosso separava as populações dos países centrais, com direitos

políticos e sociais, de um grande – e difuso – "Terceiro Mundo", no qual conviviam setores assalariados com a intensificação das expropriações do povo do campo e a produção de massas de trabalhadores aptos a serem devorados pelo mercado, porém com acesso precário a contratos regulares de trabalho e, em grande parte, com escassos direitos.

Por caminhos tortuosos, promovidos diretamente pela institucionalidade capital-imperialista e por centrais sindicais internacionais muito distantes de qualquer projeto revolucionário, passando pelas vias oficiais soviéticas burocratizadas, inexistia escoadouro ou diretriz para a irrupção de revoltas populares que, em muitos casos, envolveram o conjunto da classe operária, como o caso francês, ou suas parcelas mais expressivas, como na Itália, ou envolveram vastos segmentos populacionais, como nos Estados Unidos.

As entidades internacionais de trabalhadores – sindicais ou partidárias – estavam encapsuladas na dinâmica da Guerra Fria, o que simplificava a tomada de decisões (pois os lados estavam previamente demarcados), mas levava a desconsiderar as evidências que a extrapolavam. A Guerra Fria, apesar de referir-se *ad nauseam* a uma geopolítica planetária, *obscurecia o pano de fundo internacionalizante que originava tais lutas.* As questões emergentes apareciam como inoportunas, resultado de interpretações rotinizadas. Apesar disso, organizações populares, associações e partidos políticos, mesmo embebidos nessa rotinização, levaram adiante lutas anti-imperialistas de forte caráter anticapitalista e tiveram papel relevante. No entanto, perdiam acuidade em função do atrelamento na defesa do bloco soviético e da desagregação que as divergências internas promoviam.

Em 1968, o grande volume de manifestações similares em diferentes países expressava, mesmo que de maneira opaca para os próprios participantes (mas hoje podemos e precisamos perceber) o quanto os terrenos de luta se moviam, se deslocavam, precisavam ampliar-se. Como o capital, as lutas anticapitalistas passavam a abranger o conjunto da existência e mostravam-se, de fato, internacionais.

Ocorria, inclusive, uma certa aproximação entre reivindicações *democratizantes* em curso nos países de capitalismo de Estado

pós-revolucionário e países ocidentais, sinalizando a necessidade da ampliação de direitos de um e de outro lado dos rígidos limites da Guerra Fria. Essa demanda situava-se em patamar muito além do admissível pela ordem dominante num e noutro lado da fronteira. Foi bloqueada pelos partidos comunistas e pela direita ocidental em nome da preservação de posições adquiridas na Guerra Fria, e finalmente coagulou ao longo de um período complexo onde se mesclaram intensa repressão aos movimentos radicais, uma reatualização da social-democracia, inclusive com expressivas conversões intelectuais, ao lado do crescimento exponencial de formas massivas de convencimento, em especial o marketing e as televisões.

A extensa muralha da Guerra Fria projetava sua sombra em diversos sentidos: literal e institucionalmente, bloqueava contatos; refratava uma percepção sempre referida a um contexto mundial, porém falseada; agia como anteparo para a compreensão das transformações já em curso e, finalmente, obscurecia a nova institucionalidade do capital, que associava os âmbitos nacional e internacional. O resultado foi, após intensíssimas lutas populares, o encapsulamento de novas formas de organização e de lutas revolucionárias que as manifestações de 1968 poderiam comportar. Tais lutas não foram apenas contidas, como num dique, mas redirecionadas, ora paciente, ora violentamente, para vertedouros onde "excessos" democratizantes populares pudessem desaguar.

Diferentes revoluções tensionaram os diques da Guerra Fria, como a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, a Revolução Cultural chinesa, a luta vietnamita, as independências africanas da década de 1970 e mobilizaram grande espectro de lutas no plano internacional. Não obstante seu enorme papel, reafirmavam o alinhamento internacional e tenderam a retroceder para cada âmbito nacional, sem a instauração correlata de formas de luta comuns bem mais amplas, capazes de fazer frente ao amplo espectro de dominação tecido pelo capital-imperialismo. O salto na internacionalização do capital, característico do capital-imperialismo geraria descontentamentos populares sem canais organizados de expressão internacional.

Esse é o caso de uma série de lutas dos anos 1960 e 1970, como as lutas por moradia (ou lutas urbanas), as revoltas contra hierarquias burocráticas (nas universidades e empresas), o antirracismo, o

antissexismo, e o ambientalismo. Uma parcela das lutas populares urbanas foi segmentada à esquerda e à direita do conjunto das reivindicações que incidiam sobre a própria sociabilidade do capital e reduzida a dimensões infranacionais. Tornaram-se um ícone dos intelectuais reconvertidos nos anos 1970, que enfatizaram suas singularidades e cor local, porém contribuíram para capturá-las em sua suposta novidade, passando a compor um vasto mosaico de reivindicações tratadas de maneira pontual e localizada. As revoltas anti-hierárquicas tiveram, num primeiro momento, um destino similar, mas de forma peculiar: foram tratadas como "comportamento jovem" e, como tal, aceitas setorialmente como sinais dos tempos, admitindo-se novos vestuários, cores, cortes de cabelos, gostos musicais, formas de tratamento, etc. A entorse de valores morais predominantes (que continham forte teor de hipocrisia) tornou-se aceitável nos limites da valorização do capital, o que permitiria a produção de inúmeras novas mercadorias para o mercado internacional, inclusive culturais. Seu redirecionamento efetivo foi bastante posterior e traumático, pelo viés do desmantelamento de direitos definidos como "resquícios burocráticos". Outras reivindicações extrapolavam de maneira imediata os âmbitos nacionais, como as lutas pacifistas, antinucleares e as ecologistas. Outras, ainda, tinham um perfil aparentemente difuso, como o antirracismo e o feminismo. Todas essas questões, mesmo considerando-se as especificidades de cada tipo de reivindicação, vinculavam-se diretamente à amplitude da internacionalização do capital em curso. Vejamos, por exemplo, os temas do racismo, ambientalismo e feminismo.

As lutas antirracistas estiveram na raiz das manifestações de 1968 e seu enfrentamento efetivo envolve necessariamente os âmbitos nacional e internacional. Sua contenção no interior de fronteiras nacionais as escamoteia e empalidece. Dois movimentos simultâneos decorriam da internacionalização do capital: a imigração de trabalhadores em direção aos países centrais e, ao contrário, a migração de capitais em direção aos demais países. A reconstituição de racismos tornar-se-ia uma maneira permanente de subordinação social, pela subalternização de determinados segmentos dos trabalhadores – segmentos demarcados pela cor da pele, pela língua, pela

cultura, pelos hábitos e formas de viver. Mas, sobretudo, marcados pela extrema precariedade a que eram recorrentemente reconduzidos. O racismo figura como um rastro, uma marca indelével da atualização promovida pelo capital das dominações pretéritas. O racismo se reconstituiria inclusive em setores fragilizados das classes trabalhadoras dos países centrais, fomentado em múltiplas direções: pela concorrência entre trabalhadores nativos e imigrantes pelos mesmos postos de trabalho; pela atribuição aos imigrantes de postos inferiores na escala da divisão do trabalho e de piores salários; pelas diferenciações legais entre nativos e imigrantes. Atuantes no interior de cada país, as segregações transbordavam para o plano internacional, com o deslocamento de capitais dos países capital-imperialistas para outros países nutrindo uma concorrência para a qual o capital-imperialismo procurava aliar "sua" classe trabalhadora contra as demais, mesmo quando a fazia competir às cegas com trabalhadores estrangeiros que desconhecia.

As intensas manifestações contra a Guerra do Vietnã, assim como o haviam sido as lutas contra a presença francesa na Argélia, eram antirracistas e expressavam viés anticapitalista e anti-imperialista. A defesa da autodeterminação dos povos precisava superar-se, entretanto, para impedir o enclausuramento de problemas cujo escopo ultrapassava fronteiras nacionais. O mesmo ocorria com a luta contra a segregação nos Estados Unidos e sua conexão com a recusa dos negros estadunidenses à participação na Guerra do Vietnã, e que se espraiava no campo popular. Uma conexão internacional entre lutas antirracistas massivas ousando localizar suas raízes mais profundas arriscaria colocar em xeque o expansionismo do capital, já deslanchado pelas multinacionais e, ao mesmo tempo, inaugurar novas formas de cooperação internacional entre os trabalhadores.

Em face do ímpeto dessas lutas, da impossibilidade de superar o problema real e do risco de seu extravasamento, tratou-se de contê-las nas fronteiras nacionais, minorando-as por um lado e exacerbando-as de outro, deslocando-as de um a outro grupo social, interna e externamente. Dois foram os procedimentos adotados internacionalmente para conter e direcionar tais lutas. Nos Estados Unidos dos anos 1960, a violência aberta, com a eliminação dos líderes negros

mais combativos ou sua criminalização, e uma judicialização segmentada, através da conquista do direito à igualdade jurídica, seguida anos depois por escassos direitos compensatórios focalizados que serviriam de modelo para o estabelecimento de diques de contenção para este tipo de luta. Esse encaminhamento apartava a defesa, necessária e legítima, de um grupo étnico da *luta contra a criação de inúmeros e multiformes racismos através da desqualificação regular de trabalhadores das mais diversas procedências.* Deslocadas do terreno da exploração e, portanto, da igualdade no plano internacional, as lutas antirracistas enfrentam ainda hoje o risco de sua banalização, tantos são os grupos atingidos, tão diversas são suas formas, tão urgentes as intervenções pontuais, tão recorrentes suas manifestações. A concorrência internacional entre os trabalhadores se acirrou, perpetuando no século XXI os campos de refugiados, o acúmulo de imigrantes nas fronteiras, a morte banalizada (e supervisionada a distância) de trabalhadores em frágeis embarcações procurando escapar de múltiplas misérias, multiplicando-se os muros e o assassinato corriqueiro de imigrantes, como nos Estados Unidos. Dissemina-se um racismo multiforme e viscoso.

A forma de incorporação segmentada da luta antirracista estadunidense seria convertida em "lição política" capital-imperialista para a "organização de grupos segmentados" e estendida como receituário para outros países, contanto que se mantivessem no *estrito terreno da defesa de uma etnia ou cultura específica.* O problema não reside na existência de políticas pontuais, mas em seu encapsulamento na defesa singular de cada caso específico, e, portanto, na imposição do abandono de um referencial comum, efetivamente universal. O fim oficial da Guerra Fria, 20 anos depois, não desfez as profundas divisões assim instauradas, inclusive porque, no âmbito internacional, a lição foi multiplicada através de uma miríade de entidades internacionais, das quais boa parcela recebe recursos das frentes móveis de ação do capital e de suas centrais de ideias e pesquisas.

A luta mais evidentemente incontornável nos âmbitos nacionais era a do ambientalismo[9]. Na década de 1960, tanto na antiga União Soviética quanto nos países europeus, a devastação e seus efeitos sobre a vida social eram gritantes, derivados da industrialização

segundo os moldes da lógica capitalista (ainda que se realizassem na União Soviética). A chuva ácida se recusava a chover sobre fronteiras pré-demarcadas; a salinização de extensas áreas extrapolava os países nos quais foram realizadas as grandes barragens; e, o mais inquietante, bombas atômicas não se limitavam a destruir eventuais inimigos, mas poderiam devastar todo o planeta (e continuam a poder fazê-lo).

Expandiam-se movimentos pacifistas voltados especificamente contra a corrida armamentista. Figura neste caso a atuação de E. P. Thompson, na Inglaterra (PALMER, 1996, p. 176 *et seq.*). As margens compactas da Guerra Fria canalizavam para alinhamentos internacionais automáticos e para internacionalismos verborrágicos, distanciando-se de questões da própria sobrevivência humana e da configuração real das classes sociais nos dois lados da fronteira ideológica. Este distanciamento refletia, em parte, o enclausuramento no qual se encontravam as classes subalternas dos países capital-imperialistas, com relação umas às outras e, sobretudo, com relação às múltiplas questões que atravessavam os demais e desiguais países. Muito rapidamente, a questão ambiental seria conduzida pelas entidades internacionais do capital: já em 1972 ocorria em Estocolmo a primeira Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a partir do relatório do Clube de Roma, iniciado em 1968 e constituído por cientistas, industriais e políticos, cujo eixo central girava em torno das novas dificuldades *para o capital* no que tange à utilização de reservas naturais. A proposta de crescimento zero que nele figurava demonstrava amplamente a profunda desconsideração perante a produção internacional de desigualdades, abrindo o caminho para uma peculiar reconversão. A questão ambiental se descolava de dois de seus núcleos fundamentais: da socialização crescente dos processos de trabalho e das *pesadas formas de concorrência internacional entre os trabalhadores que impulsionavam os mais frágeis a estratégias de sobrevivência predatórias, sendo, portanto, criminalizados por sua própria necessidade.* As novas gerações das classes trabalhadoras no mundo seriam penalizadas pela dupla segregação do racismo ambiental.

A inquietação disseminada em 1968 seria transmutada em ativismo peculiar, com caráter espetacular e benevolente (à base de doações), com raros questionamentos das bases da ordem socio-

econômica, mesmo quando bastante radicalizado. Variadas formas associativas se implantaram a partir de reivindicações ecologistas, sendo muitas de caráter internacional, correspondendo à amplitude do fenômeno, com escopos muito diversificados, porém majoritariamente voltadas para a defesa da natureza. Em paralelo, após muitas oscilações, ocorreria a incorporação parlamentar de partidos verdes nas disputas eleitorais nacionais, que se contrapunham, de maneira quase caricatural, aos vermelhos.

Espelhavam contraditoriamente, quer o soubessem ou não, a tática utilizada pelos grandes capitais na generalização de uma agricultura baseada no uso intensivo de defensivos e de alta tecnologia, forjada desde a década de 1940, que no mesmo período expropriava milhares de camponeses em todo o mundo e se autointitulava Revolução Verde, procurando borrar da história as revoluções vermelhas. Na década de 1960, associaram-se a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford para apoiar a criação de centros de pesquisa agrícola nas Filipinas, no México, na Nigéria e na Colômbia. As grandes empresas beneficiárias desse processo conseguiriam recursos das instituições internacionais, como o Banco Mundial, para generalização da Revolução Verde nas periferias (PEREIRA, 2009, p. 106).

Posteriormente, a institucionalização da sustentabilidade favoreceu o estabelecimento de padrões de mensuração internacional, cuja ponta mais visível é a generalização dos créditos de carbono, pelos quais os grandes poluidores compram das regiões menos poluídas a capacidade de continuar sua devastação. Embora envolva na atualidade forte circulação de capitais fictícios, seu ponto de partida é a expropriação efetiva da capacidade humana de subsistir no planeta, que se torna propriedade de alguns através de tais títulos.

Outro dos mais citados movimentos consolidados a partir de 1968, o feminismo, padece também, com suas próprias especificidades, do mesmo processo de expansão capitalista e envolve uma grande diversidade de questões. Em sentido amplo incorpora a recusa da histórica desigualdade que pesa sobre as mulheres. Em sentido mais imediato, ataca tais desigualdades no mercado de trabalho e nas oportunidades de acesso ao conhecimento; abrange reivindicações variadas sobre a constituição da família e de modalidades reprodu-

tivas; garantias de propriedade e de direitos de sucessão, além de exigências sobre a sexualidade e o prazer que, todas elas, apontam para variadas situações de opressão sexuadas (incluindo a homofobia).

Vou me ater às modificações no papel social das mulheres com a expansão das relações sociais capitalistas que, desde muito precocemente, subordinou o trabalho feminino, alterando, em proporções muito desiguais, as relações domésticas, a estrutura familiar, os cuidados com as crianças, segundo os diferentes países e a composição histórica de suas classes sociais. A existência de "modelos" familiares burgueses jamais significou a generalização de um único tipo de família, pelas desigualdades existentes no interior das sociedades mais modernas e pelas superposições ocorridas nos processos de colonização, no qual constituíram-se padrões extremamente rígidos de controle sobre as mulheres[10]. Do ponto de vista histórico, trata-se das maneiras concretas pelas quais se expandem e se difundem internacionalmente formas similares de constituição familiar.

Uma vasta pesquisa de Goran Therborn publicada no livro *Sexo e Poder – A família no mundo, 1900-2000* (2006) se defrontou com diversidades econômicas, regionais, culturais e de tradições muito variadas, conduzindo a uma interpretação muito cautelosa. Therborn considera que as principais alterações nas condições de vida feminina derivaram da Revolução Russa e das garantias para a igualdade ali estabelecidas, que se expandiram no mundo, para além das fronteiras europeias:

> As reformas escandinavas dos anos 1910 dificilmente tiveram qualquer repercussão internacional direta, tampouco a tiveram, de modo mais surpreendente, as Revoluções Chinesa e Mexicana do mesmo período. Contudo, os bolcheviques, que introduziram a livre escolha de casamento, a igualdade entre marido e mulher e o divórcio sem alegação de culpa na Rússia no final da década, certamente tiveram. Com certa ironia histórica, esse legado comunista espalhou-se supreendentemente pelo mundo. (THERBORN, 2006, p. 440)

Se o impulso mais importante à maior igualdade nas relações familiares se originou na experiência revolucionária, a década de 1960

também gerou efeitos, embora mais contraditórios, uma vez que difundia padrões de comportamento ancorados na formação de uma nova elite feminina nos países centrais, assim como na expansão do trabalho feminino em piores condições nos demais países. Assim,

> Estruturalmente, a onda de despatriarcalização e de retardamento dos casamentos de 1968 em diante foi também sustentada pelo desenvolvimento do mercado de trabalho pós-industrial no mundo rico, colocando mulheres em bons postos da economia de serviços e, mais cautelosamente e de modo indireto, pela expansão do trabalho industrial feminino têxtil e eletrônico na Ásia e em outras partes do Terceiro Mundo. (*Id. ibid.*, p. 443)

Apesar das intensas mobilizações na década de 1960, os avanços igualitários originados em 1917 não ecoaram na mesma proporção. Embora fosse uma questão central, rapidamente o tema da igualdade seria secundarizado, contraposto à exaltação das diferenças, tanto teoricamente quanto na própria composição dos modelos familiares. Ora, diferenças somente podem se afirmar em situações de igualdade, caso contrário remetem apenas a formas renovadas de hierarquia, exatamente o que ocorreria entre os países dominantes e a situação internacional da condição feminina. As instituições internacionais, a começar pela Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU em 1975, assumiriam o papel de difusores de uma extensa pauta de intervenção, encampadas pelos governos nacionais e pelo Banco Mundial, difundindo padrões de comportamento feminino e de organização de suas reivindicações, fornecendo receituários para sua contenção em âmbito nacional e recursos para sua implementação.

> O movimento de 1968 colocou em curso uma travessia mundial de mudança. Em suas terras natais da Europa Ocidental e da América do Norte, ela proliferou com a expansão da educação superior feminina, que forneceu as "forças especiais" do feminismo. Foi transmitida, contudo, por intermédio da máquina da ONU de conferências, redes e publicações que também propiciaram agendas globais ou "Planos de Ação", e geraram novas agências governamentais na maioria dos países, cheias de novos interesses sobre temas de família e gênero." *(Id. ibid.*, p. 443)

Embora tenha ocorrido modificações, inclusive no aumento da escolarização (em todos os níveis) das mulheres, o ponto de maior destaque diz respeito à própria sexualidade, com uma menor transformação no terreno das famílias (e, consequentemente, na organização das formas de propriedade)

> A revolução sexual não foi um assalto ao casamento e à formação de casais duradouros. Foi uma afirmativa do direito ao prazer sexual, antes do casamento e fora tanto quanto dentro dele. Conforme notamos anteriormente, o casamento também se enriqueceu sexualmente. A coabitação desenvolveu-se como casamento experimental e como formação de parcerias secularizadas e informais, que legisladores e tribunais vêm tornando crescentemente semelhantes ao casamento. A família nunca morreu e, em contradição com um psiquiatra da contracultura famoso antigamente (COOPER, 1971), as comunas e as experimentações com a plasticidade sexual nunca foram além de uma franja boêmia. Ao final dos anos 1990, o direito ao casamento tornou-se uma palavra de ordem central para gays e lésbicas." (*Id. ibid.*, p. 455)

Não é de pouca monta o tema do prazer sexual e pode carrear lentas, mas substantivas subversões numa ordem social que reconstrói incessantemente desigualdades. Não à toa, menos do que uma revolução "sexual", o tema foi pautado para desembocar no estímulo altamente mediatizado de comportamentos hedonistas, individualistas, competitivos e fortemente voltados para o consumo do prazer. Expropriavam-se mais setores da vida humana, tornando-os dependentes da produção de necessidades do capital e de mercados correlatos. Novamente, o caminho para uma reconfiguração internacional dessas lutas de classe que explodiram na década de 1960 foi limitado por eclodir sob a contenção da Guerra Fria, o que favoreceu a intensa atuação das instituições e entidades internacionais, ao lado do estabelecimento de "vias alternativas", de válvulas de escape jurídicas e, sobretudo, o impulso a novos produtos, serviços e mercados.

As análises posteriores, que sublinham o tema do gênero, incidem sobre questões reais e pertinentes. Buscam fugir de parâmetros biologizantes; procuram formular categorias capazes de dar

conta de um fenômeno de longuíssima duração, mas que produz sexualidades diferenciadas historicamente. Ao insistirem sobre a subjetividade e o papel dos atores, no terreno das representações culturais, buscam sensibilizar não apenas intelectualmente, mas também de forma afetiva, de maneira a permitir que mulheres – e homens – pensem sua condição e se situem numa rede complexa de relações, na qual formas de dominação e de sujeição se cruzam, se somam, se alteram.

Esse procedimento aporta elementos importantes, mas é insuficiente. Generaliza e homogeneíza a produção do gênero, recaindo numa naturalização de base cultural, secundarizando o extenso conjunto de práticas sociais que produzem gêneros como seres sociais de forma concreta e desigual. A ênfase exclusiva no gênero, subjetivista ou culturalizada, muitas vezes perde de vista a dimensão contraditória que anima a sociedade capitalista e que reproduz e atualiza, modificando-as, formas de sujeição desiguais, combinadas, generalizadas – homólogas à extensão do capitalismo – e naturalizadas.

Da mesma maneira que a opressão feminina, o controle privado dos recursos sociais de produção é uma realidade de longuíssima duração. Não se pode, entretanto, explicar a persistência de um fenômeno unicamente através de sua durabilidade, mas do conjunto de relações sociais que o reengendra, modificando-o para, contraditoriamente, reproduzi-lo.

Sendo a sociedade capitalista a mais generalizadora historicamente de suas próprias relações; capaz de revolucionar-se para reconstituir suas próprias bases de exploração (a extração do mais-valor e a subordinação do trabalho ao capital) e expandir-se, é necessário, mas não suficiente, indicar os efeitos subjetivos e culturais no mundo contemporâneo. Impõe-se agudizar a luta antissexista e ir além, para identificar de que forma – desigual e exploradora – se cruzam na sociedade atual os fios que reproduzem, de um lado, a subordinação sexuada e, de outro, a subordinação do trabalho ao capital em todas as suas escalas.

Na ausência de uma efetiva conexão entre as diferentes ordens de problemas, todos se acirrando intensamente a partir da década de

1960, as resultantes sociais derivariam menos de processos dirigidos coletivamente do que de movimentos internacionais aparentemente desprovidos de direção:

> A mudança da família tem sido irregular tanto no tempo quanto no espaço. Sua dinâmica tem sido multidimensional, tanto cultural e política quanto econômica. Sua topografia apresenta a aspereza das conjunturas, mais do que o declive suave das curvas de crescimento. Sua extensão planetária é menos produto de forças universais comuns do que resultado de vínculos e de movimentos globais. (THERBORN, 2006, p. 444)

Decerto, o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concentração de capitais a partir da década de 1960, a aproximação cultural (violenta e também persuasiva) entre povos e culturas distantes e distintas significou uma maior complexidade social. Não, entretanto, como gostariam de supor os relativistas, que fizeram a moda nos anos 1970, ou os pós-modernos, que ocuparam a cena mediática nas décadas de 1980 e 1990. Não vivemos uma realidade descentrada ou totalmente desprovida de unidade e de sentido: ela corresponde à generalização de procedimentos similares, com intensidades e graus diversos, conectando desigualmente a maior parcela da humanidade. Aprofunda expropriações incidindo sobre diferentes áreas da vida social e humana, e implica uma homogeneização mercantil da existência, fomentadora de mais dramáticas desigualdades, mas promove uma unificação que transparece nas imposições "globalizantes" e na formulação de um "pensamento único", que supõe a eliminação mágica das contradições que tal unificação suscita.

Se apresentamos, anteriormente, a forma pela qual lutas formidáveis encontraram-se encapsuladas, isso não significa que não continuem portadoras das contradições que, longe de se esgotarem, persistem e se aprofundam apesar dos diques de contenção e de suas válvulas de escape. Uma concentração de capitais, mesmo do colossal porte atual, não pode controlar as ações e atividades dessa enorme miríade de entidades apoiadas como "válvulas de escape". Dentre elas emergem, regularmente, grupos que destoam das diretrizes centrais –

rigidamente segmentadas – que deveriam subordiná-los. Alguns desses grupos vêm sendo, entretanto, crescentemente criminalizados e, sobretudo, reduzidos ao silêncio pelos vultosos recursos destinados à atuação diretamente patrocinada ou apoiada por entidades nascidas do meio empresarial. As lutas de classes atravessam e acirram essas contradições, por insistência da própria realidade, que teima em mostrar suas chagas e resiste ao diagnóstico truncado que dela se faz.

Na esteira confusa de 1968, muitos consideraram ser possível atuar de forma idêntica ao capital, sugerindo que essa enorme miríade de entidades se mantenha totalmente descentralizada e especializada, opondo-se a qualquer unificação que as articule aos desafios da classe trabalhadora no mundo. *Esqueceram que tal opção fica à mercê da unificação que exerce o próprio capital,* unificação que atua tanto nos planos nacionais quanto no internacional, e que é produtora de desigualdades, de hierarquias, de opressões e de violência.

Dessa forma contraditória, a década de 1970 assistiu a uma intensificação de lutas sociais e populares que, buscando desvencilhar-se dos limites da Guerra Fria na abordagem de questões que precisam ser tratadas em âmbito internacional e sem conseguir fomentar canais organizativos capazes de promover uma efetiva conexão entre a forma da vida social (a expansão do capital-imperialismo sob o manto já roto da Guerra Fria) e uma infinidade de seus efeitos deletérios, fragmentaram-se em duas direções principais: a luta por direitos, predominantemente nacional, que marcaria o tom das democratizações e da cidadania, desatenta das enormes desigualdades entre os diferentes países; e as lutas internacionais de teor específico, que se autoproclamavam apolíticas. Ambas expressam importantes arenas de luta social e inegavelmente resultaram em conquistas, mas se situaram numa posição ambígua: isolaram dimensões que se encontram conectadas desigualmente pelo capital; fortemente dependentes de contribuições voluntárias aparentemente descomprometidas, esqueceram que o dinheiro carrega consigo relações sociais. Daí resultou uma crescente dependência em relação às fontes financiadoras e redirecionadoras estabelecidas pelo capital, resultando na aceitação e mesmo no estímulo a um militantismo profissionalizado, "filantropizante" ou eventual (de cunho turístico);

seriam as receptoras das ofertas de financiamento das entidades sem fins lucrativos, mas de base empresarial ou institucional que, crescentemente, procuravam assenhorear-se das entidades combativas de cunho popular. No próximo capítulo, veremos como esse processo ocorreu no caso brasileiro.

A produção de conhecimento seria diretamente afetada pela crescente interpenetração entre as universidades, públicas ou privadas, e fontes financiadoras internacionais que direcionam as pesquisas através de editais nos quais se definem as pesquisas admissíveis para financiamento. Para cúmulo,

> a própria pesquisa sobre essas fundações será feita... por elas próprias, sobretudo a partir dos anos 1950, com os primeiros trabalhos científicos especializados, estimulados pela Fundação Ford. (GUILHOT, 2004, p. 151)

Reconfiguração capital-imperialista, velhos e novos problemas

Quando termina a Guerra Fria? Oficialmente, seu término é datado entre a derrubada do muro de Berlim, em finais de 1989, e a dissolução da União Soviética, em finais de 1991. No entanto, a pressão dos capitais concentrados para incorporar novos espaços para a sua valorização já vinha alterando seus contornos desde o início da década de 1970. Vale lembrar o ingresso da China na ONU, em 1971, a visita de Nixon a Beijing em 1972 e o fim do embargo comercial, iniciando a longa e persistente abertura chinesa a capitais externos, intensificada, sobretudo, a partir de 1978 (FELIPE, 2007, p. 14-30), além do ingresso espetacular da Pepsi-Cola na União Soviética em 1974. A pressão dos capitais acumulados tornara caduca a Guerra Fria, mantida, porém, na exasperação de um anticomunismo pragmático, de um lado da fronteira, e na escalada armamentista, em ambos os lados.

Na década de 1970, as condições econômicas, políticas e culturais já exibiam a modificação que as décadas anteriores impulsionaram. Economicamente, as corporações multinacionais ocupavam agora o mundo, impondo mais necessidades de valorização e capturando sempre mais recursos, refletindo-se numa mega-

concentração que extrapolaria os limites das empresas e bancos (eurodólares, petrodólares, etc.). Contribuíram para fomentar a geração de proprietários descarnados, acionistas e outros. Politicamente, já estava dilatado internacionalmente o formato organizativo cosmopolita e encapsulador, que acoplava entidades econômicas, de ação direta e cultural, voltadas para a extensão da sociabilidade do capital. Culturalmente, estava em curso a enorme difusão mediatizada, propulsada pela generalização das televisões, que ecoava – sempre contraditoriamente – os redirecionamentos em curso. Ademais, estes contavam com um lastro intelectual fortemente fragmentário, resultante do desconcerto perante as formidáveis lutas da década de 1960 e de progressivo abandono de expectativas revolucionárias, em boa parte financiada pela malha mercantil-filantrópica já em franca expansão. A gestão McNamara no Banco Mundial, de 1968 a 1981, havia introduzido uma peça-chave, uma estratégia amplificada de "combate à pobreza", justificada como uma ameaça à segurança, exigindo intervenção concertada internacional através do BM (PEREIRA, 2009, p. 112-161). Inaugurava-se a "pobretologia", com o fito de eliminar as análises totalizantes sobre as condições internacionais de produção da desigualdade e estimulando financeiramente estudos limitados a mensurá-la, capturando-a como alvo prioritário de atuação "coletiva" mercantil-filantrópica e de expansão do capital-imperialismo.

No mesmo período as formidáveis contradições do capital-imperialismo vinham à tona, explicitando as disputas internas, através de sucessivos golpes, demonstrativos da exasperação do impulso expropriador avassalador do capital sob o predomínio monetário e do crescimento das tensões internas entre os países capital-imperialistas. Toda a formidável escalada da acumulação e da concentração de capitais decorrera da arquitetura elaborada em função da Guerra Fria, já ultrapassada na prática. Envolvia uma crescente interconexão dos processos de produção, reforçando os elos entre os países interimperialistas e entre eles e os demais, sempre assimétrica em favor dos Estados Unidos e jamais homogênea ou estável. As lideranças políticas e econômicas do país preponderante, os Estados Unidos, passaram a atuar em direções contraditórias, procurando assenhorear-se

totalmente do processo e, ao mesmo tempo, *aprofundar a integração desigual das forças produtivas*, através da plena circulação internacional de capitais. Um controle imperial absoluto, de tipo colonial, desfaria o papel decisivo dos diferentes Estados sobre suas respectivas forças de trabalho, trazendo para o interior dos Estados Unidos uma enormidade de conflitos mantidos a distância pelo agenciamento organizado ao longo dos anos precedentes e ameaçaria o próprio capital-imperialismo, pelos custos e tensões que imporiam aos estadunidenses; o aprofundamento da socialização do processo produtivo nos termos vigentes resultava na manutenção (e não eliminação) dos demais países capital-imperialistas, além de induzir brechas para irrupções de novos países industrializados, procurando agregar-se ao grupo capital-imperialista, trazendo novas fontes de instabilidade interburguesa.

Golpes e crises de diversas ordens se sucedem no plano internacional, como a ruptura unilateral pelos Estados Unidos , em 1971, do acordo de conversibilidade firmado em Bretton Wood; o aumento generalizado das taxas de juros, estrangulando os países devedores na virada de 1973/1974, ocasião da chamada primeira crise do petróleo; o redirecionamento da economia realizado a partir da nomeação de Paul Volcker para a presidência do Federal Reserve, sob o governo Carter, em 1979, voltada para a contenção da inflação e liberação as taxas de juros (COSTA, 2008, p. 155), reforçando ainda mais o jugo sobre os devedores, o que estaria na base do Consenso de Washington, uma década depois.

Mandel assinala que, entre 1974 e 1975, ocorreu a primeira crise generalizada da economia capitalista internacional no pós-Segunda Guerra Mundial, com uma "recessão que atingiu simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas" (1985, p. 9). Sublinha, ainda, que "a sincronização internacional do ciclo industrial não é fortuita" e resulta de transformações econômicas mais profundas. A expansão ocorrida no período anterior foi acentuada pelo "impulso das forças produtivas, com uma nova revolução tecnológica, que impulsionou a concentração de capitais e a internacionalização da produção". Nesse contexto, se observava também "as forças produtivas ultrapassando a cada vez mais os limites do

Estado burguês nacional" tendência ampliada após 1948 (desde 1970, mais de 50% das exportações dos Estados Unidos ocorreram fora do mercado interno, entre sucursais da mesma multinacional). Assinala o aprofundamento da divisão internacional do trabalho e, do ponto de vista da organização do capital funcionante, reafirma que a expansão das multinacionais significava a produção de mais-valor simultaneamente em diferentes países. Estas deixaram de ser apenas extratoras de matérias primas para atuar em todos os setores das indústrias de transformação. Assim, as contradições e crises tenderiam a ser mais graves e *sincronizadas*, uma vez que as políticas anticíclicas seguem nacionais, incapazes de contrarrestar crises decorrentes da concentração e centralização internacionais crescentes do capital internacional (*Id. ibid.*, p. 12-13).

Também no interior dos Estados Unidos e dos demais países capital-imperialistas acirravam-se as lutas intercapitalistas e ocorriam verdadeiros golpes econômicos, empresariais e sociais que, acima de tudo, expressam a pressão por valorização do capital, cada vez mais indiferente a cada proprietário singular. Nicolas Guilhot, em pesquisa com forte cunho etnográfico, mostrou como Wall Street, o centro financeiro dos Estados Unidos, era dominado ainda na década de 1970 por estabelecimentos bancários que conservavam relações duradouras e estáveis com seus clientes, ligados por interesses e por uma forte "conivência social" (GUILHOT, 2004, p. 48). Nos estabelecimentos bancários mais tradicionais, clientes corporativos lá estavam há sete ou oito décadas; ser banqueiro era algo como herança de família. Segundo Guilhot, os proprietários e funcionários dos altos escalões dos bancos assemelhavam-se a integrantes de uma aristocracia, com uma expressiva homogeneidade social entre eles. Como um clube privado, seus membros eram recrutados no seio da grande burguesia, compartilhando modos de se expressar, vestir, apresentar-se e, até mesmo, vigorava uma normatização não escrita para as formas da competição entre eles, em parte reiteradas e aprendidas numa espécie de "distinção desportiva" que reservava aos banqueiros os esportes aristocráticos. Para Guilhot, esse velho mundo inicia seu declínio em 1970, bem antes portanto das desregulamentações, com o crescimento dos fundos de investimento. Em minha avaliação, o imperialismo dissolvia-se no capital-imperialismo que gerara e nutrira.

Os fundos de investimento originaram-se nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha sobretudo como fundos de pensão, ou seja, como uma maneira de minorar os efeitos das aposentadorias insuficientes dos trabalhadores. O baixo valor das aposentadorias lançava os trabalhadores na contingência de reservar parcela de seus salários para uma complementação salarial posterior. Tais fundos tiveram importante crescimento nos anos 1960 e 1970 (FARNETTI, 1998, p. 185) e suas características são ambivalentes. Procurando preservar os recursos sob sua guarda, de propriedade de trabalhadores, tais exigências os aproximam do capital portador de juros:

> necessidade de liquidez, sua tolerância ao risco e seu horizonte temporal de antecipação das perspectivas de rendimentos, ligados à sua fase de crescimento e à estrutura etária dos participantes. (SAUVIAT, 2005, p. 109)

A concentração dos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimento, etc.) geraria, em Wall Street, novos ramos de atividades, como gestão de carteiras, mercado de obrigações, serviços de pesquisa, departamento de fusões e aquisições. Menos consideradas, essas atividades eram relegadas aos jovens recrutas, com baixa herança social compensada por capital escolar Master Business Administration (MBA). Em 1974, a lei Erisa estabeleceu regras de prudência para tais fundos e, ao mesmo tempo, incentivou-os a confiar a gestão de seus ativos a administradores especializados (SAUVIAT, 2005, p.113). Em 1975, uma situação apenas aparentemente paradoxal tem lugar. Uma instituição criada em 1934, obra típica do New Deal, a Securities Exchange Commission (SEC), iniciou a desregulamentação financeira. Eliminou o sistema de comissões fixas das grandes casas corretoras sobre transações em bolsa, que ficaram liberadas à concorrência. A SEC, nessa gestão, não incorporava nenhum representante da grande finança e agiu dessa forma

> por conta dos investidores institucionais, que eram os grandes perdedores desse sistema. Os fundos de pensão, os fundos comuns de investimento e as companhias de seguros tornaram-se os principais clientes da praça financeira nova-iorquina ao longo da década precedente. Em maio de 1975, detinham 75% do volume de negócios. Para comparação,

> em 1950, 80% dos negócios era de investidores individuais. (GUILHOT, 2004, p. 47-48)

Tais investidores institucionais, os fundos de pensão, pagavam, entretanto, "custos de transação muito altos e foi no seu interesse econômico e no do público que representavam, que a Comissão desregulamentou as comissões de corretores" (*Id. ibid*., p. 47-48). Wall Street reclamou alto e forte pela afronta às suas prerrogativas e denominou esse dia *Mayday* (SOS).

Os processos de fusões e aquisições se aceleraram e assumiam um comportamento e um linguajar bélicos, através de "compras hostis", onde grupos de investidores avançavam sobre empresas para controlá-las de maneira agressiva e geravam reações, como as "pílulas suicidas", com gravames estabelecidos sobre as ações para impedir a compra ou cláusulas de superendividamento da empresa em caso de troca de direção, com abundância de nomes guerreiros identificando as operações de troca de controle das empresas (*Id. ibid*., p. 65).

A hipótese geral formulada por Guilhot concorda com o argumento que procuro esboçar quanto à lógica e à origem histórica do processo atual:

> (...) a verdadeira força motriz da financeirização [está] na poupança dos anos de crescimento, que se acumula nos fundos de pensão, nos fundos comuns de investimento e em outros investidos institucionais [companhias de seguro], onde ela se transforma em capital e demanda liquidez e rendimento. Esse grau de concentração sem precedentes lhe permitirá rapidamente impor suas reivindicações pela via da força. (GUILHOT, 2004, p. 41)

O volume de capitais concentrado em poucas mãos via-se estorvado pelos próprios canais que permitiram seu crescimento. O capital-imperialismo a cada dia mais tentacular apoiava-se nas mesmas instituições criadas no pós-guerra e, ao integrar os setores-chave, decisivos, nas entidades internacionais, haviam assegurado as duas teias: a diretamente proprietária, que entrelaçava crescentemente proprietários internacionais de grandes corporações multinacionais (através de participações de diversas ordens) e proprietários consorciados de capital monetário, através de múltiplas instituições,

como bancos, fundos, seguradoras, etc., com fortes tendências à internacionalização e sustentados por instituições igualmente econômicas de âmbito internacional. A segunda teia foi tecida em torno das *frentes móveis de ação internacional*, estreitamente articulada à primeira e dela dependente, mas com razoável autonomia e capacidade de intervenção estatal muito além de seus Estados de origem. Isso significava que não apenas a configuração dos Estados fora modificada, mas também a própria *forma* da política.

Os conglomerados em expansão – e sua lógica interna fortemente corporativa – tornavam-se lentos e pesados para as exigências da acumulação na nova escala. Tratava-se de assegurar o papel dos proprietários – ou seja, garantir a centralidade máxima da valorização do valor – sobre qualquer outra instância, inclusive a empresa. Assim como o imperialismo não eliminou a concorrência interimperialista, também o capital-imperialismo não eliminaria as grandes corporações, porém modificaria seu perfil, adequando-o ao de centros internamente competitivos de produção de valor, ou de valorização do capital. Os conglomerados, em seu formato anterior, poderiam configurar também um risco para o capital, dada a altíssima concentração de trabalhadores que promoviam. Em vários sentidos, as revoltas de 1968 e dos anos seguintes soaram o sinal de alerta. Em finais da década de 1970, com Thatcher na Inglaterra e Reagan, nos Estados Unidos , o ataque aberto aos sindicatos mais combativos dos países centrais contava com a experiência da concorrência internacional imposta por essas empresas e frentes móveis aos trabalhadores. A experiência da exploração internacional e combinada do trabalho e a concentração faraônica de recursos mostravam que o capital-imperialismo poderia simplesmente abandonar meios de produção (fechar e abandonar fábricas), através das deslocalizações. Mais uma vez, o entrelaçamento entre capitais de origens distintas (industrial, serviços, comércio, bancos, fundos, etc.) se evidencia: as desregulamentações então implementadas favoreciam a circulação geral de capitais, para qualquer que fosse o seu destino, especulativo ou outros. Quase simultaneamente começa outro processo, que culminará, nas décadas de 1980 e 1990, com a pulverização de várias empresas (abertura de capitais em bolsas de valores) e o seccionamento de

alguns conglomerados em empresas concorrentes, sem perda do reforço da concentração da propriedade de capitais. Os mesmos proprietários poderiam desmembrar empresas, modificar seu perfil para agudizar e exacerbar a exploração do trabalho, sob qualquer formato[11], promovendo a máxima extração de valor, de sobretrabalho e, por fim, atuando também freneticamente na especulação. Evidenciava-se a propriedade fundamental, a propriedade do capital *tout court*, em seu ponto máximo de concentração, expressa pelo predomínio do capital monetário (portador de juros). Se a distância entre a propriedade e a atividade concreta revela-se doravante abissal, por outro lado proprietários "descarnados", aparentemente ausentes, e seus prepostos, tornam-se rigorosíssimos controladores da atividade central ao qual destinam "seus" capitais: valorizar-se sem levar em conta nenhuma outra consideração. Contrapõem-se crescentemente à totalidade da humanidade, a qual lançam em sucessivas crises.

Essa propriedade "descarnada" de recursos (ou condições) sociais de produção precisa ser compreendida não apenas como a propriedade direta dos meios diretos de produção, mas como propriedade da possibilidade efetiva de impor e/ou de sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor, qualquer que seja o montante exigido. Isso vale tanto para empreendimentos astronômicos, se considerados a partir dos padrões históricos anteriores, isto é, nacionais ou governamentais, de aplicação de recursos, quanto para a pulverização de capitais impulsionando massas de novos e mais ferozes capitalistas funcionantes, através de empreendedorismos. Na nova forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas*.

Foi esta nova escala da propriedade de recursos sociais de produção que imperativamente dilacerou bilhões de seres sociais para impor condições mais duras para extração de valor, assegurando meios para atravessar ainda mais ágil e velozmente as fronteiras – embora sempre mantendo e/ou forjando Estados. Ela se disseminou de maneira capilar e conduziu a uma modificação da relação entre a

propriedade e a forma da atividade "funcionante" (a extração direta de valor) diferente da "união íntima", que mantinha ainda subjacente uma diferença qualitativa entre finanças, controladas por bancos, e empresas extratoras de mais-valor, quer sob a forma de indústrias ou da produção de serviços. Como mostraram Baran e Sweezy (1978), a autodefesa da entidade empresa impunha limites aos proprietários. Os primórdios do imperialismo revelavam contradições entre empresas de tipos diferentes; na atualidade, em que pese estas contradições não tenham desaparecido, elas perdem centralidade. De fato, modifica-se o que outrora se definiu como "interesse da empresa", uma vez que em todas tende a prevalecer a mesma lógica – a lucratividade, medida em tempo de retorno e em taxa, de seus proprietários-controladores[12]. A contradição fundamental se torna cada vez mais imediata entre a propriedade capitalista, quer seja exercida pelo proprietário da empresa, pelo proprietário financiador, pelo gestor coproprietário ou pelo Estado, e o conjunto da humanidade. O capital-imperialismo (ou o imperialismo monetário), de maneira tentacular, assenhoreou-se da direção dos espaços organizativos econômicos e políticos e reconfigurou-os através da imposição de modificações legais que traduzissem suas exigências através das "concertações" e das "contrarreformas". Refuncionalizava-se o direito segundo a mesma lógica. As expropriações assim impulsionadas não expressam, pois, qualquer retorno a um tempo prévio, mas traduzem a própria dinâmica permanente do capital. Prefiguram um futuro dramático e não uma suposta renormalização do capital, pois esta é a sua normalidade histórica.

Evidencia-se, pois, o elemento crucial – as reestruturações expressam o transbordamento da concentração da propriedade sob o predomínio monetário, e foram conduzidas de maneira a intensificar as extrações de valor; a introduzir ou a intensificar em níveis até então desconhecidos a concorrência entre trabalhadores (entre taxas de exploração) em todos os âmbitos e entre capitalistas funcionantes, em muitos casos também coproprietários do mesmo tipo de capital (os gestores tornavam-se acionistas). Ao mesmo tempo, mantiveram-se ou aprofundaram-se as limitações à circulação internacional dos trabalhadores: a perspectiva do fim dos empregos e dos direitos

correlatos atuou dissolvendo resistências no interior mesmo das empresas, em todos os seus segmentos; as contínuas migrações foram recebidas com muros, violência, racismo e protecionismos locais, incorporadas à concorrência entre trabalhadores.

Anotações sobre o parasitismo e o rentismo

As categorias de parasitismo e de rentismo precisam ser redimensionadas, de maneira a que deem conta com maior precisão do fenômeno ao qual estão associadas. Enquanto no início do século XX o rentismo significava o distanciamento de alguns grandes proprietários diante do desempenho direto das empresas, na atualidade a captação de todos os recursos disponíveis em sociedades altamente urbanizadas e sua permanente conversão em capital *capilarizou, difundiu e agudizou uma dependência entre setores pertencentes a classes sociais distintas (e, em alguns casos, com origens antagônicas, como os fundos de pensão), através dos atributos mais perversos que o capital generaliza como valores: a necessidade e o interesse*. Não nasceram novas classes sociais, ao menos até aqui; não há novas formas de metabolismo entre humanidade e natureza, com exceção das tentadas pelas experiências revolucionárias[13]. Também não acabou o trabalho, que foi equivocadamente associado por muitos autores a emprego. Ao contrário, expandiu-se o trabalho, impondo-se cegamente uma cooperação concorrente entre trabalhadores com contrato e direitos, trabalhadores com "empregos-minus" (com escassos direitos), trabalhadores totalmente desprovidos de direitos e de contrato, porém formalmente livres e, ainda, formas mais ou menos escamoteadas de trabalho compulsório. Cresce o caráter incontrolável do capital[14]. O volume de recursos em circulação sobrepuja a capacidade econômica e política de Estados, ainda que capital-imperialistas, de se contrapor a tais massas de capital concentradas, porém móveis, que impõem crescentes custos para garantir sua segurança (militares, policiais e jurídicas). A fuga para a frente através do endividamento estatal em escala delirante significa o comprometimento dos próprios Estados, de maneira direta, com a exacerbação da extração futura de valor. Aprofundam-se as crises

econômicas, sincronizadas e com intervalos reduzidos, suportadas de fato pelo conjunto da sociedade, e vêm sendo brandidas como ocasiões para intensificar ainda mais as expropriações, que atentam contra a própria humanidade.

O parasitismo apontado por Lenin no século XX traduzia-se nas famílias riquíssimas, nominalmente proprietárias das empresas, mas distanciadas dos processos produtivos de suas empresas. Alcançava também setores da pequena burguesia de alguns países, pequenos investidores que imaginavam poder um dia sobreviver apenas de rendas. Na atualidade, a pressão competitiva entre as grandes fortunas e sua volatilidade significou uma luta acirrada no interior das formas de gestão do capital, de maneira a garantir as formas de ampliação – portanto, de extração de mais-valor – a partir das novas dimensões da concentração de capitais. Essa lógica feroz mostrou-se, por exemplo, no treinamento de executivos (muitos coproprietários) em florestas para aprendizado de "lutas de vida e morte", e refletiu-se nas reestruturações, quando um discurso manipulativo de salvação de empresas dava lugar a massivas demissões. Embora a aparência mais imediata seja a do distanciamento entre a propriedade e a produção de valor, a evidenciação da pura propriedade do capital carreia consigo o mais impiedoso e ilimitado controle *direto* do trabalho e dos trabalhadores, medido por seus resultados em taxas maiores e em tempos menores. Assim, o capital-imperialismo demonstra o *parasitismo do conjunto das classes dominantes* diante da totalidade da população, característica de todas formas de dominação de classes. Não é a atividade pessoal do proprietário que caracteriza ou descaracteriza a propriedade do capital, mas a relação social que envolve. Jamais o parasitismo de uma classe inteira foi tão evidente e provavelmente jamais uma classe inteira devotou-se de maneira tão sistemática e científica a aprofundar as formas de extração de mais-valor.

Esse afastamento do capital monetário (e dos puros proprietários de recursos sociais de produção) da atividade direta é lastimado por muitos analistas – inclusive críticos – como o abandono de investimentos produtivos e a deriva especulativa (ou uma financeirização descolada da vida real). Do ponto de vista do capital, é produtivo o

capital que extrai mais-valor; o proprietário de capital monetário (síntese da pura propriedade, lócus exponencial do fetiche) vê como produtivas todas as atividades remuneratórias e, portanto, certamente expande tanto a exploração do trabalho, as expropriações, quanto a especulação e o capital fictício. No entanto, como ele só pode existir socialmente *enquanto capital*, precisa se apoiar concretamente na expansão de uma enorme malha de atividades funcionantes (extratoras de mais-valor), capazes de agir *como capital*, ainda que sob formatos variados. Isso significa que os mesmos proprietários (individuais ou institucionais), aparentemente distantes das atividades imediatas, retiram lucros da intensificação da exploração tecnológica, da concorrência entre trabalhadores de diferentes países, da exploração de crianças e de máfias, de especulações diversas (imobiliária, cambial, bursátil, de futuros, etc.). A verdadeira explosão da especulação e do capital fictício atua diretamente na imposição, pelo capital, de novas expropriações (áreas de fronteira para sua expansão) e de formas combinadas de extração do mais-valor. Como contrapartida interessada, tais proprietários integram as frentes móveis de ação internacional do capital, apresentando-se como doadores para fundos mercantil-filantrópicos internacionais.

O rentismo – viver de rendas – é a idealização da existência para tais grupos, a quimera do capital, apresentada como miragem ideológica para outros setores sociais, que nele veem o ideal da boa-vida, onde o dinheiro geraria, por si só, mais dinheiro. Porém, na escala internacional, o rentismo proprietário somente pode subsistir se impulsionar e aprofundar formas de extração de mais-valor ferozes, aproveitando-se de todas as brechas e aprendendo a lidar com situações nacionais díspares, estimulando e impulsionando todas as modalidades lucrativas, de qualquer procedência (investimentos mercantis, produtivos de mais valor na indústria ou nos serviços, bancários, financeiros não bancários, especulativos, etc.), em qualquer escala e em qualquer local. O formato da vida social parece tornar-se ditado pela centralidade do capital portador de juros.

O rentismo vem sendo manipulativamente apresentado como a possibilidade do compromisso entre as classes, através exatamente da importância adquirida por fundos de pensão. Mesmo que os

gestores de tais fundos tenham se convertido na dupla personalização de capitalistas monetários (controlam massas de capital portador de juros) e de capitalistas funcionantes (atuam em assembleias de acionistas e em reuniões de direção das empresas controladas pelos fundos), isso não expressa novo compromisso de classes, mas a ascensão de alguns setores originados na classe trabalhadora ou nos sindicatos à posição de classe dominante, na qual, aliás, tendem a ficar comprometidos pela atuação e pela remuneração, muitas vezes por meio de participação na propriedade do capital monetário. O conjunto das classes trabalhadoras, que penosamente contribuiu para tais fundos, vem sendo agudamente expropriado de tal propriedade coletiva, sentindo na pele e em primeira mão os impactos das crises, quando perdem os direitos aos recursos a que fariam jus. Estamos muito distantes da pequena burguesia francesa do início do século XX, ainda que o *marketing* e a propaganda procurem nos convencer de "investimentos éticos", "bancos solidários" e de alguma garantia de renda assegurada para o futuro através da poupança compulsória de uma parte do salário dos trabalhadores. Onde houver direitos, há espaço para expropriações promovidas pelo capital.

Todo o conjunto da vida social se torna subordinado agora não apenas à empresa – e os grandes conglomerados subsistem, em muitos casos ainda muito mais poderosos – mas à lucratividade. A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: *transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se sobre a própria genética humana.* Ambos os exemplos envolvem gigantescas empresas, porém, ao lado delas, e à sua sombra (posto que com os recursos concentrados através de inúmeras formas creditícias) expande-se o médio, o pequeno e até mesmo o autoempresariamento; as jornadas de trabalho tornam-se ilimitadas, muitos trabalhadores recebem aparentemente por produção (na fórmula clássica de Marx,

o trabalho por peças), mas desprovidos de direitos e apresentados como se não mais fossem trabalhadores; a oferta expandida de crédito impõe aos seus tomadores não apenas a tarefa de atuar como capitalistas-funcionantes, mas também a de atuar como geradores de mais-valor em qualquer escala, da menor à mais extensa.

Os proprietários de capital monetário controlam a propriedade de enorme variedade de empresas. O único interesse, aliás, explícito, é a capacidade de extrair lucros crescentes dessa propriedade, absorvendo espaços e difundindo relações sociais capitalistas no planeta, descompromissados com as condições da existência humana.

Capital-imperialismo: alguns desdobramentos e questões

O teor da partilha do mundo deixou de ser imediato e colonial (controle territorial, econômico, político e militar), para tornar-se mediato, sobretudo pela integração subordinada na dupla teia do controle econômico e da formatação política segmentadora da dinâmica nacional e internacional, sem prejuízo do crescimento da prepotência militar e policial do capital-imperialismo, em especial dos Estados Unidos. A forma da subordinação econômica é, a rigor, a que melhor corresponde à própria dinâmica social capitalista. Ora, é a própria necessidade quem subjuga a classe trabalhadora ao capital, tornando-a "trabalho" para o capital. Esta "liberdade" do trabalhador – a expropriação de todas as certezas, garantias e formas de assegurar sua existência – expande-se aceleradamente. Importante sempre lembrar que a produção internacional de massas de expropriados é condição necessária, mas não suficiente para a exploração capitalista. Assim, inúmeras expropriações foram levadas a termo por guerras internacionais ou fomentadas localmente, sem que a forma predominante da exploração caracteristicamente capitalista – extração de mais-valor sobre trabalhadores formalmente livres – tenha imediatamente lugar. Geram-se enormes bolsões de populações disponíveis, conservadas como forças de reserva, em condições subumanas, mas dependentes do mercado para sua subsistência. Em outros termos, estamos assistindo à massificação planetária de trabalhadores disponíveis, já

existindo sob condições mercantis, fornecendo os exemplos das terríveis condições de exploração à qual se pode chegar[15].

A subordinação ao capital-imperialismo passaria a se assemelhar – embora essa seja uma similitude enganadora, pois oculta a superposição de múltiplas e heterogêneas formas de dominação de classes – ao domínio do capital sobre o trabalho: ela se apresenta como adesão voluntária, como resultante da própria necessidade dos países de se "desenvolverem", de se "modernizarem", para os secundários, ou para manterem suas posições capital-imperialistas. A violência constitutiva dessa dinâmica multiplamente subordinadora se faz envolta em ameaças difusas, brandidas explicitamente pelos apologistas de "globalização": ou se incorporam ou perecerão, banidos do comércio e dos créditos internacionais. Não ficou apenas como ameaça, mas atuou abertamente como força coercitiva: os bloqueios econômicos a países renitentes custaram milhares de vidas, sem falar das invasões militares, cujo maior e mais dramático exemplo é o Iraque hoje devastado. Apesar de sua virulência, entretanto, diversos países foram capazes de resistir a tais bloqueios, reconfigurando suas estratégias produtivas e aproveitando-se de brechas e de disputas entre países, como Iraque até a invasão, Cuba, Irã, etc. O uso militar direto intervém, aqui, de forma concertada, aberta ou discreta, para reintegrar os renitentes ao âmbito da circulação internacional de capitais e de imposição de suas formas econômicas e políticas. O caso da América Latina é especialmente interessante, pois as tentativas de golpe sobre os países que enfrentaram eleitoralmente a prepotência do capital-imperialismo, como Venezuela e Bolívia, foram até aqui infrutíferas, pela mobilização das suas populações. Mas a pressão militar, econômica e política persiste, exigindo uma unificação nacional de grande porte para fazer frente à permanente ameaça. O capital-imperialismo atua em três direções para minar constantemente essa coligação das forças populares: pelo bloqueio ao acesso legítimo à socialização da produção, pela infiltração e capilaridade de suas frentes móveis de ação internacional e pela ameaça militar direta. Não parece mais suficiente, embora ainda seja necessário, enfrentar o imperialismo no seu formato clássico, na luta pela independência

nacional. Torna-se imediatamente urgente defrontar-se com o conjunto complexo do capital-imperialismo, uma vez que a própria expansão do capitalismo em países secundários já ocorre sob este formato.

Desse primeiro esboço, destacam-se contradições e processos que demandam análise muito mais detida do que aqui empreendemos, e envolvem problematizar as periodizações históricas com as quais usualmente trabalhamos:

• o crescimento, em diversos países secundarizados, de uma burguesia mercantil, industrial e, em alguns casos, também bancária, estreitamente dependente e, em parte, forjado sob e pelo capital-imperialismo. Não se trata apenas de uma imposição de um centro unívoco para uma periferia disforme, mas de efeitos da própria socialização do processo de produção em escala internacional. Gestam-se assim movimentos originados em países secundários, resultantes dos estímulos promovidos pela exportação de capitais e das possibilidades contraditórias que encerrava. Ainda que o crescimento de multinacionais associadas a capitais autóctones (porém dependentes) tenha estimulado toda a série de subserviências, o crescimento de burguesias locais não se limitou à expressão das burguesias compradoras. Acopladas ao processo internacional de concentração sob a égide do capital monetário (repito, fusão pornográfica de todos os tipos de capital), algumas burguesias secundárias, com apoio estatal, impulsionam na atualidade processos de internacionalização de capitais a partir de suas próprias bases locais, mesmo incorporando significativa presença de capitais forâneos;

• o uso intensificado ao paroxismo de formas de convencimento e persuasão, implantadas desde primórdios do século XX nos países capital-imperialistas, foi exponenciado em escala internacional, voltado para o apassivamento das classes trabalhadoras, para a formação de burguesias mediáticas docilmente subalternas e para a formação de quadros dirigentes locais. Entretanto, o fortalecimento dessas teias de convencimento nacionais estreitamente conectadas no plano internacional não resultou em redução das formas de violência na vida social. Ao contrário, a contenção das lutas sociais vem sendo realizada por meio de uma exacerbação da violência de Estado, tanto

sob formato legal quanto ilegal, com suspensões de direitos políticos e uso discricionário de forças policiais. Crescem exponencialmente tanto as modalidades de convencimento, quanto a violência repressiva sobre manifestações contestatárias;

• na América Latina, a expansão imperialista em seu processo de conversão capital-imperialista, entre 1945 e 1965, conviveu com uma classe trabalhadora tendencialmente anti-imperialista, e que identificava de maneira direta o imperialismo à atuação avassaladora dos Estados Unidos. O uso da violência aberta foi aqui massivo, através principalmente da implantação de ditaduras que exterminaram uma parcela importante de militantes daquela geração, favoreceram expropriações massivas de terras, impulsionaram o avanço do capital sobre as fronteiras agrícolas e a formação de gigantescos contingentes populacionais totalmente dependentes do mercado, sem que isso significasse direito ou acesso ao mercado de trabalho formal. Evidentemente, tais ditaduras foram diferenciadas, resultando do amálgama com as questões sociais e históricas prévias de cada país, mas todas, sem exceção, tiveram o apoio do capital-imperialismo. Delas resultaram, portanto, formas nacionais extremamente desiguais, visíveis na atual configuração da América Latina. Em muitos países, grande parcela da população não apenas dependia parcialmente de atividades camponesas ou semicamponesas para sua subsistência, mas mantinha laços ancestrais, conservando costumes, tradições e línguas originárias. Tais populações desconfiavam fortemente da relação empregatícia, na qual sempre foram subalternizadas por racismos diversos (QUIJANO, 2005, p. 227-278). Nesses casos, a expropriação rural foi mais lenta do que nos países de menor tradição camponesa, nos quais avançou em velocidade vertiginosa a expropriação agrária. Em todos esses países, entretanto, abateram-se as expropriações secundárias com extrema violência;

• o anti-imperialismo manifesto nos setores populares latino-americanos tendia – e tende ainda – a direcionar-se contra o principal país imperialista, os Estados Unidos, porém continha um elemento importante de apoio e suporte ao desenvolvimento, tornado sinônimo da expansão do mercado capitalista e dos processos produtivos com base capitalista. Não cabe aqui retomar o papel contraditório

desempenhado por muitos partidos comunistas nas décadas de 1950 a 1970, quando apoiaram ativamente "burguesias nacionais" contra os grandes proprietários de terra, supostamente aliados prioritários do imperialismo, já bastante analisado. O termo imperialismo seguia designando uma forma econômica e política de tipo colonial, quando o capital-imperialismo já se espraiava tentacularmente, *passando a constituir interesses diretos no interior de alguns países secundários, de maneira ainda mais extremadamente desigual*. Nestes, o capital-imperialismo implanta-se localmente, enraizando-se na vida social, econômica e cultural;

• este processo, impulsionado pelo predomínio dos Estados Unidos, tecia, entretanto, uma malha consorciada de interesses capital-imperialistas para além dos limites dos próprios capitais estadunidenses. A aparência de redução da importância dos Estados – com exceção do Estado estadunidense cujas formas de intervenção internacional (militares, econômicas e culturais) se expandiram brutalmente sob o lema do livre mercado – rapidamente revelou-se como a redefinição de seu papel para atuar num conjunto cada dia mais complexo de investimentos transnacionais. Três fenômenos a ressaltar: a) o crescente papel de contenção da força de trabalho nos âmbitos nacionais, tarefa imposta a todos os Estados (os que não a cumprem tornam-se "bandidos"); b) a generalização da redução da democracia ao parâmetro acionário – e sua imposição – no conjunto dos países, para adequar-se ao formato da representação de interesses acionistas e para habilitar a captura do conjunto dos recursos disponíveis em cada país, segundo suas características próprias. O direito ao voto, generalizado, pulveriza-se de fato tanto diante da blindagem operada pelos setores dominantes *no interior dos Estados*, quanto de todas as decisões econômica e socialmente relevantes (WOOD, 2003), operação realizada de maneira abertamente concertada no plano internacional (a famosíssima *concertación*, proposta de maneira quase impositiva, como um simulacro de opção política diante da propalada inexistência de alternativas); c) a garantia obrigatória oferecida pelos Estados aos proprietários de capital monetário de livre movimentação, apontando para uma espécie de repartilha do mundo, pela incorporação de novos "sócios" capital-

imperialistas minoritários, que empurra para as frentes as tensões intercapitalistas e entre as classes sociais, em nova escala;

• essa nova configuração tentacular e estatalmente organizada sob estritas fórmulas jurídicas, controladas pelo crescimento de um direito internacional voltado para a proteção da propriedade *tout court*, propulsa fundo processo de expropriação em larga escala, agora de tipo secundário. Elimina formas de propriedade preexistentes, suprime quaisquer limitações à plena "liberdade" da força de trabalho, expropria bens coletivos indispensáveis à vida humana e social e vem incidindo sobre as condições da reprodução biológica, vegetal, animal e humana. Assume ritmos, extensão e intensidade diversificados segundo os diferentes países e a capacidade de resistência local. Não obstante, mantém formas equivalentes sobre *todos os países* e afeta a *todos* os trabalhadores.

Não se pode reduzir o capital-imperialismo à instância meramente econômica, pois envolve todo o conjunto da vida social. O epicentro do capital-imperialismo forjou uma expansão contraditória, tensa e impulsionadora da socialização da produção, capaz de se deslocar e de entricheirar-se internamente em países que não compunham seu polo central.

Ao menos em parte, resulta desse movimento o fortalecimento de burguesias de países até então periféricos que precisam inserir-se no circuito internacional de valorização do capital, com o apoio de seus Estados, ainda que à custa das condições de vida de extensas massas populares nacionais e dos países vizinhos, com burguesias menos exitosas no processo de sua própria subalternização voluntária, de industrialização dependente e de concentração de capital monetário. Emergem novas tendências capital-imperialistas originadas em países secundários, carreando consigo interesses associados dos países centrais. Estariam nesse caso os países hoje denominados emergentes, ou mais restritamente como Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), acrescidos de outros países, como o México, a Coreia, etc.

O capital-imperialismo, tentacular e totalitário, aprofundou a generalização das relações capitalistas em alguns países secundários, em processo análogo à transição capitalista dos países retardatários, mas com peculiaridades muito diferentes dos processos históricos

anteriores. As primeiras transições para o capitalismo, os casos inglês e francês, envolveram francas revoluções populares e a derrota (com intensidades diversas) das classes dominantes precedentes. A implantação do capitalismo em tais países acompanhou-se de intensas lutas e gerou fortes exigências de incorporação política, implementada de maneira depurada apenas em finais do século XIX. O segundo momento, abrangendo países como a Alemanha e a Itália, foi classicamente definido como a "via prussiana", "modernização conservadora" ou "revolução passiva", e envolveu um forte compromisso entre os setores dominantes, ao lado da repressão aos processos revolucionários, apesar de alguma incorporação de demandas dos trabalhadores, sob o controle do capital. O terceiro caso, o estadunidense, assumiu outras características, sendo um processo secular, cujo transcurso abrangeu desde a independência colonial até a guerra civil, opondo dois setores das classes dominantes, mas envolvendo toda a população na guerra contra o escravismo. Não experimentou, porém, uma extensão revolucionária, inclusive pelas condições peculiares de uma imensa fronteira agrícola, o que levou a expropriação a incidir primeiramente sobre a população indígena, em grande parte exterminada, e somente posteriormente sobre os pequenos colonos, ao lado da importação massiva de trabalhadores para as regiões urbanas. Porém, a guerra forjou direitos e formas de participação política abrangentes, para além da representação parlamentar. Nesses três exemplos rápidos de transição, seja pela conquista direta ou pela via de concessões pelo alto, ocorreu uma importante incorporação política de extensas massas trabalhadoras. Em todos eles, a expropriação até então limitava-se à sua forma primária, incidindo sobre a terra e sobre meios diretos de produção.

No caso atual, a modalidade de transição capital-imperialista parece depender de duas submatrizes totalmente diferentes, mas com consequências sociais até aqui dramaticamente similares. A primeira matriz, compartilhada por Brasil e Índia, é a do desenvolvimento internamente desigual e combinado, similar apenas em parte à revolução passiva, por envolver um forte compromisso entre setores dominantes agrários e industriais. Porém, na base de tal compromisso, forjado sob as condições do primeiro imperialismo e expressando uma situação nacional de subordinação tensionada,

estaria uma herança histórica, econômica e cultural de desigualdades calcadas na degradação das condições de vida e de trabalho, ao lado de enormes possibilidades de expropriação secundária, pela dimensão significativa das massas populares lançadas à existência sob o mercado em condições de uma competição acirrada entre os trabalhadores. Profundamente diversos, os dois países são dificilmente comparáveis, salvo na subalternização de extensas massas populares, e nas múltiplas expropriações a ritmos alucinantes. No outro extremo, estão Rússia e China, dois países cuja configuração deriva diretamente de experiências revolucionárias desembocando em capitalismos de Estado. Neles, a expropriação contemporânea é também dupla: a que incide sobre o campesinato, no caso chinês, base social anterior do processo revolucionário, e a que vem incidindo sobre a propriedade pública, convertida em capital estatal ou privado; no caso russo, a conversão quase generalizada da propriedade estatal em capital e as expropriações de direitos sociais. O processo de modernização sob o controle estatal, na então União Soviética, envolveu uma urbanização e uma industrialização avançada, momentaneamente reduzida pela violenta reprivatização. No caso chinês, a expropriação parece incidir mais diretamente sobre a população camponesa, enquanto o partido-Estado, detentor do poder central, assegura uma forma de ajuste pelo alto entre a propriedade estatal do capital, o empresariado chinês e internacional.

A unificar esse conjunto díspar de países, cuja permeabilidade às frentes móveis de ação internacional do capital é diversificada, uma forte base industrial ao lado de intensa concentração de capitais; sua integração aos padrões internacionais predominantes do capital-imperialismo; o baixo valor da força de trabalho em seus mercados nacionais quando comparada aos custos dos países centrais, além de seu adestramento e disponibilidade (necessidade) de mercado; finalmente, uma extensa retirada de direitos (ou sua inexistência).

Notas

[1] Klagsbrunn (2008, p. 28-29) critica o uso da expressão "mundialização financeira" por Chesnais, por diluir as determinações da esfera da produção na financeirização. Vale acrescentar que a produção se refere a um modo

de existência, e não apenas ao processo imediato de produção econômica. Um debate sobre o histórico dessas categorias, seu alcance, importância e dificuldades, ainda que necessário, extrapola o objetivo deste capítulo.

2 Como já indicado, o termo neoliberalismo recobre uma variedade muito grande de práticas, de políticas e de proposições, e arrisca-se a encobrir as características específicas do capital-imperialismo contemporâneo, admitindo proposições antineoliberais que se limitam a sugerir um retorno impossível ao "bom e velho" capitalismo industrial. Em outro viés, o termo acomoda mal as transformações ulteriores, como a terceira-via ou o volume gigantesco de recursos públicos destinados a salvar bancos e empresas em todo o mundo, sobretudo a partir de 2008, levando a aposição de adjetivos suplementares.

3 A definição do modo de produção e do regime político vigentes na União Soviética remete a longas e inconclusas polêmicas. Estou considerando-a como capitalismo de Estado pós-revolucionário, seguindo as formulações de Lenin e de Trotsky. Mészáros (2002) sugere considerá-la como pós-capitalista, embora integrando o âmbito do capital, pela supressão da propriedade privada em sentido clássico. Se "pós-capitalismo" não é muito esclarecedor, a questão introduzida por Mészáros é das mais relevantes, ao apontar para as diversas formas das quais pode se revestir a propriedade, mesmo quando socializada, do capital. O capital é sempre uma forma social da existência e sua superação depende, como em boa hora reafrmou Mészáros, da eliminação dos três pilares nos quais se apoia: o próprio capital como lógica social e potência incontrolável, a divisão hierárquica do trabalho e o Estado.

4 As demais instituições que integram o GBM são posteriores. Trata-se da Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI) e do Painel de Inspeção. A AMGI foi "criada em 1988 para garantir a segurança dos investimentos forâneos e fomentar a expansão das empresas multinacionais. Fornece seguros (garantias) contra riscos 'não comerciais' ou políticos tanto a empresários como a financiadores, cobrindo um leque amplo que abarca situações como expropriação/desapropriação de bens, descumprimento unilateral de contrato por órgãos públicos, restrições à repatriação de lucros, guerras e conflitos civis. Além disso, atua como mediadora em conflitos relativos a investimentos entre investidores e governos receptores. Ainda assessora governos na definição, implementação e manutenção de políticas favoráveis à atração de capital privado estrangeiro" (PEREIRA, 2009, p. 31). Quanto ao Painel de Inspeção, foi criado em 1993 e "funciona como um foro independente cuja missão é investigar denúncias de pessoas ou organizações afetadas ou que podem ser afetadas negativamente por projetos financiados pelo Banco Mundial." (*Id.*, p. 33)

5 Por pequena Europa indico o grupo de países imperialistas de alcance e porte desiguais, que originalmente integrou a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE), estabelecida pelos Estados Unidos como base

para o Plano Marshall: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Portugal, Suíça, Suécia, Espanha e Turquia. O grupo dos países que viria a formatar a atual União Europeia era ainda menor: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido passaram a integrar a União Europeia em 1973.

6 Suposições como um Terceiro Setor, imune ao mercado e aos governos; ou uma esfera privada, mas pública, expressam a impotência para pensar teoricamente a totalidade. Realizam um esquartejamento analítico apressado de algumas evidências imediatas e, na maioria dos casos, apenas traduzem o óbvio interesse de apresentar-se como instâncias incontaminadas e constituídas de pura "boa vontade".

7 Como já mencionamos no capítulo anterior, Gramsci emprega a expressão cosmopolitismo em diversos contextos. Diferentemente do internacionalismo, o cosmopolitismo derivaria do papel de centralização medieval desempenhado pela Igreja. Em seguida, adotaria um perfil idealizado, adotado por elites dominantes internamente, porém incapazes de forjar um espírito nacional-popular efetivamente internacionalista. (GRAMSCI, CC, v. 2, 2001, p. 80)

8 Há interessante relato de Hobsbawn (2002), em que o autor revela o inesperado das distâncias culturais entre as gerações.

9 Para Mészáros, o sistema do capital global atingiu seu "zênite contraditório de maturação e saturação", evidenciado, dentre outras razões, pela emergência da questão ambiental e das reivindicações de igualdade das mulheres. Ambas, por sua própria natureza, são não integráveis ao capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 95)

10 No caso latino-americano, o machismo introduzido pelos europeus seria ainda mais rigoroso: "as famílias indo-crioulas [tipicamente latino-americanas, mas com diferenças internas entre as que conheceram a escravidão e as demais] partilhavam características comuns: entre os europeus dominantes, a sociedade crioula representou o fortalecimento e o enrijecimento do patriarcado. As mulheres brancas eram impedidas de qualquer trabalho produtivo enquanto contassem com um provedor masculino e seus escravos ou servos. A preocupação crioula branca com a "pureza de sangue" exigia a presença explícita de damas de companhia e controle parental. O resultado foi um padrão familiar europeu, pouco comum, de segregação e hierarquia dos sexos". (THERBORN, 2006, p. 60)

11 Naomi Klein (2006) realizou enorme pesquisa sobre a aparente desrealização das empresas, tornadas apenas marcas ("*blends*") que nada mais têm a ver com uma atividade específica, e se dedicam a qualquer forma de atividade lucrativa. Menos do que um fenômeno pós-moderno, tais empresas expressam o predomínio da pura propriedade, não só assenhoreando-se de mais-valor gerado em qualquer tipo de atividade, em qualquer lugar do

planeta, mas fomentando a produção acelerada de expropriações e de necessidades, mesmo se humana e socialmente inúteis ou perversas. A aparência pós-moderna apenas oculta a transformação das empresas em polos voláteis de extração acelerada de valor e de valorização do capital sob qualquer modalidade.

[12] A isso Lordon denomina "aberração financeira", ao se dar conta que os investidores institucionais atuam decisivamente na própria destruição de empresas. Ora, de fato, trata-se apenas da forma específica de acirramento da competição intercapitalista sob o comando do capital monetário. Seu livro é bastante sugestivo, ao apontar os paradoxos da vocação supostamente "ética" da governança capitalista. (LORDON, 2003)

[13] Vale ressaltar a experiência cubana que, apesar das imensas dificuldades, prossegue associando a independência nacional ao internacionalismo e à formação de uma prática social e de uma consciência popular socialista.

[14] Característica pertinentemente acentuada por I. Mészáros (2002).

[15] Ver, a respeito, a impressionante pesquisa de Mike Davis, Planeta Favela, que apresenta não apenas as terríveis condições da urbanização nos países secundarizados, mas aponta as relações de trabalho sem direitos que passaram a imperar, apresentando os horrores da competição informal, que oculta os desesperados esforços pela subsistência. (DAVIS, 2006, p. 175-197)

CAPÍTULO IV
CONTRA A DITADURA: LUTA DE CLASSES E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL CAPITALISTA (1979 - 1980)

Este capítulo e os seguintes derivam de pesquisas sobre as características do capitalismo e da democracia no Brasil contemporâneo. Estas pesquisas tiveram uma característica peculiar, pois menos dedicadas à clássica história econômica, foram direcionadas para compreender a forma atual da dominação de classes na sociedade brasileira, enfatizando a dinâmica da luta de classes. O econômico de forma alguma desaparece, uma vez que a consolidação do capitalismo no Brasil tornou cada dia mais central a economia, contraposta a todas as demais exigências da vida social e, principalmente, isolada e defendida com unhas e dentes pelos setores burgueses de toda a ingerência popular, ainda que com pretensões ditas democratizantes. Porém, o econômico figura, aqui, de maneira subjacente.

O que chamamos de economia expressa, de maneira imprecisa e muitas vezes até mesmo oculta, a enorme variedade de elementos e relações sociais apontadas por Marx, quando este assinala a centralidade das contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção. Essas contradições abarcam a totalidade da vida social, começando pela base social, que permite a implantação do capitalismo, até as expropriações, que moldam objetiva e subjetivamente as grandes massas populares. Em seguida, essas contradições remetem à organização do trabalho, sob todas as suas formas (ou mesmo sem formas, como sugere Francisco de Oliveira) e suas intrincadas inter-relações. Não é apenas no chão de fábrica que se define o perfil objetivo e subjetivo dos trabalhadores, mas na densa rede que torna socialmente cooperativos trabalhadores, atuando em atividades díspares, sob contratos (ou em sua ausência) diversos e profundamente desiguais, com ou sem direitos. Não é a relação contratual quem explica a extração de mais-valor, absoluto ou relativo, mas, ao contrário, são as formas pelas quais se extrai o

sobretrabalho quem permite explicar o mais-valor e as configurações variegadas assumidas pela propriedade dos recursos sociais de produção. Ainda, as contradições entre forças produtivas e relações de produção provocam tensões insuperáveis e, portanto, envolvem o agenciamento social das lutas que opõem a possibilidade concreta de uma vida socializada ao amuralhamento protetor do seu oposto, a apropriação privada dos recursos sociais. Este é o papel clássico do Estado, o de defender as condições gerais que permitem a expansão do capital, legitimando e legalizando uma forma de ser, gerindo uma sociabilidade adequada, educando-a, além de coagir os renitentes pela violência, aberta ou discreta.

Já desde a aurora do século XX, as pressões populares e de classes impuseram uma forte ampliação do Estado nos países imperialistas. Sociedades crescentemente urbanizadas deparavam-se com formidáveis lutas de incorporação aos direitos garantidos ao capital e aos setores dominantes, pressionando por sua incorporação e pela democratização, no mesmo compasso em que tais lutas demonstravam a oposição entre a socialização da política e os limites estreitos nos quais eram tendencialmente mantidas tais reivindicações. Já apresentamos no capítulo dois o conceito gramsciano de sociedade civil e as condições nas quais Gramsci refunda integralmente essa categoria. Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada.

Como vimos anteriormente, o capital-imperialismo, forma da expansão do capitalismo na segunda metade do século XX, se espraiou para sociedades secundárias, nas quais se implantou a partir de condições de forte dependência, embora de maneira desigual segundo os países. Sua propagação envolveu, como nos demais países, a intensificação de expropriações primárias e secundárias e uma

enorme concentração de capitais, mesclando e fusionando diferentes setores. Como já alertamos, expropriação e concentração de riquezas, ainda que sejam condições fundamentais para a acumulação capitalista, não são suficientes: catástrofes e guerras promovem expropriações em ampla escala, mas delas nem sempre deriva a intensificação da produção capitalista, podendo ocorrer a formação de bolsões de população excedente ou hibridismos variados. A efetivação capitalista depende da reunião entre estes dois fatores, da exploração do mais-valor e do disciplinamento da população à sua subalternização, convertendo-a massivamente em força de trabalho, disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil. Historicamente, esse disciplinamento ocorreu de formas variadas: Ellen Wood enfatiza sua origem agrária, apresentando-o como um impulso compulsório e compulsivo ao aumento da produtividade (WOOD, 2001); ao longo do século XIX e na maior parte do século XX, o disciplinamento ocorreu sob a batuta da industrialização fabril, forjando grandes exércitos operários e, desde finais do século XX, tende a se generalizar para toda e qualquer forma da atividade humana. O capital-imperialismo, forma modificada do imperialismo vigente no tempo de Lenin, não se limita às expropriações primárias e secundárias, mas envolve uma enorme expansão de formas associativas voltadas para a sua dominação, frentes móveis de sua expansão internacional, profundamente cosmopolistas e abarcando enormes contradições.

No caso brasileiro, tendo como pano de fundo uma contínua hemorragia da população rural, expropriada e reexpropriada em sua fuga para frente, procurando ocupar as fronteiras agrárias distantes do capital, ocorreram dois movimentos concomitantes, intimamente entrelaçados e grávidos de tensões: um lento e hesitante mas contínuo processo de industrialização de base urbano-industrial desde finais do século XIX e uma complexa, porém persistente difusão da compulsoriedade à produtividade, medida tanto pelo mercado mundial quanto pelo mercado interno, no âmbito agrário. Essa hipótese, que ainda exige desdobramentos posteriores, subjaz aos próximos capítulos, que se ocupam das formas de lutas intraclasse dominante e entre as classes no período posterior à ditadura civil-militar imposta em 1964. É da organização da dominação burguesa e da tessitura do Estado que

resulta dessa ação, que nos ocuparemos a seguir, através das formidáveis lutas sociais das décadas de 1970 e 1980.

A dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, desde a produção do mais-valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política. Sob o capital-imperialismo, essa enorme abrangência da dominação é ainda reforçada pela disponibilização de trabalhadores que fomenta, pela atuação das frentes móveis internacionais, pela aglutinação concentrada e proprietária dos meios de comunicação e de informação. O papel dos intelectuais torna-se crucial nesse processo, razão pela qual procuramos apresentar simultaneamente processos históricos mais amplos e algumas das mais difundidas formas de sua elaboração intelectual, tanto no sentido acadêmico, quanto no sentido diretamente organizativo, uns e outros reelaborando o papel dos intelectuais orgânicos no Brasil contemporâneo[1].

Um Estado ampliado e seletivo

Foi nas brechas e contradições da expansão imperialista no pós-segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, que uma complexa, desigual, contraditória, mas impactante expansão do conjunto das relações sociais capitalistas ocorreu no Brasil. Não se limitou a um desenvolvimento industrial ou a uma concentração de capitais, que também ocorreram; também não pode ser descrito unicamente através da forte componente de dependência econômica, política e mesmo militar perante os países predominantes, em especial os Estados Unidos, o que ocorreu de forma intensa. Apesar de verdadeiro, também não é suficiente enfatizar o forte papel desempenhado pelo Estado, induzindo o processo de industrialização, apoiando-o e garantindo a grande propriedade, rural ou urbana, contra as pressões populares. É preciso ir além e incorporar uma enorme série de outros fatores, como o avanço das expropriações originárias, que persistiu e se aprofundou na segunda metade do século XX; a ocupação das fronteiras internas ao capital, através da apropriação de terras pela grande propriedade (através dos mais escabrosos

procedimentos, sempre com o apoio estatal) e do deslocamento de populações que, mais ou menos expropriadas alhures, partiam como colonizadoras, em busca da miragem da propriedade agrária, e que em muitos casos se converteu na mão de obra necessária para os grandes empreendimentos; uma nova sociabilidade de cunho mercantil, generalizada sob intensas contradições e, finalmente, profundas mudanças culturais.

Elencaremos alguns fatores que, não podendo ser plenamente desenvolvidos aqui, dão uma ideia desse processo, com ênfase no papel da organização política e cultural das diferentes frações das classes dominantes e sua penetração no Estado, no processo mesmo de intensas lutas sociais que atravessaram o país nos anos 1970 e 1980.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar a existência de contradições e tensões entre as classes dominantes brasileiras, desdobradas numa complexa e razoavelmente precoce rede associativa interburguesa pré-existente. As disputas e conflitos entre os setores dominantes receberam sempre grande destaque e apareciam como se traduzissem imediatamente questões "nacionais", como por exemplo, em recorrentes reclamos de decadência de certos setores "essenciais", a exigirem intervenção pública, ou na imperiosidade da "modernização", vagamente acenada como urgência para todos e garantia de melhoria do conjunto da nação ou, ainda, reclamos de "desenvolvimento" que, voltados para a expansão do capital, apagavam as contradições sociais sobre as quais se gestavam. A grande diversidade associativa interburguesa favoreceu uma maior flexibilidade do conjunto das classes dominantes diante de situações de crise, internas e externas, abrindo válvulas de escape e permitindo acordos e ajustes no sentido de impulsionar fronteiras à exploração capitalista, assegurando-se a sobrevivência de setores menos ágeis, amparando-os, confortando uma espécie de retaguarda burguesa interna, ao passo que os setores de ponta encontravam-se libertos de peias para expandir-se. Em conjunto, reproduziam os padrões de dominação truculenta historicamente vigentes, admitindo apenas escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas da população.

Este tema já foi magistralmente explorado por Francisco de Oliveira, na sua *Crítica à Razão Dualista,* em texto que evidencia a

centralidade da expansão capitalista e da industrialização no Brasil, através de "uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'" (OLIVEIRA, 2003, p. 32), que não necessariamente atuou em sintonia com as imposições externas, às quais, aliás, o país prosseguia subordinado, ao tempo em que delas se nutriam as classes dominantes. A industrialização brasileira, marcadamente dependente, resultou ser, entretanto, concebida "internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar, a expandir a hegemonia destas na economia brasileira" (*Id. Ibid*., p. 75, grifos do autor). Oliveira detalha a importância do desenvolvimento desigual e combinado para os anos 1930-1970, assinalando o pacto não declarado, porém central, que atravessa o período e que assegurou a preservação da grande propriedade (urbana e rural) imbricando-a à industrialização e garantindo a conservação do latifúndio rural e da intensa exploração dos trabalhadores rurais, aos quais foi negado inclusive o estatuto social de "trabalhadores".

Desde finais do século XIX e, sobretudo, inícios do século XX, em que pese a prevalência de uma economia dominada pela monocultura, pelo latifúndio e pela exportação de produtos primários (em especial, o café, com forte inserção regional paulista), já havia incipiente industrialização e, mesmo no interior da classe dominante agrária, disseminaram-se no país diversas redes de organização com perfis distintos. Alinhados ao setor agroexportador em momentos cruciais, sobretudo quando se defrontavam com as nascentes organizações de trabalhadores, implementaram uma pauta de reivindicações diversificada e diversificadora, assim como introduziram demandas de organização do Estado com um teor distinto do proposto pelo setor agroexportador (cafeicultor, sobretudo). Esse processo foi detalhadamente rastreado por um período de mais de cem anos, nas pesquisas realizadas por Sonia Regina de Mendonça[2] que indicam uma *precoce organização de aparelhos privados de hegemonia de diferentes setores da classe dominante agrária*, através da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), reunindo grandes proprietários de todo o país voltados para a produção de gêneros destinados prioritariamente ao mercado interno, contrapostos à

Sociedade Rural Brasileira (SRB), que agremiava grandes proprietários paulistas, fundamentalmente cafeicultores voltados para a exportação.

A SNA se implantou a partir de extensa rede nacional, com intensa atuação técnica, política e ideológica. Contava com publicações próprias que consolidavam e difundiam uma pauta política, culminando com intensa atividade para a implantação de um aparelho estatal que permaneceu durante muitos anos sob sua direção, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC); os grandes proprietários nela reunidos formularam e implementaram centros para a formação de técnicos e de dirigentes agrícolas, inclusive no ensino superior, e atuaram intensamente no adestramento de mão de obra rural, de maneira adequada a seus propósitos. A intensidade da contraposição entre as duas agremiações, SNA e SRB, mostra como não foi homogênea a disputa travada entre elas, e como suas posições conflitivas, em última instância, conduziram o processo a expandir as fronteiras da acumulação de capitais e a coligar diferentes formatos de industrialização sem uma ruptura entre o setor agrário e o setor urbano-industrial.

Durante muitas décadas (e, ainda hoje, de maneira menos evidente), foi reverberada uma contraposição entre o "atraso", representado pelos grandes proprietários da SNA e o "moderno", exemplificado pela SRB. Ora, exatamente o setor autoproclamado moderno, enfatizando o uso da tecnologia e diversificando a produção industrial, mantinha-se na ponta do setor agroexportador, tema já fartamente explorado na bibliografia brasileira sobre a cafeicultura paulista. Lastreado num discurso de cunho mais liberista (do ponto de vista econômico), até mesmo porque integrava mais diretamente o Estado (por exemplo, através do Convênio de Taubaté, em inícios do século XX), o setor predominante agrário-exportador cafeicultor, moderno, cientificista, agroexportador e industrializante, reunido na SRB, precisava de – e apoiava-se nela – uma ossatura do Estado com perfil mais complexo que era elaborada através da atividade rival da SNA. Em finais do século XX, a industrialização do campo brasileiro modificaria, enfim, a estrutura representativa das diversas frações dessa burguesia e, sem eliminar suas antecedentes, passaria a ter como

fulcro outras entidades associativas, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), porta-voz do agronegócio estreitamente associado aos grandes capitais multinacionais internacionais, mas agregando em seu interior expressivas parcelas da grande burguesia agroindustrial brasileira.

Embora não dispondo de estudos tão detalhados e de tão longo alcance para outros segmentos da burguesia brasileira, já há uma extensa série de pesquisas que incorporam o porte da organização burguesa no Brasil em diversos setores, em períodos diferenciados. Vale mencionar o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, através do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai)[3], e a seletividade do Estado, permitindo a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma) ao longo de todo o período 1946-64 (LEOPOLDI, 2000); a enorme expansão, a partir dos anos 1950, da implantação de organizações empresariais especializadas, de abrangência territorial nacional (Cf. DINIZ, 1978; BOSCHI, 1979; DINIZ e BOSCHI, 2004 e BOSCHI, DINIZ e SANTOS, 2000, dentre outros). Isso sem falar da centralidade ocupada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e de seu par complementar, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), de suas lutas internas, que levaram à constituição, na década de 1990, de novos formatos associativos burgueses, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais-PNBE (BIANCHI, 2001; BIANCHI, 2004).

Tal organicidade burguesa defrontou-se ao longo de todo o século XX com duras e intensas lutas populares que, apesar da enorme disparidade de recursos, de forças e da repressão permanentemente exercida sobre as organizações sindicais e populares (MATTOS, 2003; 2004), lograria suscitar a urgência de profundas modificações no aparato do Estado e de recomposições das entidades empresariais.

Sociedade civil, luta de classes e luta teórica

A expressão *sociedade civil* se difundiu tardiamente na reflexão social brasileira, por volta da década de 1970. Seu ingresso no mundo acadêmico, no entanto, seria marcado por polêmicas, ilusões e muitas

dificuldades. As características do desenvolvimento capitalista brasileiro – com um viés coercitivo pronunciado, traduzido num monopólio seletivo da violência –, exercida diretamente sobre os setores populares tanto pelo Estado quanto por forças paraestatais ou ainda, diretamente patronais (FONTES, 2005, p. 179-200), não propiciaram uma tradição intelectual significativa em torno do papel da sociedade civil a partir da tradição anglosaxônica ou liberal (Cf. VIANNA, 1999).

As primeiras traduções de Gramsci no Brasil, realizadas pela Editora Civilização Brasileira, ocorreriam exatamente no período do imediato pós-golpe de Estado e, ainda que tenham tido importância posterior fundamental, levariam um certo tempo a constituir-se como uma base sólida de leitura e de interpretação da vida social. A longa duração da ditadura – e, em especial, o período no qual vigorou plenamente o AI-5 (1968-1979), um efetivo torniquete adicional jugulando quaisquer contestação ou organização de cunho popular, parecia fazer desaparecer do horizonte as características da sociedade civil no sentido vivido por Gramsci, acoplada à socialização da política, ao aumento da participação popular e à democracia. Nesse sentido, as análises sobre as formas da política enfatizavam – como é compreensível – o peso do autoritarismo e da ditadura militar.

Uma das contraposições mais recorrentes tornou-se a que opunha civil a militar. Sendo uma acepção corriqueira, uma vez que o termo civil é apresentado no Dicionário Aurélio Eletrônico também como o “que não é militar nem eclesiástico ou religioso”[4], o senso comum passou a designar, de forma equivalente “regime militar” e Estado militarizado; acepção adotada também por análises acadêmicas, resultando na contraposição generalizada entre ditadura e regime (ou sociedade) civil.

Fenômenos internacionais também assumiriam relevo para as peripécias do conceito – e da prática – da sociedade civil nesse período. As lutas dos negros estadunidenses por direitos civis e contra o *apartheid*; a eclosão de diferentes movimentos sociais de cunho internacional sem contrapartida organizativa com a mesma abrangência, ressaltados sobretudo a partir de maio de 1968 francês e da simultaneidade internacional de lutas similares; a fragmentação

dos antigos partidos comunistas nos países ocidentais a partir da década de 1980, dentre outros. A expansão do contingente feminino no mercado de trabalho brasileiro aprofunda as lutas feministas, cujo perfil cosmopolita estaria evidente, sobretudo, nos finais da década de 1970. Ainda, as grandes lutas pacifistas europeias e seu corolário, com o movimento ambientalista.

No Brasil, reivindicações similares adotaram perfis distintos, pois, na década de 1960, assumiam aqui outro teor, em razão da premência da luta contra a ditadura. Não obstante, os sons do maio francês ecoariam aqui, ao longo das décadas subsequentes. Ainda no plano internacional, nos anos 1970, ocorreram importantes movimentos sociais, de base popular, em especial os movimentos de favelas, de bairros ou de quarteirões, traduzindo urgências populares que o acelerado processo de urbanização, em diferentes países, deixara de contemplar. Esses movimentos lastreariam longas séries de estudos e reflexões, genericamente abrigados sob o rótulo "questão urbana" que, em boa parte, cuidavam de separar tais movimentos da reconfiguração das classes trabalhadoras e da luta de classes, reconfiguração de amplíssimo porte já então em curso. Um livro de Manuel Castells sobre a questão urbana, originalmente publicado em 1972 e com grande difusão latino-americana, teve importante papel na consolidação da especialização dessa área temática de investigações e já então enveredava pela segmentação entre lutas urbanas e lutas de classes (CASTELLS, 1974).

No caso brasileiro, vale relembrar o incremento das lutas estudantis e populares em dois tempos, o que culmina em 1968, com o crescimento de manifestações de rua e a expansão da resistência armada. Ainda sob sangrenta repressão, reorganizaram-se múltiplas lutas e movimentos sociais (depois adjetivados como "novos"), com diferentes escopos, alcance e composição social.

A modernização capitalista acelerada – a ferro e fogo – sob a ditadura militar, entretanto, aprofundaria as formas associativas preexistentes – aparelhos privados de hegemonia – em grande parte ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que seletividade repressiva e autocrática estrangulara as vias de crescimento das entidades

organizativas populares. Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, houve uma importante expansão de associações empresariais por setores e ramos de produção a partir da década de 1970, as chamadas “associações paralelas”, que duplicavam a estrutura de representação empresarial oficial, de cunho corporativo-estatal (BOSCHI, 1979, p. 181-221). A elas é preciso agregar outros tipos de organização, de caráter profissional, porém com abrangência nacional, em sua maioria pré-existentes ao golpe de Estado e que teriam importante papel na luta antiditatorial, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Clube de Engenharia, dentre inúmeras outras, das quais carecemos ainda de uma análise de conjunto (ALVES, 1987)[5].

O primeiro trabalho a realizar uma pesquisa documentada e consistente sobre a existência – e seus modos de articulação – da sociedade civil no Brasil, com conotação gramsciana, foi o de René Armand Dreifuss, no livro *1964 – A conquista do Estado* (1987). Resultante de pesquisa elaborada no final da década de 1970, como tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de Glasgow, Dreifuss demonstrou a existência, antes de 1964, de extensa rede de organizações empresariais que, não por coincidência, eram agrupadas e dirigidas por pessoas muito próximas a (ou mesmo diretamente financiadas por) entidades estadunidenses, reunidas em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Mostrava, ainda, como se articularam no âmbito do Estado, especificamente no terreno militar, em especial através da Escola Superior de Guerra. Essas entidades exerceram, na ocasião, intenso trabalho de preparação ideológica e cultural, com a realização e difusão de filmes, de panfletos, tradução e publicação – a módico custo – de livros, etc., e aparelharam-se para a efetiva conquista do Estado, em nome da “democracia ocidental” e do “livre mercado”. Ferozmente contrárias à expansão de direitos que as lutas sociais dos anos 1961-1964 prefiguravam, utilizaram-se amplamente da difusão do medo (que efetivamente as assaltava), contra qualquer alteração no estatuto da propriedade no Brasil, em espe-

cial na propriedade da terra. Foram auxiliadas pelo clássico social-conservadorismo católico brasileiro[6]. Ainda que não tenham diretamente realizado o golpe, Dreifuss demonstra como o organizaram e apoiaram e, assim, puderam imediatamente ocupar os postos centrais no Estado, reformatando-o segundo seus interesses[7].

A reter alguns elementos que constavam da atividade dessa rede de associações: a forte influência estadunidense na difusão de estratégias e práticas (e recursos) de convencimento; o convencimento coligado à difusão do "medo social" lastreado em virulento anticomunismo, o que, diante do porte das desigualdades brasileiras, reforçava o caráter de classes perigosas dos setores e reivindicações populares e procurava justificar o exercício de violência policial – e militar, no período ditatorial – sobre amplas massas populares ou sobre qualquer oposição; a conexão íntima realizada pela propaganda entre democracia, propriedade, mercado e hierarquia (esta, ressaltada sobretudo no ângulo militar, retomava entretanto as formas de obediência coercitiva tradicionais); a presença e a proximidade com a alta hierarquia da Igreja Católica.

O trabalho de Dreifuss deixa entrever uma característica peculiar dos processos políticos brasileiros – a repressão seletiva havia favorecido a expansão de entidades de aglutinação de interesses e de convencimento social de cunho empresarial, ao mesmo tempo em que havia dramaticamente constrangido e jugulado as iniciativas organizativas de cunho popular. Dreifuss, ao mostrar o crescimento da sociedade civil no Brasil – como forma de organizar o convencimento social – mostra que esta era majoritariamente composta de setores das classes dominantes e não hesitava na utilização aberta da coerção de classe.

Ao trazer, consistente e coerentemente, o conceitual gramsciano para compreender a vida social e política brasileira, Dreifuss vislumbrava – embora não se detenha sobre essa luminosa contribuição – uma peculiaridade sobre a qual nos apoiamos fortemente neste livro. Enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e

difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social. Além disso, o enorme vulto assumido pelas campanhas de convencimento e persuasão a partir de 1964 não reduziu a violência de classe nem eliminou a coerção ditatorial.

Foi apesar de, e contra essa truculência seletiva permanente e naturalizada, que se encetaram as lutas sociais antiditatoriais. As décadas de 1970 e 1980 foram especialmente ricas no que concerne à constituição de organizações, tanto de base empresarial quanto sindicais e populares, que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante. As lutas populares foram intensas, complexificando efetivamente os processos de direção e de construção de hegemonia.

A compreensão do fenômeno foi, entretanto, algo obscurecida, pois a luta se travou também em torno de sua designação ou, mais propriamente, em torno do significado de "sociedade civil".

A simultaneidade da emergência de múltiplas organizações populares (com enorme potencial democratizante e, em muitos casos, com um perfil nitidamente anticapitalista) em luta contra a ditadura militar e das expressões de descontentamento empresarial contribuiria para uma extensão acrítica do termo "sociedade civil". Operava-se uma identificação entre forma de governo e Estado, na qual a recusa da ditadura passava a se constituir, simultaneamente, numa negação da luta no âmbito do Estado. Essa recusa, entretanto, de fato obstaculizava um projeto de superação do Estado capitalista, ao desconsiderá-lo como momento importante da luta popular. Enaltecia uma atuação "de costas" para o Estado, sem a intermediação de partidos, ou de organizações estáveis, consideradas como "camisas de força" para tais movimentos.

Em boa parte, tais concepções expressavam duas situações diferentes, que, entretanto, se retroalimentariam. De um lado, as disputas interempresariais em seguida às crises de 1973 e, sobretudo, de 1979. Com o Estado altamente endividado e o governo militar tendo sua legitimidade corroída, os recursos públicos seriam disputados pelos diferentes setores empresariais, até então folgadamente

contemplados. As principais entidades empresariais voltavam a criticar abertamente o tipo de intervenção realizada pelo Estado na economia e a demandar maior espaço de atuação privada (FREITAS, 2000 e MENDONÇA, 2005). Essa demanda não apenas demonstrava as lutas intestinas pelos recursos públicos, mas expressava a tentativa do empresariado de precaver-se perante as lutas populares, que reivindicavam a extensão de serviços públicos (especialmente transporte, educação, habitação, saneamento e saúde).

De outro lado, dois processos sociais simultâneos – a ampliação das universidades e o retorno dos exilados pela ditadura (intensificado a partir de 1979, com a Lei de Anistia). Muitos daqueles que retornavam do exílio incorporaram ao longo dos anos o desencanto europeu com a experiência soviética, o que se expressou em muitos casos pela recusa aos partidos comunistas e, principalmente, à crispação dogmatizante das organizações comunistas que se autointitulavam marxistas-leninistas (ML). Endossavam, entretanto, um modelo vagamente democrático, seja com tonalidades europeizantes social-democratas, seja mais próximos dos modelos tocquevillianos, defensores de uma associatividade à americana, então bastante difundidos. Desconfiavam dos partidos políticos e os viam como "aparelhamento" das organizações populares. Mesclavam-se vertentes políticas de origens distintas, sob influência de setores da sociologia europeia e em especial a francesa, que abandonavam a reflexão social a partir de uma base classista[8].

Quanto à expansão universitária, sobretudo de pós-graduação, esta favoreceu decerto a ampliação e o aprofundamento de pesquisas. Debates teóricos se mesclavam com questões políticas e, dentre estes, destacaremos apenas dois grandes debates, que atravessaram as ciências sociais chegando até os nossos dias. Trata-se de polêmicas longas travadas sobre questões cruciais para a compreensão da vida social. Em muitos momentos, entretanto, converteram-se em modismos acadêmicos, banalizando-se. A primeira polêmica girou em torno do estruturalismo, gerando um modismo antiestrutural difuso e que, a rigor, pouco tinha a ver com uma reflexão sobre estruturas e classes sociais, enquanto a segunda polêmica travou-se sobre os pesos relativos da influência externa (internacional) ou, ao

contrário, da proeminência dos processos internos (nacionais) para explicar as transformações ocorridas na sociedade brasileira. Tendencialmente, a balança pendeu para a importância da análise sistemática dos processos internos, o que permitiu um grande avanço e detalhamento das pesquisas. Deixou, entretanto, em segundo plano a reflexão sobre as formas de conexão entre esses processos, que havia sido brilhantemente iniciada através da Teoria da Dependência, elaborada, sobretudo, por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra. Retomada com viés bastante modificado e menos crítico por Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, a Teoria da Dependência seria paulatinamente secundarizada na produção universitária subsequente. Isso consolidou um certo isolamento e, em alguns casos, até mesmo certa dogmatização dos setores, que mantiveram centradas suas análises no terreno internacional. Somente posteriormente, avançada a década de 1990 e incorporado o tema da mundialização, cresceriam muito os estudos sobre relações internacionais, porém com forte perfil oficialista e menor inquietação teórica sobre o teor da conexão entre a dimensão nacional e a internacional. A questão das classes sociais tendia a diluir-se na análise das relações internacionais.

No que tange à relação entre estruturas e classes sociais, uma crescente parcela da produção sociológica, sobretudo aquela dedicada aos "novos movimentos sociais", passou a criticar as abordagens estruturalistas, considerando-as como não lastreadas na experiência imediata dos envolvidos ou como não suficientemente empíricas. A crítica necessária e pertinente contra a diluição dos sujeitos sociais em certas análises de cunho estrutural tornou-se, entretanto, uma enorme vaga "pós-estruturalista", que desdenhava qualquer referência à totalidade e ao próprio modo histórico de constituição social de sujeitos. Decerto, encontravam nos meios populares – sobre os quais mais duramente se abateu a repressão e para os quais haviam sido restringidos os processos de formação – a "comprovação empírica" de suas teses, uma vez que a interdição à reflexão sobre classes sociais – derivada da censura imposta pela ditadura – certamente produzira efeitos e muitos setores populares não se "percebiam" como classe social. A aproximação entre pesquisadores e movimentos sociais,

resultante do contato militante ou da profissionalização das pesquisas, consolidava, equivocadamente, uma visão imediatista dos setores populares, sem com eles socializar os extensos debates teóricos travados nas universidades, e difundia uma concepção da "recusa" da luta em torno do Estado, desconsiderando-a como momento necessário[9].

Essa postura dificultava a compreensão da conexão entre as diferentes lutas populares; os setores populares deveriam enfrentar a repressão (política e cotidiana), percebiam e criticavam a seletividade social dos serviços públicos, ainda agudizada sob a ditadura, igualados genericamente ao Estado. Eram duplamente instados, de forma paradoxal, a permanecerem no terreno de suas reivindicações mais imediatas: pela repressão, de um lado, e por esses novos acadêmicos, fascinados com o popular. Alguns autores saudaram esse procedimento como se traduzisse, enfim, a "chegada ao pensamento democrático" no Brasil. Para estes, o aprendizado – ainda que forçado – de "estratégias de racionalidade limitada" levaria finalmente os intelectuais brasileiros a abandonar expectativas revolucionárias ("irracionais" ou "utópicas") e a conviver com o mundo restrito da política institucional como horizonte insuperável[10]. Como se observa, a proximidade do Estado de Direito, identificado à democracia, vinha acompanhado pela difusão da suposição de que o capitalismo se tornava agora horizonte insuperável.

Lutas de classes e aparelhos privados de hegemonia: ONGs e conversão mercantil-filantrópica

Este foi o contexto intelectual de constituição das primeiras entidades associativas que se autodenominavam Organizações Não Governamentais (ONGs). A denominação ONG mais confunde do que esclarece o fenômeno, uma vez que usa como critério de classificação o pertencimento institucional ou não de uma entidade, o que envolve dois problemas graves: esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da

propriedade privada (mercados) quanto da política. Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades através de argumentos angelicais. Previamente, portanto, lembramos que a categorização gramsciana de aparelhos privados de hegemonia, como a forma da organização subjacente da sociedade civil, deixa claro tratar-se de um espaço de luta social, inclusive por sua estreita relação com o Estado. Utilizaremos, entretanto, a denominação ONGs ao longo deste capítulo, uma vez que essas entidades se apresentavam orgulhosamente como uma grande novidade histórica, lembrando sempre que estão sendo analisadas como aparelhos privados de hegemonia e que seu papel, de conservação ou de transformação, deriva de sua atuação orgânica com as classes sociais em luta.

Protagonizadas por muitos ex-exilados, trariam uma modificação substantiva nas formas de organização popular – apoiadas, em sua maioria, em fontes de financiamento internacional, não mais estavam coligados a partidos e a um projeto social e político comum, mas em demandas específicas. Do ponto de vista de sua sustentação, em sua maioria, as ONGs vinculavam-se a entidades ligadas às igrejas (cristãs), a benemerência internacional ou, ainda, a setores diretamente empresariais, fortemente internacionalizados (DREIFUSS, 1986). Em escala infinitamente menor, algumas ONGs expressavam a tentativa da unificação de lutas anticapitalistas no cenário mundial. A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de grande parcela de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos. O que me parece importante ressaltar é o duplo movimento que aqui ocorre: de um lado, intensificava-se a adesão ao formato predominante do capital-imperialismo, de atuação *interna e voluntariamente coligada* às frentes móveis de ação internacional do capital, apagando-se discursivamente a relação capital/trabalho (ou a existência de classes sociais) pela centralização do combate internacional "comum" contra a pobreza ou pela redução dos efeitos mais deletérios das gritantes desigualdades sociais. Com isso, introduzia-se uma cunha entre questões imediatas e problemas estruturais, estes, aliás, na origem das aflições imediatas. Difundia-se a crença na possibilidade de solução de transtornos urgentes, contanto que se

postergassem (ou se abandonassem) as questões referentes à própria organização de conjunto da vida social.

As impressionantes dimensões das lutas de classes no período demonstram fartamente um forte impulso interno de organizações populares, além de variadas reivindicações e embates sociais, que permitem inclusive compreender a importância da multiplicação de aparelhos privados de hegemonia visando a modificar e a redirecionar o sentido de tais lutas. Pela primeira vez na história do país, segmentos diferenciados da classe trabalhadora se organizavam, agiam em conjunto e conseguiam implementar *entidades de âmbito nacional*.

A formação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1981, alterava os acanhados contornos sugeridos pela "redemocratização", ao incorporar e imantar politicamente parcela expressiva das diferentes tendências do campo popular (COELHO, 2005). Dois elementos devem ser considerados no PT, sobre os quais não nos estenderemos. A importância da presença massiva de trabalhadores e de sindicatos na sua construção reforçava laços classistas (de cunho marcadamente sindical) e atuava no sentido de estabelecer conexões anticapitalistas, em primeiro lugar entre os diferentes sindicatos e seus variados interesses corporativos e, em seguida, entre as miríades de movimentos sociais. Forjava-se uma consciência anticapitalista no interior da classe trabalhadora (IASI 2006, p. 376 et seq.). Em segundo lugar, a presença no PT de organizações militantes com origem e formação política diversificadas. Muitas tendências eram francamente socialistas e, mesmo em momentos posteriores, em luta contra outras tendências mais acomodantes, mantiveram na pauta do PT a reflexão sobre o papel do Estado e da organização política anticapitalista. Se o Partido dos Trabalhadores continha em seu interior tendências não apenas diferentes, mas em diversos aspectos crescentemente contraditórias, caracterizou-se, em toda a década de 1980, como um partido antiburguês.

Em 1983, finalmente implementava-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com abrangência nacional e que, próxima ao PT, continha em seus primórdios uma explícita preocupação na relação entre a organização pela base e a composição das direções. Embora sua implementação tenha sido menos homogênea do que os

mitos de origem formulados posteriormente, mitos originados na experiência de São Bernardo do Campo, em São Paulo (SANTOS, 2007), desde sua fundação a CUT mantinha uma formulação claramente classista e envolvia não apenas enorme variedade de trabalhadores afiliados, como muito rapidamente agregou militantes de base e formou direções em todo o país.

Dentre os movimentos sociais, o que teve maior fôlego e importância foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), criado em 1984. Sofreria as influências difusas desses processos, mas simultaneamente produziria uma atuação bastante original com relação aos demais movimentos sociais, sobretudo porque desde seus primórdios *implanta-se em escala nacional, sua militância abrangendo praticamente todo o território*. Sua principal reivindicação – a reforma agrária – foi considerada por alguns como um objetivo meramente integrativo (reformista), voltado a minorar a situação de pobreza rural através de alguma distribuição de terras, cuja propriedade era (e continua) extremamente concentrada. Diferentemente dos demais movimentos sociais, entretanto, o MST precocemente defrontou-se com o extremo conservadorismo no meio rural e com a coligação com os setores proprietários urbanos contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil. A defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais e a referendar a leniência e complacência características do Estado brasileiro diante da violência dos proprietários. Desde seus primórdios, o MST defrontou-se com os fundamentos sociais de sua luta, tendo sido capaz de incorporá-los. A reivindicação e a luta efetiva pela Reforma Agrária que capitaneou dali em diante – ainda que se mantivesse no terreno corporativo, o que não foi o caso – colocava em xeque a aliança entre grandes proprietários rurais e urbanos que caracterizara o processo de expansão capitalista no Brasil. As características e a amplitude de sua base social o levaram, precocemente e de maneira bastante original, inclusive com relação ao PT e à CUT, a dedicar-se a processos intensivos de educação e formação. O MST consolidaria uma atuação também nacional, porém mais organicamente unificada.

Como se observa, um contexto de intensas lutas de classes

explícitas e claramente organizadas em âmbito nacional estava em curso na década de 1980. Essa *abrangência nacional* de teor classista, organizada e tendencialmente unificadora era bastante diferente dos momentos históricos precedentes. É esse o terreno social e intelectual do primeiro surto de ONGs - no Brasil, ocorrido na década de 1980. Elas tiveram como solo uma efervescência de movimentos sociais de base popular, os quais enfrentavam tanto o chamado "entulho autoritário", isto é, a legislação arbitrária da ditadura (que só se transforma em 1988, com a nova Constituição), quanto formas variadas de perseguição social (discriminação dos setores populares, alto grau de violência e repressão a todas as formas organizativas, inclusive por segmentos paramilitares), heranças tradicionais aprofundadas durante os anos da ditadura, quanto, ainda, contrapunham-se em muitos casos ao predomínio da lógica capitalista. As ONGs se queriam "originais", mas nasciam em terreno já ocupado, de um lado pelas entidades empresariais já estabelecidas, de outro por uma variedade de entidades sociais populares embrionárias e de sua imantação pelo tripé então constituído por PT, CUT e MST.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram papel importantíssimo na prefiguração dessas lutas sociais, através da constituição e consolidação de uma associatividade de base popular, de escopo nacional, constituída ainda sob a ditadura civil-militar. Na década de 1980, as CEBs oscilavam entre um comunitarismo messiânico de cunho redentor[11] e uma crescente politização através de uma reflexão sobre as bases sociais da dominação, especialmente desenvolvida através dos integrantes da Teologia da Libertação. Com a proximidade do término da ditadura, os segmentos mais conservadores da Igreja começariam a atuar no sentido de restringir a Teologia da Libertação, feito conseguido em 1985, com o voto de silêncio imposto pelo Vaticano (após relato do então cardeal Ratzinger) aos irmãos Leonardo e Clodovis Boff. Com o recuo imposto ao ímpeto nacional e unificado da Teologia da Libertação, voltou a predominar a centralização hierárquica da Igreja Católica. A institucionalidade proposta para o engajamento social religioso, composto por tendências filantrópicas, conservadoras e/ou modernizantes, além de setores da Teologia da Libertação, institucionalidade que já atuava através de

entidades privadas e que contava com acesso a fontes de financiamento católicas internacionais, passavam a adequar-se ao formato ONG então em expansão.

A maior parte dos movimentos sociais mantinha, não obstante, forte cunho popular e, nesse sentido, permanecia nitidamente em terrenos contra-hegemônicos. Concentravam-se nas CEBs, nas Associações de Moradores, em pequenas associações antirracistas, antissexistas, antiautoritárias e nas novas associações que se autodenominavam ONGs. O terreno comum para a atuação com as novas ONGs seria o da luta antiditatorial e pela democracia.

Um dos formatos que culminaria em ONGs seria o dos Centros de Pesquisa. Desde 1968, uma das maneiras inventadas para burlar o controle direto dos órgãos de repressão ditatoriais havia sido a constituição de pequenos grupos de estudos e de educação (voltados para a formação popular), que orbitavam em torno de sindicatos, de CEBs, de partidos (a maioria proscritos), ou de bairros populares. Alguns dentre eles, porém, nasceram como forma de atuação profissional e, em alguns casos, com fortes financiamentos internacionais, como o caso do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que contou com o apoio da Fundação Ford. Na década de 1980, haveria um extraordinário incremento desse tipo de associação, com alterações de seu papel inicial, cujos desdobramentos serão mais visíveis na década de 1990.

Vejamos como se autodefiniriam as Organizações Não Governamentais, segundo pesquisa realizada em 1986. Seriam aquelas sem caráter representativo (diferindo, portanto, de associações de moradores ou sindicatos), que não integrassem grandes instituições (empresas, igrejas, universidades ou partidos) e, do ponto de vista de seu discurso, elas se apresentavam majoritariamente como "estando a 'serviço' de camadas da população 'oprimida', dentro de perspectivas de 'transformação social'"(FERNANDES e LANDIM, 1986, p. 47). A pesquisa já listava, então, 1041 ONGs, atingindo 24 unidades da federação e 213 cidades, classificadas em três grandes tipos: aquelas a Serviço do Movimento Popular (SMPs) – 556 ONGs, voltadas para uma já grande diversidade de categorias sociais – e as voltadas para negros (234) e mulheres (251). Estas últimas tinham uma carac-

terística diferente, a de serem autorreferentes. Nestes casos, admitiam o elo militante com a auto-organização de negros e mulheres. Pode-se supor que, enquanto nas primeiras SMPs já se instaurava uma nítida separação entre o "serviço" prestado e a população alvo, nas segundas iniciava-se um processo molecular de transformação dos movimentos sociais nascentes em direção à sua "onguização".

O tipo de serviço prestado pelas ONGs era ainda tributário dos centros de estudos originais sendo, em geral, caracterizado como assessoria, voltado para as áreas de educação e organização de setores populares. A mesma pesquisa ressaltava ainda a forte influência da Igreja Católica, uma vez que mais de um terço do total das ONGs declarava possuir vinculação (formal ou informal) com as igrejas, levando os pesquisadores a concluir ser esta, "seguramente, a relação institucional privilegiada entre as ONGs" (*Id., ibid.*, p. 53).

Ocorria uma transferência de militância para as áreas de assessoria e "serviço" que, conservando um horizonte vagamente rebelde – a "transformação social" – o fazia de maneira difusa. A influência religiosa provavelmente explica por que, embora atuando com sindicatos e com inúmeros grupos de trabalhadores, sobretudo rurais, priorizavam o termo "opressão", reduzindo-se as reflexões sobre a exploração (e suas diferentes modalidades) nas próprias organizações de trabalhadores.

Esses novos intelectuais-militantes ligados às ONGs criticavam fortemente o intuito de partidos de falar "em nome" dos movimentos sociais, justificando assim sua própria atuação; criticavam ao mesmo tempo as concepções de vanguarda, muitas vezes caricaturando-as. Desprezavam o isolamento das universidades, por não se misturarem às lutas populares. Atraíam, entretanto, grande número de pesquisadores universitários (elas se tornariam uma opção de profissionalização para muitos deles) que, paulatinamente, iriam se constituir nos principais "educadores" desses movimentos. Educadores de um novo tipo, pois sua função deveria se limitar, sobretudo, a reproduzir a própria fala dos envolvidos. Cumpriam um papel segmentador, educando e consolidando as lutas locais, por um lado e, de outro, cristalizando-as e favorecendo sua manutenção naqueles formatos, modo inclusive de assegurarem sua própria reprodução enquanto

ONGs "a serviço de".

Esse processo inquietava algumas das entidades populares, que resistiam a essa "onguização". Muitas das associações e entidades forjadas sob a ditadura desconfiavam dos procedimentos de legalização e institucionalização das ONGs, e resistiam fortemente à crescente profissionalização, temendo a tecnificação dos serviços prestados por essas organizações (*Id., ibid.*, p. 44-45).

Mais importante a reter, na década de 1980, é exatamente essa *modificação do perfil de uma parcela da militância*, alterando o teor de sua participação. Reduzia-se o engajamento direto numa luta comum e crescia a *oferta de serviços de apoio* a lutas com cujas causas estariam, supõe-se, de acordo. O argumento central era a questão democrática e era em nome da democracia que o conjunto dessas atividades se articulava.

Introduzia-se uma separação entre o "assessor" (o técnico) e os militantes. Embora todos se apresentassem como "militantes", falavam agora em nome da própria ONG. Doravante, a autonomia fundamental seria dessas entidades. Por esta cunha brotariam algumas características que se aprofundariam posteriormente. *Consolidava-se a profissionalização da assessoria prestada aos movimentos populares*, ainda que conservando um cunho "moral" de "apoio" em prol da cidadania e de uma sociedade transformada, ou melhor, democrática. *Aprofundando a rotação que transformava militância em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam – e deveriam - ser remunerados conforme o mercado*, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais frequente, através da orientação para obtenção de recursos junto a agências financiadoras. Uma nova especialização técnica se introduzia: a de *agenciadores de recursos, nacionais e internacionais*.

Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuia na militância, nesse deslizamento da "luta social" para estar "a serviço de", *desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade*. Modificava-se a própria forma da política no Brasil, aproximando-se celeremente dos padrões dominantes no cenário internacional, de cunho capital-imperialista.

Por caminhos variados, a multiplicação de ONGs, na década de

1980, trazia um importante deslizamento do sentido para a concepção de autonomia: de autonomia de classe, isto é, capacidade de construir uma contra-hegemonia, uma outra visão de mundo para além dos limites corporativos e do terreno do estrito interesse, passava a expressar a "autonomia" de uma enorme variedade de grupos organizados em torno de demandas específicas. Boa parte da reflexão acadêmica sobre os movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 enfatizava e sobrevalorizava a autonomia, sacralizando a fala imediata de cada grupo (ou organização social). Contribuíram, muitas vezes, para manter tais movimentos (que procuravam "proteger") no terreno de luta imediata na qual se haviam constituído – moradia, saneamento, água, escola, saúde, transporte, etc. Recusavam reflexões de cunho classista – isto é, que procurassem articular tais lutas de cunho corporativo a projetos sociais mais amplos e, nesse sentido, a educar de forma contra-hegemônica esses movimentos parcelares.

Por outro viés se desfiguraria também a noção de autonomia – a questão do financiamento. Ora, a autonomia de classe depende também de sua capacidade de autofinanciar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações, o que exige enorme inventividade e capacidade – teórica, prática e moral – para forjar uma nova sociabilidade, desvinculando-se da lógica dominante de compra e venda de capacidades, das formas de subordinação e de hierarquia internas baseadas em cálculos de tipo empresarial. Em suma, da construção daquilo que Gramsci chama de "novo príncipe", com forte teor organizativo e pedagógico. Nos anos 1980, a urgência das situações imediatas a sanar tomava a frente e, assim, esse tema ficou secundarizado.

Outro ponto a reter é a extrema visibilidade que rapidamente as ONGs adquiririam, assim como sua expansão. Estavam próximas dos movimentos sociais, participavam deles, assessoravam, apoiavam e contribuíam para sua sobrevivência. Confundiam-se, de certa forma, com eles, constituindo uma espécie de "vanguarda" peculiar. *Passariam a apresentar-se como a expressão mais adequada da sociedade civil.* Leilah Landim Assunção, em trabalho bem documentado, fortemente engajado nas ONGs, naturalizava a vocação mercantil-filantrópica e igualava ONGs e sociedade civil:

> Desta forma, no bojo desses trabalhos próximos às

> igrejas, a tendências políticas e sindicais, a determinados movimentos sociais, as "ONGs" criam *sua autonomia*. Conformam-se, nesses processos, as propriedades particulares que caracterizam *seus especialistas*. A democratização do país, como se viu, é fator que contribui ainda mais para a conformação de espaços de atuação e de discursos *específicos*, surgindo com peso a idéia de "*sociedade civil*" (combinando-se, no entanto, com a opção pelo "popular") como *vocação natural* das ONGs. (ASSUNÇÃO, 1993, p. 384, grifos meus)

Se a consolidação e o crescimento das ONGs transfiguravam o espaço no qual se moviam os movimentos sociais, que, afinal, constituíram seu momento fundador, a existência do Partido dos Trabalhadores, em seus primeiros anos, asseguraria a manutenção em outro patamar do tema da democracia, politizando efetivamente a sociedade civil de base popular, atuando como conexão entre os diversos movimentos populares, como base para a ampliação do teor e do escopo das lutas sociais. Seu viés político – de cunho socialista, ainda que impreciso – se expressava através de um momento *estatal*, segundo a formulação de Gramsci, como um momento superior à reivindicação meramente corporativa, mas que ainda não se traduzia como contra-hegemonia plena no plano eticopolítico[12]. Na década de 1980, o PT teve forte atuação na defesa da universalização dos serviços públicos, da participação popular na formulação das políticas públicas e assegurava a ligação, com a mediação do partido, de diferentes entidades populares.

Com o PT (e em alguns espaços universitários) inaugurava-se uma nova compreensão do fenômeno da sociedade civil no Brasil, ao lado de uma rápida difusão do pensamento de Gramsci. O tema mais candente, entretanto, seria o da hegemonia. Este conceito adquiria centralidade, dada a composição do próprio partido e de seus embates internos. Se, durante um longo período, a estruturação por tendências a disputar, abertamente, a condução política do partido (a "disputa de hegemonia" no seu interior) permitiu a ampliação de debates e a explicitação de posições divergentes, também dificultou as condições para a construção de uma unidade de ação partidária, sobretudo no que dizia respeito ao teor das "transformações sociais" reiteradamente

reivindicadas mas pouco explicitadas. Este uso impreciso passou a ser, crescentemente, utilizado no interior do PT, resultado de alianças mais ou menos efêmeras, asseguradas em encontros e congressos, trazendo para o interior do partido algumas das características do sistema representativo-eleitoral brasileiro (acordos momentâneos, acertos de contas, etc.) (FONTES, 2005). A importância do PT como polo nucleador dos movimentos sociais de base popular o instaurava como a *expressão político-partidária dos segmentos subalternos da sociedade civil* e, por essa via, reforçava a leitura peculiar que se vinha gestando do conceito de sociedade civil. Esta passou a ser interpretada sobretudo como o terreno dos movimentos populares, olvidando-se do peso histórico e social das organizações de base empresarial e ficando à sombra o empresariamento que se iniciava no interior das ONGs.

Ocorria uma idealização do conceito – remetido apenas ao âmbito popular – com posteriores consequências problemáticas. A sociedade civil, assim encarada, seria o momento socialista da vida social, o momento virtuoso. Por seu turno, o Estado era confundido, ora com a ditadura, ora com a ineficiência e incompetência derivadas de sua íntima conexão com o setor privado. Essa idealização fazia quase desaparecer do cenário as entidades empresariais.

Diversos segmentos empresariais e suas entidades representativas, procurando manter os procedimentos de dominação em plena efervescência de lutas populares antiditatoriais, retomariam o mote da prevalência da propriedade (e do mercado) sobre qualquer ingerência popular politicamente organizada que pudesse vir a controlá-la socialmente. *Procuravam qualificar-se como a expressão racional da sociedade e reforçavam de forma vigorosa a contraposição entre sociedade e Estado, de cunho tipicamente liberal*. Tinham um programa para o Estado, que deveria modificar-se, mas para melhor atender a seus próprios anseios. Assim se expressaria o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, em 1986, retomando uma cantilena burguesa clássica que supõe um predomínio do Estado sobre a sociedade no Brasil, sempre que procura ocupar mais amplos e cômodos espaços nesse mesmo Estado:

> os senhores certamente já me ouviram falar que o Brasil é um país em que *o Estado é forte e a sociedade é fraca*. Ao longo de nossa História, passada e recente, as instituições governamentais lograram obter um alto grau de controle, tutela e dominação sobre os outros segmentos da sociedade, fazendo com que as instituições sociais no Brasil crescessem sob uma patente fragilidade. Apesar de numerosa e economicamente poderosa, *a classe empresarial não fugiu a essa dominação. A tal ponto que, até hoje, ela não detém um poder político compatível com seu poder econômico*. (VIDIGAL FILHO, 1986 *apud* BIANCHI, 2004, p. 163, grifos meus)

O empresariado brasileiro (o termo incorpora todos os que atuavam no Brasil, independentemente de sua origem nacional) não era homogêneo nem tinha posições políticas idênticas. Nos anos 1980, os embates foram importantes também no interior das entidades patronais. Não obstante, conservara posições comuns rigorosas. Suas entidades, corporativas ou associativas (aparelhos privados de hegemonia), seriam especialmente agressivas ao longo do processo constituinte (entre 1985 e 1988), tanto no sentido da reafirmação de seu papel, quanto no de impedir (ou reduzir) as conquistas de cunho universalizante no âmbito da nova Constituição, na qual o "antiestatismo funcionou como proposta aglutinadora do empresariado e dos conservadores" (DREIFUSS, 1989, p. 218). As principais organizações empresariais, que atuaram como "pivôs político-ideológicos" nesse período foram a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes)[13], o Instituto Liberal (IL), a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), a União Brasileira dos Empresários (UB)[14], a União Democráica Ruralista (UDR), e a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD)[15]. Em 1987 se constituiria, por importantes empresários, o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), reunindo membros das associações anteriores, mas compondo-as com auxiliares externos como Antonio Magaldi, da USI (União Sindical Independente) e diversos militares de alta patente. Nele estava Herbert Levy (empresário e dono da Gazeta Mercantil, então principal jornal voltado exclusivamente para o empresariado), e a entidade contaria ainda com o apoio de Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo, de Victor Civita (Grupo Abril),

assim como contribuições oriundas de grande quantidade de entidades empresariais. Sua diferença para as demais associações residia em que sua composição incluía grandes empresários, políticos e militares de alta patente, levando Dreifuss a defini-la como eixo de poder empresarial-militar[16]. A proximidade entre entidades empresariais e setores militares era já bastante estreita, coligando também interesses econômicos. Como exemplo, desde os primeiros dias de 1964, havia sido criado o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), revitalizado em maio de 1981, com uma reunião entre diretores da Fiesp e 24 oficiais das três armas, ocasião em que Vidigal Filho diria:

> Hoje, o Grupo tem como objetivo providenciar, em estreita colaboração com as Forças Armadas, a implantação do maior número de indústrias capazes de produzir artigos que necessitará o País, na hipótese de uma mobilização geral. Toda mobilização militar tem que ser fundamentada na indústria civil, que suprirá as necessidades das Forças Armadas. (VIDIGAL FILHO, 1981 *apud* BIANCHI, 2004, p. 160)

As entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte.

Travava-se uma luta acirrada no próprio espaço da sociedade civil, e não só pela constituição de variadas associações, organizações e entidades. Essa luta, de fato, espraiava-se para os partidos – em especial, o PT. Em que pese as contradições e dificuldades que experimentava, as lutas sociais começavam a, senão ameaçar, ao menos incomodar os postos avançados ocupados no interior do Estado pelo setores dominantes. A base de classe do PT havia simultaneamente avançado e se modificado. A CUT crescera – e muito – no cenário nacional nos anos 1980. Mantinha-se numa atuação combativa,

concebendo o sindicato como parte de um conflito que opunha diferentes classes sociais. Com isso, procurava evitar que a ação sindical se esgotasse na luta reivindicativa corporativa (salários e condições de trabalho), apontando para a "necessidade de uma alteração no bloco do poder, para que se pudesse contemplar os interesses dos trabalhadores". Da mesma forma como, no PT, o horizonte socialista era contemplado, mas seu conteúdo seguia indefinido (BOITO Jr., 1999, p.137-139 e ALMEIDA, 2000).

Se a década de 1980 iniciara-se com uma retração nos movimentos grevistas, estes voltaram a expandir-se entre 1983 e 1984. Já, então, ao lado de uma relativa retomada das greves no setor privado, ampliava-se a combatividade no setor público. Após 1985 e, pelo menos, até 1991, ocorreria uma ascensão contínua das greves (NORONHA, 1991), inclusive algumas importantes modalidades de greves não corporativas, como o caso dos metroviários do Rio de Janeiro (MATTOS, 1998). Duas modificações importantes tinham lugar no âmbito sindical no final da década de 1980. Em primeiro lugar, a ascensão de Luiz Antonio de Medeiros à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (abril de 1987) e sua agressiva difusão de um sindicalismo de resultados, que contou com expressivo apoio das entidades patronais e da mídia, também patronal. Medeiros seria a ponta mais extrema da defesa de uma "fala imediata" e rasa dos trabalhadores, recusando qualquer proposta (ou engajamento) que fosse além dos interesses mais imediatos. Em 1987, afirmaria, e seria divulgado pela Folha de São Paulo, que: "o capitalismo venceu no Brasil e os trabalhadores querem capitalismo" (FOLHA DE SÃO PAULO, 20/8/1987 *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 51). O empresariamento penetrava nas entidades sindicais, por duas vias: a) pela proximidade direta com as associações patronais (dentre as quais a Fiesp), que comungava e apoiava os propósitos de Medeiros, facilitando os meios para que carreasse recursos em vias da fundação ulterior da Força Sindical, explicitamente criada para combater a CUT; e b) pela conversão pragmática do sindicalismo em expressão das urgências imediatas dos trabalhadores, o que permitia encarar o próprio sindicato (e, depois, as Centrais) como "empreendimentos". A segunda modificação importante foi a ascensão do sindicalismo dos

servidores públicos no cenário sindical. Aqui é necessário um parêntese, para compreender algumas ambivalências da questão dos serviços públicos no Brasil recente.

Sociedade truculenta, Estado seletivo, serviços públicos truncados

Os serviços públicos, no Brasil, foram historicamente limitados e socialmente seletivos. A universalização de serviços públicos direcionados aos setores populares (como a saúde, educação, transporte ou a previdência) jamais chegou a ser completa e, mesmo quando foi conquistada a possibilidade legal de universalização, foi limitada pelo número de servidores e pelos escassos recursos direcionados para essas áreas. Setores de ponta do funcionalismo, altamente qualificados (geralmente da área econômica, alcunhados de tecnoburocratas, mas também em diversos períodos eram as próprias universidades que ocupavam uma posição medianamente superior) convivem com setores mal remunerados, mal formados e desprestigiados. Coexistem setores controlados por paternalismos e clientelismos com outros extremamente dinâmicos, organizados através de métodos competitivos e meritocráticos e destinados a atender seletivamente setores dominantes.

No conjunto das lutas quase seculares levadas a efeito pelos diferentes segmentos do funcionalismo, muitas visavam desmontar as redes de controle quase senhorial sobre o setor público. Eliminar este controle direto exercido através do ingresso de familiares (nepotismo), por agenciamento e troca de favores, e por patrimonialismos foi alvo permanente das mais significativas lutas do funcionalismo brasileiro. Desde a década de 1940, as reivindicações do funcionalismo incluíam a exigência de concurso público universal e a ampliação de direitos sociais (educação, saúde, por exemplo).

As lutas propriamente sindicais do funcionalismo público brasileiro são recentes. Sua existência efetiva (mas ainda com caráter associativo e não formalmente sindical) remonta ao final dos anos 1970, sendo os sindicatos de funcionários legalizados apenas em 1988. Envolvem enorme complexidade, tanto pela dispersão e variedade de sua base (municipal, estadual, federal; autarquias e empresas públicas

de características diversas), quanto pelas contradições envolvidas em suas pautas de reivindicações, com uma imbricação entre questões econômicas e políticas:

> a causa primeira dos movimentos grevistas [do funcionalismo público] era econômica e salarial, e por ocorrerem nas atividades públicas e estatais, ganhavam caráter diretamente político porque questionavam o poder e a legitimidade dos governos na sociedade. A greve era política também pelo lado da dimensão pública, no sentido de interferir diretamente nos interesses das classes que vivem do trabalho. (NOGUEIRA, 2005, p. 19).

Escapa ao escopo deste trabalho a análise do sindicalismo do setor público no Brasil, assim como a riqueza de suas lutas. Este sindicalismo teve uma importante trajetória nos anos 1980 e na década seguinte, quando defrontou-se com ofensivas extremamente agressivas, como o massacre de grevistas em Volta Redonda (RJ) realizado pelo Exército no governo Sarney, em novembro de 1988 (GRACIOLE, 1997, *passim* e CARUSO, 2009, p. 63-75), as demissões massivas entabuladas no governo Collor de Mello e a truculência exercida pelo governo Fernando Henrique Cardoso contra os petroleiros, em 1995.

Nossa interrogação, aqui, é: como foi possível suscitar, na década de 1990, adesão popular (ativa e passiva) para o desmonte de serviços e de conquistas sociais que diziam diretamente respeito a essa mesma população? Sabemos que a coerção teve importante papel (e mencionamos alguns de seus episódios); sabemos também que a coligação entre os aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, sob o predomínio neoliberal, utilizou-se de uma formidável máquina de propaganda, através de todos os meios de comunicação, atingindo inclusive os estudantes através de revistas como a *Nova Escola*, além da onipresente *Veja*, ambas da editora Abril (SILVA, 2009). Entretanto, essa "máquina" de marketing político pôde introduzir sua cunha privatizante em razão de algumas dificuldades e aspectos ambivalentes do setor público brasileiro que constituiriam pontos de fragilidade a serem fartamente explorados. A principal razão das limitações dos serviços públicos no Brasil remete à própria

seletividade do Estado, assegurando sua estreita afinidade com os setores do capital, organizados ou não em aparelhos privados de hegemonia. Porém, também as lutas dos funcionários públicos e de muitos de seus sindicatos incorporaram tais limitações. Este foi – e segue sendo – um verdadeiro dilema para as lutas sociais em prol da igualdade no Brasil.

Muitas vezes, temas de interesse geral constituíram parte das pautas de reivindicação nos momentos de lutas salariais – vale lembrar, aliás, que os funcionários públicos, sobretudo os de baixo escalão, foram duramente penalizados no aspecto salarial sob a ditadura e pela inflação, na década de 1980. Embora com baixos salários, contavam com contratos permanentes e baixo risco de demissão, o que os diferenciava dos demais assalariados. Isso seria explorado a fundo pelo empresariado e pela mídia, na década de 1990, enquanto eles próprios fomentavam o desemprego.

Dadas as diferenças internas no estatuto do funcionalismo público, a demanda de isonomia entre seus diversos setores era legítima, mas resultava em duas frentes, com alcance muito desigual. Num primeiro patamar, constituíam um solo imediato de lutas econômicas, de defesa profissional (corporativo). No entanto, a partir dessa imediaticidade se descortinava um horizonte político muito mais amplo, pela reivindicação de constituição de carreiras públicas efetivamente nacionais, generalizando políticas antes restritas a determinadas regiões. Por essa via, chegaram a propor políticas públicas de um nível mais elevado, envolvendo toda a federação, formulando efetivos projetos nacionais. A aprovação de um Regime Jurídico Único (RJU) apontava para essa direção. Caso fossem circunscritas ao primeiro patamar, porém, tais lutas arriscavam-se a permanecer em prol unicamente de equiparação salarial e de equidade interna, descurando da universalização dos direitos a que faziam jus as demais camadas trabalhadoras da população. A centralidade adquirida pelo tema da isonomia – secundarizando a questão nacional que envolvia – bloqueava no âmbito das relações entre o próprio funcionalismo, de maneira corporativa, temas populares que carreavam, mas que extrapolavam, e muito, esses limites.

Em outra direção, a modernização do setor público, derivada de imposição governamental, de demandas setoriais ou de lutas dos servidores incorporava uma das condições de possibilidade de sua universalização: o acesso universal por concurso ("meritocrático") e a eliminação paulatina dos controles diretos – patronais e partidários – sobre o conjunto do funcionalismo poderiam possibilitar a extensão dos direitos sociais. Num primeiro momento, entretanto, eventuais vantagens da modernização pareciam incidir apenas sobre o próprio ambiente de trabalho do funcionalismo, como planos de carreira, melhorias salariais e reconhecimento profissional.

Estas dificuldades internas favoreceriam a renovação das estratégias do capital para a neutralização, mas também para a cooptação, de algumas parcelas do funcionalismo. Desde 1964, a intervenção sindical realizada pelo golpe de Estado potencializara não apenas seu caráter assistencialista, mas induzira a duplicação das funções públicas e sindicais, através da oferta de serviços médicos e dentários aos sindicalizados. Originava-se, portanto, uma privatização peculiar, sindical, de serviços públicos. Dentre as empresas públicas, algumas contavam com caixas de previdência complementares para assegurar as aposentadorias de seus funcionários, assim como garantiam diversos outros benefícios (saúde, tratamento dentário, auxílios diversos). Este procedimento, implantado anteriormente, era limitado a algumas entidades, mas já operava como profundo diferenciador no interior do funcionalismo e, ainda mais fortemente, com relação aos direitos trabalhistas dos demais assalariados.

A demanda de isonomia era respondida com o aceno à eventual extensão de complementações previdenciárias (via caixas ou fundos previdenciários) para os setores com maior capacidade de pressão no âmbito do aparelho de Estado. Em vez da luta universal pela transformação no sistema previdenciário nacional, uma lógica perversa: as ofertas de vantagens não salariais a segmentos do funcionalismo público dessolidarizava parcela do próprio funcionalismo do conjunto dos serviços públicos e estabelecia, para os próprios funcionários, o setor privado como referência de "qualidade", distinguindo-os ainda mais da massa trabalhadora.

No final dos anos 1980, acrescentou-se a expansão creditícia incidindo sobre os salários, através dos *vouchers* testados no interior do

setor público, como os tickets-restaurante, no qual empresas terceirizadas substituíam os bandejões coletivos (ao lado de intensa propaganda fomentando o individualismo), e o seguro-saúde (empresarial ou individual), através do qual empresas vendiam atendimento médico propagandeado como de primeira necessidade, explicitamente alegando a má qualidade e as dificuldades realmente existentes nos serviços públicos de saúde. Outros *vouchers*, como vale-creche ou vale-educação, para alguns escassos segmentos do funcionalismo, garantiam a escolarização de suas crianças, a salvo das dificuldades experimentadas pela maioria da população nas escolas públicas.

Dado o contexto das desigualdades sociais brasileiras, um alívio, ainda que pequeno, das condições de trabalho no funcionalismo (mantidas as mesmas dimensões do serviço público) atingia mais direta e imediatamente setores médios do que os setores populares. Os concursos eram – e continuam – de difícil acesso, favorecendo as famílias em condições de oferecer complementos pagos de ensino aos seus filhos, como cursinhos preparatórios. Estas famílias, em muitos casos, tiveram menor urgência do serviço público, aprofundando a bifurcação social entre um setor público voltado para atender às necessidades populares (educação, saúde, transporte coletivo) e outro direcionado à modernização capitalista. Melhorias profissionais e salariais de alguns setores do funcionalismo não revertiam imediatamente (e nem o poderiam, de fato) em melhoria social para as grandes maiorias.

Finalmente, um último e trágico dilema. Na década de 1980, ocorria uma forte tensão entre a extensão dos serviços públicos e o nível de qualidade requerido. A partir dos anos 1990, a relação entre quantidade e qualidade tenderia a pesar mais substantivamente para o lado da defesa da qualidade do que já existia do que para a extensão e generalização dos serviços públicos, como se elas não compusessem um par dialético inseparável[17].

É compreensível, pois, que não houvesse uma predisposição popular no sentido da defesa dos serviços públicos no Brasil. Sequer a totalidade do sindicalismo de funcionários públicos, por sua variedade, heterogeneidade e pela penetração de formas de privati-

zação em alguns sindicatos, balizou todas as suas lutas nessa direção, tendo aceitado (e demandado, em algumas vezes) complementações não salariais que desqualificavam o conjunto dos serviços públicos (escola, creche, saúde, alimentação, transporte).

Esse parêntese procurou ajudar a dimensionar a extensão das dificuldades com as quais deveriam se afrontar os movimentos populares na década de 1990. Ressalte-se, todavia, que esses obstáculos, herança da trágica tradição social brasileira, encontravam lutas aguerridas por sua superação, tanto por parte de setores do próprio funcionalismo, quanto por parte de uma composição heteróclita de movimentos sociais quanto, ainda, por parte do PT. Em algumas áreas constituíram-se importantes – e socialmente relevantes – movimentos sociais pelos serviços públicos, próximos das lutas sindicais, em prol da generalização de serviços essenciais, dentre os quais vale mencionar a saúde, o saneamento e a educação.

Sociedade civil e corporativismo

A década de 1980 é crucial para a compreensão da sociedade civil no Brasil atual. O horizonte contra-hegemônico capitaneado pelo PT encontrava seu ponto de união em torno de um projeto democrático, com teor anticapitalista, mas com matizes fortemente corporativas. Impulsionado pelas vitórias que a base sindical operária (sobretudo metalúrgica) conseguira, uma parcela – inclusive de setores mais radicais no interior do partido – aderia aos modos de fazer de tipo corporativo, pelos resultados que esse tipo de atuação permitira entrever.

A questão corporativa, aliás, se presta a muitas confusões. O termo deriva de um sentimento de pertencimento, gerado entre artesãos realizando um mesmo ofício (o *esprit de corps*) e, por extensão, passou a remeter às associações que unificavam os integrantes de corporações de ofícios. Gramsci apresenta o momento corporativo (que chamaremos de sentido 1) como a capacidade de associação e de organização de um número maior ou menor de setores sociais, mas ressalta sua principal limitação quanto à consciência da totalidade: a de permanecer no terreno dos interesses, no terreno do "egoísmo de

grupo". No Brasil, o termo corporativo assume uma segunda conotação, para indicar o atrelamento ao Estado imposto aos sindicatos de trabalhadores (sentido 2), marcas da influência fascista na organização sindical nacional. A expansão das ONGs – e de uma infinidade de aparelhos privados de hegemonia, como veremos a seguir – seria considerada por alguns como um terceiro significado para o termo corporativismo, o de cunho societal, derivado das reivindicações de grupos específicos não ligados ao terreno laboral. Ora, a definição de Gramsci do "egoísmo de grupo" aplica-se perfeitamente também a este caso uma vez que sua análise incide sobre os momentos da consciência e não sobre o tipo de associatividade realizada.

Lutas sindicais costumam ter forte conotação corporativa (no sentido 1), expressando exatamente o chão social a partir do qual emergem. No segundo sentido, entretanto, o próprio patronato lutaria, na Constituinte, para manter o corporativismo legal que limitava a associatividade dos trabalhadores. Antonio Oliveira, empresário, presidente e coordenador geral da União Brasileira de Empresários (UB) e Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), uniram seus esforços nessa direção, apoiando alguns setores sindicais e isolando tanto os sindicalistas contrários ao corporativismo estatal quanto dirigentes industriais que admitiam rever a legislação. O próprio Afif Domingos, grande empresário, diversas vezes presidente da Associação (e da Federação) Comercial de São Paulo, que teve postura liberal, defendendo a livre organização dos sindicatos, desabafara: "Estou sendo vítima de uma aliança entre o peleguismo patronal e o peleguismo dos trabalhadores" (DREIFUSS, 1989, p. 229-230).

A sociedade civil apresentava-se como riquíssima arena de luta de classes, ainda que muitos não quisessem mais pensar nesses termos. Boa parte dos setores populares se debatiam com dificuldades de organização, sobretudo quanto a recursos, o que favorecia a expansão de ONGs, atuando através da captação de recursos externos e, em seguida, de fundos públicos.

A capacidade de aglutinação – de agir como um "estado-maior" – do PT e a multiplicidade de movimentos que coordenava amea-

çavam desestruturar os esquemas de dominação tradicionais, obrigando a uma recomposição, realizada às pressas com Collor de Mello e, depois, finalmente azeitada com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao papel de porta-voz obediente das burguesias brasileiras e de seus sócios prioritários.

Esta não foi, portanto, uma década perdida (ALMEIDA, 2000). Alguns temas populares tornaram-se agenda obrigatória, quase senso comum no cenário social e político nacional, trazidos por essa disputa acirrada entre projetos sociais diferentes, ainda que o discurso petista hesitasse em sua própria definição. Igualdade (na denúncia das desigualdades sociais); solidariedade (objetivando ir além dos limites corporativos, no sentido 1); dependência e dívida externa; urgência de amplas reformas sociais e universalização das políticas públicas, com ênfase na saúde e na educação. É exatamente sobre elas que a luta seria travada na década de 1990.

A luta atravessava a sociedade civil, através da expansão de aparelhos privados de hegemonia de estilos e escopos variados, cuja proximidade com as classes fundamentais nem sempre era muito nítida – assim como ambivalentes eram as formas de conceituá-la. A expansão das ONGs contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. As ONGs – e por extensão, boa parcela do PT - sacralizavam a sociedade civil como momento virtuoso, com o risco de velar a composição de classes sociais em seu interior.

A própria democracia seria também idealizada, como o reino de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais. Para estes, o tema da revolução se esfumaçava num futuro longínquo e, quiçá, almejavam, não fosse mais necessário. A queda do muro de Berlim e, nos anos 1990, o desmonte da União Soviética, traria novos desdobramentos.

Notas

[1] Sobre o fenômeno da mercantilização e subalternização acelerada no conhecimento e na educação nos últimos anos, veja-se Neves e Pronko (2008).

[2] Considero fundamental o conjunto das pesquisas de Sonia Regina de Mendonça para a compreensão das classes dominantes agrárias e, sobretudo, da configuração moderna do Estado brasileiro. Dentre elas, destacam-se *O ruralismo brasileiro de 1888 a 1931* (1997), *Agronomia e poder no Brasil* (1998), *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro de 1910 a 1945* (2002) e *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990* (2006).Ver também Regina Bruno. *Senhores da terra, senhores da guerra* (1997).

[3] Veja-se a cuidadosa comparação entre os procedimentos formadores e educacionais da burguesia argentina e brasileira realizada por Marcela Pronko, onde se destaca a complexa atuação dos industriais brasileiros para a implantação do Senai, diretamente gerido pelo empresariado industrial, com fundos privados, mesmo se arrecadados através das instituições públicas, e a "exportação" do modelo para outros países da América Latina (PRONKO, 2003).

[4] No Dicionário Eletrônico Aurélio, constam as seguintes acepções: Adj. 2 g.: 1.Cível (1). 2. Relativo às relações dos cidadãos entre si, reguladas por normas do Direito Civil. 3. Relativo ao cidadão considerado em suas circunstâncias particulares dentro da sociedade: comportamento civil; direitos e obrigações civis. 4. *Que não tem caráter militar nem eclesiástico: direito civil; casa civil*. 5. Social, civilizado. 6. Cortês, polido: "Andei com eles [os tropeiros] freqüentemente e achei-os sempre comunicativos e civis." (Afonso Arinos, Histórias e Paisagens, p. 109.) 7.Jur. Diz-se por oposição a criminal: processo civil; tribunal civil. Como substantivo. m. 8. *Indivíduo não militar; paisano*. 9. Casamento civil. (grifos meus)

[5] Em livro publicado em 1990, Daniel Pécaut pretendia explicar a relação entre intelectuais e política no Brasil, porém se lastreou nas entidades fartamente citadas pelos demais autores, e desconsiderou a questão de fundo, da constituição da sociedade civil e das lutas de classes no país. Em contrapartida, há uma série de pesquisas originais e diversificadas que vem sendo regularmente apresentada no *Grupo de Trabalho História e Poder*, filiado à Associação Nacional de História (ANPUH), coordenado por Sonia Regina de Mendonça.

[6] A Igreja Católica, por seu turno, vinha desde há muito organizando uma série de entidades, como o círculo D. Vital, as "Juventudes" – operária (JOC), estudantil (JEC), universitária (JUC) – a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de inúmeras outras associações direta ou indiretamente a ela coligadas, sem falar dos empreendimentos capitalistas, como escolas e universidades.

[7] O trabalho de René Dreifuss, de raras solidez documental e argúcia analítica, enfrenta desde sempre resistências em algumas áreas acadêmicas. Embora nenhuma pesquisa ulterior tenha chegado perto da monumentalidade de seu trabalho documental e analítico, vigora entre muitos historiadores e cien-

tistas sociais o abandono de pesquisas correlacionando classes sociais, formas de organização sociopolítica e consciência, limitando-se a aspectos pontuais, a pretensas grandes interpretações genéricas e ocas e, em quase todos os casos, buscam apagar a existência real das classes sociais no país. Ver, a esse respeito, Mattos, 2005, além da exaustiva dissertação de mestrado, amplamente documentada, sobre o plebiscito de 1963, de Demian Bezerra de Melo (2009), e, do mesmo autor, excelente artigo sobre a "A miséria da historiografia" (2006, p. 111-130). Ver também a instigante pesquisa de Felipe Demier (2008, p. 133-136).

8 Um exemplo foi a grande influência de Alain Touraine na sociologia brasileira e, em seguida, de E. Morin. Para aquilatar a importância desse processo, ver Neves, 2010.

9 Caberia à Ruth Cardoso explicitar essa limitação nos estudos (e nas práticas que sustentavam), porém infletindo o pêndulo no sentido contrário, através da excessiva ênfase na institucionalidade formal. (Cf. CARDOSO, 1987, p. 27-37). Seria outra pesquisadora, sob orientação de Ruth Cardoso, quem levaria uma década depois essa tese ao extremo, atacando abertamente todas as formas de ação direta, características da organização política popular (DOIMO, 1995).

10 Esta é a base do argumento do livro do sociólogo francês D. Pécaut (1990, passim), que derramava-se de elogios aos intelectuais brasileiros por terem, enfim, chegado às tais "estratégias de racionalidade limitada" que seriam, para ele, sinônimas de democracia.

11 Ver a análise – então fascinada por esse processo – realizada por Eunice Durham (1984), quando criticava acidamente os pesquisadores que procuravam um elo entre movimentos sociais e classes, acusando-os de tentar impor suas expectativas aos objetos de sua pesquisa.

12 Gramsci, extremamente atento aos movimentos da consciência social , considera que após o momento econômico-corporativo (base organizativa mais elementar), pode-se chegar a um segundo momento: "aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes" (GRAMSCI. CC v.3, 2000, p. 40-41). É a este momento estatal que nos referimos, pois já se exprime como demanda de igualdade genérica mas não significa uma contraposição universal mais ampla.

13 Criada em 1980, intensificou suas atividades no momento da Constituinte, tendo como figura central Antonio Delfim Netto. Era mantida por 50 empresas e associações nacionais e internacionais. Seu presidente, Renato Ticoulat Filho (ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira) a definia como

limitada a "atividades acadêmicas", de "um apoliticismo absoluto", embora tivesse como objetivo, ainda em suas palavras, "unir o empresariado no sentido de demonstrar que o neoliberalismo não é um capitalismo selvagem, um criador de miséria, mas uma alavanca de desenvolvimento social...". (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/10/1986 *apud* DREIFUSS,1989, p. 52-53, grifos meus).

[14] Esta entidade, criada em 1986, deveria operar como a contrapartida empresarial da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e chegaram a cogitar em chamá-la de Central Única dos Empresários (CUE) (*Id.*, *ibid.*, p. 62).

[15] René Dreifuss (1989, passim) rastreou, através de informações veiculadas na imprensa, enorme quantidade de associações empresariais, suas disputas internas, montantes de recursos gastos, assim como a facilidade, pela quantidade de recursos, para estabelecer agências em diversos estados, centralizando suas sedes em Brasília.

[16] Para ter uma ideia, seguem alguns dos membros do Conselho Estadual Provisório do MCRN em São Paulo: Herbert Levy, Pedro Conde (Banco de Crédito Nacional), Mario Amato (Grupo Springer, presidente da Fiesp; membro da Federação de Comércio de SP; dirigente do Fórum Informal; Instituto Liberal); José Ermírio de Morais Filho (Grupo Votorantim e ex-dirigente do IPES); Lázaro de Mello Brandão (Bradesco); Flávio Teles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira; Cedes; Fórum Informal); Rubem Ludwig (general, ex-ministro da Educação do governo Figueiredo; diretor da Eriksson); Iapery T. Brito Guerra (almirante); Paulo Villares (Aços Villares, ex-dirigente do IPES); Jorge Gerdau Joahnnpeter (Metalúrgica Gerdau, Siderúrgica Riograndense S.A., Siderúrugica Aço Norte, Cosigua, Cedes, Instituto Liberal); José Mindlin (Metal Leve, Instituto Liberal), Victor Civita (Grupo Abril), dentre outros (*Id.*, *ibid.*, p. 156-180).

[17] "Sustentar a "qualidade" contra a quantidade significa, precisamente, apenas isto: manter intactas determinadas condições de vida social nas quais alguns são pura quantidade, outros qualidade. E como é agradável considerar-se representantes patenteados da qualidade, da beleza, do pensamento, etc.! Não existe madame do "grande mundo" que não acredite cumprir esta função de conservar sobre a terra a qualidade e a beleza!". (GRAMSCI, CC v. 1, 2001, p. 409)

CAPÍTULO V
LUTAS DE CLASSES E SOCIEDADE CIVIL NA DÉCADA DE 1990: O QUE MUDA DA ABONG ÀS FASFIL?

Como vimos, até finais da década de 1980 no Brasil, em contexto de intensas lutas sociais, as entidades autonomeadas Organizações Não Governamentais (ONG) tiveram grande impacto. Integravam um processo complexo de *conversão mercantil-filantrópica da militância*, atuando muito próximas aos movimentos populares. Estavam, porém, magnetizadas, assim como movimentos sociais e sindicatos filiados à nova central – Central Única dos Trabalhadores (CUT) – pelo impulso emanado do Partido dos Trabalhadores (PT) na unificação de extensa e variada gama de demandas sociais, em que pesem as oscilações teóricas petistas nos debates internos sobre democracia e socialismo.

A partir da década de 1990, entretanto, as condições se alterariam de maneira substantiva. O eixo democrático e popular que predominou na década de 1980, ao ter reduzido seu impulso socializante, seria profundamente modificado. Uma democracia reduzida às estratégias limitadas e admissíveis pelo capital iniciaria seu percurso com a eleição de Collor de Melo, pela persuasão e pela truculência. Envolveria profundas modificações na própria base organizativa da classe trabalhadora, que seria em parte desmantelada, e em grande medida, reconfigurada. Realizou-se complexa experiência de consolidação redutora da democracia, intensificada a seguir e que permaneceu, com modificações, até os dias atuais, sob o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Em livro anterior, apoiando-me em numerosos estudos recentes sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre a Central Única de Trabalhadores, assinalei como o percurso eleitoral a partir da década de 1990 passaria a oscilar pendularmente entre processos de intensa desqualificação da política e sua requalificação rebaixada. Esta requalificação torna-se cada vez mais pontual e esvaziada do conteúdo organizativo contra-hegemônico. No primeiro movimento do

pêndulo, escândalos sucessivos procuram diluir as fronteiras entre os diferentes partidos, apresentando-os como idênticos, igual e indiferenciadamente envolvidos em procedimentos escusos. A representação parlamentar é espetacularizada como carreira profissional onde vale tudo, e reiteradamente denunciada (pela esquerda e direita do capital) como corrompida e ineficiente. No segundo momento, em geral em torno de períodos eleitorais, crispam-se oposições um pouco mais definidas, exaustivamente trabalhadas através do marketing, de maneira a construir imagens (que não correspondem, como se sabe, a pessoas reais) de candidatos confiáveis, que se apresentam como aptos a requalificar o processo. Como se pode facilmente deduzir, essa espiral promove o distanciamento entre a população e o conjunto das atividades políticas, mesmo convocando regularmente essa mesma população para as eleições. O Partido dos Trabalhadores transitou de um formato no qual a organização da base popular, construindo a experiência coletiva da classe trabalhadora, era seu fulcro primordial, o que o diferenciava dos demais, para um partido similar a todos os outros, trajetória realizada ao longo da década de 1990. Deslocava-se de uma atuação contra-hegemônica, quando lutava por uma "reforma intelectual e moral" no sentido gramsciano, o que exigiria consolidar um perfil de novo tipo para uma política classista, para ocupar o espaço de polo moralizante do pêndulo político (o fiel da balança), aderindo integralmente à espiral rebaixadora. No livro, concluía dizendo que "*a desqualificação da política não é, pois, um resultado acidental ou uma ausência de cultura política, mas uma cultura política efetiva posta em prática*" (FONTES, 2005, p. 292, grifos do autor). No mesmo ano, foi defendida por Eurelino Coelho uma tese de doutorado, de leitura obrigatória para compreender o processo interno de transformismo em larga escala ocorrido no PT, demonstrando que se tratava simultaneamente de uma modificação da condição social ocupada por muitos dos dirigentes do partido e de sua adesão a um programa capitalista renovado, no qual se ofereciam como uma "esquerda para o capital" (COELHO, 2005, *passim*).

Este capítulo retoma apenas parcialmente as análises sobre o PT, buscando contribuir para a compreensão de longa e complexa

transformação no Brasil sob regime representativo (democrático) que, partindo de intensas lutas populares na década de 1980 culminou com uma nova modalidade de empreitamento do trabalho no século XXI. As entidades populares e as lutas voltadas para a organização dos trabalhadores, em prol de igualdade substantiva e pela superação do tristemente clássico controle patronal sobre o Estado brasileiro, tiveram de defrontar-se com fortes oposições externas – renovadas organizações patronais e a manutenção da repressão social seletiva – e internas, oriundas do próprio campo popular. A mercantilização da filantropia iniciada na década de 1970 contribuiu para segmentar o campo popular. Desde os primórdios da década de 1990 esse processo infletiu em direção a uma cidadania da urgência e da miséria, convertendo as organizações populares em instâncias de "inclusão cidadã" sob intensa atuação governamental e crescente direção empresarial. Consolidava-se uma subalternização direta da força de trabalho, mediada, porém, por entidades associativas empresariais, que procurava conservar nominalmente os elementos anteriores, doravante subordinados à dinâmica da reprodução da vida social sob o capital-imperialismo.

A compreensão do fenômeno social brasileiro contemporâneo está ligada a um duplo movimento, um intenso impulso de concentração de capitais cujo foco foi simultaneamente interno e externo. Internamente, a concentração teve o respaldo na complexificação da economia brasileira, na rede associativa das entidades patronais brasileiras e em concentração monopólica incubada pela ditadura, embora associada subalternamente ao capital internacional; externamente, resulta de brechas forjadas no interior da própria relação capital-imperialista. Como sua contraface, ocorreria uma intensificação de lutas sociais de cunho classista. Espremidas entre a subalternidade externa e as lutas internas, o movimento das burguesias brasileiras foi hesitante e evidenciava sua profunda desconfiança com qualquer procedimento democrático.

A intensa crise social na qual foram lançados os trabalhadores aplainou o terreno para a expansão das relações sociais capital-imperialistas na sociabilidade corrente da vida social brasileira – expropriações massivas, primárias e secundárias, ao lado de uma

concentração de capitais de novo porte, sob o predomínio monetário – e implicou uma impactante reconfiguração da classe trabalhadora. Sua implementação pode ser observada através do crescimento de variadas formas de convencimento (produção de consenso) no Brasil, expandindo a sociedade civil, ao lado da manutenção e crescimento da coerção (criminalização das resistências e das organizações contra-hegemônicas), correspondendo à internalização do capital-imperialismo na própria estruturação da vida social.

Preparando o terreno

Alguns processos, deslanchados já na virada da década, contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil ao longo dos anos 1990. O impacto da crise nos países ditos socialistas e o posterior desmantelamento da União Soviética geraram rápida reconversão de segmentos inteiros do próprio PT, num transformismo de escala até então desconhecida no Brasil (COELHO, 2005). A adesão empresarial brasileira ao programa globalizante ou neoliberal, implementado em ritmo próprio, segundo correlações de forças cambiantes entre as diversas frações do empresariado (SAES, 2001; BOITO Jr., 1999; BIANCHI, 2001 e 2004), expressava um salto em direção a novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários, que tiveram enorme crescimento na década.

O apregoado antiestatismo inaugurou-se para os trabalhadores pela ação governamental, através de demissões em massa de funcionários públicos, abrindo as comportas para demissões em todos os setores. Já há estudos em que se pode observar a implantação de modalidades características da reestruturação produtiva desde finais da década de 1970, em empresas fabris do setor público. Este foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional que, de certa forma, antecipou e experimentou procedimentos posteriormente generalizados pelo

capital-imperialismo (CARUSO, 2009). A criação da Força Sindical (FS), em 1991, demonstrava a nova tática patronal, voltada para desmontar por dentro a organização dos trabalhadores, assim como o volume de recursos que nela investiria. Luiz Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo desde 1987, cujas proposições claramente pró-capital e sua intensa difusão do "sindicalismo de resultados" seriam recompensadas:

> a burguesia agradece em dobro todos os serviços que Medeiros lhe presta. Na disputa das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos em 1990, para não correr nenhum risco de derrota de seu parceiro, os empresários apresentaram várias vezes Medeiros, ora no programa Fantástico, ora no Jornal Nacional (GIANOTTI, 2002, p. 65).

A indicação de Rogério Magri – grande amigo de Medeiros – para o Ministério do Trabalho do governo Collor facilitaria a instalação da FS, com apoio governamental (contratos diversos) e diretamente patronal - fartas doações em dólares e canal aberto na grande mídia (*Id.*, p. 129-136; 156-159). A intimidade e experiência patronal com a aparelhagem estatal facilitariam a criação de inúmeros sindicatos para a FS (*Id.*, p. 83). A *falsificação da ira popular* que o período Collor representava (OLIVEIRA, 1992) seria devastadora, e a cunha introduzida no universo sindical com a sustentação patronal doravante procuraria adequar permanentemente a atuação e até mesmo a consciência dos trabalhadores.

A Força Sindical parece-me apresentar a chave para a compreensão dos processos subsequentes na formatação de uma nova modalidade de subalternização para os trabalhadores no Brasil, em contexto representativo. A Força teria caráter paradigmático para a reconfiguração da sociedade civil no Brasil, não somente pela estreita ligação com o grande empresariado (em especial das empresas monopolistas sediadas em São Paulo, mas não apenas), mas porque inaugurou e permitiu consolidar a redução do comportamento sindical a um segmento dos trabalhadores, atado a uma dinâmica mais estreitamente corporativa, de cunho mais imediatista e espetacular, tendo como alvo fundamental em seus primórdios o combate à Central Única dos Trabalhadores. O próprio funciona-

mento da aparelhagem sindical tornava-se modelar para a adequação e conformação ao neoliberalismo: procedimentos de "reengenharia" interna, demissão de funcionários, busca de eficiência e eficácia econômica (rentabilidade), agenciamento de serviços, como a venda de seguros diversos (contribuindo para desmantelar a luta pelos direitos universais), oferta de cursos pagos, preparação e adequação de mão de obra para a "empregabilidade". Sob essa lógica, os sindicatos passariam a ser "gerenciados", elaborando e exibindo uma similitude entre sindicalizados e acionistas, pela oferta de pacotes de ações de empresas públicas ou através da implantação de clubes de investimento sob "gestão sindical" (SOUTO Jr., 2005).

> Em nome do emprego e do salário (que interessa aos trabalhadores), o sindicato [SMSP-Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, filiado à FS] radicaliza as políticas neoliberais: implanta contratos que retiram direitos, facilitam a demissão, desoneram o capital. Mas, em contrapartida, com o "novo assistencialismo" e o "sindicato de negócios", o sindicato cresce (lembremos o slogan da Força Sindical: "a central que mais cresce no Brasil") e enriquece – ao assumir funções relegadas pelo Estado e receber dos governos neoliberais recursos públicos para isso. (TRÓPIA, 2009, p. 210)

A atuação empresarial era simultânea e persistente, tanto para auxiliar a apresentar alguns dos escassos "resultados" da Força Sindical, com a qual negociava abertamente, quanto pela pressão realizada sobre a CUT em diferentes planos, desde o endurecimento nas lutas sindicais, até as propostas de "gestão compartilhada" de parcela do valor (e da atividade) da força de trabalho, expressas nos acordos setoriais e na "democracia" no chão de fábrica.

Nas entrevistas realizadas por Patrícia Trópia com sindicalistas filiados à Força Sindical, em que procura compreender as condições de adesão de um setor da classe trabalhadora a essa forma pragmática de representação, explicitam-se muitas contradições (TRÓPIA, 2009, p. 167-206). Vale ressaltar, para o nosso intuito, o apoio dos trabalhadores entrevistados às privatizações, "fundado na revolta – histórica e mais profunda – contra os 'privilégios'" (TRÓPIA, 2009, p. 191) a que fariam jus os funcionários públicos. Vemos, portanto, que as

brechas existentes, em razão da precariedade real do serviço público universal, aquele que atinge os setores populares, seriam agora investidas a fundo pelo capital, aprofundando divisões entre os próprios trabalhadores.

Repressão e convencimento se ampliavam simultaneamente. O funcionalismo público viveu a virada para a década de 1990 em meio a importantes contradições, com a existência de setores de ponta e bem pagos (sobretudo na área econômica) contrapostos a setores pauperizados; setores integrados no Regime Jurídico Único (funcionários); e setores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), similar ao do setor privado; com uma pauta reivindicativa muitas vezes apenas corporativa e escassamente universalizante. Seu perfil, inclusive geracional, seria profundamente modificado, através de demissões em massa inauguradas no governo Collor seguidas no governo de Fernando Hentique Cardoso (FHC) por Planos de Demissão "Voluntária" (PDVs) impulsionados por supressão de direitos, gerando demissões e aposentadorias precoces, sem falar no estímulo oficial às demissões decorrentes do engajamento governamental de longa duração nas privatizações das maiores empresas públicas. A essa violência direta – pois o desemprego é o exercício da violência fundamental do capital contra o trabalho – se agregava a incorporação de trabalhadores em atividades públicas, em áreas cada vez mais extensas de atuação, sem contratos regulares (bolsas diversas e terceirizações).

O desemprego intensificava a rotatividade de mão de obra e a concorrência entre os trabalhadores; desmantelavam-se direitos associados a relações contratuais de trabalho; as organizações sindicais eram corroídas de seu interior; profundas alterações no setor público, iniciadas com as demissões e privatizações foram o prenúncio de modificação acelerada do perfil da classe trabalhadora no Brasil (ANTUNES e SILVA, 2004).

A CUT ficaria enredada na armadilha, presa de suas próprias contradições. Ao longo da década de 1990, o setor dominante da Central aderiria crescentemente às práticas induzidas e/ou impostas pelo capital, a começar pela duplicidade exibida quando das privatizações, em relação às quais se dividiu. Uma parte a combatia, outra participava

da compra de ações – em especial através da participação sindical na gestão dos Fundos de Previdência das grandes empresas públicas (GARCIA, 2008, p. 30 et seq.), tema que retomaremos no próximo capítulo. Intensas lutas internas ocorreriam, mas a CUT permaneceria capitaneada pelo mesmo grupo que hegemonizava o PT, controlador dos principais recursos da Central. Longe de dedicar-se à compreensão da profunda reconfiguração da classe trabalhadora então em curso, adotou crescentemente comportamento similar ao da Força Sindical, apresentado como sindicalismo "cidadão" (SOUTO Jr., 2005).

Em outros termos, procurou-se abolir verbal e *retoricamente* a existência de uma classe trabalhadora, sendo atribuído aos sindicatos o papel legal e agora legitimado pela mídia proprietária de "administrar conflitos", convertendo-se em parceiros do patronato. Abriu-se uma campanha antiestado extremamente agressiva, *amedrontadora* e *pedagógica*, segundo os termos da própria Fiesp, como veremos logo adiante, que contou com a unanimidade da mídia e com a obediência governamental, direcionada para a doação de capital a grandes empresas monopolizadas e para a destruição dos direitos inscritos na Constituição de 1988. As expropriações secundárias foram intensas e ocorriam em paralelo a permanência e mesmo recrudescimento de expropriações primárias, com um brutal avanço da concentração de capitais voltada para atividades agrárias.

A burguesia brasileira e seus sócios internacionais passariam a contar, após a destituição de Collor, com um suporte precioso, extremamente conveniente para o projeto a que se propunham. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criado em 1989, aportaria elementos de credibilidade eleitoral para a consolidação da estratégia patronal, ao tempo em que confundia seus adversários. Este partido reunia entre suas lideranças uma boa parcela do empresariado brasileiro: em detida pesquisa sobre 50 das mais atuantes lideranças integrantes do PSDB, revela-se que "14 (28%) das 50 lideranças pesquisadas possuem vinculações diretas, orgânicas, programáticas com as entidades patronais historicamente mais organizadas do país", dentre elas a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Centro das Indústrias de São

Paulo (Ciesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre inúmeras outras (GUIOT, 2006, p. 92).

A elaboração intelectual para o programa de governo de Fernando Henrique Cardoso pode ser encontrada no livro da Fiesp – *Livre para Crescer* – publicado em 1990: em vigoroso e dramático programa de predomínio do grande capital em vias de intensíssima concentração, a Fiesp dedicava-se cuidadosa e longamente a definir papéis para o Estado, estabelecendo as políticas econômicas e sociais de sua conveniência. Ao menos a metade do livro, de mais de 300 páginas, especifica o perfil do Estado proposto, assim como as políticas almejadas (FIESP, 1990; MARTINS, 2009, p. 111 et seq.). Ao listar a atuação "pedagógica" que deveriam adotar, mencionavam que "as organizações empresariais – sindicatos, federações, confederações e associações" (...) "*precisarão liderar um pesado investimento na formação de pessoal em administração de conflitos*" (Fiesp, 1990, p. 270, grifos meus). A intenção burguesa de reduzir a democracia a seu aspecto gerencial era explícita, permitindo compreender sua atuação conjunta em inúmeras frentes.

Fernando Henrique Cardoso atuaria, pois, sob a batuta empresarial , seguindo a pauta proposta, ainda que com ajustes em função de escândalos, de disputas internas ao próprio empresariado e de resistências populares, dentre as quais vale lembrar a manifestação realizada quando das comemorações oficiais da colonização do país por Portugal, em 2000.

Tratava-se de limitar estritamente o sentido do termo *democracia*, apagando os componentes socializantes de que se revestira e convertendo-a para um significado único: *capacidade gerencial de conflitos*. Toda e qualquer formulação antissistêmica ou tentativa de organização dos trabalhadores enquanto classe social deveria ser desmembrada e abordada de maneira segmentada: admitia-se o conflito, mas este deveria limitar-se ao razoável e ao gerenciável, *devendo seus protagonistas admitir a fragmentação de suas pautas em parcelas administráveis*. Para os renitentes, a repressão seria feroz (como foi o caso da extrema violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra -MST ao longo das duas gestões FHC, apoiada e estimulada pela mídia).

O período FHC (1995-2002) caracterizou-se, portanto, pelo ataque concertado (o eufemismo *concertação social* o designava) aos direitos sociais e, sobretudo, às organizações mais combativas dos trabalhadores, seja de maneira abertamente violenta contra entidades de trabalhadores que resistiam (caso, por exemplo, do sindicato dos petroleiros), pela permanência e aprofundamento da truculência policial, seja pela violência indireta – privatizações a toque de caixa e estímulo às demissões. À violência somava-se uma nova "pedagogia da hegemonia" difundida pelas entidades empresariais e governamentais, abrangendo o universo sindical, escolar (em todos os níveis, do elementar ao ensino superior), igrejas, entidades associativas e culturais e praticamente toda a mídia, agindo intensamente para espraiar a dinâmica do capital em todos os espaços organizativos. Obra coletiva coordenada por Lucia Neves define este processo como uma reconfiguração do neoliberalismo – ao que ela acrescenta, de *Terceira Via* – e mostra sua atuação coordenada para captar corações e mentes, forjando uma sociabilidade peculiar (NEVES, 2005). A realização de uma extensa e profunda remodelação do Estado tornava claro o que estava em jogo na campanha antiestado, ao fomentar uma expansão seletiva da sociedade civil voltada para desmontar, pelo interior, as organizações populares, assegurar novos setores de atividade capitalista que precisavam gerenciar força de trabalho desprovida de direitos e expandir a direção dessa burguesia altamente concentrada sobre o conjunto das atividades sociais (inclusive e sobretudo aquelas voltadas para a cultura).

A suposição do esmagamento da classe trabalhadora sob o peso de tal ataque capitaneado pela burguesia e adotado pelo governo FHC não é de todo equivocada, embora seja limitada. Ora, a expansão do capital para fazer frente à crise dos anos 1980 e ao avanço das lutas sociais reconfiguraria a própria classe trabalhadora, num movimento característico da dinâmica capitalista. Desde 1994, Jaime Marques Pereira observava que

> o setor informal é hoje considerado uma *fonte de riqueza, um potencial inexplorado de empregos e de rendas* mesmo que o aumento considerável de famílias condenadas a reduzir suas expectativas e meras estratégias de sobrevivên-

> cia seja, provavelmente, uma das principais causas do crescimento da economia informal. (PEREIRA, 1994 *apud* GOHN, 2004, p. 296, grifos meus)

O fim apregoado do mundo do trabalho se limitava à redução drástica dos empregos com direitos e à enorme intensificação da exploração dos trabalhadores (ANTUNES e SILVA, 2004), resultado das intensas expropriações secundárias em andamento.

Estava em curso uma redefinição da classe trabalhadora e do terreno no qual se travam as lutas de classes, que transbordavam dos espaços até então demarcados – em especial, o sindicalismo – para todas as formas associativas, embora sob o crescente envolvimento direto empresarial. Foi simultaneamente um processo *reativo e invasivo do conjunto da burguesia*. As burguesias reagiam ao crescimento dos movimentos sociais (e, em especial, dos movimentos rurais, explicitamente mencionados no programa da Fiesp, na p. 270), e à ameaça em que poderiam se converter CUT e PT caso os setores fiéis à agenda socializante que ainda atravessava extensos segmentos sociais assumissem sua direção. Porém, a atuação burguesa teve também um componente *invasivo*, correspondente à expansão da grande burguesia monopolista, crescentemente concentrada sob a direção do capital monetário. Estava em curso uma intensificação da extração de mais-valor incidindo sobre novas formas laborais, sob a pressão da dinâmica competitiva impulsionada pelo capital-imperialismo, em processo de consolidação no plano interno e em plena expansão no âmbito internacional. Ela ocorria coligada (ou não) ao grande capital internacional, mas em todos os casos adotava seu direcionamento, embora com ajustes próprios de ritmo e intensidade. Introduziam-se padrões de sociabilidade de novo tipo, que *incluíam agora o custo empresarial para administrar conflitos*, imiscuindo-se nas mais variadas entidades organizativas, redefinindo a composição da sociedade civil em suas reivindicações e em sua articulação com o Estado.

Embora contando com um projeto explícito, não se pode dizer que o formato político final já estivesse integralmente ali contido: este dependeria do resultado dos conflitos então exacerbados. A concentração de capitais então impulsionada, em sua contraface, ex-

pandia as relações sociais *necessárias para o capital*: produção em massa de trabalhadores totalmente dependentes da venda de sua força de trabalho sob quaisquer condições, criando um ambiente de novo tipo para a reprodução ampliada desse mesmo capital, o que atualizava a truculência clássica do trato social no Brasil, ao tempo em que produziria novos efeitos sociais. Trazia também uma remodelação da composição e da atuação burguesas, em sua dinâmica interna e externa, diante das condições cambiantes da luta social. O eixo unificador burguês residia – e segue residindo – no binômio *defesa da propriedade (segurança)*, assegurando o movimento de gigantescas massas monetárias em busca de expansão e *controle permanente, através da persuasão e do apassivamento dos setores populares (alívio à pobreza)* sem, no entanto, abrandar a truculência repressiva. A grande novidade brasileira era sua efetivação sob o formato representativo-eleitoral.

Essa expansão de relações sociais capitalistas teria ritmo e extensão diferenciados, em função de sua capacidade de agregar – isto é, transformar, deformar e converter – expressivos segmentos organizados dos trabalhadores, cuja dinâmica deveria ser emasculada de seu potencial emancipador. Em outros termos, o processo resulta em e implica intensa luta de classes. O conjunto díspar das lutas populares remanescentes da década de 1980 foi capaz de impor temas (como o da participação e do combate às desigualdades), mas sofreu golpes assestados de seu próprio interior. E isso tanto prática quanto intelectualmente.

O tema da *sociedade civil*, cujo papel crescera na década de 1980, se tornaria central nos anos 1990, recoberto dos mais variados sentidos, e embutia dois momentos. No primeiro, o esvaziamento do ímpeto socializante que ainda continha, derivado das lutas da década anterior. Este seria realizado pela subalternização de uma enorme miríade de entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais "sem fins lucrativos", através da responsabilidade social empresarial.

No segundo momento, tratava-se de aproveitar o próprio impulso das entidades que pavoneavam como símbolo de virtude social o fato de serem não governamentais (reativando a definição clás-

sica liberal), para desmantelar expressiva parcela de direitos sociais, convertendo-as nas executoras de políticas governamentais rebaixadas. Na década de 1990, esse seria o mote central. Para esse processo, muito contribuiria a expansão de uma grande diversidade de ONGs no período.

Da cidadania da miséria à miséria da cidadania

Formas associativas internacionais ou cosmopolistas já têm uma longa história, como vimos anteriormente; a expressão Organização Não Governamental nasceu no pós-Segunda Guerra Mundial no cenário internacional (RYFMAN, 2004, p.18). Entidades similares, empresariais, filantrópicas, religiosas, escolares, existiam no Brasil há muitos anos (PEREIRA, 2003, p. 21-45). Na década de 1980, atuando como "apoiadoras" de movimentos sociais, introduziriam novas ambiguidades para a compreensão da relação entre lutas sociais e classes sociais.

Se, até 1988, o Estado remanescente da ditadura (e seus aparatos) estava sob o alvo de duríssimas e legítimas críticas, não perceber a estreita e íntima correlação entre sociedade civil e Estado apagava o vínculo já tradicional entre ele e os aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes. Principalmente, dificultava a coesão necessária para a realização de lutas universalizantes, cuja viabilidade depende fortemente de uma estreita correlação entre os diferentes aparelhos privados de contra-hegemonia. Conquistas universalizantes supõem uma organização da luta (o papel do "novo príncipe", segundo Gramsci, qualquer que seja o seu formato organizativo) capaz de ir além do horizonte imediato e de traduzir em projetos coletivos, de classe, universais, o que de outra forma se apresenta como demandas desagregadas, pontuais e individualizadas. Corporativas, no sentido do "egoísmo grupal".

A recusa ao reconhecimento de vínculos de classe por uma seleta parcela das ONGs do campo popular se iniciara desde a década de 1980. Não foi a redução numérica da classe operária de base industrial que a ocasionou, nem o ataque concertado que sofreria o conjunto da classe trabalhadora na década de 1990. Ao contrário, a

redução da capacidade organizativa contra-hegemônica alimentada por elas desde o período anterior favoreceria o ataque empreendido aos direitos dos trabalhadores. Desqualificando os meios teóricos para compreender o fenômeno de remodelação da classe e das arenas de luta, adotaram – também retoricamente – uma *novilíngua* da qual desapareceriam as referências às classes sociais, embora conservassem alguns dos grandes temas populares (ARANTES, 2000).

Através de enormes e bem-sucedidas campanhas, adensaram o viés filantrópico e favoreceram, em contrapartida, sua incorporação midiática. Contribuíram decisivamente – ainda que com o coração partido – para o sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio se candidataram a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos. Compreendendo ou não o que faziam, com boa ou má vontade, abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de "colchão amortecedor" (COUTINHO, 2004).

A realização da ECO-92 no Brasil, e a simultânea Conferência da *Sociedade Civil* sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estimulou a prévia constituição da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), em agosto de 1991, congregando em torno de 200 entidades, dentre as quais figuravam as maiores e mais conhecidas ONGs no Brasil, grande parte com fortes vínculos religiosos, sobretudo católicos. A Abong procuraria, ao longo da década, qualificar-se como a principal porta-voz da sociedade civil brasileira, valorizando uma concepção de autonomia definida vagamente pela inexistência de vínculos governamentais (mas cristalizada como forma associativa distante de qualquer referência às classes sociais), contribuindo para o apagamento retórico da classe trabalhadora, reduzida às suas instituições *legais* (especialmente sindicatos e centrais).

O universo dos aparelhos privados de hegemonia é extenso e multiforme. Dele participam as entidades autodenominadas ONGs, termo confuso e vago, que oculta as classes e as lutas que contestam diretamente a dominação de classes. Como veremos a seguir, apesar

de o termo estar disseminado e aparentemente abranger uma infinidade de entidades, de fato a Abong reúne um número reduzido de tais fundações e associações sem fins lucrativos.

Concentraremos nossa pesquisa na Abong, a mais reconhecida porta-voz das ONGs no Brasil. Convencida de sua abrangência nacional, da qualidade "moral" de suas integrantes e fortalecida em sua representatividade, a Abong se erigiria na mais visível interlocutora (do governo, das entidades internacionais, das universidades) para assuntos ligados à sociedade civil. Nossa ênfase nessa entidade – e em suas associadas – reside no fato de que procura manter-se próxima ao campo popular, numa postura que procurava definir como democratizante, e por reunir as mais conhecidas ONGs – as chamadas "King ONGs", como Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos da Religião (Iser), além de entidades com horizontes diversos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), o Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), Grupo Afro Reggae, dentre outras. A Abong aprofundaria a idealização "virtuosa" da sociedade civil iniciada nos anos 1980, com forte viés filantrópico (miséria e pobreza eram temas frequentes) e, ao adotar o papel de "associação das associações", sua defesa das ONGs *extrapolava amplamente o espectro de suas associadas*.

Embora denunciasse o papel do grande capital, sabedora do risco de uma integração subalterna através dos acordos com agências internacionais (como o Banco Mundial), simultaneamente exigia o acesso aos recursos públicos. Tal reiterada reivindicação era formulada de maneira genérica, para as ONGs, confortando seu papel de representação de todas as ONGs, assegurando sua visibilidade. Organizava campanhas, apoiadas em argumentos gerenciais, de segmentação dos "serviços sociais" em prol de suas afiliadas. Acreditava estar ampliando, mas sustentava o desmantelamento de direitos. Embora inicialmente próxima – ela e boa parte de suas associadas – ao Partido dos Trabalhadores, procurou sempre demonstrar ciosamente sua "autonomia" e "profissionalismo". Sua proximidade

com os setores populares a incorporava aos setores próximos do PT, fomentando resolutamente as iniciativas "cidadãs" então realizadas em conjunto com sindicatos filiados à CUT e mesmo à Força Sindical. Admitia a interlocução e a "parceria" com qualquer setor social (movimentos, partidos e governos), integrando as iniciativas do governo FHC, como a Comunidade Solidária.

As ONGs – e a Abong – em que pese a diversidade de atuação de suas afiliadas (ecologia e defesa do meio ambiente, aids, gênero, etnia, movimentos sociais rurais e urbanos, centros de estudos) nutriam-se de uma importante herança: a agenda contra-hegemônica estabelecida pelas lutas populares da década de 1980, que avançava sobre questões estruturais, especialmente nos temas da desigualdade social; da recusa do peso social das dívidas (externa e interna), denunciando a remessa de recursos para o exterior e sua não aplicação em políticas públicas nacionais; da manutenção de expectativas e reivindicações populares pela efetiva universalização do acesso aos serviços essenciais (saúde e educação); e da exigência de maior participação popular na formulação das políticas públicas.

As reivindicações socializantes ao longo da década de 1990 foram subordinadas pelo PT a uma imprecisa definição de democracia, mas conservavam forte perfil igualitário e envolviam a exigência do desmonte do controle patronal sobre o Estado. Subsistia uma valorização simbólica dos trabalhadores, apesar da confusão semântica que se expandia. Em primeiro lugar, confusão pela redução retórica do universo dos trabalhadores à sua representação oficial (CUT e FS); levando a considerar os desempregados e os novos sem direitos como "excluídos". Essa redução era ainda reforçada, sobretudo através da mídia, pela desqualificação dos setores sindicais combativos nos polos de conflito social (apresentados como radicais ultrapassados, avessos à negociação), pelo elogio e apoio ao sindicalismo responsável (o novo peleguismo convertido em virtude), ao lado do reconhecimento discursivo e pragmático da importância da participação dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos fóruns de decisão, redução coroada pela onipresente menção condoída aos desempregados .

Como já vimos, o processo de corrosão e de deslocamento do papel das organizações contra-hegemônicas se iniciou na década an-

terior, por um peculiar processo de mercantil-filantropização da luta social. Desde muito precocemente, no pós-guerra, iniciara-se nos países predominantes a neutralização dos antigos centros intelectuais contestadores que, crescentemente, abandonavam projetos sociopolíticos de transformação radical, restringindo-se a atividades mais pontuais e defendendo-as como a única maneira possível de luta. Estimulava-se um processo de desengajamento de projetos unificados de luta e ampliavam-se – aberta ou silenciosamente – intervenções cosmopolistas de cunho filantrópico, voltadas para os "pobres do mundo", apoiadas no benevolato ou no trabalho voluntário, ao lado da institucionalização de lutas específicas, sobretudo ambientalistas e feministas. Os *think tanks* e fundações empresariais estadunidenses, acompanhados de seus congêneres europeus, estendiam sua atuação pelo mundo, absorvendo grupos locais, financiando projetos, supervisionando atividades caso, no Brasil, do Cebrap e, depois, de entidades integrantes do Fórum Social Mundial, copatrocinado pela *Ford Foundation*. Essa cosmopolitização da atividade social e intelectual reiterava os comportamentos adaptativos e subalternos de parcela dos novos intelectuais recém-egressos dos cursos superiores, e configuraria novos espaços profissionais, crescentemente valorizados.

Configurava-se, partindo também de forças internas, nacionais, o ingresso nos moldes capital-imperialistas: a redução de muitas lutas populares a um âmbito infranacional (regional ou local), o encapsulamento em âmbitos nacionais de questões que envolviam um novo e expandido espaço de historicidade e, finalmente, o redirecionamento segmentado no plano internacional, com apoio das frentes móveis de atuação do capital-imperialismo, das reivindicações de cunho internacional.

Nos anos 1990 havia no Brasil uma plêiade de aparelhos privados de hegemonia com pesos e formatos organizativos diversificados, a começar pelo controle quase monopólico dos meios de comunicação, nos quais predominava de maneira inconteste a Rede Globo. Uma parcela recém-constituída desses aparelhos privados de hegemonia se anunciava claramente como acoplada à classe social que lhe dava origem – os de base direta e imediatamente empresarial. Entidades como a brutal União Democrática Ruralista (UDR), como

o refinado Pensamento Nacional das Bases Empresariais (BIANCHI, 2001), Instituto Ethos ou a Fundação Abrinq (MARTINS, 2009, caps. 4 e 5), ou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (MENDONÇA, 2005), à guisa de exemplo, tinham clareza de seu local social. Como de praxe, como o fizeram as entidades empresariais suas antecessoras, denegavam a existência de classes sociais e procuravam se apresentar seja como a expressão de uma neutra racionalidade econômica e de promoção do desenvolvimento, seja como a defesa intolerante da propriedade e de seus privilégios ou, ainda, como a face moderna e civilizada do empresariado brasileiro, com novíssimo perfil democrático. Dispunham de meios e de recursos monetários e prepararam-se para "administrar os conflitos". Disputariam palmo a palmo – dispondo de fartos recursos – os conteúdos dos termos sociedade civil e democracia, e o fariam através da criação de novas entidades ou do financiamento a projetos por eles previamente selecionados. A partir de 2000, teriam a companhia e a assessoria do Banco Mundial, confortando ainda mais sua atuação (GARRISON, 2000).

No campo popular sob atuação das ONGs não ocorria a mesma clareza. Mesmo algumas ONGs que se propugnavam a continuar a assessorar os movimentos populares secundarizaram a reflexão em termos da concentração de capitais, da composição da extração de sobretrabalho, das formas de subalternização no conjunto da vida social. Contribuições empresariais dispostas a apoiar suas iniciativas pontuais eram bem-vindas, consideradas como expressão de democratização; esta cada vez mais limitada à gestão eficiente de recursos em situação de urgência imediata. O deslocamento classista que tais financiamentos impunham se acompanhava pelo abandono da classe trabalhadora no discurso, no pensamento e na prática. Sua permanência na vida social – a começar pela evidência gritante do vigor e agressividade das classes dominantes – não parecia mais constituir um problema a averiguar.

Um dos mais acirrados combates – aberto ou dissimulado – envolveria os temas que as demandas populares incrustaram na agenda pública (no Estado, em sentido restrito, e na tensa conexão entre sociedade civil e sociedade política, em sentido ampliado).

Da desigualdade à pobreza "excluída" - a nova pobretologia no Brasil

Se as desigualdades brasileiras eram por demais evidentes para serem negadas, seriam agora sistemática e reiteradamente imputadas à incompetência e ineficácia governamentais. Esses termos foram exaustivamente empregados para questões, setores sociais e alvos diferentes uns dos outros. Foram repisados de maneira sistemática, por exemplo, por um dos mais importantes canais educativos da atuação burguesa na década de 1990, o complexo de publicações da Editora Abril, com ênfase para as revistas *Veja*, *Nova Escola* e *Veja em sala de aula,* repetidoras incansáveis dos padrões do grande capital e de seus pontos de vista (SILVA, 2009 e GENTIL, 2003). Vale lembrar que a então primeira dama, Ruth Cardoso, integrou o Conselho Curador da Fundação Victor Civita.

A causa primordial, atribuída ao Estado, por diferentes aparelhos privados de hegemonia dos setores dominantes, era amplificada pela mídia a traduzia a nova tática do capital: expunham cruamente o mal-estar real que existia entre a população. Apagava-se a seletividade das políticas públicas, a diferença entre as diversas agências no interior do Estado (poupavam as "modernas" e que correspondiam a seus próprios interesses, aliás infinitamente mais bem aparelhadas do que as voltadas para o atendimento à população em geral) e o seu próprio papel no interior do Estado. Atribuir todas as causas à incompetência genérica do Estado brasileiro permitia ressaltar o novo foco – gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população. Incompetência e ineficácia também imputadas aos funcionários públicos, acusados de deformações por estarem distantes da concorrência no mercado de trabalho. Ainda que esse argumento fosse brandido genericamente, voltava-se em especial para as empresas que os grandes capitais procuravam abocanhar – as telecomunicações, siderúrgicas, educação, saúde – e estimulavam um novo padrão de gerenciamento – de cunho agressivamente competitivo, voltado para o imediato e rentável – para as políticas públicas.

A incompetência e ineficácia eram, ainda, atribuídas aos próprios trabalhadores. Deslizava-se assim do terreno da produção

política do desemprego em massa e de suas consequências sociais, para o terreno economicista da inevitabilidade tecnológica do fim do "trabalho", elevando a "empregabilidade" ao estatuto de atributo essencializado.

A Abong integraria essa dinâmica através da ênfase na formação e na capacitação dos movimentos sociais e de sua clientela (outras ONGs menores), de forma a facilitar sua inserção no mercado, assessorando e "formando" setores populares com vistas a garantir "geração de emprego e renda" ou a minorar a pobreza, em prol de formas mais ou menos alternativas de "desenvolvimento". Um dos argumentos nos quais centrou-se para defender suas próprias atividades seria exatamente o de eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos, credenciando-se para captá-los , aplicando-os de forma mais "eficiente" e "competente" do que os próprios órgãos públicos.

Duas campanhas foram emblemáticas para a transição entre as referências anticapitalistas que subsistiam e a instauração de um perfil indistinto adotado por grandes ONGs. O *Movimento Ética na Política* exigiu a destituição do governo Collor e contou com intensa mobilização popular. Embora voltado para alvo diretamente político, eximia-se da perspectiva de organização de classes, limitando-se a uma abordagem moralizante. Após o impeachment, ele se desdobraria na *Ação da Cidadania* (1993), agora com caráter emergencial e propositivo, que se converteria em *Ação da cidadania contra a Miséria e pela vida* (GOHN, 2004, p.306) e experimentaria enorme sucesso. Foi capitaneada por Herbert de Souza, o Betinho, através do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), então uma das maiores ONGs do país. Balizada num registro "fraterno" que lhe permitia "furar" o bloqueio dos meios de comunicação, a campanha procurava mobilizar todos os setores sociais. Constituindo uma grande frente, chegou a contar com milhares de núcleos, espalhados em todo o país e a recolher (e distribuir) grande quantidade de donativos.

O impacto da campanha foi enorme. O tema da desigualdade começava a travestir-se de pobreza. A miséria foi apresentada sob um formato de grande impacto emocional e cultural, de base mobiliza-

dora e filantrópica (doações). Tal formato, apresentado como efetivação da ética e da moral, ajustava-se à religiosidade católica através da campanha Natal Sem Fome. Apoiada em forte sentimento popular, a campanha transbordou os canais sindicais e parlamentares, inclusive com a instauração de Comitês da Cidadania. O direcionamento da Campanha evitou cuidadosamente enraizá-la nos elementos contra-hegemônicos, o que exigiria denunciar as gritantes expropriações em curso (e não apenas apiedar-se diante de seus efeitos), insistindo para assegurar uma participação de todos – sobretudo dos novos empresários com perfil moderno, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) – que desconsiderava as clivagens de classe. Assim, a campanha permitiu à nova tática burguesa de "administração" de conflitos acelerar o trânsito da demanda de igualdade para o terreno da "inclusão".

As ONGs recusaram-se à construção de uma diretriz contra-hegemônica, o que implicaria certamente uma modificação do alcance imediato da campanha, pela rejeição que provocaria em alguns de seus integrantes. Sobretudo, arriscaria bloquear o acesso ao financiamento empresarial, aos órgãos e recursos públicos e, finalmente, à grande imprensa.

A proposição de gestão privada de recursos públicos assumiria sua plena feição ao ser encampada pelo mundo empresarial, através da formação de entidades similares. Novamente as ONGs – e a Abong – amaciariam a resistência popular pelo seu próprio exemplo, adaptando-se de maneira flexível e pragmática aos novos tempos. Ao basearem a defesa de sua posição enquanto entidades *privadas, mas sem fins lucrativos*, buscavam explicitamente credenciar-se a gerenciar de forma mais flexível e rentável as políticas públicas, propondo um fictício Terceiro Setor, que se imagina "nem mercado, nem estatal". Rubem Cesar Fernandes, ligado ao Instituto de Estudos da Religião (Iser) e ao Viva Rio (posteriormente alcunhado de *Viva Rico*), admitia, em 1994, o crescimento da concorrência entre as ONGs, naturalizando sua interpenetração com bancos privados, hotéis interessados em expandir o turismo, com agências multilaterais (citando explicitamente a Organização Pan-Americana de Saúde - Opas e a Organização Mundial de Saúde - OMS, empresas

multinacionais, marketing, políticos eleitos e movimentos sociais. Elogiava essa “tendência de romper barreiras anteriormente insuperáveis, que definiam alianças e oposições em termos de grandes divisões partidárias e ideológicas.” Para ele, tais exemplos “evidenciam também a busca de formas interativas mais leves e circunstanciais, capazes de expressar um sentimento difuso de urgência no enfrentamento dos problemas sócio-institucionais” (FERNANDES, 1994, p. 134-135).

Ao longo dos anos 90 a pobreza seria alçada à grande urgência genérica no Brasil, essencializada e reificada – quantificavam-se os pobres, mas esquecia-se da produção social de expropriados, disponíveis para qualquer atividade remunerada mercantilmente. A própria atuação governamental – em estreita relação com os aparelhos privados de hegemonia de base empresarial – enfatizaria abertamente o tema da pobreza, através de uma série de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Longas discussões ocupavam os jornais sobre a definição de uma “linha de pobreza” e sobre a quantificação dos pobres no país, tendo chegado a alterar, inclusive, a construção de indicadores sociais em órgãos relevantes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relegado a um segundo plano pela associação direta entre o Ipea (Órgão ligado à Presidência da República) e ONGs. As metodologias de construção de indicadores mais amplas, que predominavam no IBGE, seriam substituídas em razão da

> preponderância de uma dessas agências no campo da produção/disseminação dos indicadores de mensuração da “pobreza” focalizados: o Ipea. É a seus quadros que pertence a maioria dos especialistas no tema, bem como é dele que emergem alguns dos mais importantes especialistas/gestores da “pobreza” no nível do Estado em seu sentido restrito. A recente criação da Rede-IPEA [congregando entidades públicas, associações profissionais e ONGs] é o maior exemplo dessa imbricação entre um dado aparelho de hegemonia e o Estado, cujo produto, para além da disseminação – via mídia e o próprio campo acadêmico – da percepção do fenômeno que se pretende efetivar, traduz-se na possibilidade de subordinação de agências congêneres aos ditames dessa instituição. (MENDONÇA, 2000, p. 298)

Os novos indicadores reduziam e nivelavam as noções de "questão social" e "pobreza", implantavam uma poderosa ferramenta de naturalização da pobreza, apagando do fenômeno seu caráter de classe e anulando as reais causas da pauperização (*Id. ibid.*, p. 296). Foram, sobretudo

> construídos com o intuito de impedir qualquer tentativa de compreensão da totalidade social, já que tratam - isto é, "isolam" - a pobreza como um *fato* e não um *processo*, como um *estado* e não o produto de uma *relação social*, produtora de *desigualdades*, com a *pobreza* e a *desigualdade sendo tratadas como categorias distintas* contribuindo para o apagamento desta última. (*Id. ibid.*, p. 297, grifos do autor)

O fenômeno da pobreza, recortado da totalidade da vida social e convertido em objeto de análise promovia uma homogeneização da realidade pelo abuso de indicadores, o que "subsidiava uma das faces da legitimidade de um novo pensamento tecnicista e tecnocrático que, sob o manto da aparente neutralidade científica – conferida pela objetivação – referendam um importante instrumento político na disputa pela hegemonia" (*Id. ibid.*, p. 298).

A disputa ocorria também no terreno intelectual e se traduzia no confronto entre a explicitação da produção acelerada de desigualdades em curso e a construção de uma pobreza essencializada. A atuação conjunta governo FHC-empresariado procurava incorporar, aproximar as organizações e entidades que ainda mantinham relações com o campo popular, chamadas a participar da elaboração de tais indicadores, difundindo as "competências técnicas" para a gestão social do fenômeno. O tema da pobreza seria ainda acoplado por uma outra designação, que aprofundava a descaracterização das relações sociais – a "exclusão social".

O eixo mercantil-filantrópico não se desfez, mas se subordinou a um programa, agora capital-imperialista – ou como vem nomeando Neves (2005), de Terceira Via – forjando e difundindo uma "virtude cidadã" que destroçava direitos em nome da urgência e da miséria.

Autorreferenciada como integrando o terreno popular, a grande maioria dessas ONGs já havia abandonado qualquer reflexão em termos de classes sociais, aceitando as novas proposições de

subalternização da participação popular, reduzida à dimensão unilateral da pobretologia e desprovida de sentido histórico e contra a ordem do capital, como se resultassem de uma "vitória", como "avanço" social. Deslizavam para a órbita da hegemonia patronal e da dominação do capital-imperialismo.

Abertura internacional e cosmopolitismo

Outro ponto de deslizamento foi o teor magnetizante do programa globalizante/neoliberal brandido pelos setores patronais – capitaneados pelo setor financeiro bancário ou não, por conglomerados internacionalizados, mas também pelo grande capital de origem brasileira – de incorporação imediata aos ditames da "globalização", através da abertura de mercados. As reclamações recorrentes contra o fechamento do mercado brasileiro martelavam sempre os mesmos temas, a desqualificação das autarquias, a má qualidade do serviço público, acrescidas por vezes da denúncia da incompetência de empresários protegidos pelo Estado. Fernando Henrique Cardoso e Bresser Pereira, cujo cosmopolitismo intelectual facilitava a adesão incondicional aos ditames internacionais (ainda por cima amparados pelos grandes setores nacionais), foram dois de seus principais elaboradores e implementadores. Se essa proposta de abertura (termo que ainda conservava sua conotação positiva, ligada ao recente processo de restabelecimento de um Estado de direito no Brasil) tinha alvo preciso, a plena circulação do capital monetário e as expropriações de direitos do mercado de trabalho eram propagandeadas como uma revolução na vida cotidiana, enfim aberta para as novidades – de consumo e de comportamento – disponíveis no mercado internacional.

Ora, os novos profissionais que viviam de "apoio e assessoria" aos movimentos sociais deles se afastariam ainda mais, construindo um dique em torno de sua "autonomia". Tornavam-se "parceiros" de outras organizações similares ou de agências internacionais do capital. Diferindo um pouco segundo os períodos, a formação de ONGs teve uma forte marca cosmopolita. Inicialmente, no final dos anos 1970 e primórdios dos 1980, a relação entre ex-exilados e fontes

internacionais de financiamento assegurou a constituição de uma boa parte das ONGs. Em seguida, o estreito relacionamento com as agências internacionais de financiamento, sobretudo religiosas, abriu caminho para a aproximação com congêneres internacionais e com diferentes instâncias de agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU); o acompanhamento de reuniões e de fóruns internacionais (desde reuniões com o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e, na sequência, acompanhando o ciclo de Fóruns sociais organizado pela ONU) reforçava um perfil de "profissionais-militantes" fortemente marcados pelos contatos internacionais (ASSUNÇÃO, 1993, p. 324-371).

O avanço das novas expropriações capitalistas não ocorria apenas no Brasil, incidindo de maneira desigual inclusive sobre os países centrais. A classe trabalhadora em processo de reconfiguração, posta em concorrência no cenário internacional, mas encapsulada politicamente em âmbito nacional ou mesmo infranacional, não elaborara organizações capazes de reconfigurar suas formas de luta na mesma escala. Lá como aqui, formas dispersas de luta popular abrigaram-se sob o rótulo genérico de ONGs. O Ciclo de Conferências Sociais da ONU, na década de 1990, admitiu a participação de entidades associativas, filtrando e catalisando setores da sociedade civil em ambiente cosmopolita, distanciando-as de reivindicações internacionais voltadas para os novos conteúdos de classe no plano internacional. O mesmo ambiente as aproximava de novas fontes empresariais de recursos e do financiamento de seus Estados de origem.

A relação dessas ONGs no Brasil com os moldes e comportamentos neoliberais da "globalização" não deve ser considerado de maneira linear, pois ora flertavam com os acenos internacionais, ora se assustavam com suas consequências. Na década de 1990 dependiam ainda fortemente de recursos provenientes do exterior, o que induzia a formas de atuação cautelosas. Por sua inserção e intimidade em âmbitos cosmopolitas, tendiam a valorizar e legitimar procedimentos de abertura política e cultural (nem sempre defendendo a abertura de mercado), incorporando os temas internacionais em suas pautas internas. Muitos de seus profissionais – cuja trajetória, como foi

mencionado, derivava de militância originada em organizações partidárias ou políticas – aderiram precocemente à suposição de que o fim da guerra fria se traduziria pelo mundo kantiano da paz perpétua cujo prenúncio seria uma idílica "sociedade civil planetária", como expressou Grzybowsky em 1996, lembrado por Pereira (2003, p. 96-97). Ao mesmo tempo, porém, observavam que sua nova intimidade com agentes financeiros mundiais – em especial, o Banco Mundial – resultava em sua instrumentalização.

Que Estado e que democracia?

As contradições já estavam expostas no início dos anos 1990 e, em texto produzido em 1991, Herbert de Souza, o Betinho, dirigente do Ibase, reconhecia que "as ONGs brasileiras se desenvolveram contra o Estado," (SOUZA, 1991, p.7) mas porque este fora ditatorial, ao contrário delas que eram "honestas, competentes, pequenas, flexíveis e eficientes. Tinham todas as vantagens para substituir o Estado corrupto, incompetente, gigante, burocrático e ineficiente" (*Id. ibid.*, p.5). Percebia que era por essas razões o Banco Mundial procurava estabelecer "parcerias", levando-as a agir como substitutas do Estado e como ponta de lança do mercado e do grande capital. Se todas essas questões foram abertamente apontadas e o papel proposto pelo Banco Mundial era recusado (ao menos retoricamente), as conclusões permaneciam ambivalentes:

> o papel das ONGs na década de 90 é pura e simplesmente propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade cuja novidade não estará no fato de ser brasileira, mas na condição e qualidade universal de ser democrática. (...) Uma sociedade capaz, portanto, de erradicar, como prioridade absoluta, a pobreza, a miséria e promover o desenvolvimento de si em toda sua diversidade e complexidade (*Id. ibid.*, p.10).

Ainda que o grande capital internacional (sem menção ao brasileiro) figurasse como uma espécie de pano de fundo perante o qual deveriam estar atentas tais ONGs, nesse documento não há mais nenhuma menção que as conecte a uma posição de classe. O próprio

Banco Mundial – apesar das reservas – é admitido como um possível "parceiro", desde que aceitasse as condições "impostas" pelas ONGs. A retórica fazia a volta completa, invertendo o sentido das imposições. A questão social se cristalizava de maneira técnica, filantrópica e inviável, propondo-se a erradicar a miséria sem alterar as condições sociais que a produzem. A questão nacional limitava-se a assinalar aspectos problemáticos da ingerência de algumas instituições internacionais, admitindo, porém, a lógica que as dirigia no âmbito interno.

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o Banco Mundial. Sua pauta exigia centralizar as eleições, reforçar as garantias da propriedade e aprofundar o "gerenciamento", inclusive dos conflitos, sendo o "alívio à pobreza" e a garantia da "segurança" as políticas norteadores do Banco Mundial. Tratava-se, portanto, de, admitindo a existência da pobreza (separada das relações sociais que exacerbam as desigualdades), incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem através de sua participação na gestão de recursos escassos.

As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, através de Orçamentos Participativos que teriam forte papel pedagógico. Fruto de lutas sociais pelo controle popular dos orçamentos públicos, elas seriam redirecionadas para sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueadas economicamente e subalternizadas politicamente. Como? Não se questionando a estrutura do orçamento, mas a forma de gerenciar os magros percentuais destinados às questões sociais; administrando o conflito interno entre carências impossíveis de sanar sob aquela estrutura. A proposta da redução democrática à gestão de conflitos imediatos se disseminava.

Essas ONGs, instadas no cenário institucional (e financiador) a incorporar-se plenamente a essa dinâmica, eram incansáveis na reafirmação de sua total desconexão com as dinâmicas organizativas de cunho classista. Este procedimento, apresentado como *apolítico*, desde os primórdios figurava em seus estatutos e propostas. Arvorando-se como representantes qualificados da "sociedade civil" brasileira, passaram a compor Conselhos de Estado, entidades públicas

e seriam convocadas, pelas agências internacionais, como observadoras e/ou como instâncias de controle para o uso de empréstimos internacionais. Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a participação popular e para o "controle" popular a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, em especial na saúde.

ONGs, filiadas ou não à Abong, integravam o Estado, através da gestão de recursos públicos – o que permanentemente demandaram e conseguiram – e pela legitimação que a Abong oferecia, por seu passado militante, ao deslocamento das ações de cunho social do âmbito de políticas universais para o de sua gerência privada. Distantes do chão social no qual se moviam as classes sociais, reduziam o horizonte de sua própria intervenção, adaptadas aos "novos" tempos e, sobretudo, adaptadoras. Aparelhos privados de hegemonia não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou de conservação), mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais. Desconectadas das classes trabalhadoras, e orgulhosas dessa desconexão, as principais ONGs que insistiam em considerar-se do campo popular reforçavam uma fala confusa e confusionista, na qual os termos utilizados perdiam toda a nitidez e clareza (ARANTES, 2000).

Consolidavam a constituição de um espaço de reconhecimento social e de carreiras profissionais, com visibilidade social e política; confortavam consciências com uma atividade filantrópica e crescentemente segmentada; apresentavam-se como "competências flexíveis" para agir em lugar do Estado, terminavam por acatá-lo como lugar necessário, mas ineficiente. Encontravam-se no âmago das concepções liberais, ainda que o coração partido. Sequer no discurso restava espaço para a superação do Estado, mas unicamente para sua existência como um "mal necessário", a ser minorado pela atuação eficiente – ainda que pontual – dessas novas entidades.

Uma vez realizado o papel de protagonizar a transição de uma pauta contra-hegemônica para uma nova pauta adaptativa, a Abong perderia relevância. A partir do século XXI, o uso do termo ONG se

alastrava no cotidiano brasileiro, designando todo e qualquer formato associativo, inclusive agências intermediadoras de mão de obra. A disseminação do termo ONG, de total imprecisão, procura ocultar a luta de classes sobre a qual se instauram essas entidades, apagando os rastros da crescente participação empresarial na sua formatação.

Vejamos agora um pouco mais de perto o peso das ONGs afiliadas à Abong na virada para o século XXI, assim como alguns elementos de sua atuação.

A Abong reduzida a uma ponta do iceberg Fasfil

O terreno da associatividade civil supostamente ocupado pelas ONGs, tendo como porta-voz a Abong , se modificara completamente na década de 1990, em boa medida como resultado da própria atuação das entidades a ela filiadas. Em pesquisa do IBGE de 2003, realizada conjuntamente com o Ipea, órgão público vinculado à Presidência da República, a própria Abong e, sintomaticamente, com o Grupo de Instituições e Fundações Empresariais (Gife), criado em 1995 para nuclear empresas e consolidar uma atuação empresarial "responsável", constatou-se um explosivo crescimento das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil), crescimento em boa parte constituído por associações empresariais.

A definição das Fasfil, para efeito daquele estudo, partiu da caracterização jurídica "sem fins lucrativos" e, dentre o total de instituições deste tipo, levou em consideração apenas as que fossem *privadas, legalmente constituídas, autoadministradas e voluntárias* (isto é, cuja fundação e/ou associação é decidida pelos sócios). Tais critérios excluíram diversas entidades da sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, como as que integram as rubricas de Serviço Social Autônomo, Entidades de Mediação e Arbitragem, Partidos Políticos, Entidades Sindicais e Fundação ou Associação domiciliada no exterior, dentre outras (BRASIL, 2003, Nota técnica 2, p. 3).

Entre 1996 e 2002, o número de Fasfil cresceu de 105 mil para quase 276 mil entidades. Essa ampliação, de 169 mil novas organizações, equivale a um crescimento de 157% no período. Qual seria a parcela ocupada pela Abong, que prosseguia indiscrimina-

damente falando em nome das ONGs, nesse universo associativo apresentado pelo IBGE? Em 2002, como fez periodicamente, a Abong elaborou e publicou catálogo, sugestivamente intitulado *ONGs no Brasil*, no qual traçava o perfil de suas associadas, quantificadas em 248 entidades (Abong, 2002) e cujas principais áreas temáticas de atuação eram Educação (52,04%); Organização e participação popular (38,27%), Justiça e promoção de direitos (36,73%), Fortalecimento de ONGs e movimentos populares (26,02%); Relação de gênero e discriminação sexual (25%); Saúde (24,49%); Meio ambiente (18,88%); Trabalho e renda (18,27%); Questões urbanas (10,71%); DST/Aids (10,71%); e Arte e cultura (9,69%). Baseada em formulários encaminhados às suas filiadas, a pesquisa da Abong admitia respostas múltiplas, razão pela qual não há totalização. Embora a Abong tenha participado da elaboração também do levantamento realizado pelo IBGE, as duas pesquisas não se prestam facilmente à comparação. O presente trabalho apresenta uma comparação apenas indicativa, portanto.

A pesquisa do IBGE identificava um total de 275.895 Fasfil. Destas, grande parte tinha caráter distinto das associadas à Abong, como as entidades voltadas para a habitação (em número de 322), para a saúde (congregando também hospitais filantrópicos, com 3.798 entidades), educação e pesquisa (17.493 Fasfil, incorporando Fundações de ensino superior, laicas ou religiosas), as entidades religiosas (com 70.446 entidades), assistência social (32.249 Fasfil) e associações patronais e profissionais (com 44.581 entidades).

Selecionando as entidades com perfil mais próximo às ONGs pertencentes à Abong circunscrevemos (com forte grau de arbitrariedade) temas como *meio ambiente* e *proteção animal* (1.591 entidades), *Desenvolvimento e defesa de direitos* (45.161) e *outras não especificadas* (22.715), que somam 69.467 entidades, representando a Abong, portanto, algo como 0,35% dessas Fasfil.

Procurando reduzir o grau de arbitrariedade, desmembramos o item desenvolvimento e defesa de direitos, o qual inclui *associações de moradores* (14.568 Fasfil), *centros e associações comunitárias* (23.149 entidades), que diferem das atividades das filiadas à Abong. Assim, mais próximos de seu campo de atuação, encontraríamos itens como

desenvolvimento rural (1.031 entidades), *emprego e treinamento* (388 entidades), *defesa de direitos de grupos e minorias* (4.662 entidades) e *outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos* (1.363), perfazendo um total de 7.444 Fasfil atuando em área similar à Abong. Desse total já bastante reduzido, a Abong representa 3,34% das entidades.

A pesquisa sobre Fasfil não averiguou orçamentos, recursos utilizados nem as fontes de financiamento. Já a Abong apresenta um quadro, elaborado a partir de 163 respostas fornecidas por suas afiliadas que especificaram valor de orçamento e percentual originado, por tipo de fonte de financiamento, em 2000.

ABONG - Fontes de financiamento e sua proporção no orçamento total

Fontes	nº de ONGs	Valor do orçamento R$	% sobre o orçamento total 2000	% sobre o orçamento total 1993
Agências internacionais de cooperação	116	70.182.947,73	50,61	75,9
Órgãos governamentais federais	63	10.404.145,74	7,50	--
Órgãos governamentais estaduais	36	8.227.083,58	5,93	3,2
Órgãos governamentais municipais	28	6.978.721,08	5,03	--
Empresas, fundações e Instit. empresariais	43	5.806.643,74	4,19	1,8
Outras fontes de financiamento	52	5.528.660,75	3,99	5,0
Comercialização de produtos e serviços	71	5.313.436,52	3,83	6,9
Agências multilaterais e bilaterais	17	3.324.057,56	2,40	7,0
Contribuições associativas	38	2.458.266,56	1,77	--
Valor não especificado por fontes		20.435.898,43	14,74	--
TOTAL		138.659.861,16	100,00	100,00

Fonte: Abong, 2002, p. 17

Observa-se expressiva redução do montante assegurado pelas agências internacionais de cooperação: de 75,9% no orçamento total de 1993, essa rubrica caiu para 50,61%. Mesmo assim, continuavam assegurando a metade dos recursos com que contavam tais ONGs o que, decerto, lhes permitia uma certa desenvoltura no plano interno, mantendo perfil cosmopolita. Não obstante, as agências de cooperação internacional passaram a consolidar (e a exigir) formatos de prestação de contas voltados para a "eficiência" na aplicação de recursos, com critérios a cada dia mais gerenciais, estreitando o controle sobre as entidades financiadas na definição de suas atividades. Sujeitas a uma vigilância cada vez mais centralizada, eventuais brechas para atividades que diferiam do padrão dominante se viam severamente reduzidas ou eliminadas, estrangulando algumas entidades cuja atividade abrigava alguma resistência (COUTINHO, 2004).

Simultaneamente, os recursos provindos de órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) cresceram de 3,2% em 1993 para 18,46% do total de recursos em 2001, traduzindo a substituição de políticas públicas pela atuação desses aparelhos privados de hegemonia.

Quanto ao montante total de recursos, houve, entre 1999 e 2001, um aumento em torno de 26% (de R$ 116,6 milhões para R$ 158,8 milhões), mantendo-se os gastos com pessoal (técnico, administrativo ou em atividades programáticas) numa proporção próxima a 40% do total do orçamento nas filiadas à Abong.

Quanto às Fasfil, o enorme crescimento entre 1996 e 2002 não foi homogêneo, incidindo tanto no terreno no qual atuava a própria Abong, quanto exponencialmente no setor empresarial.

> No grupo de meio ambiente bem como no de desenvolvimento e defesa dos direitos, as entidades mais do que quadruplicaram nesses seis anos. As *associações patronais e profissionais aumentaram em três vezes e meia, passando de 13 mil entidades, em 1996, para 45 mil, em 2002*. Neste particular, destaque-se as *associações de produtores rurais* que, em apenas seis anos, aumentaram seu número em cinco vezes e meia: eram 4 mil, em 1996, e passaram para 25 mil, em 2002 (BRASIL, 2002, p. 43, grifos meus).

O número de entidades da Abong também cresceu no período 1996-2002, passando de 225 afiliadas a 248, expressando 10% de in-

cremento, muito inferior ao percentual apontado para as Fasfil. Se ampliarmos o período para 1994 (164 afiliadas) a 2001 (248 afiliadas), o crescimento foi de 37%, mas ainda assim não comparável à escala de crescimento das Fasfil congêneres, no interior das quais a Abong é ínfima parcela.

Levando em consideração a expansão do número de entidades no país, os dados sugerem uma intensificação da concorrência entre elas pelos fundos públicos. A Abong, diante disso, reafirmava mais uma vez sua "posição clara de exigir o acesso aos fundos públicos por parte das organizações da sociedade civil" (ABONG, 2002, p. 17).

Quanto ao número de pessoas empregadas também há disparidades entre a coleta de dados da Abong, que discrimina todo o pessoal ocupado (CLT, autônomos, temporários, estagiários, terceirizados e outros), enquanto a pesquisa do IBGE discrimina apenas o pessoal assalariado, sem maiores precisões. Comparar esses dados pode incorrer em superestimação da participação da Abong no conjunto da força de trabalho ocupada. Mesmo assim, no âmbito das entidades selecionadas por similaridade com a Abong, esta representa 2,85% do pessoal empregado. Excluindo-se o item "outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos", a participação da Abong sobe para 13,49%. No total geral do pessoal empregado diretamente pelas Fasfil, a Abong representa 0,03%, conforme os dados abaixo permitem inferir.

Quadro de pessoal empregado para Fasfil selecionadas e Abong

Discriminação	Número de trabalhadores
Fasfil – Meio ambiente e proteção animal	3.006
Fasfil – Desenvolvimento rural	1.510
Fasfil – Emprego e treinamento	2.330
Fasfil – Defesa de direitos	14.911
Fasfil – Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	15.313
Outras Fasfil não especificadas anteriormente	138.153
TOTAL Fasfil selecionadas	175.223
TOTAL Fasfil (todas as categorias temáticas)	1.541.290
TOTAL Abong (incluindo todas as categorias de trabalhadores)	5.004

O empresariamento se expandia na sociedade civil, amparado pela infeliz expressão “privado, porém público” e devorava a própria Abong. Não significou uma redução do Estado, mas uma *retirada de poder das classes subalternas* do interior do Estado. A ampliação do Estado no Brasil prosseguia, reformulando e modificando em parte o teor de sua seletividade, ao estimular e agregar miríades de organizações dispersas, porém sob coordenação empresarial (de origem nacional ou não) e governamental. Esse é um dos elementos mais cruciais a destacar nos dados citados anteriormente .

O conceito de público é um dos mais híbridos e escorregadios. Construído em oposição – e em complemento – a privado, tende a reafirmar a separação entre sociedade e Estado, típica do pensamento liberal, tanto em sua versão satanizadora do Estado – o grande Leviatã – quanto em sua feição angelical – o Estado como o sujeito racional do bem comum, como o único espaço de todos, coletivo, enquanto as demais instâncias estariam marcadas pela propriedade individual. O enorme salto na concentração da propriedade, na virada para o século XXI, seria estendido a inúmeros terrenos, permanentemente reexpropriados, como o dos direitos, o do conhecimento, o da própria vida, tanto em sentido biológico (patentes genéticas) quanto sociológico (banalização da suposição de uma “propriedade de si”).

Ora, o Estado não passa do momento mais “universal” da *dominação* de classes sob o capitalismo. Não constitui uma universalidade efetiva. Por isso, as formas de organização anticapitalistas precisam alçar-se a um universal de fato efetivável, que incorpora (rejeita e supera) o momento estatal mas aponta para uma dimensão radicalmente distinta (socialização/internacionalização e não apenas contraposição entre público e privado de maneira cosmopolita). Precisam enfrentar tanto as questões imediatas, tal como elas são aparentemente resolvidas no âmbito do Estado – as demandas mais imperiosas dos trabalhadores e subalternos, as reformas convertidas em políticas públicas – quanto atacar os limites de sua administração no âmbito do Estado.

A Abong contribuiu para reduzir a noção de público à de atuação sob urgência. Num primeiro momento, sob enorme pressão de movimentos populares e com a presença de um partido que aglutina-

va os trabalhadores e prometia converter essas demandas numa política comum, pública e universal, difundiu sua idealização, com a noção de público substituindo a socialização e o questionamento das formas concentradas de propriedade. Em seguida, apoiou a descaracterização de qualquer elemento universal, satanizando o momento estatal de conquista da luta popular. Finalmente, implantou-se num fictício e etéreo "espaço público", idilizado e subalternizado à dinâmica do capital através do elogio à gerência "eficiente" do capital privado.

A luta legítima e necessária em defesa do público era insuficiente sem o cunho socializante (igualitário) e sem a problematização das novas formas de propriedade e de formação dos trabalhadores para o capital que se desenvolvia no âmbito de um Estado crescentemente ampliado. Viu-se, portanto, contida no Estado e por ele, sob o predomínio do capital portador de juros (ou monetário), unificação crescentemente abstrata de todas as formas de capital.

A noção de público seria reduzida, com o apoio ativo da Abong, a sinônimo de fonte pragmática de recursos a serem empregados conforme regras do mercado de captação de dinheiro, a um "público" configurado como consumidores de ações paliativas ou de novas ONGs. Para além da dimensão apassivadora, resultou em: a) novas dinâmicas no âmbito econômico e cultural que, apoiando-se na própria luta popular, utilizando seus próprios termos, os encapsula como forma de subordinação dos trabalhadores (empresariamento social); e b) redefinição da força de trabalho.

A Abong e "suas" ONGs viram minguar seu papel, depois de obscurecer o que estava em jogo na sociedade civil e na vida social brasileira. Insistiam sobre a importância de considerar a sociedade em toda a sua "complexidade" – mas deixavam de lado o elo central que permitia compreendê-la, sem o qual "complexidade" apenas quer dizer infinidade de interesses aparentemente desagregados, mas unificados pelo capital e pelo mercado e, no caso da sociedade civil, pela pressão do apoio empresarial.

Empreendedorismo e expropriações: cidadão pobre e voluntário oferece trabalho

A unificação realizada pela expansão capital-imperialista atua em diferentes níveis, a começar pelo da existência imediata e concreta, para uma população expropriada de maneira múltipla e brutal e colocada mais ou menos violentamente em situação de disponibilidade para o mercado, pelo desemprego ou sua ameaça, e por uma cascata de formas de venda da força de trabalho, desigualmente precarizada. Expropriada também de direitos, se depara com o mercado como *única instância comum* a todos, dramaticamente homogeneizadora das necessidades sociais. Em paralelo, de maneira mais elaborada, essa unificação ocorre através da atuação do Estado, tanto por meio das agências voltadas para a formulação das políticas cruciais para as frações concentradas dominantes, como a blindagem dos ministérios econômicos, retirados do âmbito de qualquer escolha ou manifestação popular, quanto a partir de sua diretividade para o conjunto de políticas sociais "em parceria" com setores privados de qualquer procedência. Porém, isso não esgota de forma alguma os processos unificadores, expandidos através das entidades empresariais (nacionais ou internacionais) e de suas conexões internas e com o próprio Estado, estabelecendo orientações comuns, restringindo, *administrando* e coagindo eventuais dissensões internas. Numa palavra, difundindo sua diretividade social. Para essa unificação, que se dá sob o pano de fundo da necessidade da expansão do capital-imperialismo, é mais do que conveniente a fragmentação dos diferentes setores laborais, o fracionamento dos tipos de contrato, a expropriação de novas áreas (empresas públicas, direitos ou recursos naturais): ela é necessária.

Tanto o elo central – as relações sociais de exploração (isto é, a conversão de dinheiro em capital) – que nucleia as formas de dominação quanto as inúmeras mediações que ocorrem entre os processos "econômicos" e as vontades políticas, realizadas através da sociedade civil, dos aparelhos privados de hegemonia e das lutas contra-hegemônicas desapareciam na novilíngua das ONGs, muito além do universo expresso pela Abong, submersas na unificação a que aderiram, a da reformatação da classe trabalhadora levada a efeito no Brasil.

A sociedade civil é arena de luta de classes e, portanto, do embate entre aparelhos privados de hegemonia e de contra-hegemonia no sentido do convencimento, da formação, da educação de quadros, de sua organização segundo objetivos e projetos de classe contrapostos. O papel cumprido pela indistinção que a Abong ajudou a imprimir entre as formas associativas – ONGs ou Fasfil – contribuiu discursivamente para apagar a existência de lutas contra-hegemônicas na sociedade civil, que persistiam, e para a destruição de direitos universais recém-conquistados na Carta Constitucional de 1988. Do conjunto desse processo resultou a produção massiva de trabalhadores com escassos direitos, mas mobilizados sob a forma de militância mercantilizada, reiterando-se o apagamento retórico da classe trabalhadora no Brasil. Por esse viés, a Abong chegaria ao século XXI afogada sob entidades e associações similares dirigidas diretamente pelos setores empresariais.

A hegemonização do grande capital portador de juros, de cunho original puramente negativo (expropriador), se explicita hoje num programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência a partir de: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo; a expansão de financiamentos atuando como forma genérica de extração de sobretrabalho; e, finalmente, na disseminação de novos aparelhos privados de hegemonia empresariais.

Se a sociedade civil é espaço de luta de classes, uma atuação empresarial de tamanho porte aponta para duas direções. Em primeiro lugar, ao incidir sobre uma infinidade de setores, atua *preventivamente* na administração de conflitos, significando que as tensões permanecem e as lutas teimam em vir à tona. Há, portanto, resistências (inclusive na Abong, ainda que eivada de contradições) e polos potenciais de luta contra-hegemônica. Não nos ocuparemos aqui dessas resistências, nem dos movimentos sociais que recusaram "onguizar-se", tendo permanecido em outro espaço de luta. A expansão de Fasfil, ONGs, ou mais precisamente, de aparelhos privados de hegemonia coligados ou não às frentes móveis de ação internacional do capital, demonstra o crescimento de lutas sociais e a necessidade burguesa de sua contenção.

A segunda direção é um novo formato social para relações de trabalho, configurando um disciplinado exército de mão de obra totalmente desprovido de direitos e da própria identidade operária. Alguns exemplos permitem ter ideia da dimensão do fenômeno. Em texto elaborado pelo Banco Mundial:

> Líderes do Fórum de ONGs de Rondônia criaram a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Rondônia (COOTRARON) em 1997. Em 1998, ela era formada por 58 pessoas, desde técnicos ao pessoal de limpeza, que prestavam serviços a *nove órgãos públicos* em áreas como assistência jurídica, recursos florestais, planejamento estratégico, agronomia e limpeza de escritórios. Vários de seus membros prestaram serviços para o projeto de manejo de recursos naturais financiado pelo Banco, o PLANAFLORO, e para o projeto Lumiar, do INCRA. A cooperativa conseguiu gerar US$ 22.000 por mês em salários, sendo que *os contratos custavam de 15 a 20% menos do que os contratos padrão anteriores regidos pelas leis trabalhistas (CLT)* (GARRISON, 2000, p. 96, grifos meus).

Não se trata apenas de substituição ou de ampliação do Estado, mas da produção de trabalhadores desprovidos de qualquer garantia, que devem eles próprios gerir sua força de trabalho de forma a oferecê-la a custos sempre mais baixos. Essa gestão – da mercadoria força de trabalho – deve reger-se por padrões empresariais, isto é, por padrões *inflexíveis* de concorrência, diante dos quais deve comportar-se de forma *flexível*, ajustando-se, adaptando-se às exigências do mercado.

Outro exemplo sobre essa massiva formação de força de trabalho de novo tipo é dado pelo crescimento do voluntariado, que atingiria em 2000 a cifra de 19,7 milhões de pessoas (BRASIL, 2003, p. 26), configurando um exército de trabalhadores. Tal exército parece disponível para diversas formas de atuação, como através da extensão da jornada de trabalho daqueles que dispõem de contrato e que, temerosos do desemprego, aceitam oferecer-se "voluntariamente"; pela urgência na qual estão os desempregados ou precarizados, buscando forjar currículos valorizados pelas empresas e que assegurem, a médio prazo, um contrato; ainda, através de minúsculas remunerações, como pequenas bolsas que, mesmo se eventuais e

totalmente desprovidas de direitos, asseguram um ingresso monetário. Assim se expressou recentemente Wanda Engel, ex-dirigente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), superintendente do Instituto Unibanco e primeira presidente de uma nova entidade, o *Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial*, com a participação de mais de 30 empresas, dentre elas Coca-Cola, Carrefour, Light, Unibanco, Itaú, Bradesco, Petrobras, Shell, Souza Cruz e Vale:

> historicamente, o voluntariado era uma ação individual. Na sequência, as empresas passaram a fomentar as iniciativas. O *Riovoluntário* começou a convidar empresas para formar uma rede. Essa rede vai virar o Conselho. Será uma forma de agregar mais pessoas e ter essa massa de recursos humanos mais integrada. *Teremos um exército*. Só o Unibanco tem 30 mil potenciais voluntários. (O GLOBO, 21/03/2008, p. 23, grifos meus)

Multiplicam-se as especializações universitárias de gestores de programas privados de cunho "social", cuja função é disseminar padrões de gestão altamente competitivos para educar e conter massas populares, capazes, porém, de realizar as atividades necessárias ao novo padrão de uso da força de trabalho, supostamente sob a forma da autoexploração traduzida pelo empreendedorismo. Este novo padrão associa trabalhadores com formatos distintos, desde aqueles com contrato formal até os extremos menos formalizados. Converte os trabalhadores em adiantadores voluntários de sua capacidade de trabalho (ou de sua urgência em vender sua força de trabalho sob qualquer forma). Muitos daqueles totalmente desprovidos de direitos precisam fornecer previamente os "projetos" de sua eventual inserção no mercado de trabalho, ingresso disfarçado de militantismo, porém sem direitos.

As pesquisas de mercado realizadas pelas empresas são multiplicadas pela disseminação de milhares de "projetistas", ou em outros termos, de trabalhadores à busca de remuneração mercantil, pesquisando nichos de atividades, muitas vezes gratuitamente e que, eventualmente, serão contemplados com recursos para testar tal ou qual atividade; em alguns casos, contratados por alguma empresa; ou, ainda, mais uma vez expropriados, se a atividade for diretamente

assumida pelo empresariado. Algumas modalidades dessa nova gestão foram denunciadas em jornais, no Rio de Janeiro, sobre as contratações superfaturadas de mão de obra terceirizada e sem direitos, com intermediação de tais aparelhos privados de hegemonia, convertidos em empresas intermediadoras, principalmente para a área de saúde, mas também sob a forma de cooperativas desprovidas de direitos ("coopegatos").

Esse formato de expropriação massiva, gerenciada segundo o molde da expansão generalizada de relações sociais de tipo capitalista característica do capital portador de juros é plenamente cosmopolita. Vejamos dois longos, mas esclarecedores, exemplos da formação internacional de gestores para novo tipo de mão de obra, em matérias publicadas na grande imprensa. A primeira, d'O Globo, intitula-se *Brasil exporta executivos para ONGs globais*:

> Está cada vez mais frágil o muro que separa as ONGs das empresas brasileiras. Depois de muitas batalhas e enfrentamentos – nem sempre pacíficos, a ponte da amizade foi construída. Não bastasse o trânsito estar livre nos dois sentidos, os executivos do terceiro setor e das empresas privadas compartilham da mesma linguagem e ainda trocam experiências. É que o Brasil virou um celeiro de profissionais que saem de grandes corporações para enfrentar o desafio de ocupar cargos de executivos em ONGs globais. O médico Frank Guggenheim trocou a Roche do Brasil, onde era diretor da Divisão Farmacêutica pela direção-executiva do Greenpeace. Aos 47 anos, o paulista Roberto Waak deixou a presidência da Orsa Florestal para assumir uma das câmaras técnicas do Conselho de Manejo Florestal (FSC, sigla em inglês) (..) Waak continua defendendo os interesses do capital no FSC. Era da presidência da Orsa e mudou de lado depois de lutar junto com a entidade para certificar 545 mil hectares de terra no Pará. O grupo Orsa fatura em média R$1,4 bilhão ao ano com a venda de 410 mil toneladas de celulose. A FSC é uma típica ONG global. Atua em 47 países e trabalha com 22 empresas certificadoras. (...) Já Nelmara Arbex abriu mão do seu cargo de gerente da Natura para assumir a direção da Global Reporting Initiative (GRI) que tem a função de transformar os balanços socioambientais em algo tão frequente no mundo

> dos negócios como os relatórios financeiros. (...) Trocou SP por Amsterdã. Há forte assédio das empresas sobre executivos de ONGs. (...) Garo Batmanian trocou o cargo de executivo-geral da WWF (Worldwide Fund for nature) pelo de diretor do Programa Piloto para Proteção das Florestas do Banco Mundial (Bird), onde administra carteira de US$ 100 milhões. Está convencido de que a convergência entre ONG e empresas é a ponte que faltava para enfrentar de maneira eficiente o desafio de manter as florestas em pé. (O GLOBO, 19/08/2007, p. 49)

A segunda matéria, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, demonstra como esse tipo de atividade vem se consolidando internacionalmente como modalidade de investimento do mercado financeiro, com altíssima rentabilidade e utilizando-se de mão de obra totalmente disponibilizada para o mercado (expropriada), no caso específico, composta de ex-prisioneiros:

> Assim como os fundos de venture capital, que investem em empresas jovens com potencial de gerar grandes resultados, os fundos filantrópicos como o *Impetus* [principal ONG britânica de venture philantropy, dirigida por uma economista brasileira, Daniela Barone Soares] estão em busca de entidades capazes de gerar impacto social. Para os fundos filantrópicos, a doação é tratada como investimento de longo prazo. E a exemplo de seus similares capitalistas, isso significa avaliar balanços e investigar mercado para descobrir onde estão as oportunidades para gerar maior impacto social. Foi o que foi feito com a St Giles Trust, ONG britânica que trabalha com ex-prisioneiros. (...) "A concorrência nessa área de sem teto é enorme. E todas disputam uma verba pública que vem diminuindo a cada ano", conta Daniela. Mas a St. Giles tinha um trabalho único que a diferenciava das demais, com ex-prisioneiros, que consumia apenas 20% de seus esforços. (...) De 2004 para cá, a entidade registrou um crescimento anual de 109% no número de ex-prisioneiros atendidos, de 200 para 1.700. A taxa de reincidência de crimes entre os ex-prisioneiros, que é de 55% em toda a Inglaterra, caiu 20% nas 20 prisões em que a St Giles atua. Além disso, as receitas da entidade vêm registrando aumento de 37% ao ano, de £1,34 milhão em 2003/4 para £3,2 milhões em 2006/7. (...) O chamado

> "mercado de capital social" com os fundos filantrópicos começou nos EUA há uns anos e está começando agora na Europa. No Brasil, ainda é uma miragem. (...) Os recursos do Impetus saem de instituições financeiras, principalmente da área de private equity e venture capital. No mês passado, Daniela e sua equipe - formada só por mulheres - comemoraram um investimento milionário do fundo ISIS Equity Partners pelos próximos cinco anos. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/01/2008)

A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho, renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como "empoderamento", "responsabilidade social", "empresa cidadã", "sustentabilidade". A "onguização" da associatividade popular prossegue, convertendo-a em espaço privado e competitivo – com hierarquias internas fortes e, portanto, com diferenciações burocráticas e sociais que reproduzem a gestão empresarial. Subalternizam-se as mais incipientes formas de organização popular, direcionadas para "gerenciamento de força de trabalho", processo potencializado pela formatação atual do Estado.

As contrarreformas do Estado penalizaram desigualmente os trabalhadores, por se apoiarem nas massas expropriadas que elas próprias produziam. O processo prosseguiu, se aprofundou e refinou sob o governo Lula da Silva, o mais capacitado socialmente a exercer o papel originalmente cumprido pela Força Sindical: contribuir ativamente para a destruição interna das lutas socializantes, ao tempo em que assegura a adequação social e formidáveis recursos ao capital-imperialismo no Brasil, sob o formato democrático da violência couraçada de convencimento. O prévio aval de seu governo à segurança da propriedade monetária e sua ação enérgica em prol do

"alívio à pobreza" sob forma privatizada e antiuniversal, revela seu papel de fomentador oficial de vasto celeiro de mão de obra sem direitos. O Programa Fome Zero (que retomou o mote da Campanha de Betinho) e o Bolsa Família generalizaram a experiência, antes limitada a uma tímida vitrine social, do Programa Comunidade Solidária, de Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Não elimina o viés filantrópico nem a cidadania da miséria, e expressa uma diretriz diretamente empreendedora para o capital-imperialismo.

Assistimos à generalização da *política de conta-gotas*, mas ela é de fato invertida. Essa terminologia deriva do Banco Mundial que, desde a década de 1950, estabeleceu parâmetros de "desenvolvimento" a partir de uma hipótese de Kuznets bastante propícia ao capital, pois segundo ela

> a distribuição de renda se concentrava nos estágios iniciais do ciclo econômico e se desconcentrava nos estágios finais, de tal maneira que, após uma fase ascendente e sustentada de crescimento econômico, operar-se-ia o "efeito derrame" (trickle-down), i.e., o gotejamento gradual da renda para os estratos mais baixos da estrutura social. (PEREIRA, 2009, p. 81).

Tal hipótese jamais se verificou. Porém a massiva expropriação que se potencializou na década de 1990 assegurou volumosos recursos para o grande capital-imperialismo brasileiro e forâneo, assentou as bases de uma intensificação extraordinária da exploração do trabalho e, para assegurá-la, disseminou um gotejamento de minúsculas migalhas destinadas às famílias mais carentes, para sua adequação voluntária à nova lógica. O calibre de tais gotas é minuciosamente dosado e o gotejamento sequer constitui algum direito, mas reitera o apassivamento do conjunto dos trabalhadores sob as novas condições da extração de sobretrabalho. Espelha as atuais modalidades de exploração capitalista e não apenas um retorno a formas precedentes. Renova em ponto ainda mais agudo a tradição brasileira de integração entre o arcaico e o moderno, com intensa exploração das desigualdades, de maneira combinada. O percurso de algumas lutas sociais e, sobretudo, do ativo redirecionamento realizado internamente, me conduz a considerar que, do ponto de

vista da produção de uma sociabilidade, o Brasil hoje integra o conjunto dos países capital-imperialistas, embora de maneira subalterna.

Capital-imperialismo e suas contradições na existência social

O predomínio do capital-imperialismo supõe um acirramento de atividades voltadas para a produção de mais-valor e de extração de sobretrabalho sob formatos variados, respondendo ao predomínio do capital portador de juros, resultante da condensação/imbricação de todas as formas do capital. O grau de expropriação social e de concentração dos recursos sociais de produção impulsiona capilarmente a constituição de novos setores burgueses, como burguesias de serviços, além de fomentar a extração de sobretrabalho apenas indiretamente organizada pelo capital, como através do recolhimento de impostos/tributos e, sobretudo, através da difusão do crédito. O crédito não se limita aos juros imediatos que extorque. Este seria um argumento unicamente econômico. A irradiação do crédito envolve também formatar uma sociabilidade necessitada de recursos monetários para assegurar o consumo, ou o pagamento de prestações, exasperada, portanto, para vender sua capacidade de trabalho sob qualquer formato.

Como vimos, uma sociabilidade deste tipo conserva e amplifica as contradições características do capital, modificando-se a institucionalidade que o sustenta. Precisa multiplicar atividades de convencimento, em todas as direções, desde a propaganda, passando pelo gigantismo tentacular da mídia proprietária, até as atividades culturais e associativas populares, redirecionando-as. Ao mesmo tempo, aumenta as formas de repressão, através da coerção econômica e da violência.

O empresariamento de massas de trabalhadores sob múltiplas formas, ou mesmo sem-formas, como sugeriu Francisco de Oliveira (2003), não mais se limita, na prática da vida cotidiana, a expressar-se de maneira apenas econômica, pois se torna gestão capital-imperialista do trabalho sob forma diretamente social. Envolve de maneira intrincada praticamente todos os setores burgueses.

Atravessa as megacorporações, que se tornam indistintamente industriais-mercantis-financeiras, sustenta privada e publicamente transnacionalizações e especializações produtivas ao lado do desmembramento e dispersão de empresas, introduzindo uma concorrência interna exasperada.

Torna-se tarefa direta do conjunto do capital o controle e formação dos trabalhadores. Por isso precisa envolver intimamente o Estado, tanto através da pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005), quanto na sua própria ossatura, que se altera para cumprir suas novas exigências. Tais exigências supõem garantir altos teores de expropriações, e abrangeram privatizações mais ou menos aceleradas (venda direta de empresas públicas e expropriações surdas, roendo mais ou menos discretamente o teor universalizante subsistente, direitos, reprodução, natureza, etc.), o desmembramento de políticas públicas em múltiplos setores privados para abrigar as novas burguesias de serviços (saúde, educação, transporte público, malha viária, aeroportos, prisões, etc.) e mesmo sub-burguesias intermediadoras de força de trabalho, eufemisticamente apresentadas sob a etiqueta elástica e vaga de ONGs. Para este Estado, é crucial diluir e distribuir para diversos setores de extração de mais-valor ou de sobretrabalho todas as conquistas de cunho universalizante, expropriando-as, ao tempo em que precisa assegurar a contenção e o disciplinamento dos trabalhadores assim disponibilizados como "consumidores" evidentes, mas convertidos em "produtores" invisíveis. Mantém-se um viés filantrópico (a doação, a participação, o voluntariado), que contribui para a difusão de uma rígida autodisciplina de trabalho (empreendedora), reafirmando em todos os níveis a importância da propriedade do capital. A tensão entre a palavra e o gesto se agudiza.

Numa sociedade na qual predomina o capital portador de juros, generaliza-se – e impõe-se – uma forma de ser competitiva e inflexivelmente empreendedora, sempre sob condições de urgência, que se opõe imediatamente às expressões que pretendem justificá-la: filantropia, cidadania, solidariedade, responsabilidade, participação, democracia, etc. Essa dinâmica social precisa caricaturar toda e qualquer expressão de luta social, incorporando-a, esterilizando-a,

redirecionando-a. Ao fazê-lo, multiplica os polos de contradição em seu próprio interior, em fuga para a frente acelerada. Acirra-se a competição entre as próprias entidades que, supostamente, deveriam assegurar sua pacificação.

Expande-se a subordinação direta dos trabalhadores, pela disponibilidade mercantil de sua fragilidade social, impondo-se a introjeção da competição mercantil no âmbito do cotidiano, da subjetividade e dos espaços coletivos. O predomínio do capital-imperialismo tende a exigir extração de valor no âmbito interno e externo, através de crescentes exportações de capitais e da exploração de trabalho alhures. Assim, exaspera novas contradições, pois alimenta a formação de uma socialização intensificada dos processos produtivos de todos os setores, enquanto se contrapõe feroz e manipulativamente à constituição de sujeitos históricos, capazes de revolucionar suas condições de vida social.

Notas

1 Vale lembrar que nesse período ocorreu a ascensão de uma renovada e agressiva parcela de setores sociais médios (os "novos banqueiros" do período FHC, cf. Guiot, 2006) ou sindicais (os sindicalistas gestores do grande capital, cf. Garcia, 2008 e Oliveira, 2003) para cumprir os papéis subalternos da expansão dos setores financeiros de diversos tipos (bancários ou de outras formas de intermediação).

2 Por esse viés, atualizavam os versos de *Fado Tropical*, música de Chico Buarque e de Ruy Guerra: "mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar/Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora."

3 A manutenção da agenda contra-hegemônica não é o alvo desta análise. Vale notar que o mais importante movimento social contra-hegemônico no período foi o MST, ao correlacionar permanentemente a desigualdade à *estrutura da propriedade no Brasil*, e em especial a propriedade da terra e do capital. Não estava sozinho, pois diversos setores sindicais permaneciam combativos, abrigados numa CUT em processo de hegemonização pelas correntes e setores mais adaptados aos novos ventos, assim como diferentes movimentos sociais populares permaneceriam refratários à agenda apassivadora e forjadora de uma esquerda para o capital. Esse processo seria visível no século XXI, quando o primeiro governo Lula tornou ainda mais evidente e profundo o transformismo, iniciando-se uma penosa recomposição das forças contra-hegemônicas.

[4] Em recentíssimo livro do Coletivo de Estudos de Política Educacional, pode-se encontrar um abrangente estudo do teor teórico e da difusão dos intelectuais formadores de uma esquerda para o capital e sua estreita cooperação com uma direita para o social (NEVES, 2010).

[5] Uma das mais divulgadas foi realizada por Sonia Rocha, economista que foi consultora do Banco Mundial para o estabelecimento de linhas de pobreza para o Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1987-1988, (quando trabalhava no Ipea) e para a realização de estudos de incidência e caracterização de pobreza utilizando estes parâmetros. De 2002 a 2005 foi Coordenadora de Projetos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela avaliação de projetos sociais financiados pelo governo estadunidense em 15 países da América Latina. Atualmente, integra o IETS- Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Fasfil que se apresenta como "*think-tank* independente, de interesse público, plural, multidisciplinar, dedicado ao diagnóstico, avaliação e desenho de estratégias voltadas para o desenvolvimento, numa perspectiva inovadora. Entre nossos associados estão professores, pesquisadores, empresários, jornalistas, formuladores e gestores de política, lideranças sociais de diferentes tendências e instituições." Disponível em http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=1. Acesso em 23/05/08.

[6] O catálogo recebeu o apoio das seguintes instituições internacionais: The Ford Foundation; Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento = ICCO; W. K. Kellog Foundation; Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe E.V.-EZE e OXFAM.

CAPÍTULO VI
O BRASIL CAPITAL-IMPERIALISTA

Neste capítulo, procuro apresentar uma síntese do painel histórico que nos permite considerar, na atualidade, a atuação econômica, social e política brasileira como integrando – de maneira subalterna – o grupo dos países capital-imperialistas.

Retomo aqui as linhas mestras que entreteceram meu argumento, conectando-as neste capítulo, que assinala a urgência de pesquisas e debates rigorosos quanto à caracterização do mundo contemporâneo. Ao longo deste trabalho, procuramos demonstrar que estamos diante de uma profunda transformação no capitalismo, sob o predomínio atual do capital-monetário, ou da forma mais concentrada do capital. Essa concentração impulsiona relações sociais de tipo capitalista, exasperando suas contradições fundamentais a patamares dramáticos, através de uma enorme variedade de formas de expropriação, tornando a própria humanidade, em seu sentido mais literal e biológico, refém da propriedade do capital e de sua imperiosa necessidade de tudo converter em mercadoria, de maneira a assegurar sua própria existência. Massas incontroláveis de capital fictício, estreitamente coligadas com as demais formas do capital, promovem intensa destruição social, ambiental e humana ao perseguirem e inventarem maneiras de converter a atividade humana em trabalho, ou seja, em forma de extração de mais-valor. Corroem a vida social de inúmeras formas, inclusive através da banalização das atividades mais corrompidas e violentas, desde as máfias e os tráficos diversos, até a corrupção, intrafirmas ou entre firmas, instituições e governos.

Não é possível nem desejável reduzir o conjunto da existência social contemporânea a essa dupla e perversa dinâmica da concentração/expropriação. Se ela não permite compreender (felizmente) todos os aspectos de nossa vida atual, sem sua compreensão, entretanto, as forças fundamentais que regem nossa existência parecem escapar de nosso alcance, submergindo-nos em sucessivas ondas de crise e escasso alívio sem que consigamos alcançar seu sentido e significado.

O Brasil, desde há muito integrado subalternamente no circuito internacional da divisão de trabalho capitalista, também experimenta na sua dinâmica interna o predomínio do capital-monetário, convertendo-se em país capital-imperialista. Sob a ditadura civil-militar de 1964, ocorreu impactante impulso à monopolização da economia, ao lado da implantação de um sistema financeiro. Não houve ruptura ou quebra de continuidade nesse processo de concentração monopólica e dependente, desde então. Nem a chamada década perdida, nem a abertura de mercados promovida pelo governo Collor e seu aprofundamento sob o governo Fernando Henrique, assim como as duas fortes crises econômicas em 2000 e 2008, reduziram o impulso concentrador do capital no país. Ao contrário, quanto mais dramática foi a crise social, mais parecem ter saído fortalecidos os setores mais concentrados. Sem negar o impacto econômico de tais crises, vale lembrar que elas atuaram como facilitadoras para massivas expropriações, em todos os setores da vida social (terras, águas, direitos laborais e outros, etc.).

Dito de maneira direta, a megaconcentração de capitais parece cavar continuamente o solo da crise social, para, em seguida, transformar a tragédia humana em base para sua lucratividade, convertendo a penúria que provoca em mercado para os bens que produz. A crise se torna ameaça permanente e sempre mais grave, inclusive, porque as escassas redes de proteção que os direitos asseguravam continuam a ser sistematicamente minadas.

O argumento que segui, apesar de basear-se quase que integralmente nas relações sociais sob o capitalismo, e não nas relações econômicas em sentido estrito, parece a muitos excessivamente econômico. Ora, em que pese o predomínio a cada dia mais avassalador do econômico sobre os rumos do planeta, os comportamentos dos governos, a existência das famílias e mesmo a vida cotidiana dos seres singulares, há como que uma blindagem atual segmentando esferas da existência que são, de fato, inseparáveis e constituem uma unidade fundamental. Assim, tal segmentação fragmentadora reforça a suposição peculiar de uma profunda separação entre nossa vida cotidiana, nossos impulsos afetivos, nossa cultura, nossa existência, nossas crenças e o mundo no qual

aprendemos a ser, a ter impulsos, a viver na cultura, a crer e a existir. Desde Marx, sabemos que não se trata de uma "escolha econômica", mas de um modo histórico peculiar de organizar a vida social que impõe o econômico como sua dimensão central, como se fosse o móvel central e o fulcro da existência humana. Iniciei tanto a pesquisa quanto este livro pelas relações sociais na produção concreta da vida – a concentração de recursos sociais e a expropriação da maioria da população desses mesmos recursos produzindo seres "livres", disponíveis para o mercado – que configuram nossa existência em todos os níveis e em todos os países, ainda que de maneira crescentemente desigual. O crescimento assimétrico da concentração impeliu a acumulação e sua necessidade múltipla de valorização, forjando novas expropriações e dramáticas crises sociais.

Ora, que desdobramentos tais relações sociais geraram no mundo da política? Esse foi o esforço realizado nos dois capítulos seguintes. Neles, não enfatizei os grandes personagens, nem as terríveis opções com as quais foram confrontados os indivíduos singulares ou entidades coletivas, o que muitas vezes se espera de uma historiadora. Procurei compreender de que modo a generalização desse processo no início do século XX, resultado de múltiplas tensões – o imperialismo –, impulsionou correlatamente a invenção de novas formas para a própria expressão política, abrindo novas contradições. Há quase um século, Lenin e Gramsci aportaram elementos extraordinários ao pensarem as condições nas quais se desenvolvia então a luta de classes. Para nosso propósito, impunha-se um duplo movimento: aprender o máximo de suas categorias e conceitos, e acompanhar a própria elaboração de seu pensamento, participando, por assim dizer, do desafio em que se colocavam. Ambos partiam da mesma base teórica e procuravam, por caminhos próprios, explicitar as formas radicalmente novas revestidas pela mesma velha expansão do capital. Foi, portanto, com esse espírito que iniciei a análise do capital-imperialismo contemporâneo, contando com os materiais teóricos preciosos herdados. O longo transcurso e as profundas reviravoltas ocorridas no século XX ao mesmo tempo evidenciam a justeza de suas teses e *nos afastam* daquele mundo no qual viveram, exatamente por seu aprofundamento.

A interrogação central – o que significam as transformações contemporâneas no Brasil? – não admitia resposta unicamente no âmbito das relações internas, embora partisse delas e a elas precisasse retornar. Procurando entender o processo de transformação capitalista de países retardatários precedentes, para auxiliar na compreensão da situação brasileira atual, enveredei para uma averiguação inicial de dois elementos: a correlação desigual e hierárquica entre os diferentes países centrais, com ritmos de ingresso no capitalismo e no imperialismo diversos e cujos graus de concentração de recursos também era desigual; e a questão da democracia (ou da política contemporânea) a qual, de certa maneira, expressa o movimento de rebatimento da expansão capital-imperialista sobre os próprios países centrais.

Com relação ao primeiro ponto, a correlação entre os países centrais, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria estabeleceram um ponto de não retorno diante das condições de acumulação precedentes, inaugurando um novo modo de expansão, capital-imperialista, promovendo um entrelaçamento pornográfico entre as diferentes funções do capital. Nenhum país capitalista ou imperialista retardatário realizou efetivas revoluções democráticas burguesas[1], nem sequer próximas daquelas originais, ocorridas na Inglaterra ou na França, embora neles as lutas de classes tenham sido acirradíssimas e a questão nacional tenha figurado em primeiro plano. As lutas interimperialistas das duas grandes guerras mundiais se soldaram por um impasse atômico que, até o momento, impeliu a um profundo rearranjo, característico do capital-imperialismo. Ele resultou de processos não necessariamente planejados, mas que levaram a uma íntima articulação entre capitais de origens nacionais distintas, ainda que permanentemente tensionada pela concorrência, profundamente desigual e implementando novas hierarquias e subordinações entre os próprios países capital-imperialistas, sob o predomínio dos Estados Unidos. Nascia, então, um padrão bifurcado para a atuação política: altamente internacionalizada e hierárquica para o capital e fortemente fragmentária e desigualitária para o trabalho, encapsulado pelos Estados nacionais.

Sabemos que a plena expansão do capitalismo no Brasil ocorreu sem a interveniência de uma revolução burguesa de cunho nacionalista ou democrática. Sua posição de dependência econômica diante dos capitais estrangeiros e, em especial, dos Estados Unidos, permitiu porém longa persistência da dúvida sobre o efetivo caráter do capitalismo aqui implementado. Ora, é exatamente a clarificação da composição heteróclita do capital-imperialismo que nos leva a admitir que no bojo de sua expansão se tenham constituído novos polos também capital-imperialistas, embora subalternos. Tais resultados não foram necessariamente desejados ou fruto de uma atuação intencional de capital-imperialistas singulares, eventualmente mais propensos a modalidades neocoloniais. A expansão capital-imperialista ocorreu na medida em que o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares.

Em outros termos, a situação atual do Brasil parece resultar de novos processos de incorporação de países retardatários ao capital-imperialismo, ainda que agudizando-se antigas contradições, como o escasso suporte popular interno para tais voos, tanto pela penúria de grande parte da população brasileira, quanto por uma peculiar sensibilidade popular que, culturalmente avassalada, sobretudo, pelos modismos estadunidenses, a eles opõe um sentimento anti-imperialista. Algumas contradições intraburguesas filtram-se aqui e acolá, dado o controle estatal das burguesias internas contraposto ao poderio *externo e interno* dos capitais estrangeiros e de suas formulações políticas, culturais e ideológicas. O contorcionismo realizado pelas burguesias brasileiras e suas associadas forâneas, entre a obediência à dependência subalterna e sua própria reprodução

enquanto classe capital-imperialista com base no Brasil, volta a se constituir em fonte de contradições entre setores burgueses, expressos, por exemplo, nos debates que cercam a condução da política exterior brasileira. Tais debates tendem, entretanto, a configurar-se como oposições fictícias, isto é, como uma disputa de posições no interior do mesmo terreno, constituindo-se uma direita dura para fora, mas com algum alívio social no contexto interno, e uma esquerda para o capital, mais maleável e plástica no trato com os países periféricos, embora olvidada de suas próprias origens ou das reivindicações igualitárias. Tornam-se, assim, apenas a face esquerda e direita do mesmo processo.

A democracia, definida como processos eleitorais nos quais entram em jogo os direitos civis, políticos e sociais, mas não a existência do capital, embora resulte de conquista significativa das lutas sociais desde o século XIX, foi desde seus primórdios fortemente domesticada e domesticadora. Sob o capital-imperialismo travou-se uma enorme batalha em torno de sua adequação às condições da expansão internacional do capital durante a Guerra Fria, o que permitiu período de prolongado alívio às classes trabalhadoras dos países centrais e seu aceno distante aos demais países. Uma vez consolidadas tais condições – internacionalização da propriedade do capital, de um lado, e encapsulamento dos trabalhadores, de outro – as pressões expropriatórias voltaram a incidir, sempre de maneira desigual, mas agora voltadas também contra as populações dos países centrais.

Gradualmente, as exigências de socialização da política nos âmbitos nacionais deixavam de corresponder à socialização efetiva do processo produtivo, posto que este tendia a ocorrer crescentemente em âmbitos inter, trans e multinacionais. Esse fator opera como potente limitador do alcance das lutas dos trabalhadores e dos setores populares e como fermento de racismos e de xenofobias.

Não obstante, a questão democrática continuou atravessando todo o século XX e persiste no século XXI como elemento ideológico, político e cultural fundamental, como aspiração das grandes massas populares nos mais diferentes quadrantes. Ora, suas condições fundamentais se transformaram. Em lugar de uma ampliação

internacional do escopo democrático, ocorreu seu enrijecimento nos quadros estatais, inclusive nas situações de unificação entre países, como a da União Europeia. Reafirmava-se a luta eleitoral como a *única possível* e legítima, ainda que essa via jamais tenha sido respeitada, como se observa através dos inúmeros precedentes abertos quando eleições geraram situações inadmissíveis para o capital (casos, por exemplo, na América Latina, como Granada, Chile, Haiti e, mais recentemente, Honduras).

O que Gramsci analisou para os Estados Unidos e a Europa de seu tempo, a constituição de aparelhos privados de hegemonia se tornaria a forma cosmopolita por excelência da política do capital, organizada tanto nos diferentes planos nacionais quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras *frentes móveis de ação internacional* se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa. Já mostramos, nos capítulos precedentes, como se acirrou a luta social no Brasil contemporâneo, e quais são as modalidades pelas quais vem sendo reconvertida e reconfigurada.

É, pois, no contexto das lutas de classes que atravessaram nossa história, que procuraremos compreender a configuração capital-imperialista do Brasil contemporâneo.

Burguesia nacional?

Já vimos como se complexificou o teor da sociabilidade dominante no Brasil contemporâneo, tanto no que concerne às lutas populares e suas transformações, quanto com relação às múltiplas formas de ação burguesa no Brasil atual. A abordagem adotada enfatizou as formas de *organização da dominação burguesa* e discrepa de muitas análises que ora enfatizam a inorganicidade burguesa no Brasil, insistindo sobre sua ligação direta com o Estado (sublinhando, por exemplo, as noções de patrimonialismo ou clientelismo), ora acentuam unilateralmente o aspecto truculento da dominação no Brasil, o que, embora real, não é suficiente para dar conta dos processos atuais. Como demonstraram as pesquisas de Sonia Regina

de Mendonça, que apresentamos no capítulo 4, a teia de organizações burguesas no Brasil atravessou todo o século XX, assim como seu entrelaçamento no Estado, cuja ampliação foi extremamente seletiva. Tal processo teria configurado uma classe burguesa no Brasil? Ora, já nos primórdios do século XX, a Sociedade Nacional de Agricultura, entidade associativa privada, cobria praticamente todo o território brasileiro. Perduravam legítimas dúvidas sobre se tais atividades agrárias, na produção de gêneros primário-exportadores ou voltados para o consumo interno, eram capitalistas. Sua íntima conexão com a produção industrial resultou de tortuoso processo histórico, esvaindo na década de 1960 as dúvidas sobre o caráter da vida social brasileira. Ressaltamos a importância dessa entidade, pois ela evidencia que a estrutura da associatividade então empreendida remete às formas características da dominação burguesa e da formação do Estado capitalista. A associatividade burguesa ali exemplificada promovia a formação técnica e política dos quadros dominantes, disseminava o adestramento de mão de obra, difundia valores ligados tanto à propriedade quanto ao mercado e apresentava como nacionais os seus interesses particulares, incrustando-os no Estado como aparelhos "técnicos".

Complementando a já longa trajetória das atividades de entidades patronais, René Dreifuss desvendou as formas mais contemporâneas dessa associatividade burguesa, desde a preparação do golpe civil-militar (DREIFUSS, 1987) até o processo pelo qual, a partir da Constituinte, intensificou-se a implementação de uma extensa rede constituída por associações e entidades de proprietários, da mídia e de entidades associativas internacionais, em especial estadunidenses, em densa malha cobrindo todo o território brasileiro. (DREIFUSS, 1989)

Dreifuss ressaltava como, naquele momento, voltados para o agenciamento, formação de consciência política e o estabelecimento de táticas de atuação:

> os empresários se organizariam a distância geográfica, isto é, se afirmariam nacionalmente – como *classe nacional* –, e não como oligarquia regional, agrupamento caudilhesco ou camarilha coronelícia, pois visavam à direção da estrutura societária em gestação. (DREIFUSS, 1989, p. 10, grifo do autor)

Atento à seletividade dessas formas organizativas, Dreifuss destacava ao mesmo tempo que os requisitos fundamentais de sua constituição classista seriam, por sua vez, negados aos agrupamentos sociais subalternos e subordinados.

Precocemente, as diversificadas expressões burguesas (rurais e urbanas) encontravam-se organizadas no plano nacional, inclusive através de processos generalizados de formação de mão de obra, ou de preparação de uma sociabilidade adequada para o capital, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), de 1942. Uma classe nacional, que abrange o conjunto do território, configuraria uma burguesia nacional?

A existência da burguesia como classe "nacional", atuante e impondo sua ordem, de maneira unificada (embora contraditória) em todo o território, não a converteria na famosa "burguesia nacional", da qual se esperava um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista, disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos. Como fartamente demonstrou Florestan Fernandes, a burguesia aqui forjada estava articulada socialmente em bases nacionais, sendo pois sua fraqueza apenas relativa, premida pelas injunções de uma *dupla articulação* promotora de permanente tensão entre o desenvolvimento desigual no interior do país e o que ele designava como *imperialismo total*. Não mais havendo espaço histórico e internacional para um perfil burguês conquistador, essas burguesias se converteram em formas internalizadas de defesa do capitalismo *tout court*:

> As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas 'fronteiras internas' e em verdadeiras 'vanguardas políticas' do *mundo capitalista* (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista). (...) Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriorem*. (FERNANDES, 1975, p. 294-295, grifos do autor)

O argumento de Florestan consolida nossa hipótese de uma burguesia *brasileira*, integrada de maneira heterogênea, sobretudo por

nativos, mas também por fortíssimos interesses originados em outros países, em especial nos Estados Unidos, aqui implantados.

Essa burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação pregressas, das quais se instaura como herdeira. Assim, retoma os traços de uma colonização que a independência política jamais intentou seriamente ultrapassar, como as formas persistentes de racismo e a recriação de sua subalternidade no âmbito cultural, permeável e porosa a todas as expressões do lixo cultural internacional (do *fast food* às televisões, onde se destaca o Big Brother), ao lado de uma pujante cultura brasileira, repetidas vezes estropiada e caricaturada. A burguesia brasileira resulta diretamente de outras tantas contradições, a começar pela dupla articulação assinalada por Fernandes, que conecta setores econômicos nativos profundamente desiguais a uma subordinação ao capital-imperialismo. O risco de ver-se fragmentada e reduzida a uma burguesia-tampão reaparece na atualidade sob vários formatos, como, por exemplo, quando se encontra premida entre a cobiça imediata da associação subalterna, mas lucrativa, na exploração das imensas jazidas de petróleo do pré-sal e o temor de se ver reduzida a mera coadjuvante num país reduzido a exportador de carburante.

Finalmente, promove novas contradições, por levar a um ponto extremo sua ambivalente situação, de impotência prepotente, com enorme crescimento da produção de *commodities* adequadas à posição subalterna, ao lado do estímulo e da expansão de empresas transnacionais, procurando aproximar-se da ponta dominante do capital-imperialismo. As burguesias brasileiras derivam do leito cavado pelo capital-imperialista e precisam permanentemente a ele adequar-se para manter sua dominação na escala do território nacional.

Para Florestan Fernandes, coexistia uma dupla expectativa histórica, ambas lastreadoras de uma estratégia política francamente socialista. Na primeira, a de que uma revolução contra a ordem pudesse, finalmente, atuar como fermento fundamental para a produção de uma burguesia nacional, impondo uma autonomização do desenvolvimento capitalista contra o imperialismo e uma

republicanização das formas de existir. Resultaria, nesse sentido, uma efetiva revolução dentro da ordem. Porém não havia ilusões em seu raciocínio:

> Os de cima não se abrem sequer para a *revolução dentro da ordem*, a revolução que se sustentaria em transformações capitalistas necessárias, embora tardias. (...) Revolução, para eles, é revolução: tanto faz que seja dentro da ordem ou contra a ordem. Cumpre estancá-la e impedir que uma fomente o aparecimento de condições favoráveis à outra. (FERNANDES, 1986, p. 26, grifos do autor).

Assim, na segunda expectativa, mais realista, Fernandes assinalava que uma revolução contra a ordem, uma vez iniciada, não deveria estancar, atemorizando-se diante de uma ordem burguesa autocrática e truculenta. Para ele, escrevendo sob o período do governo Sarney, a revolução da "gentinha sem eira nem beira" estaria

> desabrochando aos nossos olhos, como um florescimento rico e fecundo, que engata o Brasil na história convulsiva dos povos pobres e da América Latina rebelde. De pronto, observa-se que tal revolução democrática não é burguesa. (...) É uma revolução que eclode dentro da ordem, mas que se aninha na parte excluída e ignorada dessa mesma ordem. (...) Os de cima tentam domesticá-la, canalizá-la institucionalmente, enquadrá-la em uma República burguesa de *democracia relativa* ou de *segurança nacional*. (FERNANDES, 1986, p. 58)

O processo histórico ulterior, iniciado com Fernando Henrique Cardoso e continuado sob os dois mandatos de Lula da Silva expressaram uma recuperação da capacidade burguesa de, aprofundando ainda mais seus vínculos de dependência, conservar seu predomínio no âmbito nacional, através agora de um formato democrático-representativo, típico do enquadramento burguês das reivindicações populares. Não se pode ignorar a efetiva irrupção de lutas populares significativas no Brasil, mas elas não romperam a ordem autocrática, embora tenham gerado sua extensa reconfiguração.

As burguesias brasileiras mantêm (e exportam) suas tradições truculentas, a elas adendando uma amplíssima rede de conven-

cimento no âmbito da sociedade civil, convertida em política de Estado. Aderiram, à sua maneira, à forma da política capital-imperialista dominante no cenário internacional. Dada a estreita imbricação de seus interesses com os demais capital-imperialistas, em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste pois uma *burguesia nacional* no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras.

O caminho que conduziu ao formato atual de seu poder, entretanto, ocorreu através de intensas lutas intraburguesas e de resistências variadas. Não derivou apenas de opções ideopolíticas imediatistas e míopes de seus intelectuais. Apenas à guisa de exemplo, há 20 anos, Bresser Pereira sugeriu a adesão imediata aos acordos propostos pelos Estados Unidos, recusando-se a uma política de integração latino-americana que, segundo ele, reduziria o país a "primeiro dos últimos". Para ele, mais valeria ser o "último dos primeiros" (PEREIRA, 1991, p. 69-78). Por ironia da História, a derrota da via preconizada por Bresser Pereira, que endossava a adesão imediata à ALCA sob a batuta dos Estados Unidos, conduziu de forma mais eficaz ao resultado que almejava...

A complexificação da dominação capitalista no Brasil forjou também a complexificação das condições de formulação política, ainda que mantida a seletividade associativa, agora sob o formato de uma "pedagogia da hegemonia" acrescida da criminalização dos movimentos contestadores.

Revoluções passivas e fuga para a frente: lutas de classes e democracia

O'Donnel (1988, p. 75-77) com razão, espantava-se de uma "peculiar presença" burguesa, geradora de uma história eternamente realizada pelo alto e de cima para baixo, ao lado de um "hiato" ou "ausência relativa" das classes dominadas no processo político. Ora, o

cerne do processo que culmina no século XXI e no capital-imperialismo brasileiro não seria compreensível, ao contrário, sem as importantes lutas de classes, ocorridas em condições extremamente desiguais, e a *repressão seletiva* que sofreu o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

O século XX inteiro foi marcado por fortes lutas sociais, rurais e urbanas, cujo teor se modificaria no compasso das transformações econômicas que os trabalhadores sustentaram (com seu suor) e que sofreram política e socialmente. Três períodos cruciais para a história do Brasil foram de intensas lutas com crescente teor explicitamente classista, impulsionadas por forte reivindicação igualitária e democratizante: 1920-35, 1955-64 e 1975-89. Somente levando tais lutas em consideração é possível compreender que a violência da reação proprietária – como a ditadura em 1937 e o golpe de Estado civil-militar de 1964 – seria impotente para conter a incorporação popular nos quadros estreitos dos momentos precedentes, a menos que ocorresse um recuo da própria acumulação capitalista. Nos três casos, embora com graus diversos, a repressão se abateu tanto mais violentamente quanto maior foi a tendência a uma aproximação entre os setores urbanos e os rurais. Após a degola das lideranças populares, os setores dominantes precisariam entretanto "pacificar" tais setores populares, o que se realizou através da formulação legal de direitos, ainda que amputados da capacidade socialmente transformadora que originalmente continham. Para sustentar a dominação nos novos patamares que a própria luta social impunha, era preciso realizar seguidos saltos para a frente em termos da acumulação de capitais, de maneira a assegurar tanto a coesão interelitária, através de um aumento na escala da concentração e da acumulação de capitais, quanto o controle e a adesão, para além do silenciamento, de segmentos populares.

No primeiro período, as décadas iniciais do século XX caracterizaram-se pela expressão pública e difusa em âmbito nacional de uma premente questão social. Inúmeras greves, movimentos sociais diversos e reivindicações democratizantes eclodiram nas principais cidades (VIANNA, 1999; MATTOS, 2004). Nos anos 1920, a Coluna Prestes e o Bloco Operário e Camponês demonstraram o

quanto o universo rural, com suas violentas revoltas, ainda escassamente organizado do ponto de vista nacional e pouco conhecido pelo mundo urbano, figurava como elemento crucial, mesmo se ainda à sombra, para as principais organizações de trabalhadores, quase todas urbanas. E foram essas lutas que geraram, sob uma ditadura implementada exatamente para contê-las, a primeira legislação geral do trabalho que, não por acaso, segregava cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos (SANTOS, 1979; OLIVEIRA, 2003). Consolidava-se o processo de intensificação da industrialização brasileira, de caráter "substitutivo de importações", inicialmente restrito, mas que se ampliaria a partir da década de 1950. O caráter "substitutivo" indicava estar prioritariamente voltado para o mercado interno. A Carta do Trabalho do Estado Novo não só desmantelava conquistas anteriores, a começar pela autonomia organizativa, que seria permanentemente bloqueada pelo viés corporativista então imposto e até hoje não desfeito, como carreava para o Estado os recursos provenientes de parcela do imposto sindical, das caixas e das associações mútuas precedentes, favorecendo, ainda que em escala incipiente, sua política industrializante.

No segundo período, de 1955 a 1964, a situação se complexificaria, uma vez que a industrialização se completava e os grandes capitais brasileiros alçavam de patamar, integrando subalternamente a monopolização já vigente nos países preponderantes e aqui presentes através da estreita dependência que os ligava. Com a persistência da grande propriedade agrária e das expropriações de trabalhadores rurais, crescera o contingente de trabalhadores urbanos e muscularam-se suas lutas, visíveis pela vigorosa participação sindical, apesar dos óbices que pesavam contra ela[2]. As reivindicações dos trabalhadores e das lutas populares rurais e urbanas, ainda que expressas em termos democráticos, chegaram a configurar uma situação pré-revolucionária, não porque se organizassem para tanto, mas porque defrontavam-se com a truculência organizada dos setores dominantes e colocavam em risco o restritíssimo pacto proprietário em vigor (FERNANDES, 1975, *passim* e MELO, 2009). Mais uma vez, reuniam-se setores politicamente expressivos dos trabalhadores

urbanos e rurais, sob a reivindicação de Reforma Agrária ao lado das demais reformas de base, impulsionados pelo crescimento organizativo das Ligas Camponesas e sua aproximação com o sindicalismo urbano.

Uma Revolução na Ordem, que assegurasse um teor de incorporação democrático compatível com a complexificação da sociedade brasileira de então, foi destroçada pelo golpe de Estado, como caracterizou Florestan Fernandes (1975). Mais uma vez, entretanto, a truculência ditatorial seria insuficiente para conter, em médio prazo, a expressão sociopolítica que era produto da própria complexificação do capitalismo da qual resultava a ditadura e que ela estimulava. Promovia-se o crescimento acelerado de uma classe trabalhadora urbana exasperadamente desigual, impulsionada pela monopolização da economia e pela continuidade da expropriação rural, aprofundada agora por políticas agressivas de abertura e adentramento de fronteiras rurais, escancaradas ao grande capital, sobretudo a partir dos anos 1970. Grandes investimentos nessa nova fronteira agrária modernizavam o campo, reincidindo na monocultura (caso da soja e da cana, por exemplo), mas agora sob o controle de capitais fortemente concentrados e tecnificados. Alterava-se o perfil da composição interburguesa e a própria composição da classe trabalhadora. No âmbito rural, na qual cresceu o assalariamento direto ou sazonal, a pressão econômica impulsionava levas de migrantes internos, expropriados em suas regiões de origem, para colonizar e fornecer os braços necessários à expansão agrária. Os camponeses e pequenos proprietários remanescentes, numerosos, passariam a defrontar-se com o grande capital monopolista, ao lado dos velhos latifúndios. Fomentavam-se as condições para a complexificação da monopolização do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (Estado/multinacionais/grandes empresas nacionais). Adubava-se um sistema financeiro, capturando recursos dos trabalhadores através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS (VALENTINO, 2008), do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e do estímulo às bolsas de valores; realizaram-se

gigantescas obras de infraestrutura e de suporte ao grande capital, que se aproveitaram da enorme mobilidade territorial dos trabalhadores, politicamente jugulados.

Afirmava-se na mesma década de 1970 o processo de exportação de capitais a partir do Brasil, configurando o que Ruy Mauro Marini (1977) definiria como o subimperialismo brasileiro. Marini sublinhava a complexificação do processo industrial brasileiro (sua alta composição orgânica) e agregava, como condição para tal subimperialismo, o exercício de uma política expansionista de Estado relativamente autônoma. Sua análise lastreava-se no crescimento das exportações de manufaturados brasileiros para a América do Sul, potencializadas pelas acanhadas dimensões do mercado interno. Mais adiante retomaremos as proposições de Marini.

O processo de monopolização fermentara o crescimento de uma extensa, variada e heterogênea massa trabalhadora urbana e rural, à qual se acenavam possibilidades futuras quando chegassem os resultados da "modernização" empreendida. Tais acenos apontavam, sobretudo, para o consumo, somente possibilitado através da difusão dos crediários, em troca do espezinhamento dos direitos adquiridos e salários conquistados no período anterior. Mesmo após o golpe de Estado, sob condições de longa e especial truculência, os efeitos de lutas anteriores se faziam sentir, através, por exemplo, da proposição de uma tímida Reforma Agrária, logo abalroada pela Sociedade Rural Brasileira, estabelecendo programas pífios de participação no aumento da produtividade, como o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e algum reconhecimento de direitos para os trabalhadores rurais, dentre outros.

Sob a ditadura, paralelamente ao forte impulso na escala da concentração de capitais, incubaram-se e fortaleceram-se mais entidades organizativas das classes dominantes agora lideradas pela fração monopolista, industrial e bancária (nesta última predominava o capital brasileiro) e associada a grandes capitais internacionais. Em que pese, porém, a exacerbação ditatorial da repressão seletiva sobre os trabalhadores, ainda sob intensa repressão as lutas operárias retornariam com intenso vigor: pipocavam embates de trabalhadores

rurais e lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada e dramaticamente desigual.

Chegamos ao terceiro e crucial período. Irresolvidas nos dois períodos históricos precedentes, as reivindicações democratizantes reapareciam na década de 1970/1980, com um perfil de requerimentos bem mais extenso e complexo e exigiriam um período mais longo e um processo mais tortuoso para sua contenção. As mais significativas expressões nacionais dessas lutas foram a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mesmo sofrendo importantes derrotas, estas lutas conduziram à conformação de uma nova Constituição, em 1988, que asseverava, ao menos em alguns de seus pontos, uma incorporação mais expressiva de amplos segmentos da população, através da regulamentação jurídica futura dos direitos genericamente prometidos. O feito popular mais significativo residia exatamente numa *nova capacidade organizativa de âmbito nacional*, que reatualizava o pânico das classes dominantes brasileiras, profusamente difundido pela mídia e ecoado por permanentes ameaças militares.

Como em cada um dos períodos assinalados anteriormente, procurava-se assegurar o adiamento ou esterilização das conquistas populares, porém isso pressupunha enorme salto para a frente na acumulação, dando fôlego econômico para uma incorporação minorada e assegurando que o exercício contumaz da violência se apresentasse como necessidade momentânea para o crescimento futuro. De maneira violenta, tíbia e subalterna, o movimento empreendido pelas pontas mais concentradas dessas burguesias atuaria em duas direções: assegurar um salto na concentração de capitais e reduzir as reivindicações populares a uma gestão de conflitos negociáveis, despindo a democracia de sua capacidade igualitária. Tratava-se, pois, de controlar as rédeas eleitorais, de destroçar o caráter igualitário das reivindicações populares, adequando-as à "modernidade" (como vimos no caso paradigmático da Força Sindical) através de intensas expropriações, de velhos e de novos formatos.

A principal inflexão nas lutas sociais dos anos 1980 – e sua derrota principal – não decorreria da imposição de mais uma ditadura, mas de uma complexificação do padrão da dominação burguesa no Brasil, que agregaria à autocracia burguesa e à truculência no trato social novas modalidades de convencimento. A democracia, fruto da conquista popular, enfrentaria uma regular e sistemática redução de seu teor igualitário, crescentemente sinonimizada aos mecanismos eleitorais e parlamentares, o que se inicia com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989.

Aqui há uma questão histórica e sociológica delicada, pois envolve circunstâncias *externas*, envolve uma dimensão *externa-interna*, pela conexão interna das formas da imposição política capital-imperialista, e finalmente envolve circunstâncias propriamente *internas,* que, jamais sendo isoláveis das precedentes, conservam, entretanto, uma dinâmica própria. Já apontamos anteriormente para a constituição do agenciamento político característico do capital-imperialismo no plano internacional, através das frentes móveis de atuação internacional, compostas por instituições oficiais internacionais, entidades governamentais, empresariais e de tipo fundacional, que de longa data penetravam na conformação da organicidade dos diferentes setores burgueses no Brasil e avançavam sobre elementos organizativos importantes dos setores populares. Agora, porém, interessa-nos o fenômeno, em sua versão interna, das lutas específicas aqui travadas que, embora conservando relação com os âmbitos externos, mostra o quanto elementos fundamentais do capital-imperialismo foram *incorporados* internamente, passando a integrar as pautas de demandas e as *ferramentas de organização* elaboradas internamente.

Trata-se de transformações mais ou menos moleculares, impulsionadas pela própria experiência de processos até então inexistentes na história brasileira: processos eleitorais de massa, com uma importante base associativa – sobretudo sindical – e com possibilidade efetiva (posteriormente concretizada) de rotação de partidos no poder.

A questão fundamental para a compreensão do fenômeno envolve definir o jaez político do capitalismo brasileiro que emerge

das entranhas da ditadura e dos posteriores constrangimentos econômicos impostos à maioria da população brasileira na década de 1990. Que relação se travou aqui entre capitalismo e democracia? A longa sequência de revoluções passivas que enfim desembocava, no Brasil, na generalização de uma forma legal e estável na qual os conflitos sociais (na e contra a ordem) poderiam se expressar e impulsionar, com sua dinâmica especificamente democrática, a própria dominação burguesa, civilizando-a? Embora a resposta a tal questão seja necessariamente nuançada, é preciso lembrar que o capital não é civilizável, da mesma forma que nenhuma burguesia pode conservar-se como tal, a não ser convulsionando toda a existência social para assegurar uma incontrolável acumulação de capital. Porém, tais convulsões sociais produzem efeitos e provocam reações. Lutas de classes podem assumir caráter reativo ou defensivo, exigindo incorporação, ou podem avançar para proposições eticopolíticas contra-hegemônicas, revolucionárias.

Como insistiu Florestan Fernandes, a trajetória da dominação burguesa no Brasil conservou, adequou e adaptou, emasculando-os, todos os grandes desafios *burgueses* colocados pela expansão da industrialização e, em seguida, do capitalismo monopolista que, ainda que subalternamente, essas mesmas burguesias brasileiras capitaneavam. Longe, portanto, de qualquer processo revolucionário-ainda-que-burguês de cunho nacionalista ou democrático, as burguesias brasileiras procuraram deprimir e comprimir as reivindicações, as aspirações e os direitos das classes dominadas. (FERNANDES, 1975, p. 343)

Alterando-se para assegurar a continuidade da autocracia, a estabilização política pós-ditatorial sob a forma eleitoral (democrática) foi recheada de retóricas altissonantes (como a Nova República), de propostas de conciliação pelo alto e de "mudancismos", procurando bloquear uma aproximação entre diferentes setores populares que reinaugurasse a história e resgatasse a "gentinha" como protagonista política. Para Florestan Fernandes, o mudancismo, desmobilizando a prática democrática dos movimentos populares, conduzia à cooptação (FERNANDES, 1986, p. 20). A autocracia burguesa, incrustada na própria ossatura do Estado, resistia ao formato pretensamente universalizante proposto pela Constituição de 1988.

Imediatamente após a derrota da primeira candidatura Lula, no contexto de um partido efetivamente classista e popular, recomeçaria um longo período de esterilização de recém-conquistados direitos, impostos pela avassaladora imposição, que apenas na aparência era unicamente externa, da "globalização" e do "neoliberalismo" e que teve como respaldo o esboroamento da União Soviética. No entanto, esse não foi um processo linear nem conduzido apenas pelos setores privados. Sua grande estreia foi realizada inicialmente, no caso brasileiro, no âmbito público, através de grandes vagas de demissões e da preparação das privatizações. Dado o perfil tradicional da ampliação seletiva do Estado brasileiro e, em especial, o caráter do governo Collor, é de supor que tais políticas tenham sido elaboradas com intensa participação empresarial.

A nova esterilização das reivindicações sociais se realizaria, porém, doravante sob outro formato, de cunho parlamentar, no qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática. A autocracia herdada não era suficiente para separar massa e classe. Era preciso estabelecer novas formas de conciliação de classes que, embora contidas pelo alto, abrissem espaço para incorporar segmentos precisamente recortados entre os grupos sociais aderidos à "revolução dentro da ordem"[3], passíveis de incorporação através de formas de conciliação de novo tipo. Já havia as experiências prévias de conversão mercantil-filantrópica na década de 1980, embora em sua grande maioria seguissem imantadas pelo PT.

Vista com o recuo que quase 30 anos permitem, a década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos 1990 evidenciam uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira, que, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante de uma conjuntura de novo tipo, na qual conjugavam-se lutas populares fortes com a *necessidade burguesa* da estabilização de um formato político de tipo democrático-representativo[4]. Vários elementos precisam entrar aqui na linha de conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação galopante, que cobrava seu custo, sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrara em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão

no interior dos movimentos populares, que crescia no sentido de uma *superação da ordem* até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo "democrático", mas carreavam um teor socializante.

As intensas lutas de classes contribuíam para o acirramento das disputas intraclasse dominante e para a redução de seu poder unificado de impor nova solução ditatorial, ao mesmo tempo em que no contexto internacional o degelo da Guerra Fria fazia recuar os argumentos ideopolíticos esgrimidos anteriormente. Crescia um pragmatismo estreitamente coligado à expansão de capitais ocidentais no então chamado (e agonizante) "mundo comunista", dando vez à difusão dos pós-modernismos variados. Os grandes capitais aqui implantados – qualquer que fosse sua origem nacional – disputavam acidamente a condução do processo, o que se traduzia, por exemplo, em grosseiros textos publicados na revista Veja desqualificando a própria burguesia brasileira (SILVA, 2009, p. 34-46), sob o predomínio econômico dos setores mais internacionalizados, isto é, mais subalternos com relação ao grande capital multinacional, porém integrado também por fortes interesses brasileiros.

Muitos já assinalaram o descompasso político brasileiro desse período, com um ascenso das lutas dos trabalhadores e de sua organização na mesma década em que, no cenário internacional, estas enfrentavam um processo de jugulamento pelos governos neoliberais. Aquilo que até então figurava como uma espécie de modelo social-democrata de universalidade de direitos, através da sinonimização entre capitalismo avançado e bem-estar social, se esboroava sob os deslocamentos de empresas, as reestruturações e reengenharias e o desemprego nos países predominantes, crescentes já na década de 1980. A queda do muro de Berlim e o melancólico final da URSS operaram como o cortejo fúnebre de um estado de bem-estar, já agonizante há vários anos.

A prática do capital-imperialismo e sua generalização não atuam apenas no sentido centro-periferia, mas também no sentido inverso. Em outros termos, as experiências autocráticas desenvolvidas em outros países e a manutenção de organizações refinadas voltadas para a dominação social experimentadas nos países capital-im-

perialistas secundários ou periféricos reverteram-se contra as classes trabalhadoras dos países centrais. O que Fernandes designou de "mudancismo", ou seja, a adoção pelo adversário da linguagem oposta; a criação de novos conceitos para designar e escamotear velhas realidades; o uso de práticas de conciliação que visam apenas a preservar e fortalecer a ordem dominante (FERNANDES, 1986, p. 70-71) – a ordem do capital – passavam a vigorar amplamente nos países centrais e, em especial, na Europa. (GUILHOT, 2004, p. 26-31; BOLTANSKI e CHIAPELLO, 1999, *passim*)

Nos países predominantes, essa prática, agregando coerção econômica aberta, mudancismo e processos eleitorais, partia de um alto grau de adesão social e de confiabilidade no sistema eleitoral, forjados ao longo das décadas anteriores e que favorecia o encapsulamento dos trabalhadores, sob a batuta da social-democracia. As principais transformações operadas nos países europeus e nos Estados Unidos conjugaram violência econômica (demissões), jurídica (expropriação de direitos), social (penalização crescente das populações vulneráveis, como os imigrantes), e mercantil-filantropização cosmopolita de formas de organização. Realizaram-se através de procedimentos juridicamente legais, inclusive, a enorme violência exercida contra os sindicatos mais combativos. Os trabalhadores de tais países ficaram encurralados diante da mobilidade crescente e cosmopolita do capital.

Os caminhos e formas sociais percorridos no Brasil foram múltiplos e variados. No entanto, podemos apontar traços comuns, adotados de maneira mais ou menos coerente ao longo dos últimos 20 anos. Em primeiro lugar, segmentar os setores mais fortemente organizados dos trabalhadores, através da concessão de benefícios parciais, caso da Força Sindical, que já apresentamos. Em seguida, angariar e reverter a confiabilidade popular adquirida por certos setores da antiga oposição à ditadura, em especial com perfil esquerdizante (os "radicais" da revolução dentro da ordem, como os designava Florestan Fernandes), cujo primeiro sucesso foi alçar Fernando Henrique Cardoso à condição de presidente da República por dois mandatos, em nome de uma suposta "social-democracia". As políticas regressivas adotavam uma linguagem "reformista", desfi-

gurando o sentido socializante (universalizante) das reivindicações e apelando fortemente para a denúncia de "privilégios" (TEIXEIRA, 2006, *passim*). A crise social gestada pelo desemprego abalava as entidades sindicais, tornando-as mais permeáveis à adoção de práticas emergenciais que, pouco a pouco, as conduzia a abandonar as práticas mais combativas: ora se fechando em trincheiras defensivas, ora aderindo às novas práticas que desmantelavam as conquistas históricas dos trabalhadores, mas acenavam com algum alívio imediato. Esse percurso seria trilhado também por diversas correntes do PT e suas correlatas tendências sindicais, resultando num transformismo quase clássico no qual grande parcela da esquerda, em sua prática e em seu discurso, atuaria pro-ativamente para o capital (COELHO, 2005).

Sua resultante confirmaria a nova centralidade da institucionalidade democrático-representativa, com o predomínio de um Estado de direito sob o formato democrático-eleitoral. Não houve salto ou ruptura, mas mudança gattopardiana, garantidora da conservação. Porém, mesmo neste caso, ocorreram modificações relevantes. A incorporação de uma esquerda para o capital não resultou apenas de uma estratégia maquiavélica e só pôde ocorrer pela importância efetiva que assumiram as lutas populares no período, o que explica a legitimidade adquirida pelo PT e pela CUT nos processos de luta popular nos quais estiveram engajados. Mesmo as correntes internas do PT e da CUT que atuaram em diversas ocasiões refreando a combatividade popular conservavam uma fala pública de cunho vagamente socializante, de maneira a se assenhorearem do prestígio que o partido angariou em seus primeiros anos. A eleição de Lula da Silva em final de 2002, ainda que com um programa muito distante das lutas históricas e universalizantes que marcaram os primeiros tempos do PT, expressava, enfim, o reconhecimento *mínimo* da existência *infrapolítica* da classe trabalhadora e de setores subalternos.

O padrão de dominação aqui implementado sob a ditadura, nos moldes da dependência e fazendo convergir para o Estado o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia, levou Florestan Fernandes a alertar que "a largo prazo, a alternativa é óbvia. Ou a dominação burguesa se refunda, ajustando-se às pressões de baixo

para cima e ao '*diálogo entre as classes*', ou ela se condena a desaparecer ainda mais depressa." (FERNANDES, 1975, p. 309, grifos do autor). Não houve uma desconexão, sequer relativa, frente ao capital-imperialismo internacional por parte das burguesias brasileiras, como Florestan Fernandes supunha ser condição para a redução da "alienação das classes burguesas" brasileiras, que tolhiam sua própria capacidade econômica, sociocultural e política. Não se instaurou um efetivo "diálogo" entre as classes sociais (o que envolveria uma efetiva revolução contra a ordem), mas implementou-se no Brasil um duplo fenômeno: uma integração pelo alto entre segmentos das diferentes classes sociais, realizada através das novas posições sociais, econômicas e políticas galgadas pelos altos escalões sindicais (inclusive em fundos de pensão), e uma extensa política público-privada de alívio a situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais. Este foi o *grand finale* da revolução burguesa no Brasil, coerente com o momento capital-imperialista e suas novas formas de incorporação de países retardatários, nos quais o acesso à democracia ocorre através da redução de toda a política à *pequena política*, limitada a administrar o existente, segundo a expressão de Gramsci. Os direitos universais são reduzidos à sua expressão mínima; bloqueia-se qualquer processo de universalização substantiva e igualitária.

Coutinho sugeriu que as opções com as quais se defrontara o processo de consolidação do Estado de direito no Brasil oscilavam entre uma democratização nos moldes dos processos europeus, na qual haveria uma disputa sobre a *grande política*, categoria de Gramsci para a luta em torno dos fundamentos estruturais da sociedade, ou uma democracia menor, exacerbando-se aqui o modelo estadunidense no qual predomina a *pequena política*. Entretanto, a democracia europeia, ele próprio assinala, não resultara das políticas implementadas pela social-democracia, mas de fortes lutas de classes, e, a partir das duas últimas décadas do século XX, na própria Europa passara a predominar o modelo estadunidense. Coutinho acrescentava, ainda, que "transformar toda a política em pequena política é grande política: é precisamente o modo pelo qual a burguesia luta hoje pela hegemonia". (COUTINHO, 2007, p. 126)

Em outros termos, o processo transcorrido no pós-ditadura correspondeu ao rebaixamento das exigências revolucionárias ou

contra a ordem e, em médio prazo, a internalização, por duas das mais importantes e expressivas organizações nacionais de origem popular, de sua proscrição. Não significou, entretanto, o desaparecimento da questão, seja pela combatividade de outras associações que se defrontam mais diretamente com o grande capital transnacionalizado, como o MST, seja por novos partidos, seja ainda pela irresolução das velhas questões que a fuga para a frente capital-imperialista reatualiza, ou pela emergência de novas pulsões sociais igualitárias.

Dependência, concentração de capitais e mercado externo

As bases da monopolização consolidadas no período ditatorial e asseguradas pela dívida pública (através dos gigantescos investimentos estatais para assegurar infraestrutura e produção de base para os setores monopolistas) seguiam o padrão anterior, voltadas para o mercado interno, ao lado de permanentes incentivos às exportações. A plena agregação das empresas multinacionais, ao lado do crescimento paralelo das empresas brasileiras, se traduziu em experiências de exportações de produtos industrializados ou, mesmo, de exportações de capitais (sobretudo no setor da construção civil, cf. CAMPOS, 2008), em momentos de crise do mercado interno[5]. Ao longo da década de 1980, nova série de empresas brasileiras se lançava no mercado internacional, indo além das exportações de bens e estabelecendo depósitos, subsidiárias, adquirindo plantas locais preexistentes ou implantando suas próprias unidades de produção em países vizinhos[6]. A amplitude e variedade dos interesses burgueses e a intrincada rede de organizações patronais e empresariais geravam, certamente, novos conflitos entre as frações que pretendiam dirigir o processo, mas estas contavam com uma multifacetada gama de articulações e de foros internos de deliberação, assim como áreas de refúgio econômico proporcionadas pela extensão de empresas de diferenciados portes, permitindo a diversificação de aplicações no plano interno e externo, para além de fusões e incorporações.

Esboços de internacionalização de capitais brasileiros já haviam ocorrido desde a década de 1960, inclusive através de

iniciativas capitaneadas pela ditadura militar, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu, juntamente com o governo ditatorial do Paraguai. A partir da década de 1990, entretanto, alterava-se a escala de concentração de capitais com base no território brasileiro, potencializada tanto internamente quanto pelo suporte externo, através do gigantesco crescimento de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) na economia brasileira, concentração estimulada através das privatizações e da centralização (fusões e aquisições) de empresas, perpetuando o padrão das associações entre capitais brasileiros e estrangeiros. Vale mencionar o importante papel cumprido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao realizar substantivos aportes, direcionando algumas privatizações, favorecendo certos grupos de capitais brasileiros. Assim, o setor público financiava o desmantelamento das empresas públicas através de formidáveis doações de capital nos governos Fernando Henrique Cardoso. Pode-se dimensionar a concentração pelo crescimento do fluxo de capitais provenientes do exterior para investimento direto, ou seja, de capitais que não se limitavam ao circuito imediatamente especulativo.

Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) em países selecionados (US$ milhões)

Países e regiões	1990-1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

(*) média anual.
Fontes: Bacen, Cepal e Unctad.
(Dados extraídos de Sarti e Laplane, 2003, p.16)

Como se observa, o fluxo de IDE mantém-se centralmente entre os países definidos como desenvolvidos. Quanto ao Brasil, este passou a concentrar parcela crescente dos IDEs destinados à América Latina, recebendo mais recursos entre 1996 e 2000 do que o México, apesar da proximidade deste país com os Estados Unidos e de sua incorporação desde 1994 ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), envolvendo Estados Unidos, Canadá, México e, subsidiariamente, o Chile. Analisando dados das 500 maiores empresas privadas em atuação no Brasil, Sarti e Laplane concluem ter ocorrido uma profunda *desnacionalização* do setor produtivo brasileiro, uma vez que tais IDEs destinaram-se, sobretudo à aquisição de empresas já aqui instaladas, em especial no período das privatizações.

Os mesmos autores enfatizam a diferença do caráter da internacionalização realizada no Brasil perante a ocorrida na Coreia e no México. Nestes,

> a internacionalização foi um processo de *extroversão* da produção, seja pelos investimentos das empresas nacionais no exterior, seja pela exportação da produção doméstica. No caso brasileiro, a *internacionalização teve como alvo o mercado interno*, tanto pela maior presença das empresas estrangeiras, como pelo aumento do conteúdo importado da produção. No Brasil, o processo pode ser caracterizado como um processo de *internacionalização do mercado doméstico*, como uma *introversão* do capital estrangeiro. (SARTI e LAPLANE, 2003, p. 50, grifos meus)

Desse processo, resultaria a manutenção da característica de grande país exportador de produtos primários e de produtos com uso intensivo de recursos naturais para os países desenvolvidos, ao lado da exportação de produtos de "escala intensiva", especializados ou com maior índice de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a América do Sul. Aprofundava-se a complexidade da estrutura produtiva brasileira, mas permaneceriam, segundo os autores, dois obstáculos "sistêmicos": "a deficiente capacidade de gerar inovações e a fragilidade de mecanismos de financiamento de longo prazo". (SARTI e LAPLANE, 2003, p. 52-53)

Comparando os anos de 1989 e 1997, Maria L. Silva analisou as 90 maiores empresas nacionais, observando uma migração de parte dos grandes grupos brasileiros para os "setores commoditizados e/ou fortalecimento de atividade dos que já pertenciam a essa área" (SILVA, 2003, p.110). As empresas industriais foram forçadas, pela exposição à concorrência internacional decorrente da abertura comercial e da desregulamentação dos anos 1990, a uma maior capacitação tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas, procurando se inserir em nichos de mercado, em geral, intensivos em recursos naturais. Entre os dois anos observa-se um crescimento na participação das exportações dessas empresas nacionais, sobretudo calcadas na escala da produção, no acesso a recursos naturais e no uso de instalações tecnologicamente atualizadas. Essas características, entretanto, não correspondem a uma internacionalização avançada, que somente atingiria um grupo pequeno de empresas, sendo que "algumas, inclusive, com importantes investimentos no exterior." (SILVA, 2003, p. 157-158)

Os dados citados anteriormente justificam reafirmar a extensa desnacionalização e perda de soberania popular sobre o plano econômico, confirmando a manutenção do país como *plataforma de expansão do capital multinacional* aqui sediado. A desnacionalização, acoplada à dependência e à subalternização da burguesia brasileira em escala internacional não foi revertida e, ao contrário, se aprofundaria[7].

Não obstante, não se pode analisar este processo como uma subordinação mecânica e automática, inclusive porque a generalização da forma da existência social, em seu conjunto, como relações plenamente capitalistas, *alterava as condições* políticas nas quais precisavam intervir as diferentes frações da classe dominante brasileira e nas quais processavam-se as próprias lutas entre as classes. Assim, vale considerar alguns de seus elementos mais de perto. Em outros termos, dimensionar a efetiva subalternidade da burguesia brasileira precisa levar em conta a nova escala em que ela também concentrou capitais, sua capacidade de controle *político* do mercado interno e a expansão de sua influência ideológica. Já examinamos o

último aspecto anteriormente, quando tratamos das lutas de classes na sociedade civil e da incorporação pela burguesia brasileira dos parâmetros internacionais predominantes, ao mesmo tempo em que conservou as características truculentas e autocráticas que marcaram o processo histórico brasileiro desde a colonização.

Em primeiro lugar, é preciso destacar as condições econômicas fundamentais, sempre relacionadas ao chão social no qual se constituem. Completou-se o ciclo da industrialização no Brasil, que avançou celeremente em direção à assim chamada terceira revolução industrial (OLIVEIRA, 2003, p. 134). Ademais, ocorreu a consolidação de vasto mercado interno, alvo prioritário tanto dos investimentos externos quanto dos capitais de origem nacional, impondo novas exigências à capacidade organizativa do conjunto da classe dominante no país.

Não se trata de um mercado idealizado, que seria voltado para a satisfação das necessidades reais do conjunto da população, mas, ao contrário, de um mercado resultante de intensa expropriação rural, traduzida no percentual de 75,47% da população residindo em áreas urbanas pelo censo de 1991, contra 67,59% do censo anterior, de 1980 (MARTINE, 1994), atingindo em 2000 o índice de 81,3%. Aliás, a preocupação do mercado não é, e jamais o foi, o da satisfação de necessidades humanas, mas sim prioritariamente o de assegurar a realização do mais-valor extraído nos diferentes setores de sua produção. Para tanto, decerto satisfará certas necessidades, sendo a primeira delas a contínua produção de trabalhadores despossuídos, cuja existência e reprodução somente poderá ocorrer através do próprio mercado, quer o trabalhador encontre um emprego formal ou não.

As profundas desigualdades sociais brasileiras não obstaculizaram a expansão do mercado, embora tenham, segundo os períodos, hierarquizado mais ou menos rigidamente o acesso a determinados bens. Desde a década de 1970, entretanto, com a difusão do sistema de crédito, ampliou-se o espectro social do consumo de bens duráveis, configurando um acesso segmentado, porém continuamente ampliado. Aliás, o consumo de novas gamas de bens tende a ser apresentado como "democrático", de forma excessivamente redutora[8].

Na década de 1990, o controle da inflação tornava-se prioritário e uma de suas razões era assegurar a extensão do crédito, impulsionado após o Plano Real. Este, aliás, foi elaborado por equipe organizada por Fernando Henrique Cardoso que, em seguida, se ocuparia centralmente das privatizações e da adequação legal aos formatos impostos pelo predomínio do capital portador de juros (GRANEMAN, 2006). Não por acaso, posteriormente praticamente toda esta equipe estaria convertida em novos banqueiros ou em gestores de setores financeiros não bancários. (GUIOT, 2006, *passim*)

Com relação à capacidade organizativa interburguesa, esta reagia a um conjunto de processos contraditórios, com interesses diferenciados quanto à generalização das práticas próprias do novo patamar internacionalizado de concentração de capitais, sob o predomínio do formato "capital portador de juros" (o chamado neoliberalismo). Inteiramente de acordo, em seu conjunto, com a desregulamentação das relações de trabalho e com a liquidação dos direitos sociais e trabalhistas (muitos ainda sequer implementados), as burguesias dividiam-se no grau e ritmo a implementar, como mostrou Décio Saes (2001). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) expressavam reticências quanto a uma abertura total e incondicional da economia ao capital estrangeiro, pelo risco da conversão dos industriais em importadores de similares estrangeiros. Os bancos nacionais eram favoráveis às privatizações, mas contrários à abertura do sistema financeiro nacional a novos bancos estrangeiros, e contaram com ativa atuação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), pressionando pela proibição de capital estrangeiro novo no setor. Os grandes proprietários fundiários apoiavam a maior parte do programa neoliberal, porém procuravam preservar os subsídios públicos à grande propriedade. As diferenças entre os setores expressaram-se em resistências dentro dos partidos e no interior do próprio governo (divergências interministeriais), reduzindo o ritmo da neoliberalização brasileira comparado ao dos demais países da América Latina (SAES, 2001, p. 90), ou, em outros termos, mais controlado pelo contraditório jogo entre instâncias do grande capital de origem brasileira, que via no processo, também, uma possibilidade

de alçar-se, ainda que de maneira dependente, ao novo patamar internacional de concentração.

Em segundo lugar, porém não secundariamente, tratava-se de garantir o novo salto no patamar da concentração através da captura de todos os recursos sociais, destinando-os à valorização do valor, no mesmo padrão predominante no cenário internacional. Aqui, o fenômeno econômico é, ao mesmo tempo, político, social e ideológico e atravessa integralmente o terreno das lutas de classes. Ocorreria uma severa investida patronal e empresarial na reorganização da própria classe trabalhadora, em diferentes dimensões. Em condições de representação eleitoral, era preciso fragmentar de maneira profunda as ativas organizações dos trabalhadores, a partir de seu próprio interior, interessando-as e comprometendo-as com os processos de acumulação capitalista, golpeando-as por um lado e, por outro lado, levando-as a consentir, por razões pragmáticas, no próprio processo de fragilização de suas condições de existência, tema trabalhado no âmbito político de forma magistral por Eurelino Coelho (2005) e recolocado por Sara Graneman (2006) no terreno econômico. No bojo da derrota eleitoral de Lula frente a Collor em 1989, com a contribuição inesperada do desmantelamento das experiências protossocialistas, a primeira grande cartada – evidenciando seu novo teor "democrático" – da burguesia brasileira foi, como já vimos, o decidido apoio à criação da Força Sindical, em 1991, voltada para a conciliação entre capital e trabalho e para resultados imediatos (GIANNOTTI, 2002, *passim*). A introdução dessa cunha no movimento sindical foi fundamental para os passos seguintes, por meio dos quais a própria CUT seria neutralizada através de sua participação subalterna em agências do Estado, como o FAT, e de assentos em conselhos de fundos de pensão. Se a ala mais combativa da Central lutou contra as privatizações, outros integrantes da CUT atuavam como partícipes compradores de leilões privatizantes, integrando os conselhos dirigentes dos Fundos de Pensão (GARCIA, 2008).

A previdência privada, sobretudo para alguns segmentos do setor público, havia sido introduzida pela ditadura civil-militar, quando do primeiro impulso de implantação de um sistema

financeiro de larga escala no país. A criação de fundos com base nos recursos laborais fora precoce sob a ditadura, como o já mencionado FGTS, que abolia a estabilidade no emprego.

Observa-se, portanto, que a questão de um novo padrão capital-imperialista, se se tornava mais evidente em finais da década de 1990, já compunha o espectro brasileiro anteriormente. Desde 1977, a revista Visão – expressando os interesses de certas frações da classe dominante – empreendeu campanha pela transformação das fundações de seguridade em fundos de pensão segundo o modelo norte-americano, o que ocorreu em 1979, explicitamente sugerindo sua conversão em base para a expansão do mercado de capitais e defendendo uma nova forma de relacionamento entre o capital e os trabalhadores detentores de parcelas de tais fundos. As condições ditatoriais suscitavam, porém, excessiva desconfiança dos trabalhadores, inviabilizando a plena mobilização de tais recursos (GRANEMAN, 2006, cap. 3).

Capturar tais massas de recursos, como se pode imaginar, envolvia um novo *modus operandi*, tanto do conjunto da classe dominante, quanto do próprio Estado. Não se tratava de lutar contra a gestão, por representantes de assalariados (os "proprietários") de tais fundos, mas de convertê-los em "parceiros" na acumulação e valorização do capital, seduzindo-os pelo atributo direto do capital, isto é, a lucratividade. Baseando-se em argumentos de Peter Drucker, Henry Macksoud, proprietário da revista Visão, sugeria uma reviravolta ideopolítica, embora a ditadura dela não pudesse se aproveitar. Abria o espaço não para o combate aberto contra a esquerda ou o marxismo, mas para sua *conversão lucrativa*:

> Nos Estados Unidos, portanto, os trabalhadores detêm "posições de comando" no sistema econômico de que nenhum país "comunista", "trabalhista", "socialista", "democracia popular", "social-democracia", "socialismo democrático" ou qualquer Welfare State conseguiu nem de longe se aproximar. Parece, pois, que Marx não se equivocou quando, em seu "Manifesto Comunista", em 1848, enaltecia a burguesia como classe revolucionária (...) O que Marx talvez não tivesse imaginado é que com o "capitalismo" que

> ele acreditava vir a sucumbir por suas próprias contradições tivesse tanta vitalidade que superaria os próprios dogmas marxistas, atingindo ideais "socialistas" (no sentido de justiça e bem-estar sociais e propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores) sem quebra dos princípios da livre-iniciativa, preservando a propriedade privada e mantendo todas as liberdades individuais essenciais que nenhuma outra experiência "socializante" "conseguiu sequer vislumbrar". (*REVISTA VISÃO* – 10 /01/1977 – v. 50, n. 1, p. 09 *apud* GRANEMAN, 2006, p. 183)

Na década de 1990, os fundos estavam, principalmente, em poder de trabalhadores públicos ou de autarquias estatais, muitas em processo de privatização. Combinou-se, aqui, a truculência, característica tradicional da maneira de lidar com setores subalternos no Brasil, e o convencimento, tão mais fácil de exercer quanto mais fragilizados estivessem os trabalhadores. Faziam seu ingresso na política brasileira os argumentos democratizantes com base na rentabilidade "partilhada". Pela truculência, através do esmagamento emblemático das greves de Volta Redonda, em 1989, ainda no governo Sarney, quando o Exército assassinou barbaramente três trabalhadores, e da Petrobras, em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando, também com o recurso ao Exército, intentou-se a castração, por longo tempo, do sindicato dos petroleiros; além de assassinatos recorrentes de militantes do MST, em luta pela Reforma Agrária. Em outra dimensão da violência, pela velocidade da imposição de mudanças legais concernentes à previdência privada e pela introdução acelerada de fundos de pensão privados (previdência complementar), ampliando a privatização da previdência e a *captura de parcela do salário dos trabalhadores* para fomentar o impulso ao mercado acionista, como mostra detalhadamente o trabalho citado de Sara Graneman (2006).

Seria com a legitimidade aportada pelo governo Lula da Silva que, utilizando-se do mesmo *mix* truculência/sedução, se aprofundaria o papel de alavanca à concentração de capitais, desempenhado pelos fundos de pensão e pelos fundos de investimento (ou pelos investidores institucionais) e se concluiria a desfiguração das

direções do movimento sindical no Brasil. Os fundos de pensão convertem-se em controladores de empresas e em impulsionadores da centralização e concentração de capitais no país, como se observa no quadro a seguir, com seus ativos atingindo 17% do PIB. O montante de recursos captados crescia mais rapidamente do que a capacidade imediata de valorização, impulsionando a tendência à exportação de capitais. Ademais, os fundos evidenciaram a possibilidade de capturar não apenas recursos, mas gestores qualificados forjados no movimento sindical, como elementos fundamentais no apassivamento dos trabalhadores pelo capital. Tais ex-sindicalistas ocupam o local da propriedade do grande capital portador de juros, no qual a separação entre a propriedade e a gestão direta se aprofunda. Nas condições da atual escala de concentração, porém, essas funções passam a se confundir, com importante influência recíproca. Os gestores de tais fundos contribuíram diretamente para a imposição, através dos conselhos de acionistas dos quais participam, de profundas reestruturações empresariais visando a aumentar a produtividade, reduzir o tempo de retorno dos capitais à sua forma-dinheiro e distender as taxas de lucro.

Ativos dos Fundos de Pensão 2004/05 (em US$ bilhões)

Países	Ativos	% do PIB
América do Norte	**11.536**	**93%**
Estados Unidos	11.090	95%
Canadá	446	52%
América do Sul	**263**	**30%**
Argentina	22	13%
Brasil	137	17%
Bolívia	2	22%
Colômbia	16	13%
Chile	75	65%
Peru	9	14%
Uruguai	2	13%
Europa	**2.619**	**71%**
Alemanha	104	4%
Dinamarca	73	30%
Finlândia	84	45%
França	123	7%
Holanda	545	106%
Irlanda	77	43%
Itália	44	3%
Noruega	10	7%
Reino Unido	1.175	65%
Suécia	23	13%
Suíça	361	112%
Ásia	**1.171**	**38%**
Japão	661	14%
Austrália	465	73%
China - Hong Kong	45	17%
Total	**15.589**	**84%**

Extraído de elaboração de Graneman, 2006, p.37, com base em dados divulgados na *Gazeta Mercantil,* Suplemento Especial - Fundos de Pensão, 9 de outubro de 2006.

Capital-imperialismo brasileiro: manifestações

Menos do que uma análise diretamente econômica da acumulação capitalista brasileira, este livro procurou compreender as bases *sociais* das transformações contemporâneas. Por essa razão, não entraremos em detalhes sobre as estratégias econômicas e políticas de expansão capital-imperialista brasileira ou sobre o processo de transnacionalização de empresas brasileiras, estreitamente associado com capitais internacionais.

Vejamos brevíssimos elementos que confortam a hipótese de uma fuga para a frente capital-imperialista das burguesias brasileiras, com dados exemplificadores e não exaustivos. Houve uma inflexão expressiva a partir da década de 1980, quando cresceu a exportação de capitais voltados para a extração de mais valor no exterior (investimentos diretos brasileiros no exterior) ao lado das exportações de mercadorias ou de *commodities*. Ocorria, então, uma mudança qualitativa importante, em três direções. A primeira, a de assenhorear-se de *fontes de matérias primas* nos demais países do continente (CECEÑA, 2009). Na segunda e que me parece a mais indicativa, socialmente, da modificação em curso, trata-se da *exploração da força de trabalho em outros países* (IRLS, 2009, *passim*): não se trata mais de mera exportação de produtos, mas da submissão de trabalhadores de outras nacionalidades à truculência característica da expansão burguesa brasileira, com o uso de milícias, informações privilegiadas, aplicando no exterior as práticas que aqui conhecemos, tanto da parte de empresas brasileiras quanto de multinacionais aqui implantadas[9]. Finalmente, essa expansão capital-imperialista favorece as *políticas de alívio por gotejamento* a determinadas pressões sociais internas, assim como se constitui em novo fator ufanista e obscurecedor das relações de exploração reais, internas e externas.

O processo de exportação de capitais brasileiros e de transnacionalização de empresas está especialmente voltado para países da América do Sul (BANDEIRA, 2008). Segundo o Informe Mercosur nº 12, do BID-INTAL, 2006-2007, a totalidade dos investimentos no exterior dos países do Mercosul alcançou a soma de

US$30,3 bilhões, dos quais 93% eram originados no Brasil. Mesmo em setores com menor tradição de internacionalização, cresce o apetite de empresas de origem brasileira. Depois da expansão do Grupo Gerdau, na década de 1990, e da Ambev, em 2003, empresas como Marfrig e Bertin (posteriormente reunidas na JBS Friboi, com o apoio do BNDES), controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. Em 2007, a produtora de arroz Camil, brasileira, comprou a maior processadora de arroz uruguaia, responsável por 45% da produção e exportação do produto. (BID-INTAL, 2007, p. 36-37)

Em 2009, Novoa chega a falar de uma "brasileirização" do investimento externo direto na Argentina. A Petrobras comprou a Pecom, passando a segundo grupo econômico no setor de petróleo e gás. A Camargo Correia comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi comprou as unidades da Swift na Argentina e a norte-americana Pilgrim's Pride, tornando-se o maior polo frigorífico do mundo (NOVOA, 2009, p. 198).

No Peru, já tendo a instalação da Petrobras desde 2002 (através da compra da Perez Companc, empresa petrolífera argentina, com ramificações em outros países), a expansão de capitais brasileiros se intensificou em 2004, com a implantação da Companhia Vale do Rio Doce e através da aquisição, pela Votorantim Metais-VM, da Refinaria de Zinc Cajamarquilla, seguida em 2005 pela compra de

> participação acionária de 24,9% no controle da Companhia Mineira Milpo, a quarta maior mineradora de zinco no país. As duas aquisições projetaram a VM como o 5º maior produtor mundial de zinco. Em 2007, o grupo anunciou um investimento adicional de 500 milhões de dólares. A finalidade principal destes investimentos do Grupo Votorantim no Peru é *fornecer matéria-prima para suas atividades industriais no Brasil*. Considerando que a VM importa do Peru 40% do concentrado de zinco utilizado em suas plantas processadoras do Brasil, a conquista de fontes a baixo custo dota a empresa de vantagens competitivas perante concorrentes. Segundo cálculos da revista Exame, a VM estaria *controlando hoje 62% da produção de zinco no Peru*. (LUCE, 2007, p. 86, grifos meus)

Também o Grupo Gerdau iniciou atividades no Peru, arrematando a privatização da Siderperú, tendo o apoio direto do governo brasileiro (Lula da Silva). Essa forte presença econômica brasileira conduziu a gestões políticas no sentido de garantir tais investimentos (LUCE, 2007, p. 88).

No Equador, a Odebrecht participa de grandes empreendimentos desde 1987. A Petrobras passou a atuar no país em 2002, após a compra da Perez Companc, pesando entretanto sobre essa transferência de ativos a suspeita de irregularidades, além de ocupar áreas protegidas (ALMEIDA, 2009, p. 27-42). Inúmeras denúncias ocorreram, levando a uma política brasileira de tipo indutivo, pela qual a liberação de créditos do BNDES para obras de infraestrutura dependeriam da contratação de empreiteiras brasileiras, e atuava como "condicionalidade para os financiamentos" do Banco (LUCE, 2007, p. 90). Em finais de 2008, realizou-se uma Auditoria Integral do Crédito Público no Equador, denunciando a "ilegalidade e a ilegitimidade da dívida comercial, multilateral, bilateral e interna contraída por governos equatorianos entre 1976 e 2006", questionando abertamente o Estado brasileiro, o BNDES, o Banco do Brasil e a Odebrecht. (LANDIVAR, 2009, p. 116)

Quanto ao Paraguai, para além das formas particularmente duras e jamais completamente cumpridas pelo governo brasileiro do acordo referente à Hidrelétrica binacional de Itaipú (IRLS, 2009, p. 141-158), há ainda o fenômeno dos brasiguaios, impulsionado tanto por uma política oficial expansionista brasileira, quanto por migrações massivas de brasileiros, em muitos casos expropriados em território nacional e deslocando-se para a colonização do país vizinho. No primeiro caso, figura a situação de Geremias Lunardelli, grande cafeicultor de São Paulo e grande comprador de terras no Paraguai. "Em 1958, ele já possuía um milhão de pés de café no país vizinho" (SILVA e MELO, 2009, p. 4). No segundo caso, importante emigração brasileira ocorreu para o Paraguai, cujo contingente de brasiguaios

> (...) alcança a cifra de 380 mil habitantes (10% aproximadamente da população paraguaia). Atualmente eles possuem 1,2 milhões de hectares, o que representa 40% de am-

> bos os departamentos e mais de 80% da soja local. Graças ao bom desempenho desta produção, criou-se uma classe de fazendeiros de porte médio com propriedades rurais cujo tamanho em média é de 500 hectares, aquelas que se tornaram os principais promotores da modernização agrícola dos departamentos suborientais. (HIRST, 2005-2006, p.11-21 *apud* LUCE, 2007, p. 94-95)

No caso da Bolívia, desde a criação da Petrobras Bolívia em 1996, a Petrobras era a maior empresa em atividade naquele país, detendo 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo, controlando várias etapas da cadeia produtiva, como 100% do refino. Em 2006, ocorreu a nacionalização dos hidrocarbonetos pelo governo Morales e a postura governamental brasileira oscilou entre um endurecimento e uma atitude "generosa". O encaminhamento levado a efeito foi de estilo negociador, embora assegurando-se a contrapartida da realização de duas enormes usinas hidrelétricas no Rio Madeira, integrantes do projeto Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). (LUCE, 2007, p. 95-98)

Também para a Bolívia ocorreu intensa emigração brasileira com compra de terras no país, especialmente voltada para a produção da soja, a partir de um financiamento para tanto aberto pelo Banco Mundial. (SILVA e MELO, 2009, p. 5)

> Existem cerca de 200 mil brasileiros em terras bolivianas (...). Porém, apenas 100 famílias brasileiras entre as que residem no país respondem por 35% das exportações de soja feitas pela Bolívia, produção que se concentra praticamente no Departamento de Santa Cruz. (LUCE, 2007, p. 98)

A expansão de capitais sediados no Brasil não se limita, entretanto, a esses exemplos sul-americanos, embora a região condense a maior parcela dos investimentos das transnacionais brasileiras. À guisa de exemplo, a Vale está presente nos seguintes países, de acordo com publicação sobre *Multinacionais Brasileiras*, resultado de pesquisa conjunta realizada pelo Valor Econômico e Sobeet: Africa do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Austrália, Barba-

dos, Brasil, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Congo, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Finlândia, França, Guatemala, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Nova Caledônia, Omã, Peru, Reino Unido, Suíça, Tailândia e Taiwan. Emprega 29,9 mil trabalhadores no exterior. Comprou em 2006 a Inco, canadense; aumentou seu capital em meados de 2008, através do aporte de recursos próprios de US$ 3bilhões e de linha de crédito especial do BNDES de R$ 7 bilhões, o que lhe forneceu "um colchão de liquidez para tornar-se maior gigante de mineração mundial" (*VALOR ECONÔMICO*, 2008, p. 36-37).

Já a gigante Coteminas, controlada pela família do vice-presidente da República José Alencar (ONAGA, 2005) e atualmente presidida por seu filho, Josué Gomes da Silva (*VALOR ECONÔMICO*, 2008, p. 33), realizou uma fusão com a americana Springs em 2006, mantendo o controle da Springs Global com 58,95% de seu capital. Tornou-se a maior fabricante de cama, mesa e banho do mundo, detendo 7% do mercado mundial, concentrado nas Américas. O grupo vem transferindo as fábricas dos Estados Unidos para Brasil, Argentina e México, sob o argumento de que nestes países os "custos de produção e de mão de obra [são] mais baixos" (*VALOR ECONÔMICO*, 2008, p.32), e neles vem realizando extensa reestruturação, diminuindo o número de fábricas de 31 (16 estavam nos Estados Unidos), para 20 – 12 no Brasil e três na Argentina e México, garantindo redução de despesas administrativas e gerais de US$ 200 milhões para US$ 95 milhões. (*Id. ibid.*, p. 32-33)

As grandes empresas construtoras brasileiras – Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Querioz Galvão e OAS – iniciaram seu processo de transnacionalização na década de 1970, com forte apoio governamental, ainda sob a ditadura.

> Hoje, essas companhias, juntas, estão presentes em 35 países do mundo e têm boa parte de suas receitas provenientes do exterior. A empresa-líder desse processo, a construtora Norberto Odebrecht, já teve obras em 30 países do mundo e, atualmente, tem *80% de todas as suas receitas oriundas de atividades no exterior.* (CAMPOS, 2009, p. 110, grifos do autor)

A Odebrecht cresceu com relação ao ano de 2007, como se pode verificar na tabela a seguir.

Em 2008, um *ranking* promovido pelo Valor Econômico e Sobett identificava as 50 empresas mais internacionalizadas do país, porém incluía apenas as que responderam a questionário enviado pelos organizadores da pesquisa. O índice de internacionalização foi calculado pela participação de empregos, ativos e receitas das companhias no exterior em relação aos números globais de cada empresa. Na tabela a seguir, extraímos as 25 empresas mais internacionalizadas deste *ranking*, apresentadas na ordem do grau de internacionalização definido pelo Valor Econômico e Sobeet. Vale observar a proporção de trabalhadores no exterior diante daqueles empregados no país, assim como a quantidade da receita no exterior com relação à auferida internamente.

As 25 empresas mais internacionalizadas:

Empresa	Setor	Proporção no exterior em relação ao total - Receitas - 2007 - %	Proporção no exterior em relação ao total - Empregos - 2007 - %
JBS-Friboi	Alimentos	81,0%	64,6
Construtora Odebrecht	Construção e engenharia	70,4%	47,0
Gerdau	Metalurgia e siderurgia	57,7%	49,4
Coteminas (Springs Global)	Têxtil, couro e vestuário	85,7%	34,5
Ibope	Serviços especializados	38,9	57,3
Vale	Mineração	37,5	25,21
Sabó	Veículos e peças	41,2	28,3
AMBev*	Bebidas	36,6	38,7
Metalfrio	Eletroeletrônica	26,6	43,6
Artecola	Química e petroquímica	24,5	20,3
Marfrig	Alimentos	32,6	33,7
Gol	Transportes e logística	9,3	3,8
Camargo Correa	Grupo econômico (conglomerado)	19,3	18,0
WEG	Mecânica	34,0	10,0
Itautec	TI – tecnologia da informação	28,0	6,7
Colmex Trading	Comércio exterior	41,4	8,1
Embraer	Veículos e peças	1,4	10,5
Marcopolo	Veículos e peças	22,7	19,4
Mahle Metal Leve*	Veículos e peças	6,0	10,4
DHB	Veículos e peças	29,2	0,2
G Brasil	Veículos e peças	27,7	1,9
Tupy	Metalurgia e Siderurgia	12,1	0,5
TAM	Transportes e Logística	30,0	3,3
ALL América	Transportes e Logística	6,3	23,1
Petrobras	Petróleo e Gás	11,4	9,8

Fonte: *Valor Econômico*, 2008, p. 24
(*) capital internacional, não mais brasileiro. Segundo o Valor Econômico, ambas as empresas, "embora de capital internacional, têm origem no Brasil e aqui mantêm o centro de decisão". (*id. ibid.*, p. 22)

Se a atuação capital-imperialista brasileira se intensificou nos últimos anos, ela tem origens mais remotas, tanto na expansão das empresas, quanto na configuração de uma política de Estado em seu apoio, como já fora ressaltado desde a década de 1960 por Marini. Um ponto de virada fundamental foi a conversão do BNDES em alavanca para a transnacionalização de empresas brasileiras. Sob o governo Sarney, o BNDES apresentou o "Plano Estratégico 1987-1990", incorporando cenários de integração competitiva entre as empresas. Em junho de 1990, no governo Collor, novo programa "elencava a desregulamentação, a abertura comercial e as privatizações como ferramentas básicas para a 'reestruturação competitiva' da economia brasileira", convertendo-o num banco de "abordagem e abalroamento, para identificar e facilitar as "privatarias" (NOVOA, 2009, p. 189-190). No final do governo Cardoso realizou-se uma reforma nos estatutos do BNDES de forma a permitir o financiamento a operações de capital brasileiro no exterior. No governo seguinte, de Lula da Silva, em 2005, implementou-se no mesmo banco uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras (LUCE, 2007, p. 81). Na atualidade, este Banco vem protagonizando uma impactante dinâmica de centralização e concentração de capitais no Brasil.

O movimento de concentração e centralização de capitais, sobretudo após a crise de 2008, é vertiginoso, assim como a criação de novos megaconglomerados brasileiros, aptos a enveredar por rápido processo de transnacionalização, com suporte público. Pequeno com relação aos investimentos transnacionais mundiais, pois "entre 2002 e 2006, o país foi responsável por 171 projetos de investimento no exterior, apenas 0,4% do total mundial" (*VALOR ECONÔMICO*, 2008, p. 66), trata-se de processo em andamento e cujas transformações internas e no conjunto do subcontinente já envolvem o conjunto da vida social.

No compasso da política capital-imperialista – apassivamento e democracia

Como vimos, o terceiro movimento de fuga para a frente e adequação burguesa ao formato capital-imperialista contemporâneo

se iniciou de maneira hesitante em finais da década de 1970, aprofundou-se nos anos 1980 para encontrar sua formatação política mais explícita a partir da década de 1990: a conversão mercantil-filantrópica de alguns movimentos sociais, muitos com origens populares, favorecido pelo autoproclamado "apoliticismo" de entidades associativas (sociedade civil), do que resulta uma crescente profissionalização de parcela da militância. Ao se expandir na década de 1990, esse padrão de associatividade se coliga cosmopolita e subalternamente à internacionalização que também marca a economia, tanto pela origem internacional dos financiamentos, quanto pela adesão às formas de luta pulverizadas que predominavam no cenário internacional. Deslocava-se a articulação entre as lutas, que até então mantinham uma unidade tensa em torno da configuração das classes sociais no Brasil, para o terreno mercantil-filantrópico, já de longo tempo preparado no cenário internacional por entidades similares e cujo teor voltado para a pobreza era defendido e difundido pelo Banco Mundial (PEREIRA, 2009). A pobretologia – e não um estudo da relação entre as classes e destas com as formas específicas da acumulação de capital – se difundia, como vimos no capítulo 5, culminando numa espécie de grande acordo nacional em torno da cidadania contra a fome ou a miséria, extremamente tímida, entretanto, para apontar as razões da produção da fome ou da miséria. Limitava-se aos efeitos. Ocorria um salto que, da conversão mercantil-filantrópica de segmentos da militância social, avançava doravante para um *empresariamento direto* de setores populares, sobretudo os mais fragilizados e que, rapidamente, seria convertido em "responsabilidade social empresarial" e em "voluntariado", disseminando uma subordinação massiva de trabalhadores, totalmente desprovidos de direitos mas necessitados do pagamento que tais formas de "empregabilidade" asseguravam. Aprofundava-se um ativismo estéril ao lado do apassivamento diante da precarização das condições de trabalho, aumentando o contingente de trabalhadores por projetos, sem direitos, ou o trabalho sem formas, na expressão de Francisco de Oliveira[10]. Não por acaso, mostramos como a década de 1990 assistiu a um enorme salto de associatividade das Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil), que já contam

com dois censos do IBGE. Esse processo responde a uma tripla injunção: 1) colabora para a expropriação de atividades até então públicas (bens coletivos), "libertando-as" para a extração de mais-valor, ao passo que naturaliza a expropriação de direitos; 2) organiza-se sob a forma de um discurso incorporador e democrático da população, que acena para o reconhecimento das necessidades imediatas (tanto no âmbito das políticas públicas, quanto na dimensão cultural), reconfigurando o teor do próprio processo político; e, 3) finalmente, mas não menos importante, segrega e criminaliza as entidades associativas que denunciam o caráter de classe preponderante, assim como as lutas difusas de setores populares que não se amoldam aos formatos propostos.

Constitui-se uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005 e MARTINS, 2009) que, sob direção empresarial, procura reconfigurar a classe trabalhadora e a própria sensibilidade social nacional para as novas condições psicofísicas da divisão internacional do trabalho, nas quais o Brasil passa a atuar como "parceiro" do capital-imperialismo.

De maneira similar à incorporação de capitais estrangeiros no país, essa pedagogia da hegemonia não resultou apenas de uma imposição externa, mas contou com enorme mobilização e iniciativa empresarial nativa, aprendendo com e incluindo os capitais externos, expressando uma nova capacidade empresarial (organizativa e mobilizadora de recursos) voltada para dentro. Consolida a extração exacerbada de mais-valor no plano interno e se volta para o exterior, impulsionando novas e diversificadas atividades produtivas de mais-valor, como a industrialização do setor de serviços (cf. BOITO, 2005), enquanto silencia extensas camadas de trabalhadores. Os trabalhadores são silenciados pelo alto, através da associação de sindicalistas à gerência do capital, e por baixo, através do emaranhado de entidades mercantil-filantrópicas, configurando políticas generalizadas de gotejamento para as camadas sociais mais fragilizadas ou disseminando práticas laborais totalmente desprovidas de direitos. Resulta num apassivamento contido no formato de uma democracia restrita que, ao menos por enquanto, vem liberando de peias o comportamento predatório do capital transnacional brasileiro e seus associados.

Notas

1 Pode-se admitir, ao contrário, que algumas revoluções socialistas desembocaram em ingresso retardatário no capital-imperialismo, como é o caso da China e da Rússia, embora não trabalhemos o tema neste livro.

2 Dentre tais óbices, as dimensões do contingente de trabalhadores informais e, portanto, sem direitos trabalhistas ou sindicais. (Cf. MATTOS, 1998)

3 Como vimos, assim Florestan Fernandes designava "a revolução que se sustentaria em transformações capitalistas necessárias, embora tardias" e que, capitaneada pela unificação entre massa e classe trabalhadora, abriria um efeito momento de "revolução contra a ordem". (FERNANDES, 1986, p. 26 e *passim*).

4 Vale ressaltar que tal necessidade não pode ser considerada como garantia de sua permanência, o que se verifica inclusive pela tutela interna concedida às Forças Armadas, em nome da manutenção de uma "ordem" vagamente definida.

5 Esse é o caso, por exemplo, do setor calçadista gaúcho, que, na década de 1980, exportou mais de US$ 2 bilhões, em período de recessão do mercado interno. Com a retomada do mercado brasileiro, tal setor reduziria sua participação internacional. (GOULART, ARRUDA e BRASIL, 1994, p. 37)

6 Nomeadamente, são exemplos disso as Cia. Vale do Rio Doce, Metal Leve, Cofap, Prensas Schuler, Toga, Gerdau, Gradiente, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Mangels, Sadia, Duratex, Embraer, Toga, Staroup, Aços Vilares, Cotia Trading, Embraco, Forja Taurus, Hering, citadas por Goulart, Arruda e Brasil. (1994, p. 37)

7 Ver os Censos de Capitais Estrangeiros no Brasil, realizados nos anos de 1995, 2000 e 2005 pelo Banco Central do Brasil, pelos quais sobe a participação internacional na economia brasileira de 23,7% do PIB, em 1995, até 45,9% do PIB em 2005. Disponível em http://bcb.gov.br/?CENSOCE, acesso em 15/08/2009.

8 De maneira sarcástica, Francisco de Oliveira comentaria que "essa capacidade de levar o consumo até os setores mais pobres da sociedade é ela mesma o mais poderoso narcótico social". (OLIVEIRA, 2003, p. 144)

9 Ver as denúncias de assassinatos de trabalhadores e de corrupção promovidos pela Odebrecht no Equador em Landivar (2009, p. 116-126) e, sobretudo, o impressionante dossiê elaborado sobre os impactos e violações da Vale no mundo, resultado do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 2010. Disponível em http://atingidospelavale.wordpress.com, acesso em 01/05/2010.

10 "O trabalho sem-formas inclui mais de 50% da força de trabalho e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002 (...), entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas transita 60%

da força de trabalho brasileira (...) É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho". (OLIVEIRA, 2007, p. 4-5)

CAPÍTULO VII
CAPITAL-IMPERIALISMO BRASILEIRO – CONTROVÉRSIAS E NOVOS DILEMAS

Ruy Mauro Marini - tributo e polêmica

Ruy Mauro Marini foi o primeiro – e praticamente único autor – a insistir precocemente no papel imperialista desempenhado pelo Brasil. Apesar de seus trabalhos, o imperialismo segue considerado pelo senso comum no Brasil como algo externo, de fora para dentro, malgrado a crescente transnacionalização de empresas brasileiras. Esta posição é compreensível, tendo em vista a atuação aqui das transnacionais forâneas e a expansão econômica permanente de capitais de procedência estadunidense, ao lado da enorme influência política, militar, ideológica e cultural dos Estados Unidos no Brasil. Ela constitui, inclusive, a base de um anti-imperialismo popular bastante disseminado no país. Mas se ela é compreensível, é também problemática, pois ignorar as implicações internas e externas da expansão de capitais brasileiros (em múltiplas associações) para o exterior pode, ao contrário, confortar o conjunto do capital-imperialismo e, por omissão, confundir as lutas de classe, desviando seu foco e reduzindo sua capacidade de opor-se de maneira decidida a *todas as formas de capital-imperialismo*.

Para Ruy Mauro Marini, a dependência e subalternidade da burguesia brasileira não impediram o pleno desenvolvimento de relações capitalistas maduras no Brasil, embora o tenham truncado e deformado em várias direções. A permanência dos latifúndios e a não realização de uma reforma agrária radical contiveram extensa massa de trabalhadores rurais sob precárias condições de existência e, ao favorecerem um contínuo movimento migratório, envileceram os salários urbanos (MARINI, 2000, p. 25). Este fenômeno estaria na base de um *truncamento da lei do valor* com relação aos trabalhadores,

favorecendo uma dupla exploração, ou uma *superexploração* do trabalho. Lastreada em tal superexploração, a burguesia brasileira, dependente e associada aos capitais estrangeiros, constituiu uma base própria de acumulação de capitais, conservando para si uma parcela do mais-valor (sobretrabalho) extraído dos trabalhadores remunerados abaixo de seu valor, ao mesmo tempo em que assegurava subalternamente a remessa de uma parte dos excedentes assim gerados para os centros capitalistas.

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira *estrutural* do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. Partindo de Marx, Marini distingue entre a exploração apoiada no aumento da capacidade produtiva e aquela apoiada na violação do valor da força de trabalho, consistindo, esta última, na conversão do fundo necessário do consumo dos operários em fundo de acumulação de capitais. Daí resultaria uma redução da vida útil dos trabalhadores brasileiros (ou periféricos) pelo desgaste imposto à sua reprodução sempre incompleta. Os trabalhadores dos países capitalistas periféricos suportariam a agregação de todas as formas de exploração, desde aquelas sob a vigência da lei do valor, como a extensão de jornadas, intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, até aquelas fora da lei do valor, acarretando a redução da própria vida dos trabalhadores.

Extremamente sugestiva, esta tese incorre, entretanto, em algumas dificuldades: a lei do valor se define a partir das condições reais e concretas de existência da população, correlacionada ao tempo socialmente necessário para a reprodução do conjunto dos trabalhadores, nas condições históricas e sociais dadas. Se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo.

De fato, a manutenção dos latifúndios e seu papel estreitamente complementar ao processo de industrialização brasileira contribuíram durante longo tempo para o rebaixamento do valor da força de trabalho urbana, embora não necessariamente traduzida na redução da vida útil do *conjunto* da classe trabalhadora, ou mesmo do segmento da classe trabalhadora urbana. É certo ainda que a incisiva concorrência entre os trabalhadores, fomentada por um sempre crescente exército industrial de reserva constituído pelas levas migrantes expulsas dos campos, e a permanência de uma produção agrícola de gêneros alimentícios de baixo custo contribuíram para aproximar a subsistência urbana das precárias condições de vida de trabalhadores rurais (submetidos a variadas relações de trabalho, em sua grande maioria não assalariada). Esse procedimento retardou (e alterou) o processo da generalização da industrialização do campo, que não incorporou a intensificação da produtividade para o fornecimento de gêneros a baixo custo para o mercado interno, assegurados por relações de trabalho não assalariado (pequenos produtores, meeiros, parceiros, ou outras modalidades), mantendo a produção mais significativa da grande propriedade voltada para a exportação e o amealhamento de divisas internacionais. Estas divisas, por seu turno, foram deslocadas para os setores capitalistas urbano-industriais, assegurando a expansão e rápida concentração da industrialização. Não obstante, isso não configura uma exceção à lei do valor no que concerne à força de trabalho, uma vez que tal valor se definia exatamente pelas condições sócio-históricas de reprodução do conjunto dessa mesma força, nos campos e nas cidades.

O argumento da *dupla exploração* sofrida pelos trabalhadores brasileiros contém elemento importante, tendo sido utilizado tanto por Marini quanto por Florestan Fernandes (1975, p. 307). Os trabalhadores brasileiros eram, de fato, explorados de maneira compartilhada, uma vez que capitais de diferentes procedências extraíam internamente mais-valor. A massa total de mais-valor aqui extraída era compartilhada entre tais burguesias. Esse fenômeno explica, sobretudo, a própria subalternidade burguesa. Por um lado, ao exportar bens primários, o conjunto da burguesia brasileira sofria permanente sangria pela deterioração dos termos de troca. Por outro

lado, ao permitir a abertura do mercado de força de trabalho para a exploração direta pelo capital-imperialismo externo, deixava de auferir parcela do mais-valor internamente produzido, condenando-se a uma posição de subordinação econômica e cultural. Mas condenava também o conjunto da vida social a espelhar-se na mesma subalternidade cuja direção capitaneava, ao permitir a sangria permanente de parcela substantiva do valor criado internamente, através de remessas de lucros, de pagamentos de juros, etc.

Ainda para Marini, a superexploração se ligaria estreitamente ao próprio caráter da industrialização brasileira, realizada sob as condições de um mercado interno truncado (incapaz de realizar plenamente a reprodução dos trabalhadores), tendendo à produção de bens suntuários, direcionados a parcela restrita da população, assim como reiterando a recorrente necessidade do recurso ao mercado externo dos capitais implantados em solo brasileiro para a realização de sua produção, dada a pequenez do mercado interno.

Esta foi uma questão perturbadora para inúmeros autores, e que ocupou sobremaneira o pensamento econômico e político brasileiro, como por exemplo, o clássico Caio Prado Jr. (1969 e 1978), para quem a ausência de mercado interno fora óbice histórico permanente ao desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil. O problema principal é que a expansão do mercado interno foi considerada, sobretudo, do ponto de vista da produção econômica estrito senso, e, portanto, tratada a partir do consumo interno, deixando à sombra *a produção das relações sociais fundamentais para a expansão capitalista*, ou seja, a expropriação massiva da população, o que a impede de produzir sua própria subsistência (mesmo que em condições penosas ou difíceis, como a dos trabalhadores rurais brasileiros). *Não se trata apenas da oferta de bens necessários para a população, mas da produção de uma população necessitada do consumo mercantil de certos bens.* O processo de expansão do mercado interno é duplo: ele é a produção social de massas expropriadas aptas a se converterem em mera força de trabalho, totalmente dependentes do mercado para subsistirem, ao lado da imposição de uma dada forma de produção econômica destinada a suprir, somente (ou prioritariamente) através do mercado, as necessidades sociais e históricas

dessas populações. A própria extensão das expropriações no contexto do avanço da industrialização foi um dos elementos para a transformação das relações de produção dominantes no campo e fator de extensão do mercado interno.

O conceito de superexploração conserva, todavia, sua importância, pois indica a possibilidade efetiva de que classes dominantes, por razões políticas e/ou econômicas, se apropriem de *parcela do trabalho necessário* (portanto, dos recursos do fundo de reposição do trabalho) dos trabalhadores para convertê-lo em capital. Se a tese de Marini não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira e da produção capitalista no Brasil, *o conceito de superexploração evidencia, entretanto, de maneira forte, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo.* As expropriações de direitos que ocorrem mundo afora, em paralelo à oferta de serviços industrializados para aliviar as necessidades antes supridas como direitos, podem ser analisadas como formas de superexploração do trabalho. A conversão em capital, através de fundos de pensão, de parte do salário de variadas camadas de trabalhadores, como mostrou Graneman (2006), é outra de suas formas. Num caso como no outro, parcela do salário – trabalho necessário – destina-se seja à compra de um bem expropriado aos trabalhadores, como saúde, educação, etc., seja à constituição de fundos para suportar tais despesas no futuro, como planos de saúde ou fundos de pensões para as aposentadorias mitigadas ou extintas. Neste último caso, parcela dos salários se converte em... capital. Mas, além disso, há ainda uma nova modalidade de superexploração: o uso capitalista da força de trabalho sem contrato, ou a expropriação do próprio contrato de trabalho, de tal forma que se instaura uma jornada sem limites, cuja remuneração explicita uma imposição econômica, social e política de *patamares infra-históricos de subsistência* dos trabalhadores. Essa é uma forma peculiar de truncamento do valor da força de trabalho, que resulta da descontratação em massa pelas empresas e, portanto, pela disponibilização de massas extensas de trabalhadores que, existindo sob condições sociais plenamente mercantis, são obrigados a vender sua força de trabalho abaixo do valor histórico, social, cultural e politicamente constituído.

De maneira similar, a hipótese de um truncamento *estrutural peculiar* da lei do valor nas condições específicas brasileiras e por extensão, para o desenvolvimento do capitalismo nas periferias, não constitui traço distintivo das periferias e volta-se na atualidade contra as classes trabalhadoras dos países predominantes[1].

Não obstante, Marini aporta contribuição significativa, ao assinalar a contradição permanentemente existente no que concerne ao valor da força de trabalho no capitalismo, nisso seguindo o raciocínio de Marx. Vejamos. Por um lado, tal truncamento é limitado, no *interior de uma formação social*, sobretudo no período em que aqui se expandia o processo de industrialização e de produção de trabalhadores livres, pois não depende de "vontade" do capital ou das classes dominantes o exercício da lei do valor, que resulta da generalização das condições sociais para a expansão da produção mercantil, na qual estão, aliás, empenhados os setores dominantes. Por outro lado, as classes dominantes brasileiras bloquearam politicamente (sobretudo através da violência) a *nacionalização do trabalho* no país[2], mantendo barreiras regionais e estaduais que procuravam circunscrever as conquistas laborais às suas regiões de origem, como salários mínimos regionais. Com isso, agudizavam a concorrência interna entre os trabalhadores, segmentando-os regionalmente, enquanto, ao mesmo tempo, nacionalizavam as condições de exploração da força de trabalho, pela implantação de órgãos nacionais de apoio aos diferentes setores capitalistas. A lei do valor, no que concerne à força de trabalho, é ademais *permanentemente truncada pelo capital*, pela contínua reprodução de exércitos industriais de reserva (pela expropriação do povo do campo ou através do crescimento da composição orgânica do capital e da redução relativa ou absoluta do número de trabalhadores necessários à valorização do capital) e, na atualidade, pela mobilidade de capitais contraposta ao encapsulamento da força de trabalho nos âmbitos nacionais. Essa é a lei do valor sob o capital, no que se refere à força de trabalho e nisso não difere o centro da periferia.

A argúcia de Marini ao suscitar essa questão permite iluminar o fato de que a existência de Estados, ao generalizarem (tornarem nacionais) os procedimentos dominantes para o capital, desempenha

o papel de encapsulamento jurídico e político das massas trabalhadoras, atuando como moduladores da concorrência entre trabalhadores no mercado internacional, enquanto, ao contrário, liberam a mobilidade dos capitais. De fato, por um certo ângulo, um dos papéis cruciais do Estado na atualidade parece consistir em assegurar e conter a força de trabalho para os capitais em âmbito nacional ou subnacional (truncando, pois, a lei do valor).

Retomemos agora a determinante sugerida por Marini sobre o mercado interno brasileiro. Para ele, este permaneceria incompleto, voltado para bens suntuários dirigidos a pequena parcela da sociedade, levando os mais concentrados capitalistas brasileiros (e estrangeiros aqui implantados) a necessitar de mercados externos para a realização de suas mercadorias. A expansão para o exterior de capitais aqui sediados, brasileiros ou associados, seria duplamente marcada pela superexploração – a sustentação da produção dependente sujeitava-se à partilha de tal superexploração, enquanto o mercado interno assim forjado, ao excluir as massas (superexploradas) e se direcionar para a produção de bens suntuários, tornava-se incapaz de absorver a produção. Mantida a dependência, as exportações de capitais brasileiros se tornavam economicamente necessárias, pois suas condições de emergência, a superexploração e o aporte de capital externo, bloqueavam sua realização. Tanto capitais brasileiros quanto estrangeiros aos quais se associavam precisavam expandir-se para a América Latina, convertendo o país em plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países.

Tomada, sobretudo, do ponto de vista econômico, tal como apresentada anteriormente, a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Marini e muitos outros autores desconsideram, porém, que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições

deste mercado, excetuadas as situações – mais ou menos frequentes – de crises.

Em que pesem divergências e a necessária atualização da questão, o trabalho de Marini segue tendo um papel matricial. Reafirmando as características da superexploração e da pequenez do mercado interno, cujos limites apontei antes , em 1977, Marini enfatizaria outros elementos, que nos parecem essenciais, ao afirmar que o subimperialismo é:

> la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza. (MARINI, 1977, p.17)

Esta definição aporta outros e cruciais elementos, sobretudo no sentido de uma relativa autonomia (econômica e política) na condução *política* da exportação de capitais. Admite, portanto, que, uma vez encetado tal processo, sua tendência é ampliar as desigualdades entre os países e, mantida e/ou aprofundada tal expansão, seu próprio movimento conduz a uma alteração das posições relativas entre os países, exigindo, no país predominante, a constituição de formas políticas adequadas a tal expansão imperialista.

Retomemos a questão inicial – como qualificar a atual transnacionalização de capitais brasileiros, que hoje se expressa através de investimentos externos diretos e da extração de mais-valor em países estrangeiros, sobretudo, mas não apenas, na América do Sul? Não se trata de uma questão de palavras, e o termo subimperialismo é impactante. Sua importância radica em indicar explicitamente a dupla relação do capital-imperialismo brasileiro – a de predomínio, por um lado, e de subalternidade, de outro.

O conceito forjado por Marini não abrange, entretanto, modificações substantivas da concentração de capitais no Brasil, da reconfiguração do Estado para favorecê-la, do papel que tal expansão capital-imperialista passa a exercer no conjunto das relações sociais *internas* ao país, nem das eventuais tensões interimperialistas decorrentes do contexto internacional pós-derrocada da União Soviética e da emergência da expansão capital-imperialista chinesa.

Ademais, utilizar tal conceito envolve admitir as duas premissas centrais que o configuram e que critiquei anteriormente: a escassez de mercado interno e a superexploração como traço estrutural periférico. Para dar conta do processo real em curso, é preciso incorporar as formas específicas de interpenetração de capitais no plano internacional, sob o predomínio do capital monetário contemporâneo, que conduziu a um aprofundamento da "união íntima" apontada por Lenin (1975, p. 59), em direção a uma *fusão pornográfica* de capitais das mais diversas procedências, cuja valorização exige e impõe as mais variadas formas de extração de sobretrabalho e de expropriação. Mais ainda, é preciso compreender as formas específicas da política capital-imperialista. Se identificar os traços que configuram as periferias segue sendo fundamental, estes não são estáveis e se alteram segundo as modalidades de dominação e subordinação em curso, sob uma nova escala de concentração de capitais e de divisão internacional do trabalho.

Por essa razão, considero que estamos diante – há já quase meio século – de uma nova fase do imperialismo, que envolve múltiplas dimensões da vida social e à qual denomino capital-imperialismo. O Brasil hoje integra o grupo desigual dos países capital-imperialistas, em posição subalterna. Como o último dos primeiros, em situação tensa e instável, depende de uma corrida alucinada de concentração de capitais que, a cada passo, escancara crises sociais dramáticas.

Novos dilemas e desafios

A crise internacional capitalista escancarada a partir de 2008 faz emergirem novas tensões no capital-imperialismo contemporâneo. Ela incidiu imediatamente sobre os Estados Unidos e, em seguida, sobre a Europa; em 2010, voltou a atingir com virulência

países europeus da zona do euro, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália. Duas formas prioritárias de atuação governamental foram postas em prática: de um lado, a utilização de formidáveis recursos públicos para impedir a quebra de bancos e empresas e, de outro, o prosseguimento das expropriações secundárias, incidindo de maneira aguda principalmente sobre os países europeus (incluindo França e Alemanha), com novos pacotes governamentais atualmente em tramitação voltados para o corte de gastos públicos, envolvendo redução de pessoal, diminuição de salários, recuo nos serviços sociais e elevação de idade para aposentadorias.

Os analistas dividem-se sobre o teor dessa longa crise: para alguns, expressaria a queda da hegemonia estadunidense, pelo peso insuportável em longo prazo de seu déficit, ainda aprofundado pelos gastos militares; para outros, entretanto, a crise poderia resultar numa retomada dessa hegemonia sob novo formato, uma vez que o predomínio monetário e militar estadunidense em escala mundial segue intocado. Com um ou outro formato, aprofundam-se as características do capital-imperialismo em escala mundial. O entrelaçamento pornográfico de capitais à procura de valorização em escala mundial conduziu a profundos desequilíbrios, como a emergência de países secundariamente industrializados e chegados tardiamente à escala de concentração demandada por operações transnacionais ao lado de crises econômicas profundas no cerne central dos países preponderantes, crises resultantes da própria concentração exacerbada da propriedade do capital. Para ambas as hipóteses, poucas dúvidas pairam de que essa recomposição internacional pós-crise encontra limites no poderio militar estadunidense, o que pode atuar em duas direções simultâneas: refreando as ambições e limitando o escopo da atuação de novos retardatários ou levando-os a aumentar seus gastos militares. Nos dois casos, situações socialmente dramáticas são previsíveis: seja a ruptura da expansão capital-imperialista dos países secundários, com uma consequente crise social que, de permanente e crônica, passaria a agudíssima; seja o surgimento de novos e imprevisíveis conflitos bélicos, novamente a cargo da grande maioria das populações dos países secundários, defrontando-se com aparatos militares a cada dia mais automatizados e devastadores.

Aguçam-se também outras contradições, uma vez que se estendem as expropriações primárias nos países retardatários (em especial, na Índia e na China) ao lado da intensificação brutal de expropriações secundárias nos países centrais. Este movimento incorpora uma possibilidade, a de uma redução do gigantesco diferencial de valor da força de trabalho entre os diversos países, que foi a base até aqui da mobilidade de capitais contraposta ao encapsulamento da força de trabalho. Quaisquer que sejam as tendências e o encaminhamento da atual crise, isso pode sacudir a letargia mercantil-filantrópica que apassiva trabalhadores em situações dramaticamente desiguais e levá-los a enfrentar as condições mundiais de extração de mais-valor.

Na situação imediata, a crise exaspera as tensões e estimula movimentos díspares de retração de alguns capitais, em busca de refúgios menos inseguros, e de maior agressividade para outros, procurando aproveitar-se das brechas que a crise deixa entrever. A complexa situação internacional relaxa certos constrangimentos políticos que costumavam conter a atuação governamental de países retardatários. Estes parecem procurar ocupar posições mais relevantes, econômica, estratégica e politicamente (Cf. HURREL *et al*, 2009; VELLOSO, 2009).

No Brasil, reativam-se as retóricas autonomistas e desenvolvimentistas, mobilizando, inclusive, perspectivas terceiro-mundistas e vagamente anti-imperialistas. Pesados estímulos a setores industriais, através de reduções de impostos e do Programa de Aceleração do Crescimento, ao lado de uma intensa difusão do crédito em ampla escala social, procuram explorar ao máximo as condições do mercado interno, ao lado do estímulo à transnacionalização de capitais brasileiros. Como se observa, a movimentação gira em torno da própria expansão do capital, não incorporando nenhum sentido de enfrentamento à lógica da expansão de capitais no cenário internacional.

A transnacionalização brasileira começou bem antes da crise. O forte impulso à transnacionalização de empresas não se limitou apenas à exportação de mercadorias, mas crescentemente envolve variadas formas de investimento, desde a presença comercial no exterior, passando pela produção no exterior, chegando à participação no

desenvolvimento de componentes junto aos centros exteriores onde atua a empresa (URBASCH, 2004, p. 24-29). No ano de 2006, a exportação de capitais como investimento estrangeiro direto (IED) saindo do Brasil aproximou-se da cifra de US$30 bilhões e superou o montante de entrada de IED proveniente do exterior no mesmo ano. "Em 2006, pela primeira vez, os fluxos externos de IED ultrapassaram os influxos de IED, sinal de que as empresas brasileiras estão aprofundando seu compromisso para se tornar empresas globais." (RAMSEY e ALMEIDA, 2009, p.15).

Segundo o último relatório do Banco Central do Brasil,

> os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior somaram retornos líquidos de US$10,1 bilhões, ante aplicações líquidas de US$20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 refletiu, principalmente, amortizações líquidas de US$14,6 bilhões em empréstimos de empresas brasileiras concedidos a coligadas no exterior. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009, p. 137)

Embora o mesmo relatório assinale uma queda dos investimentos brasileiros no exterior em 2009, ano do primeiro impacto da crise mundial, aponta para a manutenção de importantes estoques no exterior, totalizando US$157,7 bilhões em dezembro de 2009 (*Id. ibid.*, p. 137) .

Para além das investidas econômicas de empresas privadas, públicas ou mescladas, para além dos empréstimos e garantias oferecidos por bancos públicos aos processos de transnacionalização, ocorreu intensa movimentação da política externa brasileira, com enorme destaque para a atitude contra o golpe de Estado em Honduras e contra as retaliações do Conselho de Segurança da ONU frente ao governo do Irã disposto a entabular negociações.

Nada nos indica estarmos diante de um processo homogêneo e linear. Há divergências entre importantes setores empresariais, como há ainda uma exacerbação crítica – em parte retórica – contra a política do governo Lula da Silva, em especial perante a sua enorme aprovação popular, mesmo em final do segundo mandato. Afinal, como foi mostrado, a expansão capital-imperialista brasileira, tanto para dentro quanto para fora do país, não elimina nem reduz a clássica dependência diante de capitais estrangeiros, mas *altera a escala da*

inserção subordinada, o espaço de reprodução dos capitais aqui sediados e carreia novas exigências políticas internas. A permanência de uma plataforma subalterna de exportação de capitais convive com alguns setores e empresas altamente competitivos em âmbito internacional. A exportação de capitais como investimentos diretos coabita com a commoditização de parcela significativa da produção e das exportações ou mesmo com a mera impostura, como a operação da Itautec que, no caso relatado a seguir , apenas intermedeia a venda de produtos estadunidenses para a Venezuela:

> Já o mercado da Venezuela é atendido pela Itautec por Miami desde que a brasileira comprou uma distribuidora de produtos de informática da norte-americana Tallard. Como o governo do presidente Hugo Chávez prega o boicote ao consumo de bens e serviços norte-americanos, os consumidores acham mais confortável adquirir produtos fabricados nos Estados Unidos de uma distribuidora brasileira, por se tratar de uma aquisição indireta. "Nós compramos da IBM, e os venezuelanos compram da Itautec. E não temos nenhuma queixa dos resultados obtidos até agora", conta Vita [Claudio Vita, vice-presidente Comercial Nacional e Internacional da Itautec]. (Onde investir em 2010. Disponível em: http://www.americaeconomia.com.br/Note.aspx?Note=382303, acesso em 08/01/2010).

O tema da integração do Brasil ao capital-imperialismo brasileiro exige aprofundamentos rigorosos e intensos, de maneira a compreender a situação contemporânea e nos habilitar a uma intervenção mais consequente. Este livro não defende uma tese acadêmica, embora fruto de longas pesquisas. Seu intuito é o de contribuir para o desvendamento das condições nas quais se travam as lutas de classes. Por essa razão, considero indispensável aprofundar as análises sobre o tema, sem escamotear ou ocultar as contradições que se multiplicam. Para isso, é preciso enfrentar óbices e contra-argumentos sólidos, para além das resistências normais que novas e complexas situações envolvem.

Uma primeira e corriqueira objeção sugere a impossibilidade de uma atuação imperialista nos moldes daquele exercido pelos países centrais, em razão da dependência estrutural da economia brasileira.

Se o tema é relevante, subjaz ao argumento uma conceituação de imperialismo que supõe permanecer ele exatamente o mesmo ao longo de quase um século de expansão. As lutas pela descolonização não teriam produzido nenhum efeito, para além de novas subcolonizações. A própria dinâmica da multinacionalização seria apenas uma repetição idêntica do mesmo, sem espessura histórica e sem novas contradições. Ademais, os conflitos interimperialistas que conduziram a duas guerras mundiais envolveram países cuja base econômica sofria significativa dependência econômica perante os países então preponderantes, como nos lembrou Gramsci.

Relembramos o aprofundamento da característica desigual, porém intensamente combinada, da expansão do capital-imperialismo contemporâneo e das modalidades históricas de incorporação subalterna de retardatários, sobretudo ao final da Segunda Guerra Mundial. A relação entre dependência e capital-imperialismo, à luz do panorama histórico atual, exige uma análise profunda das formas de conexão intercapital-imperialistas atualmente em curso, assim como as novas modalidades de contradição que implicam, tanto no âmbito das possibilidades políticas internas, nacionais, quanto no âmbito da atuação internacional. Aqui, tratei, sobretudo, da situação brasileira e não me detive nas novas condições geoestratégicas, que envolvem outros países retardatários, como Coreia do Sul, África do Sul, México, Índia, China, Rússia, Turquia, dentre outros. A histórica dependência da burguesia brasileira não a faz menos burguesia, isto é, necessitada de valorizar o valor. No entanto, consolidou práticas especialmente truculentas no trato com o trabalho e com o conjunto dos setores sociais – e dos países – subalternos.

Essa objeção se torna mais substantiva se acrescentarmos que as características tíbias da burguesia brasileira seriam um obstáculo para sua capacidade de assumir as consequências de sua própria expansão capital-imperialista, na medida em que seus desdobramentos a levassem a se defrontar com qualquer um dos países centrais e, em especial, com os Estados Unidos. Estamos tratando de um processo histórico em curso, pulsante, no qual setores das classes dominantes brasileiras – e alguns segmentos intelectualizados, recentemente agregados ao apoio da expansão capitalista brasileira – são

muito temerosos diante de qualquer manifestação, mesmo da mais delicada e tênue *autonomia dos interesses capitalistas*, diante da política que se supõe ser a desejada pelos Estados Unidos. Mas, dada a interpenetração de capitais forâneos na expansão brasileira contemporânea, e o crescimento de empresas transnacionalizadas brasileiras, novas contradições e tensões se manifestam, inclusive procurando explorar as brechas resultantes da crise e voltadas , eventualmente, para a constituição de novas modalidades de dependência. A questão fundamental, a meu juízo, não deriva da capacidade ou não das burguesias brasileiras de enfrentarem seus próprios desafios de corrida para a frente para acumular mais-valor, mas da capacidade dos trabalhadores, brasileiros e latino-americanos, de fazerem face às novas condições de exploração e de organização política que se anunciam. A forma da dominação ideopolítica capital-imperialista requenta reivindicações outrora legítimas que, isoladas e destacadas de seu contexto original, carreiam perspectivas socialmente penalizantes.

A segunda objeção envolve questões militares: o Brasil não dispõe de armamento nuclear e seu poder bélico é frágil para sustentar eventuais conflitos interimperialistas. Isso é certo. Pode-se argumentar que na atualidade nenhum país isoladamente reúne potencial bélico para enfrentar o poderio estadunidense. Uma avaliação mais extensa dessa questão está, entretanto, fora do escopo deste livro. Será preciso aprofundar a análise sobre as formas pelas quais vêm se transformando rapidamente coligações e tensões intercapital-imperialistas, nas renovadas condições de um mundo dominado pelo capital-imperialismo e das contradições que suscita. Não obstante a fragilidade militar brasileira diante dos mais poderosos, o país exibe força capaz de atuar perante países mais frágeis, podendo compor-se alternativamente com as demais forças capital-imperialistas. Não se trata aqui da adesão a fórmulas fáceis de um Brasil potência, urdidas pela ditadura e até hoje ainda na nostalgia de alguns, mas da importância do real dimensionamento da configuração capital-imperialista.

Ora, quais são as contradições fundamentais na atualidade? Se, como acredito, elas seguem opondo o trabalho ao capital, nossa tarefa

é identificar as condições nas quais o trabalho se encontra profundamente socializado, em escala regional e internacional, e precisando defrontar-se com novas condições de exploração e de expropriação, em escala internacional, regional e local. Para isso, é preciso escapar das tentações dos discursos sobre "potências regionais" emergentes e enfrentar o dilema da conexão entre os diferentes – e a cada dia mais diversificados – setores das classes trabalhadores diante do poder difuso e aparentemente contraditório do capital-imperialismo contemporâneo.

Uma terceira objeção remete à relativa pequenez das empresas propriamente brasileiras frente ao conjunto das grandes multinacionais com origem nos países centrais, além de sua ainda pouca expressão no conjunto da economia mundial. Novamente, trata-se de argumento a esmiuçar e que demanda aprofundamento. O processo brasileiro de transnacionalização e de apoio governamental à concentração de capitais está firmemente engajado e não parece responder apenas a um governo, dada a historicamente estreita correlação entre as decisões do Estado brasileiro e as organizações e entidades empresariais. Embora suscite certamente controvérsias e desacordos interburgueses , envolve crescentemente práticas mistas, com apoio governamental e captação de recursos no mercado:

> No governo, assinalam-se as distinções entre hoje e os anos 70. Naquele período, vigorou o modelo tripartite, onde os grandes investimentos teriam que ser distribuídos igualmente em um terço (1/3) de participação do Estado, de capital estrangeiro e de um grupo privado nacional. Foi quando se montou um forte parque industrial no Brasil, com recursos públicos pesadamente subsidiados: os empresários nacionais pagavam somente 20% da correção monetária pelos empréstimos do BNDES. Foi a origem da indústria do aço, de fertilizantes, da petroquímica, papel e celulose, equipamentos. (...). Trata-se, agora, segundo assessores governamentais, "do coroamento de um processo de desenvolvimento que tem o padrão do BNDES para apoiar: tem que ser empresas abertas, participantes do novo mercado, com proteção aos acionistas minoritários e mais, tem que ter o reconhecimento do mercado, pois as operações feitas até agora foram via mercado, com

> aumento de capital". O BNDES subscreve uma fração das ações, atraindo o mercado que subscreve o resto. (SAFATLE, *VALOR ECONÔMICO*, 11/2/2010)

É importante separar as evidências do capital-imperialismo brasileiro de uma suposição de que o país chegaria enfim a um pleno desenvolvimento econômico, autônomo e harmônico. Ao contrário, o que este livro procurou mostrar é que se trata de perigoso salto para a frente na escala de acumulação de capitais com base no Brasil, e que tende a aprofundar drasticamente as desigualdades sob as quais vivemos, mesmo que elas se manifestem sob outra forma. Se o fenômeno envolve novas tensões entre países predominantes e os novos retardatários, ao menos até aqui não há sinais de que haja uma reversão expressiva da forte dependência econômica que caracterizou historicamente as burguesias brasileiras. Vale lembrar que essa dependência ocorreu de maneira bem mais complexa do que uma obediência imediata ou unilateral e que, ao longo do século XX, esteve permeada por tensões. A atuação brasileira contemporânea capital-imperialista incorpora uma subalterna plataforma de uso pelos capitais multinacionais aqui implantados. Porém há forças internas exportando capitais e o conjunto dos capitais externos aqui implantados conta com forças internas, brasileiras, organizadas para defender a expansão do conjunto do capital. Relembrando Florestan Fernandes, "as burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas 'fronteiras internas' e em verdadeiras 'vanguardas políticas' do *mundo capitalista*" (FERNANDES, 1975, p. 294, grifos do autor). As possibilidades de crise do capital e de aprofundamento das crises sociais já crônicas experimentadas pela vida social brasileira se potencializam.

Três processos impulsionaram o movimento em direção ao capital-imperialismo: a reconfiguração internacional do capital-imperialismo no pós-Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, alguns dos quais não imediatamente previsíveis, como a expansão de extensa e complexa industrialização em alguns países; o processo de concentração de capitais brasileiros e associados, que promoveu extensas expropriações, reconfigurando a vida econômica, social e política brasileiras contemporâneas; e, enfim, a necessidade

da fuga para a frente para apassivar lutas sociais significativas, urbanas e rurais. Diferentemente desses momentos de fuga anteriores, nos quais a continuidade da acumulação realizou-se às expensas de cruentas ditaduras, a partir da década de 1990 o processo conduziu a uma replicação interna da política característica do capital-imperialismo, associando violência e convencimento.

A luta continua

As intensas transformações que experimentou a sociedade brasileira em anos recentes apontam para a incorporação e internalização de características dominantes nas sociedades capital-imperialistas contemporâneas, ao lado de profunda desnacionalização. Tal como apontava Gramsci para a Itália de inícios do século XX, uma espécie de *cosmopolitismo anacional,* porém não desprovido de eventuais xenofobias, tende a se difundir, como ideologia tardia de burguesias retardatárias. Intensamente aculturadas pelos países dominantes, as burguesias brasileiras alimentam uma suposta vocação de Brasil-potência ao mesmo tempo em que se dividem e se encolhem, temerosas dos passos políticos a que sua atuação econômica conduz.

Longe de se arvorarem em lideranças dos povos latino-americanos, pendem para replicar em outros países as práticas socialmente truculentas longamente experimentadas em solo pátrio. O processo de expansão capital-imperialista brasileiro apenas se inicia e, caso não seja abortado por uma crise econômica ou política, certamente envolverá tensões e movimentações no conjunto da América Latina, que experimenta neste início de milênio um forte impulso emancipador. O conjunto das lutas de classes se complexifica e precisa incorporar territórios e problemas mais extensos e complexos, uma vez que o Estado brasileiro impulsiona, segue e apoia os capitais em processo de transnacionalização.

A democracia, conquistada após quase um século de lutas populares, foi despida de seu caráter igualitário e o formato político predominante na atualidade procura reduzi-la e adequá-la ao capital-imperialismo, induzindo o apassivamento do conjunto da classe

trabalhadora através do recurso concomitante à violência e ao convencimento. Aqueles que supunham ser o desenvolvimento do capitalismo um salto civilizatório, com uma melhoria substantiva das condições de vida da população, podem se dar conta de que, sob as novas condições, se tornam mais espessas, ao contrário, a alienação, o estranhamento e mais dramática a desigualdade, com os 10% mais ricos dispondo de 75,4% da riqueza total brasileira em finais do século XX (CAMPOS *et al*, 2004, p. 28-29). A expansão do capital-imperialismo reduz as conquistas para o conjunto da classe trabalhadora no mundo, submetendo-a ainda mais agressivamente ao mercado, e tende a avassalar a própria vida humana. Socializa crescentemente o processo de produção de mercadorias, mas expropria as conquistas que foram historicamente arrancadas em diversos países. Agudizam-se as contradições entre a existência humana no planeta e a acumulação capital-imperialista.

Complexifica-se, portanto, o teor da luta de classes no nosso país. Ao lado da extrema desigualdade interna que, malgrado os "alívios" provisórios, continua a se aprofundar, avoluma-se uma desigualdade crescentemente cavada pelo capital-imperialismo entre as classes trabalhadoras no subcontinente sul-americano. Novos desenvolvimentismos e a permanência de políticas público-privadas de alívio e de novas modalidades de superexploração interna e externa são a condição da manutenção interna dessa nova hegemonia do capital-imperialismo brasileiro.

Não obstante, as mesmas exigências que impulsionaram a fuga para a frente capital-imperialista da burguesia brasileira subalterna e prepotente fermentam novas e poderosas contradições, pois se traduzem numa ampliação vertiginosa da classe trabalhadora, contraposta a um punhado de grandes capital-imperialistas brasileiros e seus gigantes aliados de procedência externa, ainda que cercados de subservientes egressos do âmbito sindical. Assim como ao longo do século XX, tudo leva a crer que as exigências igualitárias retornarão, já tendo feito agora a experiência da democracia *menor* que o capital-imperialismo contemporâneo tem a oferecer.

Notas

[1] Sobre a atualidade do tema, ver Osorio (2009, p. 167-187, 176-177).

[2] Por nacionalização do trabalho, estamos entendendo a generalização de um mesmo regime legal a todos os trabalhadores, com sinalização universalizante (FONTES, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. *As ONGs no Brasil*. São Paulo: Abong, 2002.

AHMAD, A. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ALMEIDA, A. Petrobrás no Equador. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

ALMEIDA, G. R. *História de uma década quase perdida – 1979-89*, Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2 v., 2000.

ALVES, M. H. N. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 4. ed., 1987.

ANDERSON, P. As antinomias de Gramsci. *Crítica Marxista*. São Paulo: Joruês, 1986.

ANTUNES, R. & SILVA, M. A. M. (orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, maio 2000.

ASSUNÇÃO, L. L. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório do Banco Central do Brasil. *Boletim*, 45, 2009.

BANDEIRA, L. A. M. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Revista Espaço Acadêmico*, 91, dez. 2008. Disponível em:<www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 3. ed.,1978.

BENSAID, D. *Les trotskysmes*. Paris: PUF, 2002.

BIANCHI, A. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

______. *O Ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais e Ciência Política, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

______. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BID-INTAL. *Informe Mercosur n. 12, 2006/2007*. Buenos Aires: Banco Interamericano, 2007.

BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 .ed.,1992.

BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

______ A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, 2005.

______ A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOSCHI, R. R. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOSCHI, R. R.; DINIZ, E. & SANTOS, F. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

BRASIL. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*: *IBGE, IPEA, GIFE, ABONG*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista, 1919-1943*. São Paulo: Sundermann, 2007.

BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

CAMPOS, A. *et al.* (orgs.). *Os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004. (Atlas da Exclusão Social, v. 3.)

CAMPOS, P. H. P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. *História & Luta de Classes*, n. 6, 2008.

CARCANHOLO, R. Sobre a ilusória origem da mais-valia. *Crítica Marxista*, n. 16, 2003.

CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 1(3), 1987.

CARTA CAPITAL. Monsanto, as sementes do poder, 20 mar. 2008. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=9&i=475>. Acesso em: 30 out. 2009.

CARUSO, D. S. *Reestruturação produtiva e movimento operário em Volta Redonda*. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale (Une chronique du salariat)*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1974.

CECEÑA, A. E. (org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

______ *Os caminhos e os agentes do saque da América Latina*. *In*: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

______. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COELHO NETO, E. T. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, E. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1994.

______. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

______. Introdução. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2. ed., 2001.

______ O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. & SANTOS, M. A. C. (coords.). *Debates e síntese do seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2007.

COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, J. A. *ONGs e políticas neoliberais no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMIER, F. A. *Do movimento operário para a universidade: Leon Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Dissertação Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

DIAS, C. M. N. P. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel)*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, E. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-45*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. R. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora UFMG-Iuperj, 2004.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará-Anpocs, 1995.

DOSSIÊ DOS IMPACTOS e violações da Vale no mundo. In: Encontro Internacional dos atingidos pela Vale, I, abr. 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://atingidospelavale.wordpress.com>. Acesso em: 01 maio 2010.

DREIFUSS, R. *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

______ *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 5. ed.,1987.

______ *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. El imperialismo en la era neoliberal. In: GALVÃO, A. *et al*. (orgs.). *Marxismo e socialismo no século 21*. São Paulo: IFHC/Unicamp, Xamã, 2005. Disponível em: <www.jourdan.ens.fr/levy/dle2005e.htm>. Acesso em: 30 out. 2008 e 06 jan. 2010.

DURHAM, E. R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*, n. 10, 1984.

FARNETTI, R. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. (org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Livre para crescer.* São Paulo: Cultura, 1990.

FELIPE, P. C. *O processo de abertura econômica na China*, Monografia de Conclusão de Curso, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

______ *Nova república?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, R. C. & LANDIM, L. Um perfil das ONGs no Brasil. *Comunicações do ISER*, 22, ano 5, 1986.

FONTES, V. *Reflexões Im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

______ Determinação, história e materialidade. *Trabalho, Educação e Saúde*, n. 7 (2), 2009.

FREITAS, E. S. *A FIRJAN ontem e hoje: a representação industrial do Rio de Janeiro (1827-1995)*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

GARCIA, C. *PT: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

GARCIA, J. L. Biotecnologia e biocapitalismo global. *Análise Social*, XLI (181), 2006. Disponível em:<www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S000325732006000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GARRISON, J. W. *Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil*. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GENTIL, R. *A Editora Abril*. Dissertação de Mestrado em Educação, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

GIANNOTTI, V. *A Força Sindical: a central neoliberal de Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GOHN, M. da G. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 4. ed., 2004.

GOULART, L.; ARRUDA, C. A. & BRASIL, H. V. A evolução na dinâmica de internacionalização. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 41, 1994.

GRACIOLI, E. J. *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia: UFU, 1997.

GRAMSCI, A. *EP* (*Escritos Políticos*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

______ *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 v., 2005.

______ *CC* (*Cadernos do Cárcere)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 v. (v. 1. *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. 2. ed., 2001; v. 2. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. 2 ed., 2001.; v. 3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política,* 2000; v. 4 . *Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*, 2001; v. 5. *O* Risorgimento: *notas sobre a história da Itália*, 2002; v. 6. *Literatura, folclore, gramática*, 2002.)

GRANEMAN, S. *Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

GUILHOT, N. *Financiers, philanthropes: vocations éthiques et reproduction du capital à Wall Street depuis 1970*. Paris: Raisons d'Agir, 2004.

GUIOT, A. P. *Um moderno Príncipe para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HILFERDING, R. *El capital financeiro*. Madri: Tecnos, 1973.

HIRSCHMAN, A. O. *As paixões e os interesses: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRST, M. As relações Brasil-Paraguai: baixos incentivos no *latu* e *strictu sensu*. *Política Externa*, n. 14 (3):, 2005-2006.
HOBSBAWM, E. J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
______ *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
HURREL, A. *et al*. *Os BRICS e a ordem global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
HIPPOLYTE, J. *Introdução à filosofia da história de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
IRLS-INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
______ O imperialismo. In: TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
______ O imperialismo e a guerra. *História & Luta de Classes*, ano 4. n. 6, 2008.
KLAGSBRUNN, V. H. Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira. *Crítica Marxista*, n. 27, 2008.
KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 5. ed., 2006.
LANDER, E. (org.). La ciencia neoliberal. In: CECEÑA, A. E. (org.). *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
LANDIVAR, N. Os padrões de comportamento das "transbrasileiras" no Equador: extra-territorialidade e responsabilidade do Estado brasileiro. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.
LAPLNE, M.; COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.
LENIN, V. I. *Obras escolhidas.* Lisboa, Moscou: Avante, Progresso, 3. v., 1977.

______ *L'impérialisme, stade suprême du capitalisme*. Paris-Moscou: Editions Sociales- Editions du Progrès, 1975.

LEOPOLDI, M. A. *Política e interesses na industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEWIS, S. *Babbitt*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIPSET, S. M. *A sociedade americana: uma análise histórica e comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

LONDON, J. *O tacão de ferro*. São Paulo: Boitempo, 2003.

LORDON, F. *Et la vertu sauvera le monde*. Paris: Raisons d'Agir, 2003.

LOSURDO, D. *Hegel, Marx e a tradição liberal: liberdade, igualdade, Estado*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed.,1985.

MACPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

______ *Théorie politique de l'individualisme possessif: de Hobbes à Locke*. Paris: Gallimard, 2004.

MANDEL, E. *La crise: les faits, leur interprétation marxiste*. Paris: Flammarion, 1985.

MANENT, P. *História intelectual do liberalismo: dez lições*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis-Buenos Aires-Rio de Janeiro: Vozes-Clacso- LPP/Uerj, 2000.

______ La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, 1977. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 30 jun. 2009.

MARINUCCI, R. & MILESI, R. Migrações internacionais contemporâneas, 2005. Disponível em: <www.migrante.org.br/

as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.

MARTINE, G. *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 1980*. Brasília: Ipea, 1994. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2009.

MARTINS, A. S. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.

MARX, K. *Fondements de la critique de l'économie politique (Grundrisse)*. Paris: Anthropos, 1968.

______ *Théories de la plus-value*. Paris: Editions Sociales, 1978.

______ *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2. ed., 1985.

MARX, K. & ENGELS, F. *Oeuvres choisies*. Moscou: Editions du Progrès, 3 v, 1970.

______ *La ideologia alemana*. 5. ed. Montevidéu=Barcelona: Pueblos Unidos- Grijalbo, 1974.

______ Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo-Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo- Contraponto, 1998.

MATTOS, M. B. *Novos e velhos sindicalismos*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

______ Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História & Luta de Classes*, n. 1, 2005.

______ (coord). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: Faperj-Arquivo Público, 2003.

______ (coord.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Rio de Janeiro: Faperj- Bom Texto, 2004.

MELO, D. B. A miséria da historiografia. *Outubro*, n. 14, 2006.

______ *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MENDONÇA, E. L. de. *A pobreza no Brasil: medidas e sentidos*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

MENDONÇA, S. R. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

______ *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

______ *A Política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. São Paulo: Eduff, 2002.

______ Estado e representação patronal na agricultura brasileira: o caso SNA. *Relatório final de pesquisa ao CNPq*. Niterói, 2005 (mimeo.)

______ *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

______ *Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos*. Rio de Janeiro: Faperj- Vício de Leitura, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas-São Paulo: Unicamp-Boitempo, 2002.

NAKATANI, P. & MARQUES, R. M. *O capital fictício e a crise de 2008/09*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

______ *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, L. M. W. & PRONKO, M. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2008.

NOGUEIRA, A. J. F. M. Relações de trabalho e sindicalismo entre o público e o privado no Brasil. In: Encontro anual da Anpocs, XXIX, 2005. (GT n. 26: Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea).

NORONHA, E. G. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO Jr., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

NOVOA, L. F. O Brasil e seu 'desbordamento': o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: IRLS-Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

O ESTADO DE S. PAULO. Investimento social busca inspiração no mercado financeiro. *O Estado de S. Paulo*, 01 jan. 2008. Disponível em: <www.idis.org.br/sobre-o-idis/sala-de-imprensa/idis-na-

midia/publicadas-em-2008/investimento-social-busca-inspiracao-no-mercado-financeiro>.

O GLOBO. Brasil exporta executivos para Ongs globais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 ago. 2007. Caderno de Economia, p. 49.

O'DONNEL, G. Hiatos, instituições e perspectivas democráticas. In: REIS, F. W. *et al*. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, F. *Collor, a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

______ *A Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

______ Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

______ Entrevista com Wanda Engel. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 mar. 2008, p. 23.

OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ONAGA, M. A vez da Coteminas. *Portal Exame*, 2005. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0854/internacional/m0078334.html>. Acesso em: 15 dez. 2009.

OSORIO, J. Dependência e superexploração. In: SADER, E. & SANTOS, T. dos (coords.). *A América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora PUC-Boitempo, 2009.

PALMER, B. D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008*, Tese de Doutoramento em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

PEREIRA, L. C. B. Integração latino-americana ou americana? *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, 1991.

PEREIRA, T. D. *O não-governamental em questão: um estudo sobre o universo ABONG*. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 9. ed., 1969.

______ *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 6. ed., 1978.

PROCACCI, G. Introdução à questão agrária. In: MATTICK, P. *et al. Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

PRONKO, M. A. *Universidades del Trabajo en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Cinterfor, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clasco, 2005.

RAMSEY, J. & ALMEIDA, A. (orgs.). *A ascensão das multinacionais brasileiras*. Rio de Janeiro: Elsevier-Fundação Dom Cabral, 2009.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de* O capital *de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj- Contraponto, 2001.

RYFMAN, P. *Les ONG*. Paris: La Découverte, 2004.

SABADINI, M. de S. *Le capital fictif et ses effets sur la macroéconomie et sur le monde du travail au Brésil*, Tese de Doutoramento, Paris: Université de Paris-I (Sorbonne), 2009.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, I. G. *Na contramão do sentido: origens e trajetória do PT de Feira de Santana (BA) – 1979-2000*, Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARTI, F. & LAPLANE, M. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

SAUVIAT, C. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do poder acionário. In.

CHESNAIS, F. (org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, C. L. Veja: *o indispensável partido neoliberal*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, M. A. M. & MELO, B. M. Soja, a expansão dos negócios. *Le monde diplomatique*, fev. 2009.

SILVA, M. L. A inserção internacional das grandes empresas brasileiras. In: LAPLANE, M.; COUTINHO, L. & HIRATUKA, C. (orgs.). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo-Campinas: Editora Unesp-Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

SOUTO JR., J. F. *Práticas assistenciais em sindicatos pernambucanos e cariocas, 1978-1998*. Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

SOUZA, H. de (Betinho). As ONGs na década de 1990. *Comunicações do ISER*, n. 41, ano 10, 1991.

TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TEIXEIRA, A. de P. *A contra-reforma da previdência social brasileira*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo " 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumbres en Común*. Barcelona: Grijalbo, 1995.

TRÓPIA, P. *Força Sindical: politica e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TROTSKY, L. Posfácio. In: LONDON, J. *O tacão de ferro*. São Paulo: Boitempo, 2003.

URBASCH, G. *A globalização brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VALERIANO, M. D. *O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim da estabilidade no emprego e o FGTS*. Dissertação de Mestrado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

VALOR ECONÔMICO/SOBEET. Multinacionais brasileiras. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, nov. 2008.

VELLOSO, J. P. R. (Org.). *A crise global e o novo papel mundial dos BRICS*. Rio de Janeiro: José Olympio-Forum Nacional, 2009.

VÉRON, J. Population & Sociétés, n. 435, juin 2007. Disponível em: <www.ined.fr/fr/ressources_documentation/publications/pop_soc/bdd/publication/1300> Acesso em: 15 jan. 2009.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 4. ed., 1999.

WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Paris: La Découverte, 1987.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

______ *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COLEÇÃO PENSAMENTO CRÍTICO

Títulos publicados:

1. Marx (sem ismos)
Francisco Fernández Buey
2a. edição

2. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal
Domenico Losurdo

3. Revolução e democracia em Marx e Engels
Jacques Texier

4. Por um socialismo indo-americano
José Carlos Mariátegui
Seleção e introdução Michael Löwy

5. Dialética e materialismo: Marx entre Hegel e Feuerbach
Benedicto Arthur Sampaio e Celso Frederico
2a. edição

6. Sociedade civil e hegemonia
Jorge Luis Acanda

7. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais
Stephen Gill (org.)

8. Roteiros para Gramsci
Guido Liguori

9. *O jovem Marx* e outros escritos de filosofia
György Lukács
Organização e apresentação Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto

10. Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno
Haroldo Abreu

11. Socialismo e democratização
György Lukács
Organização e apresentação Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto

12. Marxismo e filosofia
Karl Korsch
Apresentação José Paulo Netto

13. Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967
György Lukács
Organização e apresentação Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto

14. História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista
Leo Kofler

Este livro foi impresso pela Gráfica MCE para a Editora UFRJ e para a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz em novembro de 2010. Utilizou-se a fonte Minion na composição, papel pólen soft 80 g/m² para o miolo e cartão supremo 250 g/m² para a capa.